



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em História

Área de especialização | História Social

Dissertação

**Novas Elites? Perfis sociais dos candidatos autárquicos em
Évora e Vila Viçosa (1976-1989)**

José Miguel Leitão Lopes

Orientador(es) | Maria Ana Bernardo

Évora 2025





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em História

Área de especialização | História Social

Dissertação

**Novas Elites? Perfis sociais dos candidatos autárquicos em
Évora e Vila Viçosa (1976-1989)**

José Miguel Leitão Lopes

Orientador(es) | Maria Ana Bernardo

Évora 2025



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Flávio Miranda (Universidade de Évora)

Vogais | Maria Ana Bernardo (Universidade de Évora) (Orientador)
Sérgio Campos (Instituto Politécnico de Portalegre) (Arguente)

Título - Novas elites? Perfis sociais dos candidatos autárquicos em Évora e Vila Viçosa (1975-1989)

Resumo

A investigação sobre as elites municipais, nomeadamente a caracterização do seu perfil sociocultural e político, tem tido maior incidência relativamente ao período do Liberalismo Monárquico e da I República. O Estado Novo tem merecido menor atenção dos investigadores, provavelmente devido ao facto de o exercício dos cargos municipais assentar na confiança e subordinação política ao regime. E o período mais recente, correspondente ao regime democrático, tem suscitado o interesse dos historiadores e dos cientistas políticos, sobretudo no que diz respeito à identificação das elites governamentais e parlamentares, relegando para um plano algo secundário os estudos sobre o poder municipal.

Ora, dada a importância do poder autárquico no quadro do regime democrático, é importante conhecer as suas dinâmicas, do ponto de vista das eventuais permanências e/ou mudanças relativamente ao perfil sociocultural e político dos candidatos e dos eleitos, e das práticas de competição eleitoral. No presente estudo, a cronologia mediante a qual pretendemos analisar os aspetos referido vai desde a época das primeiras eleições municipais democráticas até ao final da década de oitenta do século XX, já num quadro de maior estabilidade do regime, na sequência da integração na CEE.

Estes objetivos de investigação concretizam-se mediante a identificação e caracterização dos eleitos para os cargos municipais em Évora e em Vila Viçosa, escolhidos por representarem, respetivamente, um concelho mais populoso e urbano (Évora) e outro de menor dimensão e, eventualmente, menos diferenciado do ponto de vista socioeconómico (Vila Viçosa). Procuraremos, ainda, analisar as dinâmicas de competição eleitoral e partidária, enquanto práticas de aprendizagem da democracia liberal no âmbito local. Para os propósitos referidos, usaremos sobretudo a documentação arquivística relativa aos processos eleitorais autárquicos, a informação disponibilizada pela imprensa e também os resultados de outros estudos sobre temática similar.

Palavras-chave - Eleições; Vila Viçosa; Évora; Autarquias; Poder Local

Title: New Elites? Social profiles of local government candidates in Évora and Vila Viçosa (1976-1989)

Abstract

Research on municipal elites, particularly the characterization of their sociocultural and political profiles, has been more prevalent during the period of Monarchical Liberalism and the First Republic. The Estado Novo period has received less attention from researchers, likely due to the fact that holding municipal office was based on trust and political subordination to the regime. The more recent period, corresponding to the democratic regime, has sparked the interest of historians and political scientists, particularly with regard to the identification of governing and parliamentary elites, relegating studies of municipal power to a somewhat secondary status.

Given the importance of municipal power within the democratic regime, it is important to understand its dynamics, from the perspective of potential continuities and/or changes in the sociocultural and political profiles of candidates and elected officials, and electoral competition practices. In this study, the chronology through which we intend to analyze the aforementioned aspects ranges from the time of the first democratic municipal elections to the late 1980s, a period of greater regime stability following integration into the EEC.

These research objectives are achieved by identifying and characterizing those elected to municipal office in Évora and Vila Viçosa, chosen because they represent, respectively, a more populous and urban municipality (Évora) and a smaller and, possibly, less socioeconomically differentiated municipality (Vila Viçosa). We will also seek to analyze the dynamics of electoral and party competition as learning practices of liberal democracy at the local level. For these purposes, we will primarily use archival documentation related to local election processes, information provided by the press, and the results of other studies on similar topics.

Keywords - Elections; Vila Viçosa; Évora; Local Government; Local Government

Agradecimentos

Uma palavra de agradecimento à Professora Maria Ana Bernardo, com quem muito aprendi ao longo deste tempo e cujo saber, observações e contributos foram decisivos nesta dissertação.

Um agradecimento especial à Câmara Municipal de Vila Viçosa nas pessoas do seu presidente, professor Dr. Inácio Esperança, vice-presidente Dr. Tiago Salgueiro e Dr. Carlos Balhico. Também quero agradecer a ajuda prestada na identificação dos eleitos aos senhores Manuel Poeiras, António José Cuco Cabrela, José Rosado, Francisco António Gonçalves Ameixa, professor Dr. Eduardo Almeida, Nuno Pinheiro e a Fátima Andrade a quem quero dar uma importante palavra de agradecimento pela disponibilidade mostrada e valiosa informação partilhada.

Agradeço, também, à Dr. Maria do Rosário Martins do Arquivo Municipal de Évora e também à D. Célia do Arquivo Distrital de Évora toda a disponibilidade e apoio dado para a realização desta dissertação.

Quero também agradecer aos meus pais e à minha família por o todo apoio e inestimável ajuda nesta dissertação e por tudo o resto. Aos meus amigos de longa data, a minha mais sincera gratidão. O vosso apoio, amizade e compreensão ao longo deste percurso foram fundamentais para manter a minha motivação. Agradeço por estarem presentes e por oferecerem apoio, alguns mesmo à distância, e por compreenderem os desafios que enfrentei durante todo este tempo.

Não poderia deixar de mencionar os amigos que conheci na Universidade de Évora. Cada um deles trouxe uma contribuição única para a minha experiência académica. As conversas estimulantes, as trocas de ideias e os momentos de lazer que compartilhámos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, sou grato a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação. Embora palavras não possam capturar plenamente a minha gratidão, sinto-me na obrigação de reconhecer e agradecer o papel fundamental que todos vocês desempenharam nesta jornada. Este trabalho é, em grande medida, uma expressão do apoio e da orientação recebidos, e a vocês dedico o sucesso alcançado.

Índice

Resumo	1
Abstract	2
Agradecimentos	3
Índice das Tabelas	7
Lista de Abreviaturas.....	10
Introdução.....	13
Objetivos	15
Base documental.....	17
Estado da Arte	21
Metodologia	25
Capítulo 1 – Aspetos sociodemográficos e económicos dos concelhos de Évora e de Vila Viçosa do final do Estado Novo à entrada na CEE	28
Capítulo 2 – Os sistemas políticos autárquicos do Estado Novo e do Regime Democrático em Portugal. Aspetos institucionais e quadro legal.....	39
2.1 – A Administração Municipal durante o Estado Novo.....	39
2.2 O período democrático e a reconfiguração do Poder Local (1974-1989)	43
2.3 As Formações Partidárias.....	49
Capítulo 3 – Dinâmicas políticas e partidárias no âmbito municipal. Aprendizagens, competição e práticas eleitorais.	54
3.1 Os partidos e a disputa eleitoral na imprensa local.....	55
3. 2 – A Preparação do ato eleitoral	62
3.3 O dia das eleições.....	68
Capítulo 4 – O perfil partidário e sociocultural dos candidatos e dos eleitos municipais entre 1974 e 1989 em Évora e Vila Viçosa. Permanências e mudanças.	73
4.1 – As condicionantes ao nível da recolha dos dados.....	73
4.2 – O caso de Évora (1974-1989)	77
4.2.1 – O último executivo municipal do Estado Novo.....	77
4.2.2 Comissões Administrativas após 25 de Abril de 1974	79
4.2.3 – Os resultados das eleições autárquicas em Évora (1976).....	83
4.2.4 – Os resultados das eleições autárquicas intercalares em Évora (1978).....	91
4.2.5 – Os resultados das eleições autárquicas de 1979 em Évora. Mandato de 1979-1982.. ..	95
4.2.6 - Os resultados das eleições autárquicas de 1982 em Évora. Mandato de 1982-1985	104
4.2.7 - Os resultados das eleições autárquicas de 1985 em Évora. Mandato de 1985-1989	112
4.2.8 - Os resultados das eleições autárquicas de 1989 em Évora. Mandato de 1989-1993.	120

4.3 - Uma visão integrada sobre o perfil sociocultural dos representantes do poder municipal: concelho de Évora	128
4. 4 – O caso de Vila Viçosa (1974-1989)	139
4.4.1 - O último executivo municipal do Estado Novo	140
4.4.2 - Comissão Administrativa após 25 de Abril de 1974.....	141
4.4.3 - Os resultados das eleições autárquicas de 1976 em Vila Viçosa. Mandato de 1976-1979.....	143
4.4.4 - Os resultados das eleições autárquicas de 1979 em Vila Viçosa. Mandato de 1979-1982.....	149
4.4.5 - Os resultados das eleições autárquicas de 1982 em Vila Viçosa. Mandato de 1982-1985.....	155
4.4.6 - Os resultados das eleições autárquicas de 1985 em Vila Viçosa. Mandato de 1985-1989.....	158
4.4.7 – Os resultados das eleições autárquicas de 1989 em Vila Viçosa. Mandato de 1989-1993.....	164
4.5 - Uma visão integrada sobre o perfil sociocultural dos representantes do poder municipal: concelho de Vila Viçosa	170
4.6 - Comparação dos perfis sociais das elites locais entre os concelhos de Évora e Vila Viçosa	179
Considerações finais e ideias para futuro.....	187
Bibliografia	192
Fontes	192
Arquivos	192
Periódicos.....	192
Legislação.....	192
Fontes Estatísticas:.....	193
Páginas eletrónicas:.....	194
Estudos	194
ANEXOS	199
Anexo 1 – Entrevista com Manuel Poeiras	200
Anexo 2 – Entrevista com Eduardo Almeida.....	202
Anexo 3 – Entrevista com António José Cuco Cabrela.....	204
Anexo 4 – Entrevista com Francisco Ameixa.....	206
Anexo 5 - Entrevista com Inácio Esperança	207
Anexo 6 – Entrevista com Fátima Andrade	208
Anexo 7 - Entrevista com José Rosado.....	208
Anexo 8 – Entrevista com Nuno Pinheiro	209
Anexo 9 – Correspondência com o INE sobre o PIB para Vila Viçosa e Évora para 1990.	210

Anexo 10 – Tabela 45 – Total de eleitos e nomeados na Câmara Municipal de Évora (1974 - 1989)	211
Anexo 11 – Tabela 46 – Total de Eleitos à Assembleia Municipal de Évora (1976 - 1989)	218
Anexo 12 – Tabela 47 – Eleitos e Nomeados para a Câmara Municipal de Vila Viçosa (1974-1989).....	237
Anexo 13 – Tabela 48 – Total de Eleitos à Assembleia Municipal de Vila Viçosa (1976-1989).....	240

Índice das Tabelas

Tabela 1 – Evolução da população nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1970-1991).....	33
Tabela 2 - Produto interno bruto (PIB) dos concelhos do Distrito de Évora - 1970, ao custo dos fatores e a preços correntes (1 000 000 Escudos)	35
Tabela 3 – Matriculados no ensino primário (entre a 1ª e a 6ª classe) nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1973).....	36
Tabela 4 – População segundo o nível de instrução nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1991).....	37
Tabela 5 – Partidos políticos inscritos no período democrático entre 1974 e 1990.....	50
Tabela 6 - Partidos que concorreram às eleições autárquicas no concelho de Évora.....	52
Tabela 7 - Partidos que concorreram às eleições autárquicas no concelho de Vila Viçosa.....	53
Tabela 8 – Último executivo nomeado durante o Estado Novo para a Câmara Municipal de Évora.....	79
Tabela 9 – Primeira Comissão Administrativa da Câmara de Évora (22 de julho de 1974).....	81
Tabela 10 – Segunda Comissão Administrativa da Câmara de Évora.....	83
Tabela 11 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1976).....	84
Tabela 12 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1976.	86
Tabela 13 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1976.	90
Tabela 14 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora nas eleições intercalares de 1978.....	95
Tabela 15 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1979).....	96
Tabela 16 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1979.	98
Tabela 17 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1979.	102

Tabela 18 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1982).....	105
Tabela 19 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1982.	107
Tabela 20 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1982.....	110
Tabela 21 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1985).....	113
Tabela 22 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1985.	115
Tabela 23 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1985.	119
Tabela 24 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1989).....	121
Tabela 25 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1989.....	123
Tabela 26 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1989.....	126
Tabela 27 – Média de idades dos nomeados ou eleitos para os executivos municipais Concelho de Évora (1974-1989).....	130
Tabela 28 – Lista do último executivo nomeado pelo Estado Novo para a Câmara Municipal de Vila Viçosa.....	141
Tabela 29 – Lista dos nomeados para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1974.....	142
Tabela 30 – Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1976). ...	144
Tabela 31 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1976.	145
Tabela 32 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em (1976).	148
Tabela 33 – Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1979).....	150
Tabela 34 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1979.....	151
Tabela 35 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1979.	154
Tabela 36 – Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1982).....	156

Tabela 37 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1982.....	157
Tabela 38 - Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1985).....	159
Tabela 39 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1985.....	160
Tabela 40 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1985.	163
Tabela 41 – Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1989)....	165
Tabela 42 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1989.....	166
Tabela 43 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1989.....	169
Tabela 44 – Média de idades dos nomeados ou eleitos para os executivos municipais. Concelho de Vila Viçosa (1974-1989)	171
Tabela 45 – Eleitos e Nomeados para a Câmara Municipal de Évora (1974-1989)....	211
Tabela 46 – Total de Eleitos à Assembleia Municipal de Évora (1976-1989)	218
Tabela 47 – Eleitos e Nomeados para a Câmara Municipal de Vila Viçosa (1974-1989)	237
Tabela 48 - Eleitos à Assembleia Municipal de Vila Viçosa (1976-1989).....	240

Lista de Abreviaturas

ANP - Ação Nacional Popular

AD – Aliança Democrática Coligação (PPD/PSD, CDS e PPM)

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ADIM - Associação para a Defesa dos Interesses de Macau

AHMOVV – Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa

AMEVR – Arquivo Municipal de Évora

ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias

ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses

APU – Aliança Povo Unido (coligação PCP, MDP)

ASDI - Ação Social Democrata Independente

BPE – Biblioteca Pública de Évora

CDM – Centro Democrático de Macau

CDS – Centro Democrático Social

CDU – Coligação Democrática Unitária

CEE – Comunidade Económica Europeia

CM – Câmara Municipal

EANMP – Estatutos da Associação Nacional dos Municípios portugueses

EDP - Energias de Portugal

FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido (coligação PCP, MDP e FPS)

FRS – Coligação (PS, UEDS, ASDI) - Frente Republicana e Socialista

FSP – Frente Socialista Popular

FUP – Força de Unidade Popular

GDUP – Grupo Dinamizadores de Unidade Popular

GNR – Guarda Nacional Republicana

INE – Instituto Nacional de Estatística

MÊS – Movimento Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIRN - Movimento Independente para a Reconstrução Nacional / Partido da Direita Portuguesa

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OCMLP - Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

PDA - Partido Democrático do Atlântico

PDC - Partido da Democracia Cristã

PCP – Partido Comunista Português

PCP (ML) - Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)

PC (R) - Partido Comunista (Reconstruído)

PEV – Partido Ecologista os Verdes

PIB – Produto Interno Bruto

POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD – Partido Popular Democrático ou Partido Social Democrata

PRD – Partido Renovador Democrático

PS – Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

PSR - Partido Socialista Revolucionário

PSP – Polícia de Segurança Pública

PST – Partido Socialista dos Trabalhadores

PPM – Partido Popular Monárquico

PT – Partido Trabalhista

PUP – Partido de Unidade Popular

STAPE - Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais

UDP – União Democrática Popular

UEDS - União da Esquerda para a Democracia Socialista

Introdução

“Administrar um concelho não é só resolver as carências mais prementes. É também pensar o futuro, lançar um plano de realizações que crie condições para garantir o desenvolvimento económico e proporcione a rápida criação de novos postos de trabalho.” (Carvalho, 1977: p. 54).

A Revolução do 25 de Abril de 1974 representou um ponto de viragem na história recente de Portugal e originou várias transformações importantes na vida nacional em termos políticos, sociais e culturais. Inserindo-se no contexto de transição democrática, o poder local foi um elemento fundamental para a consolidação da democracia, pois, construiu novas identidades locais legitimadas pelos munícipes e não pelo governo central.

Neste trabalho procuraremos efetuar uma análise comparativa entre os concelhos de Évora e Vila Viçosa, com a incidência da análise a recair nas eleições autárquicas que ocorreram entre 1976 e 1989. Esta cronologia abarca o período compreendido entre as primeiras eleições autárquicas e as primeiras que ocorreram após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986.

Desta forma, procuraremos apreender como o período eleitoral se refletiu nas dinâmicas locais e na identidade política democrática, nomeadamente através da análise do perfil sociocultural e político dos executivos camarários e das assembleias municipais resultantes dos atos eleitorais de 1976, 1978 (intercalar em Évora), 1979, 1982, 1985 e 1989.

Além disso, e tendo em conta a importância do poder autárquico no quadro do regime democrático, procuramos conhecer as suas dinâmicas do ponto de vista das eventuais permanências e mudanças. O conhecimento destas dinâmicas do poder autárquico na ótica historiográfica é relevante para se compreender a profundidade da transição política em Portugal, nomeadamente a nível local. Assim, o nosso estudo visa igualmente entender o alcance da rutura com o regime do Estado Novo procurando captar as transformações estruturais e ideológicas relativamente aos princípios da legitimidade para o exercício do poder municipal. Procura-se, nomeadamente, compreender se a democratização reformou não só os métodos de eleição e as lideranças locais, mas

também na participação dos cidadãos na vida democrática autárquica contribuindo, assim, para a descentralização do poder e na extensão da participação política aos vários partidos políticos durante a corrida eleitoral. Este conhecimento permite-nos ter uma visão mais rica e alargada sobre a transição do poder local.

Além das razões já apresentadas, sendo eu natural do concelho de Vila Viçosa, pareceu-me interessante, não só em termos pessoais, conhecer uma dinâmica sócio histórica que me é próxima, como também do ponto de vista da investigação, essa proximidade deu-me vantagens em termos de conhecimento e de acesso aos recursos de informação. Relativamente a Évora, a escolha tem em vista perceber eventuais similitudes ou diferenças, tendo em consideração que Évora é um dos principais concelhos da região, associado a uma cidade com uma centralidade política, económica e administrativa muito maior quando comparada com Vila Viçosa. Tendo estes pressupostos, pareceu-me pertinente a perspetiva de comparação entre os dois casos, que no seu conjunto correspondem ao espaço de análise da presente investigação.

Embora os concelhos de Évora e de Vila Viçosa não sejam contíguos, pelo meio situa-se o concelho de Redondo, os centros urbanos que são sedes de concelho situam-se a uma distância de aproximadamente 60 Kms entre si. Ambos se situam no distrito de Évora e no vasto território da região do Alentejo. No entanto, enquanto Vila Viçosa tem como sede de concelho uma localidade que se situa na categoria administrativa de vila, o concelho de Évora alberga a cidade capital de distrito, com uma dimensão populacional e uma diferenciação funcional muito superior à de Vila Viçosa.

Relativamente à principal questão que norteia o nosso trabalho, ela consiste em procurar saber se a mudança de regime, ou seja, a passagem da ditadura para a democracia, desencadeou alterações na composição quer das elites locais autárquicas, ao nível das câmaras e assembleias municipais. Além desta pergunta central, e numa perspetiva de contextualização, procuraremos igualmente acompanhar as transformações jurídicas correspondentes ao exercício dos cargos político-administrativos no plano local, nomeadamente municipal. Além disso, procuramos ainda saber, tendo em conta o quadro multipartidário dos processos eleitorais, se existe alguma relação entre a filiação partidária dos eleitos e o seu perfil sociocultural.

Objetivos

Neste trabalho propomo-nos a fazer uma análise comparativa do perfil social dos eleitos quando das eleições autárquicas ocorridas nos concelhos de Vila Viçosa e Évora entre 1976 e 1989. Trata-se de um período de charneira, que nos permite conhecer a evolução política e administrativa do poder local entre o Estado Novo e a sua consolidação democrática. Esta análise será estruturada em torno de cinco objetivos:

Ao analisarmos dois concelhos tão distintos é importante conhecê-los, pelo que o primeiro objetivo é efetuar um enquadramento contextual dos dois concelhos tendo em atenção alguns dados estatísticos que conseguimos reunir, e partindo da premissa que eventuais diferenças a este nível podem ter algum efeito sobre a composição dos órgãos do poder local.

O segundo objetivo é entender a forma como os dois sistemas autárquicos funcionam, procurando destacar as suas principais características e diferenças.

O terceiro objetivo é fazer o levantamento das indivíduos e forças políticas que passaram a estar presentes no espaço de decisão dos dois concelhos.

O quarto objetivo foca-se na caracterização o seu perfil socioeconómico e cultural, com vista a compreender a evolução histórica, de forma a identificar eventuais mudanças ou continuidades resultantes dos diversos atos eleitorais.

No quinto objetivo procuraremos averiguar como as novas elites se afirmaram junto dos eleitores através das campanhas eleitorais.

Estas linhas orientadoras da investigação estruturam o texto da dissertação, que se encontra dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Aspetos sociodemográficos e económicos dos concelhos de Évora e de Vila Viçosa do final do Estado Novo à entrada na CEE”, procuramos efetuar uma caracterização de cada um dos dois concelhos que irão ser estudados. Para o efeito incidimos sobre aspetos sociodemográficos e económicos, com o fim de apurar as diferenças ou eventuais similitudes entre ambos. Os indicadores estatísticos (escolares, económicos e demográficos) encontram-se elencados em várias tabelas de modo a facilitar a sua leitura e interpretação. Esta análise, além de ser importante por causa da sua eventual relação com o perfil sociocultural dos eleitos, tem ainda implicações sobre as dimensões das vereações e das assembleias municipais.

No segundo capítulo, intitulado “Os sistemas políticos autárquicos do Estado Novo e do Regime Democrático em Portugal. Aspetos institucionais e quadro legal”, efetuaremos uma síntese do quadro político-administrativo vigente no final do Estado Novo e entre 1974 e 1989, no que diz respeito à administração municipal. Trata-se de um quadro contextual, que procura pôr em destaque as principais mudanças, nos âmbitos referidos, entre o período da ditadura e o período democrático. A reflexão sobre as diferenças entre a orgânica do poder municipal, sobre os fundamentos da legitimidade para o exercício dos cargos municipais, e ainda sobre as atribuições dos municípios e as suas relações com o poder central entre os dois regimes, tem em vista sublinhar o desafio e a mudança que implicou o arranque do funcionamento do sistema político democrático a nível local, também para os seus protagonistas. Iremos ainda apresentar neste capítulo uma tabela onde estão indicados todos os partidos da vida política democrática inscritos entre 1974 e 1990, procurando nós com isto evidenciar a grande diversidade partidária existente no panorama nacional e relacioná-los com outras duas tabelas uma para cada concelho onde é indicado os partidos que concorreram para as autarquias de Évora e Vila Viçosa ao longo das várias eleições.

No terceiro capítulo, pretende-se acompanhar, mediante análise de aspetos relativos às campanhas eleitorais, as dinâmicas de aprendizagem de práticas políticas e de competição eleitoral em ambiente de liberdade democrática. Atenderemos às diferenças e semelhanças das práticas entre os diversos partidos políticos, teremos em conta as diferenças entre o início do regime democrático e o os anos seguintes e atentar-se-á, ainda, na comparação entre os dois concelhos em estudo. Os periódicos serão principal fonte de recolha de informação, embora não exclusiva.

Por fim, no quarto capítulo, iremos fazer o levantamento e identificação dos indivíduos que foram eleitos nos concelhos de Évora e Vila Viçosa entre 1976 e 1989. Além disso, analisam-se os atributos sociais e políticos das elites municipais, de Vila Viçosa e de Évora no período referido (profissão, idade, filiação partidária e cargo político). A partir dos dados apurados analisamos as permanências e mudanças relativas aos perfis dos eleitos em cada um dos concelhos ao longo do tempo e, também, entre os dois concelhos.

Base documental

Na história do poder local, mesmo para os períodos mais recentes, a fragilidade da memória torna-se uma questão crucial. Como bem reflete a citação de José Luís Peixoto na obra *Almoço de Domingo*:

“O passado tem de provar constantemente que existiu. Aquilo que foi esquecido e o que não existiu ocupam o mesmo lugar. Há muita realidade a passear-se por aí, frágil, transportada apenas por uma única pessoa. Se esse indivíduo desaparecer, toda essa realidade desaparece sem apelo, não existe meio de recuperá-la, é como se não tivesse existido.” (Peixoto, 2021: p.14).

Este excerto da obra de José Luís Peixoto pareceu-nos pertinente como ponto de partida para a nossa reflexão sobre as dificuldades encontradas para recolhermos as informações necessárias relativas aos atributos socioeconómicos e culturais dos indivíduos que desempenharam cargos municipais nos concelhos de Évora e muito em especial no concelho de Vila Viçosa entre 1976 e 1989.

Esta realidade torna-se mais evidente quando observamos o estado do Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, pois este tem uma grande falta de documentação relativa à história recente do poder autárquico. Alguns acontecimentos da história recente, relativos às primeiras décadas de democracia, encontram-se documentados de forma insuficiente ou até inexistente neste arquivo. Só existem atas da câmara entre 1976 e 1987, sendo as atas da assembleia municipal inexistentes, o que criou grandes lacunas que dificultam a compreensão da história do poder municipal no concelho calipolense.

Ao analisarmos as atas existentes neste arquivo, apenas conseguimos retirar delas os nomes dos eleitos da câmara municipal. Temos de recorrer ao Recenseamento Eleitoral de 1973 deste concelho, existente no Arquivo Distrital de Évora, para caraterizarmos alguns dos indivíduos que tiveram cargos municipais quanto à sua idade, filiação partidária, profissão e função camarária. Recorremos também, pontualmente, à memória da comunidade calipolense para caraterizarmos os eleitos sobretudo após as eleições de 1979, o que fica atestado pelos Anexos de 1 a 8 compreendidos na dissertação, onde transcrevemos as curtas entrevistas realizadas. Para a identificação dos últimos eleitos, recorreremos aos editais dos candidatos de 1989 existentes no Arquivo Distrital de Évora. Os dados relativos à contagem dos votos permitem-nos identificar os eleitos. As pequenas entrevistas que efetuamos junto de alguns indivíduos da comunidade em Vila Viçosa

revelaram-se também importantes para fazermos a identificação e respetiva caracterização dos elementos que constituíram o último executivo nomeado pelo Estado Novo.

Entre os inquiridos incluem-se técnicos tributários, familiares das pessoas que constituíram o último executivo nomeado durante o Estado Novo, ex-funcionárias das juntas de freguesia, ex-presidentes das juntas de freguesia e o atual presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Inácio Esperança.

Para identificarmos a profissão dos elementos da Comissão Administrativa nomeada para a Câmara Municipal de Vila Viçosa após 1974 usámos as atas da câmara de 1976. Dos estudos de Maria Antónia Pires de Almeida, nomeadamente aquele em que a autora faz corresponder as designações profissionais a grupos profissionais mais abrangentes e sistemáticos, retirámos os critérios que nos permitem categorizar em posições similares indivíduos com designações profissionais diversas (Almeida:2025).

A identificação elementos da Assembleia Municipal daquele concelho para o mesmo período foi bastante complicada. Os nomes dos eleitos em 1976 e 1985 foram apurados graças aos autos de tomada de posse de 1976 e de 1985. Os nomes dos eleitos para este órgão em 1979 e em 1989 foram apurados graças aos editais destes anos existentes no Arquivo Distrital de Évora. A caracterização de todos estes elementos (profissão, partido, idade e função política) foi feita com base em incursões orais com vista apenas a identificar estes indicadores. Devido à ausência de fontes não foi possível apurar os elementos que constituem a Assembleia Municipal em resultados das eleições de 1982 a 1985.

Por outro lado, ao olharmos para a realidade no Arquivo Municipal de Évora observamos um contraste quando comparamos o estado documental, aqui existente, com aquele que existe no Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa. Antes de falarmos dos eleitos é importante mencionarmos que graças ao livro de atas da Câmara Municipal de Évora foi possível identificar o nome de todos os elementos que constituíram o último executivo nomeado durante o Estado Novo e os dois executivos das comissões administrativas que se seguiram após 1974. Para a caracterização desta panóplia de nomes usámos o recenseamento eleitoral de 1973 deste concelho existente no Arquivo Distrital de Évora.

Para os eleitos, podemos afirmar que quase todas as informações – nomes, profissões e idades – constam nos autos de tomada de posse tanto da Câmara quanto da Assembleia

Municipal. Apesar disto, é importante mencionar que algumas atas apenas possuem a identificação do eleito e do seu partido, estando a restante informação ausente. Para ultrapassarmos alguns destes contratempos recorremos a outras atas de instalação dos órgãos camarários para caraterizar alguns dos eleitos embora não tenhamos conseguido fazer a caraterização total devido à ausência de informação nas fontes.

Apresentados os problemas encontrados nos arquivos referentes à identificação dos eleitos, é chegado o momento de identificarmos outras fontes utilizadas neste trabalho ligadas ao nosso tema central.

Outra documentação, presente no Arquivo Municipal de Évora, também se revelou fundamental para o conhecimento de alguns incidentes ocorridos essencialmente nas primeiras eleições autárquicas e algumas informações relativas à competição eleitoral autárquica e suas respetivas dinâmicas políticas partidárias. Além dos documentos já citados, é importante referir que neste arquivo conseguimos encontrar um relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) útil para fazermos a caraterização socioeconómica e sociodemográfica em 1970 dos concelhos de Évora e de Vila Viçosa. Infelizmente, por falta de dados semelhantes para 1990, não foi possível fazermos a comparação completa do ponto de vista económico destes dois concelhos, pois o Instituto Nacional de Estatística (INE) não efetuou nenhum estudo em termos económicos por concelho no distrito de Évora para 1990 tal como se pode comprovar em Anexo (9). Foi possível apenas realizar comparações no âmbito demográfico e, com algumas limitações, em termos de níveis de escolaridade, entre 1976 e 1990, graças às informações contidas no Censos e também nas Estatísticas da Educação.

Assim sendo, para a contextualização de ambos os concelhos, utilizámos, na medida do possível, os Censos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de 1970, 1981 e 1991, que nos possibilitaram analisar as alterações demográficas ocorridas ao longo destes anos. Além dos recenseamentos da população também recorremos às *Estatísticas da Educação* para apurar os indicadores escolares registados em ambos os concelhos, embora estes sejam um pouco limitados. Além disto, também recorremos Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro, para conhecimento do sistema educativo no início da década de 90.

Para a compreensão da evolução do quadro legal que incidia sobre os municípios usámos, para o período do Estado Novo, o *Código Administrativo de 1936*, que juntamente com a

Lei n.º 1885 de 23 de março de 1935 foram imprescindíveis para conhecermos o modelo autárquico ditatorial. Para o período democrático recorremos ao Decreto-Lei 621-A/74 e ao Decreto-lei 236/74 para conhecermos a legislação eleitoral anterior à entrada em vigor da *Constituição de 1976*. Após a entrada em vigor da nova Constituição tivemos de recorrer ainda a outra legislação relativa às autarquias, como o Decreto-lei n.º 701-A/76, o Decreto-lei n.º 701-B/76, o Decreto-lei n.º 788/76, o Decreto-lei n.º 100/84, o Decreto-lei n.º 77/84, à lei n.º 79/77 e por último à Lei 1/79. Também usámos vários ofícios circulares relacionados com a preparação dos atos eleitorais existentes no Arquivo Distrital de Évora.

Além dos ofícios-circulares, e dado o seu valor histórico e informativo, também usámos as atas das secções de voto dos dois concelhos relativas aos vários períodos eleitorais. Isto permitiu-nos ter uma maior clareza sobre como decorreu o ato eleitoral em todas as secções de voto, tendo nós ainda usado a correspondência trocada tanto entre os partidos e a câmara quanto entre os municípios e o órgão camarário para complementar a informação recolhida nos ofícios circulares.

Para acompanharmos as eleições autárquicas, a imprensa local revelou-se muito importante, nomeadamente o *Diário do Sul*, *A Defesa* e o *Notícias de Évora*, que nos transmitiram uma melhor compreensão da realidade autárquica local, onde também conseguimos encontrar algumas informações sobre os candidatos que concorreram no concelho eborense. A análise dos jornais permite-nos, ainda, compreender a sua importância na ligação entre os partidos políticos e os municípios. No concelho de Vila Viçosa, para o período em estudo, não existiu imprensa local.

Quanto aos recursos digitais, usámos alguns vídeos do Arquivo da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), para conhecermos as realidades locais do Alentejo mais em concreto do distrito de Évora à data das primeiras eleições autárquicas.

Recorremos também ao site da Comissão Nacional de Eleições (CNE), para identificarmos e conhecermos a realidade partidária nacional entre 1974 e 1990, com o objetivo de evidenciarmos a grande diversidade de partidos inscritos neste período. Este site também nos forneceu informações sobre os nomes de todos os presidentes da câmara do distrito de Évora onde os dois concelhos se inserem. Para a estatística eleitoral, recorremos ao site Marktest, onde conseguimos informações sobre os resultados das várias eleições autárquicas a nível nacional, distrital e concelhios para os dois concelhos

em estudo. Nos diversos gráficos incluídos no site constam o número de votos que cada lista candidata à câmara teve bem como o número de vereadores que elegeu. Dado o facto de um dos eleitos, no caso de Évora, ter integrado a Assembleia da República e o Parlamento Europeu, os sites da internet das duas instituições também se revelaram importante para a sua caracterização.

Por fim, dada a importância do associativismo municipal, ainda usámos o Estatuto da Associação Nacional dos Municípios Portugueses para conhecermos os seus objetivos dentro do poder local, algo que confirma a evolução do poder local durante a democracia.

Estado da Arte

O estudo das dinâmicas políticas locais e os modelos políticos autárquicos, nomeadamente o vigente durante a ditadura salazarista e no período democrático, têm sido alvo de vários estudos nas mais diversas áreas académicas nomeadamente nas áreas da História, Sociologia, Direito, Ciência Política e Geografia. Todas estas áreas oferecem-nos uma visão alargada em diferentes perspetivas sobre a evolução do poder local.

A principal obra de referência para estudarmos a evolução do poder local ao longo da História, é a obra dirigida por César Oliveira (1996), *História dos Municípios e do poder local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Nesta obra, destacam-se os capítulos relativos à época contemporânea, e em particular ao Estado Novo e à Democracia, ambos da autoria de César Oliveira. Nestes capítulos, o autor procurou apresentar uma análise geral da evolução e da organização do poder local em termos políticos, sociais e económicos, tanto durante o Estado Novo como, posteriormente, no período democrático. Dessa forma, contribui para oferecer uma visão abrangente da evolução do poder local em Portugal, desde a ditadura do Estado Novo até ao período democrático.

Dentro das obras de História geral é de destacar a *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos, onde Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro também são autores e os volumes VII e VIII da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso coordenados, respetivamente, por Fernando Rosas (1998) e por José Medeiros Ferreira (2001), sendo estas obras usadas mais para uma análise da história nacional em termos gerais, nomeadamente a nível político.

Além destes é de destacar num contexto mais específico sobre o poder local a obra *Portugal, 20 anos de Democracia* de António Reis (Reis, 1994) onde Henrique Barrilero Ruas (Ruas, 1994) também tem um artigo sobre a evolução do poder local durante a transição democrática até aos anos 90 do século XX, focando-se na caracterização das novas competências atribuídas ao poder local e na sua evolução entre 1974 e 1994.

Além destas obras de referência, foi ainda necessário, para estudarmos ambos os modelos autárquicos, recorreremos a estudos provenientes das áreas do Direito, da Sociologia, Ciência Política e Geografia. No campo do Direito, Vital Moreira (2002a, 2002b) destaca-se como um investigador que se debruçou sobre os dois modelos políticos do poder local nalguns artigos publicados na *História de Portugal* dirigida por João Medina; além destes, realizou ainda um trabalho em conjunto com Gomes Canotilho (Gomes Canotilho & Moreira, 1993), sobre a Constituição de 1976. Entre os investigadores que trabalharam sobre os dois períodos destaque também para António de Araújo (2003, 2008) que se debruçou também sobre estes dois sistemas autárquicos. Além destes, Marcello Caetano (Caetano, 1991) também nos apresenta uma perspetiva rigorosa sobre as estruturas políticas do Estado Novo. Adicionalmente, António Ventura (2002) e Sérgio Campos (2018, 2020) este último de uma geração mais recente, são também relevantes para a compreensão das eleições e dos vários poderes políticos existentes durante o Estado Novo, nomeadamente em aspetos políticos relacionados com o poder local e central. Além destes, é importante ainda acrescentar o trabalho de Manuel Lucena (1976), que apoia a ideia de corporativismo de Vital Moreira. Porém, as ideias de ambos são totalmente contrárias às de Rui Ramos e de António de Araújo, que contestam a noção de que o Estado Novo era corporativista – algo relevante para o conhecimento do poder local durante o regime ditatorial.

No âmbito dos estudos de caso sobre o período da transição, destaque para a tese de doutoramento de Francisco Ruivo (2013), que se debruça sobre a transição política e os movimentos sociais desse período. Trata-se de um trabalho útil para a caracterização dos primeiros meses de transição democrática. Além deste, no campo de estudo do poder local durante a transição salienta-se a dissertação de mestrado de José António Ferreira (2005) sobre o poder local e regional durante a Assembleia Constituinte de 1975 a 1976. Para a questão partidária na transição democrática, neste caso dos partidos de esquerda, é importante destacar as obras de Álvaro Cunhal (1976) onde a questão da Reforma Agrária do Alentejo é analisada de acordo com a visão política do Partido Comunista Português

(PCP) e de Zita Seabra (2007) onde a própria fala da sua experiência dentro do PCP e sobre as ligações deste partido a outros durante o período em que ocorreu o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Além destes, destaque para o trabalho de António Vacas de Carvalho sobre os lavradores de Montemor-o-Novo, uma vez que um dos indivíduos que integrou o poder local em Évora possuía ligações familiares com as famílias latifundiários desse concelho, destacando a ligação, durante o Estado Novo, entre o poder autárquico e o setor agrícola (2011).

Também no campo da sociologia, têm sido vários os estudos que, a partir de diversos ângulos, se interessam pelo poder local. André Freire (2001) por exemplo, aprofunda conhecimentos sobre os órgãos governativos e sobre o comportamento eleitoral em Portugal nas eleições para os vários órgãos políticos. Juntamente com este, ainda dentro do campo da sociologia, António Teixeira Fernandes (1992) procura nas suas investigações traçar uma ligação entre o poder local e a democracia, enquanto Isabel Guerra (1986) reflete sobre a divisão social do poder político. Além destes, Ana Veneza (1986), Nuno Portas (1979) e Maria Mendes (1993) também se debruçam sobre os impactos da descentralização sobre o poder local durante o período de transição. Além de todos estes, Fernando Ruivo também se debruçou sobre esta questão, ao analisar os poderes locais e as políticas públicas, trabalhando estes temas também em conjunto com Daniel Francisco (Ruivo & Francisco, 1999) onde abordam a questão do centralismo no poder local e o fechamento das elites em torno de um grupo de indivíduos que se perpetuou no poder durante muitos mandatos. No campo da Geografia, importa destacar Jorge Gaspar (1981,1982), que além de ser autor de uma obra sobre a área de influência de Évora, muito útil para caraterizar o nosso espaço de análise, também realizou um estudo sobre a perspetiva sociogeográfica da regionalização.

Para além de todos os autores citados, é relevante destacar Maria Antónia Pires de Almeida, investigadora que, a partir da História e da Ciência Política, tem desenvolvido trabalhos sobre o poder local. Para além de ser autora de duas bases de dados — uma sobre todos os presidentes de câmara do país entre 1936 e 2021 e outra sobre as comissões administrativas nomeadas entre 1974 e 1976 —, é também responsável por uma vasta obra sobre o poder local (2013, 2014, 2016, 2024) e sobre a presença das mulheres na política, tanto a nível local como nacional (2015, 2019). O conjunto dos seus trabalhos constitui um contributo relevante para uma análise aprofundada das estruturas do poder local, tanto em contexto democrático como durante a ditadura.

No campo do direito, Diogo Freitas do Amaral (2001, 2014) contribuiu com inúmeros estudos sobre a questão do direito administrativo onde as autarquias também são analisadas. Juntamente com Batista Machado (1982) cada um nas suas obras defendem a importância do poder local dentro do estado democrático. Além destes Feliciano Alves que também aprofunda conhecimento sobre a legislação eleitoral local e complementar (2021).

No âmbito da Ciência Política, é de frisar a dissertação de mestrado de Manuel Maio (Maio2017) onde é traçada uma análise da evolução do poder local vigente até à atualidade com base na administração local. Um estudo realizado por Luís de Sousa e Filipe Grilo (Sousa & Grilo, 2014) durante as comemorações dos 40 anos da democracia portuguesa também foi considerado para este trabalho, pois, este procurou explorar as qualidades da democracia no poder local vista pelos presidentes das assembleias municipais.

Dada a importância socioeconómica dos mármore para o concelho de Vila Viçosa é de destacar para fins de caracterização deste concelho a tese de doutoramento de Armando Quintas (2021), onde é explorada a história e a valorização cultural da região dos mármore onde este concelho se insere.

Já para o caso de Évora, também para efeitos de caracterização destacamos a tese de doutoramento de Domingas Simplicio (1997) usada para fazermos uma análise geográfica do espaço urbano da cidade eborense que depois complementamos com o trabalho de Teresa Salgueiro (1992) que se debruça sobre o concelho de Évora. Para reforçar este estudo sobre este concelho, nomeadamente ao nível de imprensa local, ainda recorremos à obra de Gil do Monte sobre o jornalismo eborense (1978) e aos artigos de Anabela Fino (1978), de Melo de Carvalho (1977) e de Ferreira de Almeida (1978) também para fazer a caracterização do concelho eborense e para analisar as eleições intercalares de 1978.

Dado que o presente trabalho se baseia na análise das biografias dos indivíduos que integraram o poder local em Évora e Vila Viçosa, tornou-se necessário recorrer à metodologia prosopográfica, de modo a relacionar a história institucional das autarquias com a história biográfica dos indivíduos que exerceram funções no poder local no período cronológico analisado. Esta abordagem permitiu-nos determinar a evolução social ao longo dos anos em estudo, através da análise dos vários eleitos. Para compreendermos estes aspetos, recorremos aos estudos de Lawrence Stone, que se revelaram fundamentais

para a construção das tabelas nas quais os dados recolhidos foram inseridos, permitindo-nos, posteriormente, proceder à sua análise. (2011).

São estes, portanto, alguns dos trabalhos e investigadores, do campo historiográfico e de outras ciências ligadas à temática do poder local, que se debruçam sobre os sistemas políticos autárquicos tanto do Estado Novo como do regime democrático e também sobre os concelhos em estudo. O meu contributo para este âmbito de estudos, será o de compreender as eventuais alterações registadas na transição do poder local se houve ou não uma rutura total com o Estado Novo na administração local. Destacando-se as reformas não apenas nos métodos de eleição, na competição eleitoral e práticas eleitorais e por fim, na composição das elites locais, onde os munícipes passaram a poder participar livremente legitimando os poderes instituídos.

Desta forma, iremos procurar contribuir para o alargamento da visão sobre a descentralização do poder local nos concelhos de Évora e Vila Viçosa. Procuramos compreender as eventuais alterações registadas na composição sociocultural das elites locais autárquicas destes concelhos, entre o último executivo nomeado durante o Estado Novo até ao último executivo eleito em 1989 e, ainda, as respetivas dinâmicas políticas e partidárias no quadro da competição eleitoral nos municípios.

Metodologia

O processo metodológico iniciou-se com leituras aprofundadas de literatura científica sobre a transição política portuguesa, após a revolução do 25 de Abril de 1974. A partir de várias leituras, foi então possível definir a questão principal a que pretendemos dar resposta no presente trabalho, a relembrar: o conhecimento das dinâmicas locais e do desenvolvimento da identidade política democrática, na perspetiva das mudanças ocorridas no perfil dos elementos que constituíram os vários executivos camarários eleitos entre 1976 e 1989, nos concelhos de Évora e de Vila Viçosa.

Após a definição da nossa questão, que se situa no âmbito da história política e social, iniciámos as investigações no Arquivo Distrital de Évora, no Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, e na Biblioteca Pública de Évora. A informação recolhida nestas instituições foi complementada com informações recolhidas no arquivo online da Rádio Televisão Portuguesa (RTP) e do site do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Tendo em conta as mudanças registadas ao nível da legislação eleitoral após 1974, nomeadamente as instâncias e autoridades que estão associadas ao recenseamento, aos processos eleitorais e sua supervisão, fizemos igualmente diligências junto de outras instâncias e organismos, nomeadamente os tribunais de comarca. Era nosso propósito recolhermos informações mais detalhadas e completas para a reconstituição do perfil sociocultural dos indivíduos que concorriam às eleições bem como da sua inscrição partidária. Infelizmente, e embora genericamente para o período do nosso estudo as “(...) listas de candidatos [sejam] apresentadas perante o juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível (...)” (Alves, 2021, 18), as diligências feitas junto dos Juízo e Competência Genérica de Vila Viçosa e Juízo Local Cível de Évora, não conduziram aos resultados desejados. As informações sobre naturalidade, formação académica, profissão, idade, estado civil, e eventuais incompatibilidades relativas a cada um dos indivíduos que integra a lista de candidatos, ficaram fora do nosso alcance. Embora os tribunais não tivessem negado o acesso, no primeiro caso, embora o juiz tivesse dado autorização para a consulta, fomos depois informados que a documentação não se encontrava; relativamente a Évora, tivemos oportunidade de consultar alguma documentação que nos foi disponibilizada, mas a mesma não correspondia exatamente às “listas de candidatos”. A recolha e análise das fontes arquivísticas foi, portanto, sendo articulada com outras leituras, entre elas, a legislação, algo que contribuiu para o progresso do trabalho ajudando-nos a ajustar a metodologia quando necessário.

Deste modo, e para procurarmos colmatar determinadas lacunas, a memória também contribuiu significativamente. O recurso à história oral para o caso de Vila Viçosa foi basilar para complementar as poucas informações recolhidas nos arquivos relativos à idade, profissão e partido político. Na maioria dos casos, estes indicadores não se encontravam documentados nas fontes consultadas. Neste sentido, as lembranças pessoais dos inquiridos ajudaram a suprir as lacunas das fontes e proporcionaram uma visão mais abrangente e minuciosa sobre as informações que nos interessam.

A seleção das pessoas inquiridas foi feita de forma criteriosa, baseada nos percursos profissionais e políticos dos entrevistados, na sua filiação partidária, na idade e, nalguns casos específicos, nas memórias sobre a localidade, assim como nas memórias familiares. No caso das freguesias rurais de Vila Viçosa, o questionário oral abrangeu as mesmas questões que foram colocadas às pessoas da sede do concelho calipolense.

Para organizar todas as informações recolhidas sobre os vários executivos camarários, elaborámos várias tabelas no terceiro capítulo, divididas em função dos anos em que após 1974 ocorreram as eleições, as nomeações das primeiras comissões administrativas e também no final do Estado Novo. Para reforçar esta informação também usei as informações disponíveis sobre os resultados camarários, no site Marktest relativas aos resultados eleitorais distritais e concelhios tendo inserido estas informações em tabelas de modo a facilitar a sua leitura e a sua análise. De modo a evitar a repetição de informações, e considerando que ambos os concelhos fazem parte do mesmo distrito, optámos por comparar, em Évora, os seus valores com os valores distritais, enquanto, no caso de Vila Viçosa, a comparação foi feita com o concelho de Évora, que constitui o foco de análise do presente trabalho. Este trabalho de organização da informação foi importante pois além de contribuir para sistematizar a análise dos vários executivos, ofereceu-nos uma base sólida para efetuarmos a comparação entre o concelho de Évora e Vila Viçosa. Esta estruturação da informação permitiu-nos, ainda, destacar as evoluções políticas registadas ao longo das várias eleições para as autarquias, oferecendo-nos uma melhor perceção sobre as mudanças e continuidades assinaladas entre os dois concelhos. Em termos de organização da informação, cabe referir que construímos uma tabela onde são identificados todos os partidos da vida política democrática inscritos entre 1974 e 1990, com o intuito de evidenciarmos a diversidade de formações partidárias e, posteriormente, destacarmos os presentes nas eleições municipais em cada um dos concelhos estudados.

A dissertação baseia-se, desta forma, numa metodologia qualitativa de interpretação documental, sendo também utilizada uma metodologia quantitativa, embora elementar, para organizar os dados obtidos. A utilização das tabelas transmite uma perceção da evolução registada em cada concelho ao longo das várias eleições, oferecendo-nos uma análise importante para o estudo comparativo e possibilitando identificar tendências, padrões e contradições pertinente entre as duas realidades concelhias.

Refira-se, finalmente, que com o propósito de correção em termos gramaticais e de sintaxe, se usou o ChatGTP.

Capítulo 1 – Aspetos sociodemográficos e económicos dos concelhos de Évora e de Vila Viçosa do final do Estado Novo à entrada na CEE

Neste capítulo vamos caracterizar os concelhos de Évora e Vila Viçosa, com ênfase nos aspetos históricos, sociodemográficos e económicos¹ para posteriormente os compararmos. Nesta comparação, teremos como objetivo encontrar eventuais aspetos que contribuem para contextualizar o perfil sociocultural dos eleitos, bem como o número de vereadores e membros das assembleias municipais.

Em relação à estrutura do capítulo, começaremos por fazer uma breve síntese sobre alguns atributos do país e do Alentejo durante os anos da transição democrática. Em seguida, caracterizaremos os concelhos de Vila Viçosa e Évora, identificando o número de freguesias, as características das suas economias e as principais iniciativas realizadas por ambas as câmaras municipais durante os primeiros anos da vida democrática. Consideramos que as iniciativas dos municípios no início do período democrático tinham em vista responder a dificuldades e problemas existentes e, nessa medida, acabam por ser um elemento de caracterização do próprio concelho. Na parte final do capítulo falaremos dos indicadores escolares, demográficos e económicos.

A revolução do 25 de Abril de 1974 iniciou o processo de transição democrático que culminou, dois anos depois, nas primeiras eleições gerais (25 de abril de 1976), excetuando as da constituinte, nas primeiras eleições autárquicas (12 de dezembro de 1976) e na promulgação da constituição (10 de abril de 1976). Esta revolução foi dirigida pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), um movimento que tinha como objetivo democratizar o país, proceder à descolonização e desenvolver o país e melhorar as condições de vida da população (Ruivo, 2013: p. 90).

Após o golpe militar, o país entrou num período de grande complexidade a nível político e militar, conhecido como o Processo Revolucionário em Curso (PREC), que teve grandes impactos na sociedade portuguesa através dos processos de nacionalizações dos setores-chave da economia, como a banca, os transportes e as telecomunicações, bem como na reforma agrária, que incidiu principalmente no Alentejo, onde os latifúndios foram expropriados e redistribuídos (Ramos, 2010: p. 681). As grandes mudanças citadas

¹ Só foi possível apurar os dados económicos de ambos os concelhos para a década de 1970. Os dados para 1991 não foram calculados pelo INE tal como se pode ver nos anexos 9.

ocorridas, neste intervalo temporal, procuraram combater as desigualdades existentes e modernizar o país, embora tenham criado múltiplos conflitos e resistências.

Os dois concelhos em estudo, Évora e Vila Viçosa, situam-se no coração do Alentejo, onde a reforma agrária teve um impacto significativo. Este território constituído por grandes propriedades agrícolas, muitas das quais exploradas em regime de latifúndio, foram alvo de expropriação com vista à instituição de unidades coletivas de produção. Um dos partidos políticos mais ligado ao processo da reforma agrária foi o Partido Comunista Português (PCP), responsável pela movimentação das massas na “cintura industrial de Lisboa e [entre os] camponeses da Zona de intervenção da Reforma Agrária” (Ferreira, 2001: p. 109). A criação da reforma agrária era considerada, na opinião do Secretário-Geral do PCP, uma das maiores conquistas da revolução, tendo sido conduzida, na maioria dos casos, por assalariados rurais. (Cunhal, 1976: pp. 93-94)

Paralelamente a estas dinâmicas económicas, sociais e políticas deu-se uma profunda renovação no poder local. Os representantes do Estado Novo foram substituídos por um novo pessoal político que, em alguns casos, também pertencia a comissões de trabalhadores, que foi responsável por liderar as comissões administrativas municipais até à eleição dos novos órgãos do poder local (Oliveira, 1996: p. 350).

No Alentejo, nas eleições autárquicas de 1976, a Frente Eleitoral Povo Unido² conquistou a quase totalidade das câmaras municipais desta região, à exceção das de Almodôvar, Alvito, Moura, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Vidigueira (Oliveira, 1996: p. 357). Apesar deste cenário no Alentejo, foi o PS que venceu no panorama nacional.

As mudanças políticas, ocorridas graças à revolução, abriram caminho a novas oportunidades para a população, que passou a estar representada, através de eleições livres, nos órgãos do poder local. Porém, as dinâmicas ocorriam em contextos socioeconómicos que podiam ser diferentes. Assim, e embora já tenhamos referido alguns aspetos de enquadramento que eram comuns ao Alentejo, importa agora fazer incidir um olhar mais detalhado sobre eventuais diferenças e/ou semelhanças entre os concelhos de Évora e Vila Viçosa, em termos de população, estrutura económica e níveis de escolaridade. Foi sobretudo sobre estes indicadores que conseguimos reunir informação.

² Esta coligação era constituída pelo Partido Comunista Português, pelo Movimento Democrático Português e pelo Frente Socialista Popular.

Este exercício de contextualização é relevante na medida em que pode ter algum contributo quanto ao perfil dos eleitos autárquicos, com particular incidência nas vereações e assembleias municipais.

Começamos por caraterizar o concelho calipolense. Vila Viçosa é um concelho que está localizado no Alentejo, mais em concreto no distrito de Évora. É um território que se destaca economicamente por estar inserido na região dos mármore, que inclui além deste concelho também os concelhos vizinhos de Borba e Estremoz (Quintas, 2021: p. 33). Embora a indústria das rochas ornamentais tivesse na década de setenta do século XX grande importância económica, a agricultura e o setor terciário eram igualmente atividades importantes neste concelho, tal como ainda o são. Os pequenos negócios locais, como as lojas, os restaurantes e os serviços possuíam um papel vital na economia calipolense. O artesanato local, como produtos de mármore esculpido (Quintas, 2021: p. 36), também contribuía, e contribui, para a economia, oferecendo produtos que atraem turistas e consumidores.

Nos primeiros anos da vida democrática, o concelho calipolense, à semelhança dos restantes concelhos do Alentejo (RTP Arquivos, 1976), também sofria com o problema da falta de habitação, algo que é mencionado em ata da câmara municipal a 24 de fevereiro de 1981, motivo pelo qual foi feita uma “proposta para a construção de 20 fogos de habitação social T-3-em Vila Viçosa, na Quinta-Augusta” (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1979, 1980; 1981: p. 2).

Simultaneamente, detetavam-se também problemas em áreas essenciais como o saneamento básico. Um exemplo disso foi a construção dos ramais de esgotos dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa. Em março de 1979, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa foi notificada para pagar 2 712\$50, valor este que corresponde aos trabalhos de ligação dos esgotos entre o ramal de esgotos e, o quartel sede e seus respetivos Anexos. O trabalho foi realizado por pessoal bombeiro e dado o carácter humanitário da instituição ao serviço da comunidade, a câmara deliberou a anulação da dívida. (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1979: 3; 1980 e 1981).

A falta de abastecimento de água foi outro problema identificado. Para lhe dar resposta, a autarquia adquiriu um terreno onde “implantou furos para abastecimento de água a Vila Viçosa.” (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1977:2; 1976 e 1978).

Para além destas necessidades básicas, foram levados a cabo empreendimentos relacionados com o calçamento de ruas, reparação de estradas degradadas e eletrificação. A título de exemplo destaca-se a eletrificação da zona da ribeira de Bencatel. Foi apresentado na reunião da câmara um abaixo-assinado subscrito por vários moradores residentes na zona da ribeira de Bencatel, que solicitavam à câmara municipal que eletrificasse a zona. Perante este pedido, o presidente da câmara informou os restantes vereadores que a Eletricidade de Portugal (EDP) se havia encarregado desse projeto. (Atas das reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1979 e 1980; 1981: p. 3).

Em termos territoriais, o concelho de Vila Viçosa corresponde a 195 Km² de superfície e é formado por cinco freguesias: três rurais, Ciladas (São Romão), Bencatel e Pardais, e duas urbanas, Conceição e São Bartolomeu, localizadas na sede do concelho, sendo também as mais populosas. É delimitado a Norte pelo concelho de Elvas, a Sul pelo concelho do Alandroal, a Oeste pelo concelho de Redondo e a Noroeste pelo concelho de Borba. Em contraste com Vila Viçosa, Évora é um concelho com uma dimensão territorial bastante superior, de 1307 km² de área e albergando também a cidade a capital de distrito. O seu concelho estava dividido, em 1976, em 14 freguesias. As freguesias urbanas e também as mais populosas deste concelho eram Santo Antão, S. Mamede, Sé, S. Pedro e Boa Fé, enquanto as rurais eram Nossa Senhora da Graça do Divor, Nossa Senhora de Machede, Nossa Senhora de Tourega, S. Bento do Mato, S. Manços, S. Miguel de Machede, S. Sebastião da Giesteira, S. Vicente do Pigeiro e Torre de Coelheiros. Posteriormente, o número de freguesias aumentou para 16, com a criação, a 4 de outubro de 1985 (*Diário do Sul*, 7 de outubro de 1985: p. 2), da freguesia urbana dos Canaviais e da freguesia rural de Nossa Senhora da Guadalupe. Em termos concelhios, este concelho é delimitado a Norte pelo concelho de Arraiolos, a Nordeste pelo de Estremoz, a Este pelo concelho de Redondo, a Sudeste por Reguengos de Monsaraz, a Sul por Portel, a Sudoeste por Viana do Alentejo e finalmente a Oeste pelo concelho de Montemor-o-Novo.

Apesar da sua maior dimensão e estatuto como capital de distrito, o concelho de Évora enfrentava, tal como Vila Viçosa, diversos desafios estruturais nos primeiros anos da democracia, como por exemplo no que diz respeito à falta de água. Este problema foi evidenciado num comunicado do município, publicado no *Notícias de Évora* no qual era reconhecido que o abastecimento de água à cidade de Évora era grave, e que não havia soluções imediatas para resolver a questão. (6 de julho de 1976: p. 1)

A par da escassez de água, também a falta de habitação era um dos grandes problemas deste concelho. Para tentar mitigar esta situação, a câmara promoveu, nos primeiros três anos da vida democrática, a construção de 490 fogos que foram posteriormente distribuídos pela população. (Carvalho, 1977: p. 50)

Além destes problemas atrás mencionados também existiam problemas em termos de abastecimento de eletricidade e habitações precárias nos 30 bairros clandestinos do concelho de Évora, de que é exemplo o bairro dos Canaviais, onde:

“As construções, apesar de a maior parte serem clandestinas, são de relativa boa qualidade quanto a segurança e materiais utilizados (...) sendo que grande parte dos arruamentos se encontram asfaltado, existe uma rede de esgotos e a rede de distribuição de energia é muito deficiente” (Ferreira, 1978: p. 35).

Apesar das dificuldades estruturais referidas, Évora, enquanto cidade capital de distrito, beneficiava de vários privilégios, nomeadamente pela concentração de empregos relacionados com a administração do território deste e com variedades dos serviços, pois, aqui se localizavam as principais unidades de saúde e ainda todos os níveis de ensino desde o primário até ao superior. (Ferreira, 1978: p. 52)

A concentração de funções centrais³ na cidade de Évora, contribuiu para que muitos serviços da vida económica e social ultrapassassem os limites do concelho, estendendo-se mesmo para além do distrito (Salgueiro, 1992: p. 125). A seguir a Évora, no distrito, destaca-se a região dos mármore (incluindo o concelho de Vila viçosa), que concentrava a segunda zona com mais funções centrais. Segundo Jorge Gaspar, a tendência observada é a de uma crescente disseminação dessas funções centrais, o que implica que, após se fixarem em Évora, elas se começam a disseminar por outros centros urbanos, de nível inferior (Gaspar, 1981: p. 119).

De todo o modo, a concentração destas funções centrais em Évora não se refletiu apenas na organização dos serviços, mas também na evolução demográfica, cujos valores diferenciam o concelho eborense e o concelho de Vila Viçosa, entre 1970 e 1991. Em Vila

³ Segundo Jorge Gaspar, as funções centrais estão relacionadas com o acesso a unidades de comércio alimentar e de bens de consumo, à redução das atividades artesanais (carpinteiros, alfaiates etc.), ao desenvolvimento da atividade bancária, a presenças de unidades de saúde e à localização de estabelecimentos de ensino (Primário, Preparatório e Secundário). (Gaspar, 1981: pp. 102-103)

Viçosa, constatamos que não houve grandes alterações dos seus efetivos populacionais ao longo do período analisado, passando este concelho de 9208 habitantes, em 1970, para 9068, em 1991. Trata-se de uma quebra de efetivos populacionais que, não sendo muito acentuada, era perceptível. A sua densidade populacional era de 47,2 habitantes por Km², em 1970, valor que reduziu ligeiramente para 46,5 habitantes por Km², em 1991.

No período em estudo, Évora afirma-se como um concelho em crescimento populacional, subindo a sua população de 46900 habitantes, em 1970, para 53754 habitantes, em 1991, sendo a cidade de Évora caracterizada por Jorge Gaspar como uma das “principais sedes de distrito” do interior sul (Gaspar, 1981: p. 326). Este concelho possuía uma densidade populacional de 35,9 habitantes por Km² em 1970, valor que subiu para os 41,1 habitantes por Km² em 1991. Este crescimento populacional transparece no grande aumento de população nos bairros clandestinos, que foram legalizados pela Câmara Municipal de Évora durante este período. Um exemplo emblemático deste fenómeno é o do bairro dos Canaviais – posteriormente elevado a freguesia -, onde, em 1978, a maioria da população se situava na faixa etária dos 40 aos 45 anos (Ferreira, 1978: p. 33).

O crescimento populacional verificado no concelho de Évora está ligado à sua importância socioeconómica. Segundo Domingas Simplicio (1997: p. 259), a forma como a cidade se organiza funcionalmente é influenciada pelas características da população que nela vivem ou que a esta recorrem. Isto acontece porque a quantidade de habitantes e o seu perfil social e económico afetam diretamente o número e o tipo de atividades e serviços que surgem na sede do concelho.

Tabela 1 – Evolução da população nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1970-1991).

Concelhos	Extensão territorial (Km ²)	Total de habitantes (1970)	Total de habitantes (1981)	Total de habitantes (1991)
Évora	1307	46900	51572	53754
Vila Viçosa	195	9208	8546	9068

Fontes:) - ANMP – Mapa dos Municípios. <https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/> (acedido a 25 de fevereiro de 2025); INE – Delegação Regional do Alentejo - Indicadores estatísticos do Distrito de Évora para a década de 1970. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.1);**3)** – INE – XIII Recenseamento Geral da População (1991). Resultados definitivos do Alentejo, p. 21.

Em termos económicos, a indústria dos mármore desempenhava um papel importante na economia de Vila Viçosa, sendo o seu principal motor. Em 1970, este setor contribuiu com 71 milhões de escudos para o PIB total que era de 171,5 milhões de escudos. As seguintes áreas que também tiveram um peso significativo foram a agricultura com 47 milhões, enquanto os serviços contribuíram com 34,7 milhões e a indústria transformadora com 15,1 milhões. Os restantes setores foram a construção de obras públicas, com 2,2 e o setor energético e água com 1,5 milhões. O PIB per capita situava-se, em 1970, nos 18,6 escudos por habitante.

Apesar de em Vila Viçosa se destacar no âmbito económico a indústria dos mármore, no concelho de Évora, a realidade económica é distinta justificada pela sua importância enquanto cidade central capital de distrito. Com um PIB total de 746,3 milhões de escudos, o seu setor dominante justificado pela relevância de Évora era a área dos serviços com 346,6 milhões de escudos, sendo este a par das indústrias as áreas onde a mão de obra é mais elevada (Ferreira, 1978: pp. 51-52). A segunda atividade económica mais importante era a agricultura, com 289,2 milhões de escudos. Além destes, a indústria transformadora contribuiu para a economia eborense com 66,6 milhões sendo seguida pelo setor da construção de obras públicas com 28,2 milhões de escudos, pelo setor energético e da água com 9,1 milhões e por fim pela indústria extrativa com 6,6 milhões.

Apesar destes indicadores expressivos face a Vila Viçosa, os dados publicados sobre o PIB per capita eborense apresentam este como inferior ao de Vila Viçosa situando-se, em 1970, nos 15,90 escudos por habitante. Algo que se refletia nos rendimentos considerados baixos, situando-se entre os 2000 e os 3000 escudos. (Ferreira, 1978: p. 33)

Ao compararmos ambos os números, podemos constatar que embora o PIB total de Évora seja muito maior do que aquele registado em Vila Viçosa, é no PIB per capita que a situação se inverte, com o concelho calipolense a apresentar um valor maior por habitante. Enquanto em Évora o setor dos serviços é o mais importante, refletindo a sua centralidade como cidade sede de concelho e capital de distrito, em Vila Viçosa é a área dos mármore que se evidencia dentro do campo económico no concelho calipolense. É importante notar que, na segunda posição, em ambos os concelhos, se encontra a agricultura, setor económico mais importante do Alentejo, em termos económicos, sendo este setor representado sobretudo, à época, pelo sistema de latifúndio e de grande exploração, onde

avultava a criação pecuária e a cerealicultura, os “«senhores do pão».” (Rosas, 1998: p. 44)

Tabela 2 - Produto interno bruto (PIB) dos concelhos do Distrito de Évora - 1970, ao custo dos fatores e a preços correntes (1 000 000 Escudos).

Concelho	PIB Total	PIB per Capita	1	2	3	4	5	6
Évora	746,30	15, 9	289,2	6,6	66,6	28,2	9,1	346,6
Vila Viçosa	171,50	18, 6	47	71	15,1	2,2	1,50	34,7

Legenda: 1) Agricultura, silvicultura, caça e pesca; 2) Indústrias extrativas; 3) Indústria transformadora; 4) Construção e obras públicas; 5) Eletricidade, gás e água; 6) distribuição e serviços

Fonte: INE - Estatísticas económicas do Distrito de Évora de 1970. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.1)

Passando agora à análise dos níveis de escolaridade registados em ambos os concelhos, podemos mencionar que existe escassez de dados recolhidos com base no recorte administrativo concelhio, relativamente aos anos em estudo. Tanto nos Censos como nas Estatísticas da Educação, ambos elaborados pelo INE, a organização e agregação dos dados foi sofrendo mudanças para o período que nos interessa e a unidade concelho foi sendo cada vez menos usada. A situação referida tem incidência sobretudo sobre o período pós 1974.

Apesar destas limitações, conseguimos reunir alguns dados que permitem esboçar um retrato da situação educativa nos últimos anos do Estado Novo. De acordo com as Estatísticas da Educação de 1973, os anos de escolaridade iam desde a 1ª classe até à 6ª classe, sendo comum encontrar nas instituições de ensino não apenas crianças, mas também adolescentes e adultos (INE – Estatísticas da Educação, 1973: pp. 21-22).

Neste contexto, ao analisarmos a taxa de matriculados, verificamos que, apesar da grande diferença populacional entre Évora e Vila Viçosa, os valores desta taxa não são muito diferentes entre ambos os concelhos. O concelho de Évora apresenta uma taxa de 10,3%, ligeiramente superior à registada em Vila Viçosa, que se situava nos 10,2%.

Esta diferença pode ser facilmente explicada, uma vez que Évora, embora com uma população concelhia maior, dispõe também de um número mais elevado de escolas – 65

contra apenas 10 existentes em Vila Viçosa. (INE – Estatísticas da Educação, 1973: pp. 21-22).

O baixo nível da taxa de matriculados estava em consonância com os valores distritais, onde poucas pessoas concluíam o ensino secundário, sendo esse número ainda mais reduzido no caso dos indivíduos com formação superior. Importa ainda referir que, em termos distritais, 64% da população era analfabeta (Ferreira, 1978: p. 52).

Tabela 3 – Matriculados no ensino primário (entre a 1ª e a 6ª classe) nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1973).

Concelhos	População total	Total de alunos matriculados	Taxa de alunos matriculados
Évora	46900	4839	10,3%
Vila Viçosa	9208	938	10,2%

Fonte: (INE- Estatísticas da Educação, 1973: p.21-22)

Ao analisarmos a evolução temporal, constatamos uma melhoria significativa entre 1973 e 1991. Embora esta análise seja relativa, pois os indicadores não são exatamente os mesmos, é possível verificar um claro aumento no número de habitantes que possuíam o nível de escolaridade obrigatória, nos dois concelhos.

Devemos, contudo, acrescentar que segundo o Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro a escolaridade obrigatória subiu até ao 9 ano de escolaridade. Deste forma, com base na Tabela 4, constatamos que a taxa de analfabetismo era maior em Vila Viçosa (18,7%) do que em Évora (12,5%), porém a taxa de indivíduos detentores da escolaridade obrigatória era maior em Vila Viçosa (12,3%) do que em Évora (11,3%). Estes dados sugerem que, embora tenham ocorrido alterações significativas na vida da população, ainda havia muito a fazer no início dos anos 90 no que diz respeito à redução da taxa de analfabetismo.

Tabela 4 – População segundo o nível de instrução nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1991).

Concelhos	População Total	Taxa analfabetismo	População com escolaridade obrigatória	Taxa de indivíduos com a escolaridade obrigatória
Évora	53754	12,5%	6047	11,3%
Vila Viçosa	9068	18,7%	1111	12,3%

Fonte: INE – XIII Recenseamento Geral da População. Resultados definitivos do Alentejo em 1991, p. 22.

Como ideias finais relativamente à comparação de alguns indicadores socioeconómicos e culturais entre os dois concelhos, podemos perceber que Évora e Vila Viçosa partilham tanto diferenças como semelhanças. Nos dois concelhos, as novas elites locais procuraram nos primeiros anos da vida democrática resolver os principais problemas da população que já vinham do regime anterior relacionados à questão da habitação, saneamento e eletricidade. Além destes problemas que foram sendo gradualmente resolvidos por ambas as câmaras, também em termos escolares constatamos que houve um crescimento significativo nos níveis de escolaridade obrigatória em ambos os concelhos entre 1973 e 1991.

Uma diferença que notamos entre os concelhos está relacionada com a questão da dimensão e evolução das respetivas populações. O concelho de Évora é mais relevante neste aspeto, contudo, Vila Viçosa apresenta uma densidade populacional maior.

O dado mais relevante é o facto de o concelho de Évora ter aumentado a sua população ao longo dos anos em estudo, passando de 46 900 habitantes em 1970 para 53 754 habitantes em 1991. Já Vila Viçosa manteve-se relativamente estagnada, com a população a manter valores quase idênticos entre 1970, quando era de 9 208 habitantes, e 1991. É importante destacar uma quebra significativa em 1981, ano em que a população diminuiu para 8 546 habitantes. No entanto, este concelho recuperou parte da população perdida, voltando a crescer para 9 068 habitantes em 1991 (Tabela 1).

Embora Vila Viçosa tenha uma população muito mais reduzida em comparação com Évora, o concelho calipolense apresentou sempre uma densidade populacional superior ao concelho eborense entre 1970 e 1991: 47,2 habitantes por Km², em 1970, e 46,5 habitantes por Km², em 1991. Évora, por sua vez, apresenta números de densidade

populacional mais baixos. Em 1970, este concelho contava com 35,9 habitantes por Km² valor que sobe, em 1991, para os 41,1 habitantes por Km².

Para esta situação terá contribuído o facto da cidade sede de distrito acolher diversos serviços, no campo administrativo, educacional e de saúde, nomeadamente. Vila Viçosa, por seu turno, possui um setor terciário menos abrangente, situação justificada por ser um concelho com menor relevância, quando comparamos com o concelho eborense, algo que é também refletido na sua população mais ou menos constante ao longo destas décadas. A economia era fortemente baseada na exploração e extração dos mármore.

Podemos, assim, frisar que, com a consolidação da democracia, os dois concelhos em estudo, à semelhança dos restantes concelhos do Alentejo, passaram por um processo de modernização progressivo, destacando-se melhorias nas infraestruturas (abastecimento de água, eletrificação, construção de habitações, de estradas, saneamento etc.), algo que também é corroborado por Henrique Barrilaro Ruas (1994:100) vinte anos depois, quando reflete sobre esta temática.

Este esforço de uma perspetiva de contextualização de ordem demográfica, socioeconómica e cultural, prende-se com a hipótese de que a eventual existência de diferenças entre os dois concelhos relativamente ao perfil socioeconómico e cultural dos indivíduos envolvidos nas dinâmicas autárquicas, nomeadamente ao nível municipal, podem assentar, pelo menos parcialmente, nestas diferenças de contexto.

Capítulo 2 – Os sistemas políticos autárquicos do Estado Novo e do Regime Democrático em Portugal. Aspetos institucionais e quadro legal.

Neste capítulo iremos procurar conhecer os modelos político-administrativos autárquicos, do Estado Novo e em seguida o democrático, entre 1976 e 1989, anos que abarcam a nossa cronologia de investigação. É ainda feita uma análise breve aos partidos que surgiram no período democrático, de modo a identificarmos aqueles que concorreram às eleições autárquicas nos concelhos de Évora e Vila Viçosa.

É nosso intuito contribuir para o conhecimento das transformações ocorridas nas estruturas do poder local ditatorial e democrático, nomeadamente dos fundamentos da legitimidade dos cargos municipais e nas suas relações com o poder central, contrastando no final ambos os períodos. Deste modo ficamos a conhecer, num primeiro momento, as competências deste órgão durante a ditadura e, posteriormente, durante a democracia.

2.1 – A Administração Municipal durante o Estado Novo

Antes de fazermos a explicação de como era constituído o sistema político autárquico durante a ditadura, vamos caracterizar sucintamente o que foi o regime do Estado Novo. O Estado Novo vigorou de 1933 a 1974 e foi um regime autoritário e ditatorial assente num forte centralismo do poder em sistema de partido único e num sistema económico-social corporativista, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional.

Este Estatuto promovia a empresa privada, defendia a estabilidade social e atribuía ao Estado o papel regulador. Simultaneamente, eram desvalorizados os direitos dos trabalhadores em benefício do capital, proibindo a realização de greves e não permitindo a existência de sindicatos na administração pública, prevendo a integração obrigatória dos patrões e dos trabalhadores na respetiva organização corporativa definida pela lei (Moreira, 2002b: p. 435).

O corporativismo adotado pelo regime salazarista (designação resultante do nome de António Oliveira Salazar, a principal figura do regime) visava garantir a colaboração entre as classes, através da ação do Estado, servindo este como conciliador dos interesses

divergentes entre o patronato e os assalariados. Com este sistema económico-social, o regime procurava garantir neste a ordem, a disciplina e a autoridade (Moreira, 2002b: p.436).

Segundo Lucena (1976: p. 99) a conceção corporativa ultrapassava a esfera político-económica e englobava o conjunto da sociedade, incluindo a família.

“Quando se fala em corporativismo, ora se está a designar uma parte ora o todo. A parte é a organização corporativa propriamente dita, conjunto de instituições «sui generis» que enquadram a sociedade e nas «forças vivas». O todo é um regime que decerto se realiza através desse conjunto institucional, mas cujos princípios o ultrapassam. Na família, por exemplo, que não entra na organização corporativa «stricto sensu», encontramos a mesma recusa dos conflitos e o mesmo princípio de ação: mestre, o pai colabora harmoniosamente com os filhos-aprendizes.”

Apesar de Portugal ter adotado a teoria o corporativismo, este nunca foi implantado na prática, tal como é defendido por Rui Ramos (2010: p. 645), segundo o qual “o plano do corporativismo nunca foi realizado. Foram sobretudo as corporações económicas que se desenvolveram, e mesmo essas só a um nível básico.” Esta ideia também é apoiada por António de Araújo que acrescenta que o corporativismo foi “o mais falhado dos projetos do regime salazarista” (Araújo, 2008: p. 207).

No que diz respeito aos órgãos do poder local, estes encontravam-se dependentes do poder central, uma vez que era o governo nacional quem escolhia os governantes locais. A *Constituição de 1933* definia as divisões administrativas do poder local, bem como as orientações para a sua constituição. O governo civil, cuja nomeação cabia ao governo central, assumia um papel importante na ligação entre o poder central e os órgãos autárquicos pois era este quem nomeava e exonerava os presidentes das autarquias locais.

É importante mencionar que aquela Constituição sofreu várias alterações que tiveram impacto na vida nacional, destacando-se a revisão de 1935-1938 que teve consequências no poder local, salientando-se o artigo 126º da lei 1885 de 23 de março onde era mencionado que o poder central poderia intervir no poder local. (Lei n. º1885, de 23/03/1935: p. 331)

Esta revisão constitucional é posteriormente reforçada com a entrada em vigor do *Código Administrativo de 1936-1940*, que subordinava grande parte das resoluções das autarquias

à aprovação do governo. A autarquia durante o regime ditatorial era, para Marcello Caetano, um dos autores do código atrás citado, uma entidade coletiva ligada a uma população e a um determinado território. Este, por sua vez, podia corresponder simultaneamente a uma freguesia – a base administrativa – e integrar estruturas maiores como o concelho e a província. No entanto, por ser uma parte do território do Estado, a sua autoridade estava sempre sujeita aos limites impostos pela lei. (Caetano, 1991: p. 309)

A estrutura dos concelhos enquanto autarquia assentava na classificação dos municípios, constituindo estes “a principal dimensão territorial do Português” (Gaspar, 1982: p. 103). Em termos administrativos os concelhos eram de duas naturezas, rural e urbano e, dentro destas categorias, ainda se dividiam em três ordens. Consideravam-se urbanos os concelhos que tivessem como sede uma cidade capital de província com pelo menos 25 000 ou mais habitantes, desde que essa população representasse pelo menos um quarto da população total do concelho. Além disto, também eram classificados como urbanos os concelhos que eram federados com os concelhos de Lisboa e Porto. Todos os restantes concelhos que não se inseriam nestes critérios, eram classificados como rurais. (*Código Administrativo*, 1936: p. 25)

A divisão dos concelhos rurais pelas três categorias era feita em função da sua população e dos contributos diretos destes concelhos para o Estado, valores estes que oscilavam entre os 1 000 e os 2 500 contos. Os municípios que possuíssem uma população superior a 55 000 habitantes, e que conseguissem pagar além dos 2 500 contos eram classificados como de 1ª ordem. Já os de 2ª ordem tinham uma população inferior a 20 000 habitantes, mas tinham de contribuir para o Estado com um valor acima dos 1 000, mas abaixo dos 2 500 contos. Por fim, os restantes concelhos que não conseguiam contribuir para o Estado com valor já indicado eram qualificados como de 3ª ordem. (*Código Administrativo*, 1936: pp. 25-26)

O presidente da câmara municipal e o vice-presidente eram nomeados pelo governo central e tinham um mandato de quatro anos podendo ser renovável. Por norma, estes indivíduos pertenciam aos grupos sociais com maior prestígio, sendo este adquirido através da posição social, atividade profissional ou académica. O número de vereadores

variava entre seis nos concelhos de 1.^a ordem, quatro nos de 2.^a ordem e dois nos de 3.^a ordem. (*Código Administrativo*, 1936: p. 34)⁴

Os vereadores eram eleitos e exonerados pelo conselho municipal, sendo, por norma, escolhidos os vogais do conselho para exercerem a função de vereador. Naquele órgão, estavam representadas as juntas de freguesia – únicos cargos eleitos por sufrágio direto pelos chefes de família⁵, residentes no concelho, bem como os representantes dos organismos corporativos e misericórdias, onde votavam apenas as mulheres com formação secundária ou superior, e os homens que soubessem ler ou escrever ou que fossem contribuintes com um mínimo de 100\$00. (Ventura, 2002: pp. 48-49). Este órgão era ainda responsável por fiscalizar a atividade do presidente da câmara. Contudo, apesar da importância destes cargos, a maioria dos titulares do poder local não podia ser remunerada pelo Estado, obrigando os políticos locais a ter os seus próprios meios de subsistência (Decreto-Lei n.º 31.095, de 31/12/1940). Esta situação limitava o acesso ao poder local à maioria dos grupos sociais e levava a que, no Alentejo, o poder local fosse visto como um “hobby para os latifundiários ociosos”, uma vez que estes eram dos poucos grupos a possuir meios de subsistência (Araújo, 2003: pp. 137-138). O único indivíduo remunerado nos órgãos autárquicos era o presidente da câmara. Os vereadores exerciam funções de forma não remunerada. (Almeida, 2013: pp. 26-29)

No que diz respeito às freguesias, estas eram, à semelhança dos concelhos, classificadas em três ordens, porém, não tinham de contribuir com nenhum valor para o Estado, repartindo-se em função do seu número de habitantes. As de 1.^a ordem tinham de possuir uma população de 5 000 habitantes incluindo-se nestas as freguesias de Lisboa e do Porto; as de 2.^a ordem tinham uma população entre os 800 e os 5 000 habitantes; e as de 3.^a ordem tinham uma população inferior a 800 habitantes (Campos, 2020: p. 42).

Além do já exposto, podemos ainda acrescentar que, em termos económicos, as autarquias estavam dependentes das políticas de comparticipação do Estado o que limitava as iniciativas locais e a adaptação das políticas às particularidades de cada região (Moreira, 2002b: 432). De acordo com Nuno Portas (1979: p. 10), o centralismo económico devia-se à intenção do sistema económico vigente em manter no mínimo possível a despesa

⁴ Em Lisboa o número de vereadores era de 12 tendo este concelho uma lei especial. (Almeida, 2013: p. 26)

⁵ Considerava-se chefe de família o homem com mais de 21 anos que possuísse habitação própria e independente da residência dos pais. Este critério contribuía para acentuar as desigualdades sociais, acentuando a diferença entre as classes favorecidas e os mais desfavorecidos. (Campos, 2018: p. 71)

pública destinada às necessidades básicas da população. Por outras palavras, procurou-se reduzir os custos com a reprodução da força de trabalho, o que se refletia nos salários diretos muito baixos e em poucos apoios para o alojamento, para os cuidados de saúde ou para a educação.

A realização, durante o Estado Novo, de obras públicas locais (saneamento, eletrificação etc.), por exemplo, dependia “bastante mais das pressões exercidas por personalidades locais ou oriundas dos diversos concelhos do que das autarquias” (Oliveira, 1996: p. 314). É ainda importante acrescentar que nos anos finais da ditadura, sobretudo na primeira fase do marcelismo, o governo coordenou alguns investimentos regionais, porém, as autarquias continuaram limitadas em termos económicos (Oliveira, 1996: p. 324).

2.2 O período democrático e a reconfiguração do Poder Local (1974-1989)

A Revolução de 25 de Abril de 1974 assinala o fim do regime ditatorial e o nascimento da democracia em Portugal, algo que teve várias repercussões no plano político-administrativo e que também afetou o poder local. O vento revolucionário que assolou o país levou a população, incentivada pelos partidos de esquerda, PS e PCP, entre outros, a tomar de assalto as estruturas políticas do poder local. Segundo Henrique Ruas (1994: p. 91), foi também através do poder local que a revolução se difundiu e se enraizou em grande parte do território nacional.

Neste contexto, os VI Governo provisório e o MFA tentaram normalizar a vida das autarquias através de legislação avulsa ou com intervenção do Comando Operacional do Continente (COPCON). Por exemplo, o 1º governo provisório procurou regulamentar a situação dos governadores civis, para que desta forma se pudessem legalizar e efetivar as exonerações ou demissões de grande parte dos presidentes das câmaras do país (Oliveira, 1996: p. 350).

O período da transição democrática, entre 1974 e 1976, resultou na consolidação de um regime democrático, legitimado pela participação popular nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, bem como nas eleições legislativas, presidenciais e autárquicas, realizadas em 1976 (Almeida, 2013, pp. 30-31). Saliente-se que a nova lei eleitoral

democrática definiu a igualdade e a paridade de género perante a lei. (Decreto-Lei 621-A/74, de 15/11/1974)

No poder local a maioria dos presidentes são exonerados a seu pedido até junho de 1974 (Almeida, 2013: p. 68), por não se “identificarem” com o programa do MFA. Até à nomeação das comissões administrativas, o poder local ficou nas mãos dos vereadores mais velhos (Almeida, 2016: p.37). Estas comissões assumiram o controlo das instituições, tendo estas “personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identificam com o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA)” (Decreto-Lei nº 236/74 de 03/06/1974). Em termos partidários estas comissões estavam interligadas, na maioria dos casos, ao MDP (Oliveira, 1996: p. 350) um partido ligado ao Partido Comunista Português (PCP). Como refere Zita Seabra (2007: pp. 168-169):

“O MDP foi criado como uma espécie de PCP legal (ainda durante o Estado Novo), para congregar a luta contra o regime de muita gente que pretendia militar na oposição democrática e desejava a queda do regime, mas não era marxista-leninista, nem comunista, e só democrata, como então dizíamos. Muitos desses opositores passaram para o Partido Socialista e alguns, poucos, para o PPD, assim que estes partidos foram criados. Também se podiam encontrar no MDP numerosos *campagnons de route* que não eram comunistas - ou porque não queriam ser, ou por medo da repressão, ou ainda porque o MDP funcionava como uma espécie de centro de estágio onde depois o PC recrutava militantes.”

A principal missão destas comissões era a de implantar uma gestão democrática nos órgãos do poder local, assegurando a participação efetiva da comunidade nessa mesma administração local algo que também era apoiado pelo ministro da Administração Interna, Costa Brás (Oliveira, 1996: p. 350). Este procurou desenvolver uma política centrada mais nas regiões e menos no Terreiro do Paço, em Lisboa, procurando assim efetivar a democratização dos órgãos do poder local. (Ferreira, 2005: p. 95)

As iniciativas empreendidas tanto pelos governos provisórios, quanto pelas comissões administrativas ligadas á questão autárquica, foram posteriormente formalizadas no que toca às suas competências e funções na Constituição de 1976. Nela está refletido o espírito da descentralização do poder local sendo também a sua elaboração “fruto do seu tempo”

(Ferreira, 2001: p. 178), o que favoreceu a introdução de princípios ideológicos dos vários partidos representados na Assembleia Constituinte (Reis, 1994: p. 76).

A nova Constituição e a legislação posterior foram importantes para redefinir verdadeiramente os papéis atribuídos à administração municipal, passando esta a ter uma maior autonomia. A Constituição consagrou as autarquias, no artigo n.º 235, como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.” (*Constituição da República Portuguesa*, 1976: p. 76)

Além de ter consagrado as autarquias, a Constituição estabeleceu a introdução de eleições livres, realizadas pela primeira vez em 1976 para todos os órgãos políticos (parlamento, presidente da república e autárquicas). A Constituição foi posteriormente reforçada com a aprovação, em setembro, do Decreto-lei 701-B/76, que definiu a organização e as competências do poder local prevendo a realização de eleições para as autarquias até 15 de dezembro. (Decreto-Lei n.º 701-B/76 de 29/09/76)

O decreto anterior referido foi revogado em 1977, após a aprovação da Lei 79/77 de 25 de outubro de 1977, onde as competências dos órgãos municipais estão apresentadas com maior detalhe, nomeadamente a composição da Assembleia Municipal (Lei n.º 79/77 de 25/10/77). Estava definido nesta lei que, além de estarem representados os presidentes das juntas de freguesia, também deviam estar deputados municipais em número igual ao dos anteriores mais um. A nova lei acrescentava, ainda, que os deputados municipais deveriam ser superiores ao quádruplo dos números de membros da câmara municipal (Lei n.º 79/77 de 25/10/77). Estas novas elites locais, surgidas após as eleições, tiveram num primeiro momento, entre 1976 e 1985, um mandato trienal que depois desta data passou a ser de quatro anos. (Moreira, 2002: p. 539)

Quanto às eleições autárquicas, André Freire (2001: p. 106) refere que os principais partidos da vida nacional procuraram controlar as candidaturas para o poder local. Nesta mesma linha, Maria Manuela Mendes (1993: p. 178), sublinha que estes partidos eram igualmente responsáveis pela mobilização política das massas para as eleições autárquicas. Para muitos militantes dos principais partidos (PS, PSD e CDS-PP), o exercício de funções políticas a nível local era visto como uma etapa de aprendizagem e de aquisição de experiência, podendo esta experiência servir de trampolim para a Assembleia da República e, posteriormente, para o Parlamento Europeu (Freire, 2001: p.

139). Já no caso do PCP, contudo, o percurso tendia a ser o inverso, com alguns deputados a transitarem da Assembleia da República para as autarquias (Freire: 2001: p. 141).

Importa, no entanto, notar que esta perspetiva de André Freire não é consensual, uma vez que Maria Antónia Pires de Almeida (2024: p.40), sublinha que, entre 1976 e 2005, “houve mais deputados a serem eleitos presidentes de câmara que vice-versa.”

Apesar disso, aquilo que importa referir é que foi nos primeiros anos da vida democrática que surgiu a figura dos chamados “dinossauros autárquicos”, isto é, indivíduos que permaneceram por vários mandatos ligados ao poder local. (Araújo, 2003: p. 138).

Esta mudança fez parte da total reconfiguração do poder local, que passou a ter um papel ativo na defesa dos interesses particulares de cada concelho, nomeadamente na educação, na saúde, no urbanismo, nos transportes, na cultura, no abastecimento público, na administração do seu património entre outros (Gomes Canotilho & Moreira, 1993: p. 886).

Este aumento das competências foi acompanhado de uma maior autonomia financeira dos municípios, que passaram a gerir os seus orçamentos de forma mais independente. De acordo com o artigo n.º 238 da Constituição, as autarquias podiam possuir património e finanças próprias. Além disto, ficou ainda estabelecido que o regime das finanças locais seria regulado por lei, algo que procurava assegurar a distribuição equitativa dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias, bem como a correção das desigualdades existentes entre as autarquias do mesmo nível. (*Constituição da República Portuguesa*, 1976: p. 77)

Embora a autonomia financeira estivesse consagrada na Constituição, esta só chegou na prática em 1979 depois da aprovação da Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro onde o regime de autonomia financeiro é reconhecido. Porém esta Lei é limitada (Portas, 1979: p. 9), pois os municípios continuaram na prática a possuir as mesmas capacidades administrativas que tinham desde o Estado Novo sendo demarcadas apenas em 1984 as respetivas áreas de atuação da administração central e da administração local no Decreto-Lei n.º 77/84 relativo ao investimento público (Veneza, 1986: p. 700)

A defesa da autonomia do poder local é defendida por Diogo Freitas do Amaral (2001; p. 421), que a considerava essencial, visto que estas eram instituições democráticas que iam de encontro aos interesses específicos das comunidades locais. Esta perspetiva é igualmente partilhada por Batista Machado, que vê as autarquias locais como um pilar na

salvaguarda dos interesses locais. O autor reforça esta ideia argumentando que a existência das autarquias pressupunha a presença de interesses coletivos distintos dos interesses do Estado, representada por órgãos diferentes dos que defendem o interesse e a vontade nacional (Machado, 1982: p. 15).

No que diz respeito à divisão do poder local, a Constituição de 1976 estabeleceu um novo sistema para as freguesias e para os municípios. No caso das freguesias, o presidente da junta é eleito diretamente por sufrágio direto, enquanto os restantes membros (tesoureiro e secretário) são eleitos pela assembleia de freguesia. É importante notar que, além dos dois vogais que desempenham as funções de secretário e tesoureiro, podem existir mais dois vogais na junta de freguesia, caso esta tenha 5 000 eleitores ou mais, ou quatro vogais, caso tenha 20 000 habitantes ou mais. A assembleia de freguesia, por sua vez, é formada por um número variável de elementos, consoante a dimensão do eleitorado: 19 membros se existir mais de 20 000 eleitores; por 13 membros se o número for superior a 5 000 e até 20 000; 9 quando for superior a 1 000 e até 5 000; 7 membros se for igual ou inferior a 1 000 eleitores (Lei n.º 79/77 de 25/10/77).

Quanto aos municípios, num primeiro momento, foram previstos três órgãos, que analisaremos em seguida com mais detalhe.

A assembleia municipal, de composição mista, onde além dos representantes diretamente eleitos também estavam presentes os presidentes das juntas da freguesia que deviam ser em número inferior ao dos eleitos diretamente (*Constituição da República Portuguesa*, 1976: p. 79). O número dos eleitos diretamente para este órgão não podia “ser inferior a 36 nos municípios com mais de 100 000 eleitores, 26 nos municípios com mais de 50 000 até 100 000 eleitores, 16 nos municípios com mais de 20 000 até 50 000 eleitores, 10 nos municípios com mais de 10 000 até 20 000 eleitores e 8 nos municípios com 10 000 eleitores ou menos” (Decreto-Lei n.º 701-A/76). Apesar destes indicadores, devemos dizer que estes posteriormente foram alterados, primeiro com a Lei n.º 79/77, que estipulava que o número de membros eleitos diretamente não podia ser inferior ao quádruplo dos membros da respetiva câmara (Lei n.º 79/77, de 25/10/77). Posteriormente, o Decreto-lei n.º 100/84, passou a estipular que o número de membros eleitos diretamente para a assembleia não podia ser “inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal.” (Decreto-Lei n.º 100/84)

A câmara municipal, por sua vez, é eleita diretamente, sendo o presidente o primeiro nome da lista mais votada; e o conselho municipal, um órgão consultivo que reunia representantes de organizações econômicas, sociais e culturais (Lei n.º 79/77 de 25/10/77). No entanto, este órgão passou a ser opcional, após a revisão constitucional de 1982, sendo por fim extinto na revisão de 1989 (Moreira, 2002a: p. 538). Apesar de terem existido várias revisões constitucionais, a descentralização do poder local e a sua respetiva autonomia não sofreram alterações (Maio, 2017: p. 14).

Relativamente ao número de vereadores, ele também depende do número de eleitores recenseados. Segundo a Lei n.º 79/77, além do presidente são eleitos dezasseis vereadores em Lisboa; doze no Porto; dez vereadores em municípios com mais de 100 000 eleitores; oito vereadores nos municípios com mais de 50 000 e menos de 100 000 eleitores; seis vereadores em municípios com mais de 10 000 eleitores e menos do que 50 000 eleitores; quatro vereadores nos municípios com 10 000 eleitores ou menos (Lei n.º 79/77 de 25/10/77).

Apesar da estrutura de poder nas autarquias incluir as freguesias, a câmara e a assembleia municipal, o órgão de maior relevância é a câmara municipal. Isso traduziu-se num gradual crescimento da importância do presidente da câmara municipal. Segundo Vital Moreira (2002a: p. 539), embora o presidente da câmara municipal não seja, em termos formais, um órgão autónomo, na prática ele acabou por se tornar o centro do poder autárquico. Esta mudança levou à “presidencialização” visível da gestão municipal, tornando a disputa das eleições locais cada vez mais centrada nas candidaturas à presidência da câmara.

Quanto à assembleia municipal, e sua ação é menos executiva, pois, na prática, a deliberação mais relevante deste órgão é a aprovação do orçamento e do plano plurianual de investimentos, que frequentemente acabam por ser alterados pelo executivo durante a sua implementação. As sessões da assembleia municipal tendem a seguir a agenda estabelecida pela câmara, e as decisões tomadas no âmbito das competências de fiscalização e apreciação acabam, na maioria das vezes, por validar decisões previamente definidas em reunião de câmara. A função de controlo, que deveria ser uma das atribuições centrais da assembleia, é frequentemente enfraquecida pela forte concentração de poderes no presidente da câmara e pela predominância do executivo no funcionamento do poder local. Tendem a ser excecionais as vezes em que as propostas aprovadas pelo

executivo são reprovadas pela assembleia, tornando a política local muito previsível e assente na figura do presidente da câmara. (Sousa, L. de., Grilo, F., 2014 pp. 3-4)

Por outro lado, uma das grandes demonstrações de força do poder local democrático foi o crescimento do associativismo municipal, entre municípios vizinhos com vista à cooperação intermunicipal. Além deste, é de salientar, em termos nacionais, o nascimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em 1984, que agregou todos os municípios do país procurando defender os interesses do poder autárquico junto das instâncias políticas centrais (finanças locais, competências, etc.) (Estatuto da Associação dos Municípios Portugueses, 1984: p. 1). Para as freguesias foi criada a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) com os mesmos objetivos dos municípios (Ruas, 1994: p. 103).

Importa, contudo, sublinhar que, apesar das autarquias terem adquirido durante o período democrático vários poderes e autonomia, elas não possuem soberania. Os seus poderes de carácter público, estão voltados em exclusivo para os interesses locais das populações que representam, e não são da autoridade da autarquia. Estes poderes são, na realidade, concedidos e limitados pelas leis gerais do Estado (Amaral, 2014: p. 99). Apesar disto, o poder local é uma das bases do regime democrático (Ruivo & Francisco, 1999: p. 286).

Face ao já mencionado, podemos perceber que a transição democrática e a reconfiguração do poder local alteraram de forma acentuada as dinâmicas do poder autárquico. De facto, podemos afirmar que é mais aquilo que os separa do que aquilo que os une. Pois, se durante o Estado Novo, as autarquias estiveram sempre subordinadas ao poder central e à confiança política relativamente ao governo, com a transição para o regime democrático assistimos ao aumento das suas competências e da sua autonomia, podendo agora todos os cidadãos, caso seja a sua vontade, envolver-se no poder local através dos vários partidos sem nenhum tipo de restrições caso sejam maiores de idade.

2.3 As Formações Partidárias

Outra vertente em que o poder local democrático difere profundamente do que estava instituído no Estado Novo diz respeito ao multipartidarismo.

A tabela abaixo, Tabela 5, traça uma síntese do panorama político-partidário no período pós-Revolução dos Cravos, marcado por profundas alterações políticas em Portugal, dado que o país passou de regime autoritário de partido único para um sistema multipartidário que procurou representar as mais variadas correntes ideológicas (Guerra, 1986: p. 58).

Sem explicações mais minuciosas, refira-se que as formações partidárias abaixo apresentadas correspondiam, em alguns casos, a coligações de partidos que se juntavam para efeitos de candidatura em determinados atos eleitorais. Por outro lado, o facto de os partidos ou coligações concorrerem às eleições legislativas não significava que concorressem às eleições autárquicas e vice-versa.

O que mais evidente ressalta da Tabela 5 é a quantidade de formações partidárias surgidas após 1974.

Tabela 5 – Partidos políticos e coligações inscritos no período democrático entre 1974 e 1990.

Nome	Inscrição	Extinção
Partido Comunista Português (PCP)	1974.12.26	Ativo
Partido do Centro Democrático Social Partido Popular (CDS)	1975.01.13	Ativo
Partido Social Democrata/Partido Popular Democrático - (PPD/PSD)	1975.01.25	Ativo
Partido Socialista (PS)	1975.02.01	Ativo
Partido Popular Monárquico (PPM)	1975.02.17	Ativo
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)	1975.02.18	Ativo
Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV)	1982.12.15	Ativo
Aliança Democrática - Coligação (PPD/PSD, CDS e PPM) – (AD)	1979	1983
Aliança Povo Unido - (coligação PCP, MDP) - (APU)	1978	1987
Frente Eleitoral Povo Unido - Coligação (PCP, MDP e FPS) – (FEPU)	1976.09.30	1978
Frente Republicana Socialista - Coligação (PS, UEDS, ASDI) – (FRS)	1980.08.01	1982
Associação para a defesa dos Interesses de Macau (ADIM)	1975	1999
Centro Democrático Macau (CDM)	1974	1999
União Democrática Popular (UDP)	1974.12.16	2005.04.03
Partido Democracia Cristã (PDC)	10 de maio de 1974	2004.08.20
Movimento de Esquerda Socialista (MES)	1975.02.20	1997.11.17
Frente Socialista Popular (FSP)	1974	2004
Partido de Unidade Popular (PUP)	1974.12	1976
Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) (PCP (ML))	1974	1976
Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP)	1976.10.25	1997.11.12

Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP)	1974	1988
Partido Socialista Revolucionário (PSR)	1978	2008.02.17
Partido Trabalhista (PT)	1974.09.17	1983
Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN)	1979.07.27	1997.11.12
União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)	1978.01	1986.04
Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)	1979	2020
Partido Democrático do Atlântico (PDA)	1979	2015.09.01
Partido Socialista dos Trabalhadores Portugueses (PST)	1980.06.12	1981.05.04
Ação Social Democrata Independente (ASDI)	1980.06.27	1985.01.12
Força de Unidade Popular (FUP)	1980.03.28	2004.03.31
Partido Comunista Reconstruído (PC (R))	1975.03.27	1992.06.05
Partido da Solidariedade Nacional (PSN)	1990.07.26	2006.01.10
Partido Renovador Democrático (PRD)	1985.07.10	2000.04.12
Movimento Democrático Português/Comissão Democrática eleitoral (MDP/CDE)	1969.09	1994.03.28
Coligação Democrática Unitária – (PCP, PEV) – (CDU)	1987.05.04	Ativo

Fonte: CNA – Partidos Políticos: <https://www.cne.pt/content/partidos-politicos-1> (acedido a 17 de setembro de 2024).

Nota: Nesta tabela a inscrição refere-se à data em que o partido político foi registado na Comissão Nacional e Eleições (CNA).

Os partidos de maior longevidade, e que ainda hoje têm um papel importante na política portuguesa, são o PCP, o PPD/PSD, o PS e o CDS-PP. Estes quatro partidos, que se consolidaram logo após a revolução, formaram a espinha dorsal da democracia portuguesa continuando ainda nos nossos dias a ter todas eles assento na Assembleia da República. O PPM, embora de menor expressão eleitoral, também permanece ativo.

Inúmeros partidos e coligações surgiram logo após a Revolução dos Cravos, exprimindo as várias tendências políticas da época. A título de exemplo, o MRPP, uma força radical maoista, teve uma grande presença nos anos revolucionários (Seabra, 2007: p. 244), mas, com o decorrer do tempo, perdeu importância na vida política nacional. O mesmo rumo pode ser observado com a FEPU, que foi uma coligação autárquica liderada pelo PCP e que incluía o MDP e a FSP e que se dissolveu em 1978. A esta seguiu-se a APU, coligação liderada pelo PCP e que incluía o MDP e o PEV que foi criada em 1978 e se dissolveu em 1987, ano em que surgiu a CDU, coligação novamente liderada pelo PCP e que inclui apenas o PEV mantendo-se ainda no ativo.

Quanto às coligações de direita, é importante mencionar, neste período, a existência apenas da AD, formada pelo PPD/PSD, na altura liderado por Francisco Sá Carneiro, pelo

CDS liderado por Diogo Freitas do Amaral e pelo PPM liderado por Gonçalo Ribeiro Telles. Esta coligação desempenhou um papel importante no incio da década de 1980, pois procurou unir a direita democrática em torno de uma agenda comum aos três partidos. No entanto, esta coligação dissolveu-se em 1983.

É importante frisar um partido, o PRD, partido que teve uma ascensão meteórica ganhando uma posição de destaque ao aliar-se ao então Presidente da República da época, António Ramalho Eanes. Contudo, tal como surgiu, também conheceu o seu declínio, vindo a ser extinto em 2000.

A tabela procura, assim, evidenciar o forte dinamismo político da democracia portuguesa após a revolução do 25 de Abril de 1974, com a abundância dos partidos políticos e de algumas coligações. Muitos tiveram existência efmera, ao passo que outros se consolidaram e continuam a desempenhar um papel essencial no panorama democrático do sistema político português demonstrando, ao longo destes anos, a existência de um “despertar para a participação política” (Fernandes, 1992: p. 30).

Refletindo sobre o efeito,  escala local, desta dinâmica partidária, Maria Antónia Pires de Almeida (2013: p. 33) menciona que os partidos políticos locais “foram uma escola para aprendizagem da democracia.”

Tabela 6: Partidos que concorreram às eleições autárquicas no concelho de vora.

Ano	Câmara Municipal	Assembleia Municipal
1976	FEPU, PS, CDS, GDUP, PSD	PSD, FEPU, GDUP, PSD
1978	CDS, PS, APU, MRPP, UDP, PSD, PCP(ML)	
1979	APU, PSD, PS, UDP, MRPP	PSD, PS, APU, UDP
1982	APU, PSD, PS, UDP	APU, PSD, PS, UDP
1985	APU, PRD, PS, PSD	PRD, APU, PS, PSD
1989	PS, CDU, PSD	CDU, PS, PSD

Fontes: Arquivo Distrital de vora - PT/SGMAI/GCEVR/L/834; PT/SGMAI/GCEVR/L/841; PT/SGMAI/GCEVR/L/851; PT/SGMAI/GCEVR/L/880; (PT/SGMAI/GCEVR/L/915; PT/SGMAI/GCEVR/L/974.

Tabela 7: Partidos que concorreram às eleições autárquicas no concelho de Vila Viçosa.

Ano	Câmara Municipal	Assembleia Municipal
1976	FEPU, PS, CDS	FEPU, PS, CDS, PSD
1979	PS, PSD, APU	PS, PSD, APU
1982	APU, PS, PSD	APU, PS, PSD
1985	PRD, APU, PS/PSD/CDS	PRD, APU, PS/PSD/CDS
1989	PS, PSD, CDU	PS, PSD, CDU

Fontes: Arquivo Distrital de Évora - PT/SGMAI/GCEVR/L/834; PT/SGMAI/GCEVR/L/841; PT/SGMAI/GCEVR/L/851; PT/SGMAI/GCEVR/L/880; (PT/SGMAI/GCEVR/L/915; PT/SGMAI/GCEVR/L/974.

Ao inserirmos o panorama nacional no panorama local, nos dois concelhos em análise, constatamos que em termos partidários existe uma certa discrepância entre os concelhos de Évora e de Vila Viçosa. No primeiro caso, observamos que não são apenas as principais forças partidárias do país (PS, PSD, CDS e PCP) a concorrer para esta autarquia, existindo também outras forças políticas de menor expressão a fazê-lo. Isto demonstra a maior relevância política que esta autarquia tinha face ao segundo concelho e traduzida numa complexidade e dinâmica de participação política mais acentuada.

Além disto, é importante notar a presença do PRD como lista candidata nos dois concelhos apenas num ato eleitoral, o que demonstra, tal como já mencionado anteriormente, a sua ascensão meteórica no ano de 1985, ao concorrer apenas neste ano nos dois concelhos em estudo. Ao ser a única força partidária, além dos ditos partidos tradicionais, a fazê-lo, evidencia que, em Vila Viçosa, os partidos mais pequenos ou não tinham força para se implantar, ou então não granjeavam apoio popular suficiente para formar uma lista para disputar as eleições autárquicas. Um aspeto que nos remete para as diferenças entre os dois concelhos em termos sociais, económicos e culturais e a hipótese da sua influência sobre as dinâmicas políticas e partidárias.

Já ao analisarmos os resultados eleitorais locais dos dois concelhos, observamos que em Évora as coligações lideradas pelo PCP prevaleceram sempre vitoriosas em todas as eleições autárquicas ao longo do período estudado (Almeida, 2014: p. 230). No caso de Vila Viçosa, as coligações do PCP também dominaram o poder local calipolense, com exceção de 1989, quando o PS conseguiu vencer. No entanto, a análise mais detalhada destas dinâmicas de competição eleitoral a nível local, assim como os seus protagonistas, será efetuada nos capítulos 3 e 4 do nosso estudo.

Capítulo 3 – Dinâmicas políticas e partidárias no âmbito municipal. Aprendizagens, competição e práticas eleitorais.

Neste capítulo iremos abordar a competição eleitoral nas eleições autárquicas, dando ênfase ao primeiro ato eleitoral desta natureza após o 25 de Abril de 1974. Ele constituiu uma novidade após muitas décadas em que o multipartidarismo livre foi proibido e serviu de exemplo para restantes os atos eleitorais posteriores. Um modelo que, assente nos princípios da liberdade política e da democracia representativa, foi sofrendo ajustes de natureza jurídica, sem perder a sua matriz.

O objetivo é dar a conhecer determinados aspetos do que foi a aprendizagem da disputa eleitoral no quadro democrático, do ponto de vista dos procedimentos legais e das dinâmicas e práticas eleitorais dos partidos junto da população, durante as campanhas eleitorais.

Para este efeito analisámos alguma correspondência entre o poder central e as autoridades locais, nomeadamente as que tinham responsabilidade de monitorizar o bom decorrer dos processos eleitorais; analisaremos também os atos eleitorais em ambos os concelhos.

Para conhecermos as eleições autárquicas de 1976, tanto em termos de legislação como de outra documentação existente, o Arquivo Distrital de Évora revelou-se fundamental. A consulta da documentação permitiu conhecermos como decorreu a generalidade do ato eleitoral, incluindo algumas ocorrências pouco democráticas que tiveram lugar nos dois concelhos.

Complementarmente, consultámos o Arquivo Municipal de Évora, onde obtivemos informações adicionais sobre os diferentes atos eleitorais realizados entre 1976 e 1989.

No caso específico de Évora, a investigação foi enriquecida pela análise de fontes da imprensa local, nomeadamente dos jornais *Diário do Sul*, *Notícias de Évora* e *A Defesa*. Já em Vila Viçosa, importa referir a inexistência de órgãos de imprensa local⁶ que acompanhassem de forma sistemática os processos eleitorais ao longo da maior parte do

⁶ Conforme descrito no seu site da internet a Rádio Campanário, rádio regional de Vila Viçosa, iniciou a sua atividade oficial a 11 de fevereiro de 1986. Link: <https://www.radiocampanario.com/a-historia-da-radio/> (acedido a 16 de janeiro de 2025)

período analisado, o que constitui uma limitação em termos de acesso a fontes complementares.

3.1 Os partidos e a disputa eleitoral na imprensa local

A imprensa local desempenhou um papel importante ao divulgar à população as várias atividades partidárias que ocorreram durante a campanha eleitoral. Além disso, estes meios foram essenciais para que os partidos dessem a conhecer os seus candidatos à grande maioria da população do concelho de Évora, bem como as suas propostas eleitorais. Além disto, os órgãos da imprensa local ainda informavam a população onde iriam ocorrer as sessões de esclarecimentos e comícios.⁷ Os próprios partidos, enquanto divulgavam as suas propostas eleitorais, no ato eleitoral autárquico realizado em 1976, procuravam também instruir a população sobre a importância destas eleições a nível local.

Durante a campanha de 1976, o clima foi bastante tenso, tanto entre os partidos como entre a própria imprensa local. A imprensa local eborense, nomeadamente o *Diário do Sul* e *A Defesa*, neste ato eleitoral tentou influenciar os seus leitores de acordo com a sua visão política. Este jornal evidenciou, de forma explícita, aos seus leitores, o seu posicionamento político, como se pode verificar na figura abaixo, Figura 1.

⁷ Segundo a documentação enviada para a Câmara Municipal em 1976, os comícios tinham que ser comunicados a fim de evitar eventuais desordens “antecipadamente aos comandos das Forças de Segurança da área (PSP, GNR) e militares”. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.2)

Figura 1 – *Diário do Sul*, 7 de novembro de 1976



(Fotografia: Autoria própria)

Nota: É de destacar na primeira página o 59º aniversário da revolução russa onde podemos ver a foto de Lenine e a frase de índole comunista “Ao serviço do povo trabalhador e da Aliança Povo-MFA.”

O *Diário do Sul* foi fundado por Madeira Piçarra, em 1969. Em março de 1975, foi tomado por forças ligadas ao PCP, sendo ocupado durante 27 meses. Durante este período, serviu para apoiar, nas eleições autárquicas, a FEPU, tendo como diretor interino Miguel Segurado. Após este intervalo temporal, o jornal foi devolvido judicialmente ao seu proprietário e fundador, Madeira Piçarra (Monte, 1978: p. 152).

Por sua vez, o *Notícias de Évora*, era o jornal mais antigo do Alentejo na época, fundado a 8 de setembro de 1900 por Francisco Barahona e pelo cónego Alfredo Oliveira, como órgão do Partido Progressista. A partir de 1907, o jornal mudou várias vezes de propriedade e de ideologia até 1910. A partir dessa data, ocorreram alterações na sua direção, e, a partir de 1915, o jornal passa a ser dirigido por Carlos Pinto Pedrosa até 1935, ano em que faleceu, sendo sucedido pelo seu genro Joaquim dos Santos Reis. (Monte, 1978: p. 47) Entre 1976 e 1989 o jornal assumiu-se como independente em termos partidários.

O jornal *A Defesa*, por sua vez, foi fundado em 1923, pela Arquidiocese de Évora, permanecendo fiel à igreja católica e aos valores por ela defendidos (Monte, 1978: p. 50). Esta orientação pode ser claramente observada nos editoriais da época, que apelavam ao

voto consciente e desencorajavam os cidadãos a apoiar partidos considerados incompatíveis com a doutrina cristã:

“Está a correr em todo o país a campanha para as eleições de 274 câmaras e assembleias municipais e 3 272 assembleias de freguesia, das quais sairão as juntas de freguesia. São os diferentes partidos eleitorais, que entram na campanha, a qual terminará às 24 horas da próxima sexta-feira, para que as eleições decorram calmamente no domingo, dia 12, das 8 às 19:00. (...) No entanto, cruzar os braços e ficar em casa e deixar o campo aberto aos extremistas, inimigos da democracia, que utilizam o processo eleitoral, não faltando às eleições, para destruir a própria democracia. Quem não quiser usar o seu direito de voto é um cobarde, que não poderá queixar-se, mais tarde, da má gestão das autarquias, e da qual será também culpado. As eleições para as autarquias locais estão mais fáceis, em certo modo, ainda que mais complicadas (e, por isso, os eleitores devem informar-se do modo de as realizar). Mais ou menos, nas terras pequenas, todos nós conhecemos e sabemos das aptidões de cada um para exercer determinados cargos. (...) para merecerem confiança dos católicos, (...) não lhes é lícito dar o voto a partidos que, pelos seus princípios ideológicos, pelos objetivos e processos que preconizam, ou, até, pela realização histórica para que tendem, se lhes afigura incompatíveis com a opção cristã do homem e da sua vida em sociedade.” (*A Defesa*, 1 de dezembro de 1976: p. 8)

Se *A Defesa* se orientava pela doutrina cristã, já o *Diário do Sul* assumia uma postura claramente favorável às forças de esquerda:

“Agora, estamos a 2 dias das eleições para as autarquias locais. E o povo, está nas mãos do povo, tendo uma vez mais, a possibilidade de manifestar a sua vontade de escolha, que tem o dever de unir-se para, numa forte e durável união, fazer com que, finalmente, as coisas mudem, no nosso país, a seu favor. A favor das classes pobres, a favor das classes mais desprotegidas, a favor dos trabalhadores.” (*Diário do Sul*, 8 de dezembro de 1976: p. 1)

O *Notícias de Évora*, por sua vez, destacou-se por adotar uma posição distinta, procurando manter neutralidade e centrando-se sobretudo na pedagogia eleitoral. O jornal valorizava a importância do voto e o esclarecimento dos eleitores quanto ao processo eleitoral:

“Dentro de pouco tempo, mais propriamente no dia 12 de dezembro próximo, o povo português volta novamente às urnas, desta vez para eleger os seus representantes nas juntas de freguesia, assembleias municipais e câmaras municipais. Parecendo que não, essas são talvez as eleições mais importantes para o comum dos cidadãos. E que, a maior parte dos problemas destes são (ou não são) resolvidos por aqueles órgãos, tanto mais que se vem anunciando uma larga descentralização do poder.” Reforçando a ideia no fim do artigo sobre a importância de votar, pois, “é através das juntas de freguesia e das câmaras isso as assembleias que eles (os interesses) podem ser equacionados; é ali que mais diretamente os problemas de cada um serão encarados com maior precisão e postos à discussão com melhor conhecimento de causa. Por isso, não votar, E agravar mais ainda o difícil momento que atravessamos e dar aos que jogam nessa desmobilização, armas que mais tarde nos podem amarrar.” (*Notícias de Évora*, 26 de novembro de 1976: p. 1)

Além da influência exercida pela imprensa local, o ambiente político em Évora foi igualmente marcado por episódios de forte tensão e práticas pouco democráticas, refletindo o clima revolucionário vivido à época.

Um desses episódios ficou registado numa queixa apresentada pela FEPU ao Governador Civil de Évora, datada de 9 de dezembro de 1976. O documento relata um incidente ocorrido na madrugada desse mesmo dia:

“A Frente Eleitoral Povo Unido foi vítima, na madrugada do dia 9, cerca da 1h30 da manhã, de grave atentado aos seus direitos legítimos.

Elementos do Partido Socialista, entre os quais um tal João (Marrão), funcionário daquele partido adstrito à Juventude Socialista, arrancaram e cortaram os cordéis de um pano de propaganda eleitoral com o símbolo da FEPU e apelo ao voto, colocado na Praça do Geraldo entre um dos candeeiros e a varanda do Sindicato dos Metalúrgicos, que havia dado autorização para o efeito.

O pano, fruto de muitas horas de trabalho de trabalhadores progressistas e democratas, foi pura e simplesmente roubado (subtração violenta).

O guarda de polícia de serviço, que alegou ter ordens para não intervir em assuntos de rua (neste caso, de praça!), pois apenas lhe compete guardar o Banco de Portugal, assistiu impávido à violação da lei eleitoral e ao roubo caracterizado.

Como mais alto representante distrital das instâncias governamentais superiores, nomeadamente do MAI, de quem a PSP depende, vimos solicitar a atenção de V. Exa. para o exposto, no sentido de serem tomadas as medidas indicadas.

Tanto mais que, em inúmeras sessões de esclarecimento efetuadas em bairros e aldeias, os candidatos da FEPU têm auscultado muitas receosas preocupações dos munícipes em matéria de policiamento."(PT/SGMAI/GCEVR/L/1286)

Este não foi, contudo, um caso isolado. Também em 1976, ficou registado uma queixa dirigida à Câmara Municipal de Évora e à Rodoviária, denunciando a alegada utilização indevida dos autocarros urbanos pela FEPU para fins de propaganda eleitoral. No documento, o PSD exigia igualdade de oportunidades na campanha, afirmando:

“Como é do conhecimento público, o nosso partido concorre, tal como outras forças políticas, às eleições para as autarquias locais, para as quais está decorrendo a campanha eleitoral.

Verificamos que os autocarros dos transportes urbanos, de que essa empresa é concessionária, estão sendo utilizados para a referida campanha eleitoral, circulando com propaganda das listas do Povo Unido (leia-se PCP-MDP/CDE).

Assim, e dado que nós, tal como V. S^{as}., cremos, desejamos preservar e beneficiar da democracia, solicitamos que nos informem, com a brevidade possível, por motivos óbvios, quando e onde poderemos fazer, naqueles autocarros, a afixação de propaganda das nossas listas para, em igualdade de circunstâncias, fazermos a nossa campanha.

Informamos, entretanto, que vamos enviar cópia desta carta aos serviços municipalizados e ao governo civil do distrito de Évora."(PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.2)

Quer as posições dos jornais face ao processo político e eleitoral, que os episódios relatados, que transcrevemos pela sua expressividade, demonstram como nas primeiras eleições autárquicas a competição política foi marcada não só por intensa rivalidade entre

os partidos, mas também por práticas que podiam pôr em causa os princípios da igualdade e desafiavam a legalidade no processo eleitoral.

No entanto, nas eleições subsequentes, entre 1978⁸, e as últimas analisadas, em 1989, observa-se uma evolução no sentido de maior normalização democrática.

A Defesa passou a não se intrometer tanto nas questões políticas o *Notícias de Évora*, embora sendo um jornal com menos folhas, continuou durante todos os períodos eleitorais analisados a relatar apenas os acontecimentos mais relevantes. Refira-se, por exemplo, a notícia sobre a demissão dos vereadores da Câmara Municipal de Évora; a realização de sessões de esclarecimentos que faziam parte das campanhas eleitorais de todos os partidos; as informações sobre a presença de líderes partidários nacionais em Évora; a informação sobre o dia das eleições autárquicas; os apelos às pessoas para exercerem o seu direito de voto.

O *Diário do Sul* destacou-se como o jornal com maior impacto informativo no que diz respeito às campanhas eleitorais realizadas entre 1978 e 1989. Durante estes anos, o jornal cedeu espaços regulares a todos os partidos que concorriam à autarquia eborense, permitindo-lhes utilizar esse espaço para divulgar livremente aquilo que bem entendessem sobre a respetiva campanha eleitoral. Através destes espaços, os partidos publicavam apelos ao voto, divulgavam a lista de candidatos, apresentavam as suas propostas e medidas do programa eleitoral, anunciavam sessões de esclarecimento e comícios – muitas vezes com a presença dos líderes nacionais partidários.

Esses espaços cedidos aos partidos ao longo de todas as eleições autárquicas entre 1978 e 1989 são aqui ilustrados, a título de exemplo, pelas duas figuras referentes às eleições intercalares de 1978:

⁸ Estas eleições serão explicadas com mais pormenor no Subcapítulo 4.2.4 do presente trabalho.

Figura 2 –Espaços cedidos pelo *Diário do Sul* ao PSD, CDS, APU, PS e PCTP todos partidos que concorreram à Câmara de Évora em 1978.



(Fotografia: autoria própria)

Fonte: *Diário do Sul*, 16 de novembro de 1978: p.2

Figura 3 – Indicação dos restantes partidos que concorreram nas intercalares em 1978.



(Fotografia: autoria própria)

Fonte: *Diário do Sul*, 16 de novembro de 1978: p. 3

Face ao mencionado, e às fotografias apresentadas, torna-se evidente que o jornal que mais contribuiu com informações sobre a vida autárquica e sobre a competição eleitoral no espaço democrático a partir de 1978 até 1989 foi o *Diário do Sul*, pois permitiu a todos os partidos terem voz ativa junto da comunidade eborense.

3. 2 – A Preparação do ato eleitoral

Embora não existam muitos estudos sobre a preparação do primeiro ato eleitoral autárquico, é importante mencionar que Sérgio Campos (2018, 2020) tem realizado alguns estudos sobre as trocas de correspondência entre o poder local e o STAPE (Secretariado Técnico de Apoio à Política Eleitoral) no distrito de Portalegre. O nosso objetivo, com base nas fontes existentes no Arquivo Distrital de Évora sobre este período, é aprofundar o conhecimento existente sobre esta temática, relacionando-o posteriormente com aquilo que aconteceu no dia das eleições, nos dois concelhos analisados ao longo do presente trabalho. Desta forma, pretendemos contribuir para um estudo mais aprofundado sobre a preparação das primeiras eleições autárquicas, visto que as seguintes se orientam pela matriz adotada em 1976, ainda que com algumas adaptações.

Os últimos seis meses do ano de 1976 ficaram marcados por uma elevada correspondência trocada entre o poder central – representado pelo STAPE e o poder local – representado pelas comissões administrativas das câmaras municipais. O objetivo era preparar as eleições autárquicas que ocorreram nesse ano.

Com efeito, a 31 de agosto de 1976, foi convocada pelo STAPE, uma reunião com a finalidade de apurar questões técnicas do processo eleitoral autárquico de 12 de dezembro. O ofício-circular n.º 938, de agosto de 1976, referiu que a reunião tinha como objetivo aperfeiçoar as eleições autárquicas desse ano. Além disto, os governos civis promoveram outras reuniões semelhantes a nível distrital, tanto para prestação esclarecimentos adicionais como para recolher sugestões que pudessem ser consideradas pertinentes para o processo. (ADE – ofício circular n.º 938, 1976: pp. 1-2)

Nessa reunião ficou definido que as autarquias teriam de comunicar com tipografias locais à sua escolha, para serem estas a imprimir os materiais, tendo as autarquias posteriormente a função de distribuir os boletins de voto bem como também as atas, as

credenciais, as certidões, os editais e os cadernos eleitorais imprimidos nas tipografias locais. (ADE – ofício circular n.º 921, 1976: p. 2) Ficou igualmente determinado que todas as despesas relativas às autárquicas de 1976 foram financiadas pelo STAPE. (Idem: p. 3) Os governos civis deviam enviar para o STAPE, até 30 de outubro, todos os processos relacionados com as despesas relativas às eleições autárquicas deste ano. (ofício circular n.º 994, 1976: p. 5)

Importa referir que apenas algumas câmaras estiveram representadas nesta reunião, entre as quais as de Alfândega da Fé, Angra do Heroísmo, Beja, Belmonte, Arganil, Alandroal, Albufeira, Calheta, Aguiar da Beira, Lagoa, Alcobaça, Alenquer, Alter do Chão, Amarante, Abrantes, Arco de Valdevez, Alcácer do Sal, Alijó e Armamar (ofício-circular n.º 921, 1976: p. 6).

No que respeita ao financiamento, o Decreto-Lei n.º 788/76, de 3 de novembro, estabeleceu que o Ministério da Administração Interna, através do STAPE, iria outorgar um subsídio a cada município, proporcional ao número de eleitores inscritos, num total de 7500 contos. Este montante destinava-se a cobrir as despesas da preparação e realização das eleições (Decreto-Lei n.º 788/76 de 03/11/1976). Quanto às gratificações dos funcionários das câmaras, estas apenas eram atribuídas se os trabalhadores prestassem serviços fora do seu horário normal (ADE – ofício circular n.º 1047, 1976: p. 2). Já nas eleições seguintes os custos passaram a ser suportados pelas próprias autarquias (ADE - ofício-circular n.º 994, 1976: p. 3).

O processo eleitoral era formalmente conduzido, tal como nos atos eleitorais posteriores, pelos juízes de comarca, cabendo-lhes resolver eventuais reclamações sobre a apresentação das candidaturas e aprovar as provas tipográficas dos boletins de voto. Para garantir que a impressão começasse atempadamente, era essencial assegurar uma comunicação constante entre as câmaras municipais e os magistrados. (Idem: p. 2)

Ficou ainda definido que os boletins de voto⁹, a simbologia¹⁰, e o papel utilizado seriam enviados posteriormente, para que as autarquias encaminhassem essas informações às tipografias locais responsáveis pela impressão dos boletins. As urnas de voto foram cedidas pelo STAPE aos governos civis, que depois teriam de as distribuir pelos vários

⁹ Os boletins de voto foram enviados pela Casa da Moeda até 45 dias antes do dia da eleição autárquica. (Campos, 2020: 70)

¹⁰ A simbologia dos partidos e dos órgãos a eleger (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia) foram enviados pela Imprensa Nacional, através da Casa da Moeda (Campos, 2020: 71-72).

concelhos para o ato eleitoral autárquico. (Idem, 1976: p. 3) Cada urna tinha uma capacidade para conter até 1 700 boletins de voto no formato A5. (ADE – ofício circular n.º 1059, 1976: p. 1)

A constituição das mesas de voto foi uma responsabilidade atribuída inicialmente às comissões administrativas e, posteriormente, às câmaras municipais. Estas tinham a competência para substituir os membros ausentes, algo que foi muito usual no concelho de Évora ao longo das várias eleições estudadas. (ADE – ofício circular n.º 994, 1976: p. 4)

Para facilitar a distinção entre os órgãos a eleger, foram utilizados três boletins de voto com cores diferentes: para a assembleia freguesia a cor era branca; para a assembleia municipal, a cor do boletim era amarela; e para a câmara municipal, a cor era verde – mantendo-se isto inalterável ao longo de todas as eleições analisadas. (Idem, 1976: p.5).¹¹

Quanto aos prazos eleitorais, o ofício circular n.º 994 estipulava um intervalo de 70 dias entre o anúncio da data da eleição e a sua realização, embora admitisse a possibilidade de redução para 60 dias. Os prazos indicados incluíam, por exemplo:

“70-58: apresentação de candidaturas

57-34 contencioso de candidaturas

55-34: contencioso da impressão dos boletins

41-25: desdobramentos

34-10: Constituição das mesas

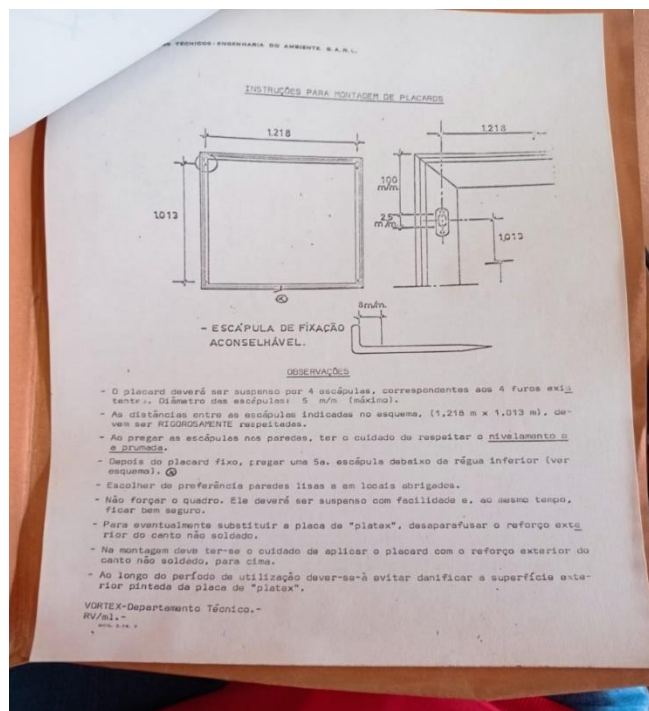
27-18: Sorteio visando a campanha eleitoral.” (Idem, 1976: p. 4)

Relativamente à campanha, foi estabelecido por ofício circular que esta deveria realizar-se na imprensa local e regional, estando proibida a afixação de material de propaganda num raio inferior a 100 metros de distância dos locais de voto (Idem, 1976: p. 4). No entanto, esta regra não foi cumprida em alguns casos, tanto em Vila Viçosa quanto em Évora, tal como veremos no próximo subcapítulo.

¹¹ As cores dos boletins de voto ainda nos nossos dias permanecem as mesmas.

Os governos civis também estabeleceram instruções para a montagem dos *placards* de propaganda eleitoral, informando, no mesmo documento, que a distribuição seria de 10 placards por concelho (ofício circular n.º 1302, 1976: p. 2).

Figura 4 – Instrução para a montagem dos *placards* em 1976.



(Fotografia: autoria própria)

Fonte: Correspondência: fundo documental – ofício 1302, Proc.º K.3.3 DCE de 24/11/1976) consultado no Arquivo Distrital de Évora.

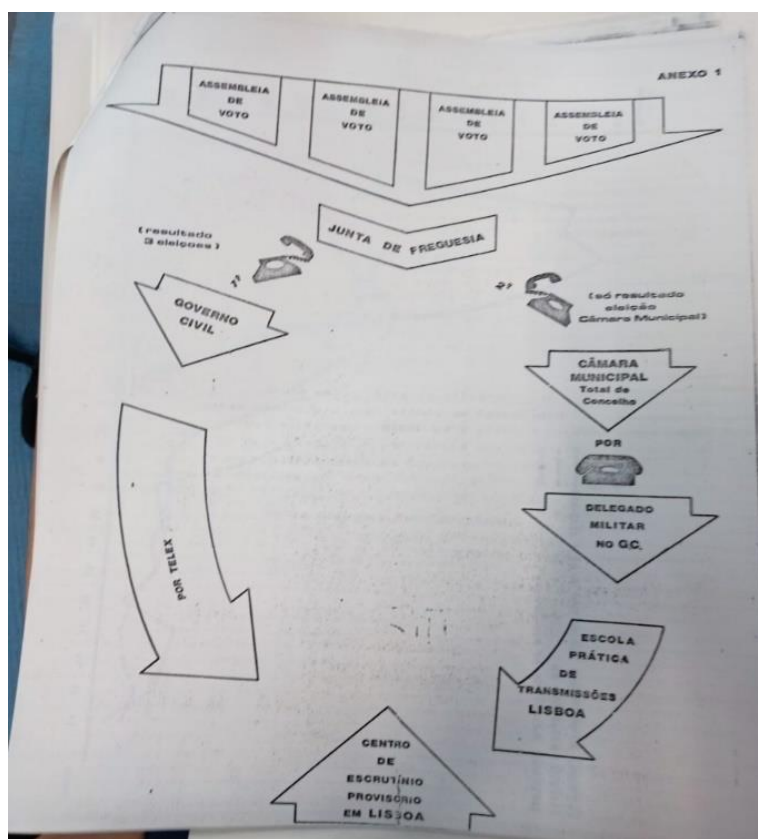
No que diz respeito aos locais onde iriam decorrer as eleições, ficou definido, pelo ofício nº 1109, algo que se manteve constante em todas as eleições autárquicas: que o Ministério da Educação disponibilizaria as suas instalações às comissões administrativas e, posteriormente, às câmaras municipais (ADE - ofício-circular 1109, 1976: p. 1). As juntas de freguesia deveriam estar abertas no dia em que ocorria o ato eleitoral, para caso de ser necessário indicar aos eleitores qual era o seu número de inscrição no recenseamento.

Para além da logística relacionada com os locais de votação, o STAPE também definiu os procedimentos de comunicação dos resultados eleitorais. Com esse objetivo, foi enviado a todas as comissões administrativas um diagrama que sistematizava a forma como os dados deveriam ser transmitidos após o encerramento das urnas.

De acordo com esse diagrama, o processo de comunicação tinha início nas assembleias de voto, que remetiam os resultados às respectivas juntas de freguesia. A partir daqui o sistema seguia dois circuitos distintos. No primeiro circuito, os resultados das três eleições (câmara municipal, assembleia municipal e junta de freguesia) eram encaminhados diretamente das juntas de freguesia para os governos civis. No segundo, as juntas de freguesia transmitiam os dados à câmara municipal, que, por sua vez, os remetia também ao governo civil.

Uma vez recebida as informações, o governo civil assumia a responsabilidade de as fazer chegar ao delegado militar, que procedia à sua emissão para a Escola Prática de Transmissões, em Lisboa. Finalmente, os resultados eram encaminhados para o Centro de Escrutínio Provisório, também na capital. Todo este processo de comunicação era efetuado por via telefónica, num esforço logístico coordenado e centralizado que visava garantir a celeridade e a fiabilidade na contagem provisória dos votos.

Figura 5 – Circuito de comunicação dos resultados eleitorais em 1976.



(Fotografia: autoria própria)

Fonte: Correspondência: fundo documental – ofício 1198, Proc. G.4./DCE consultado no Arquivo Distrital de Évora.

Em virtude da documentação existente tanto no Arquivo Distrital de Évora, quanto no Arquivo Municipal de Évora, podemos dizer que dado o êxito destas eleições o modelo seria replicado ao longo das seguintes, sem sofrer alterações muito relevantes até 1989, fim do nosso período de estudo.

No que respeita à composição das listas eleitorais nos concelhos de Évora e de Vila Viçosa, verifica-se que, de forma geral, os candidatos propostos eram filiados nos respetivos partidos, sobretudo no caso das forças políticas de esquerda. Esta realidade foi particularmente evidente nas eleições de 1976, onde a maioria dos candidatos das coligações lideradas pelo PCP eram militantes do partido (PT/SGMAI/GCEV/L/1285). Tal prática refletia não só a disciplina partidária do PCP, mas também o amplo apoio popular que estas coligações recolhiam no distrito de Évora.

Em contraste, nos partidos de direita, a composição das listas nas primeiras eleições autárquicas apresentava um cenário distinto: era comum encontrarem-se candidatos não

filiados, o que se relacionava, em parte, com a dificuldade em mobilizar quadros locais longos após a Revolução de Abril. Contudo, entre 1979 e 1989, essa tendência foi sendo gradualmente superada, passando a ser frequente a presença, nas listas da direita, tanto de independentes como de militantes dos respetivos partidos. (PT/SGMAI/GCEV/L/1285)

Já no caso do Partido Socialista, embora se tratasse de uma força de esquerda, observou-se uma certa flexibilidade ao longo dos anos: alguns dos seus candidatos não possuíam filiação formal, o que indicia uma maior abertura no processo de seleção (PT/SGMAI/GCEV/L/1285).

Importa ainda referir que a filiação partidária, embora relevante, não era o único critério utilizado na escolha dos candidatos. Fatores como a rede de relações pessoais, o prestígio local e a simpatia junto da comunidade desempenhavam igualmente um papel decisivo nesse processo (Almeida, 2013: p. 57).

3.3 O dia das eleições

O dia das eleições autárquicas, tanto em Évora como em Vila Viçosa, ficou marcado por uma ampla variedade de acontecimentos, que vão desde a normalidade do processo até à ocorrência de imprevistos e irregularidades. Neste subcapítulo, procuraremos apresentar os episódios mais significativos registados entre 1976 e 1989 nos dois concelhos em análise.

Embora estejam em causa realidades distintas, importa, desde logo, sublinhar a disparidade na quantidade de informações disponíveis. No caso de Évora, as atas das operações eleitorais apresentam um volume considerável de registos provenientes das várias secções de voto. Observa-se, inclusive, a repetição de certas ocorrências ao longo dos anos, motivo pelo qual optámos por destacar apenas as mais frequentes ou relevantes, de modo a oferecer uma visão de conjunto em vez de uma descrição exaustiva. Em contraste, no concelho de Vila Viçosa, o número de acontecimentos registados é consideravelmente menor, o que sugere que, de forma geral, os atos eleitorais decorreram com maior normalidade, ainda que com exceções pontuais em determinados anos.

Entre os principais episódios registados nas atas eleitorais de Évora, destacam-se situações recorrentes como o esquecimento do Cartão de Eleitor ou do Bilhete de

Identidade. Nesses casos, foi necessário recorrer a testemunhas presentes nas secções de voto para validar o direito ao voto (PT/SGMAI/GCEVR/L/834). Também foram frequentes os votos por procuração ou com assistência, em situações de incapacidade visual (PT/SGMAI/GCEVR/L/835). Além destas ocorrências, registaram-se igualmente problemas pontuais, com erros na entrega dos boletins de voto – que levaram alguns eleitores a votar duas vezes para o mesmo órgão e a não votar noutros (PT/SGMAI/GCEVR/L/835) – ou boletins rasgados no momento da abertura, que acabaram por ser validados pela mesa (PT/SGMAI/GCEVR/L/880). Nas primeiras eleições autárquicas, verificaram-se ainda falhas no recenseamento eleitoral, nomeadamente a omissão de nomes (PT/SGMAI/GCEVR/L/834).

Para além destas situações recorrentes, surgiram também casos pontuais de maior impacto e gravidade. Em 1989, por exemplo, um problema resultou da criação de duas novas freguesias em Évora, em 1985. Verificou-se então a troca de boletins entre as freguesias de Nossa Senhora de Guadalupe e Nossa Senhora de Machede, o que atrasou a abertura da secção de voto n.º 1 da primeira freguesia citada. Ficou registado em ata:

“Em virtude de trocas de boletins de assembleia de freguesia, entre a Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe e a Freguesia de Nossa Senhora de Machede não foi possível a abertura da secção de voto nº1 às 8,00h, sendo a sua abertura às 10,30h após a situação resolvida pela Comissão de eleições dos órgãos das autárquicas locais” (PT/SGMAI/GCEVR/L/975).

Dificuldades adicionais estiveram relacionadas com composição das mesas de voto. Alguns cidadãos não foram atempadamente notificados (PT/SGMAI/GCEVR/L/841), apercebendo-se apenas quando se deslocaram para votar. Outros recusaram integrar as mesas, justificando-se com motivos diversos: recuperação de acidentes de viação (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.2)., férias (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.2), compromissos profissionais (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.2), compromissos escolares (estudar no ensino superior fora de Évora) (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1976/Cx.2)., doenças (PT/AMEVR/CME/E/E/ERE/D/1979/Cx.2)., gravidez (PT/AMEVR/CME/E/E/ERE/D/1989/Cx.2)., ou por já terem desempenhado funções semelhantes em eleições anteriores. Um exemplo é o pedido de substituição de Maria de Lourdes Pimenta da Silva, nomeada pela terceira vez consecutiva para

secretária da mesa da secção de voto n.º 3 da freguesia de Santo Antão tal como ficou refletido num documento enviado à Câmara Municipal de Évora onde a própria refere que:

“Tendo sido nomeada como Secretária para a mesa da secção de voto número 3 da freguesia de Santo Antão, vem solicitar a Vossa Excelência a sua substituição no referido cargo, tendo em conta que é a terceira vez consecutiva que sou nomeada para o cargo.” (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.2)

Já em Vila Viçosa, a situação revelou-se mais estável: apenas em 1979 se registaram ausências justificadas com atestado por motivos de saúde (PT/SGMAI/GCEVR/L/865), o que indica estabilidade na constituição das mesas de voto ao longo do período estudado.

Para além destas questões de natureza organizativa, surgiram também irregularidade mais graves, sobretudo relacionadas a propaganda eleitoral em locais proibidos. Casos de cartazes afixados a menos de 100 metros das assembleias de voto foram registados em Vila Viçosa nas eleições de 1976 (freguesias de Pardais e Ciladas) e de 1985 (na sede do concelho). A título de exemplo destaquemos no caso de 1976 aquele que ocorreu na freguesia de Ciladas – São Romão, onde Joaquim Manuel Andrade, delegado da FEPU, apresentou uma queixa formal em ata:

“Na sequência do requerimento elaborado por Joaquim Manuel Andrade, delegado da lista Frente Eleitoral Povo Unido – Ao abrigo da alínea c) do artigo 41º do decreto lei nº 701-B/76 de 29 de setembro, certifica-se que: Na qualidade de Delegado da Lista da Frente Eleitoral Povo Unido, da Assembleia de Freguesia de Ciladas, apresento o meu veemente protesto pela flagrante irregularidade e atropelo à lei que constituiu o facto de ter sido afixado junto às assembleias de voto, um edital da Lista do PSD e CDS, identificado em destaque como Lista independente. Tal facto visa muito claramente iludir o eleitorado, pelo que disse ao Senhor Presidente (da mesa) que tal irregularidade fique denunciada e lacrada em ata. Peço ainda que me seja passado recibo desta reclamação – Joaquim Manuel Andrade.” (PT/SGMAI/GCEVR/L/839)

Também se registaram tentativas de influenciar diretamente o sentido de voto dos eleitores à boca das urnas. Em 1985, na freguesia de S. Miguel de Machede (secção de voto n.º 1), um delegado da APU colocou dentro da própria secção de voto, um manifesto

apelando ao voto na coligação comunista, facto registado em ata por um representante da aliança PS/PSD:

“Venho por direito próprio protestar certas anomalias verificadas aquando do ato eleitoral na mesma freguesia, por se ter passado o seguinte. Um delegado da Aliança Povo Unido suponho que intencionalmente colocou a seu lado em cima de uma cadeira um manifesto virado para o eleitorado elucidando os mesmos a votarem: Vota Aliança Povo Unido. Não bastante em seguida com o consentimento do senhor Presidente da Mesa nº1 recolhi debaixo da Câmara de voto nº1 um outro papel com as mesmas palavras e também com a cruz a indicar o respetivo quadrado, note bem. Com tudo isto venho mais uma vez demonstrar perante os senhores a tendência abusiva e “democrática”, a que a APU nos tem vindo acostumando nos atos eleitorais já decorridos.” (PT/SGMAI/GCEVR/L/884)

Em Vila Viçosa, no mesmo ano, registou-se um episódio semelhante quando uma eleitora exibiu publicamente o seu boletim de voto, revelando ter votado na aliança PSD/PS. Tal ocorrência foi igualmente registado em ata:

“Tendo verificado que a cidadã Maria Talhinhos revelou nesta assembleia de voto em que partido votou (visto mostrar publicamente perante as pessoas presentes) propaganda afeta ao PSD/PS reclamo que seja feita identificação da cidadã com registo em ata de infração para efeitos do disposto no artigo 127 nº2 da lei eleitoral onde se proíbe a propaganda de toda e qualquer lista a menos de 100 metros da mesa de voto.” (PT/SIGMAI/GCEVR/L/922)

Paralelamente a estes acontecimentos, a imprensa local desempenhou um papel central na formação da opinião pública, refletindo as tensões políticas do período. Em 1976, *A Defesa*, o *Notícias de Évora* e o *Diário do Sul* revelaram as clivagens ideológicas do momento: o primeiro apelava ao voto em partidos de direita, enquanto o último assumiu uma posição de apoio às forças de esquerda. Já o *Notícias de Évora* procurava manter-se neutro, enfatizando sobretudo a pedagogia eleitoral. Esse cenário mudou nas eleições subsequentes, em que o *Diário do Sul* se destacou como um importante agente de democratização ao ceder espaço a todos os partidos concorrentes no município eborense, entre as intercalares de 1978 e as autárquicas de 1989.

Contudo, enquanto em Évora a imprensa local desempenhou papel ativo, em Vila Viçosa a escassez de fontes documentais e jornalísticas limitou a nossa análise. A inexistência de órgãos de imprensa local entre 1976 e 1985, a par do facto de a Rádio Campanário não ter acompanhado as eleições autárquicas de 1989, torna este estudo mais difícil e fragmentado, obrigando a recorrer às poucas informações disponíveis no Arquivo Distrital de Évora. Ainda assim, é de lamentar que não tenha sido possível localizar neste arquivo as atas das operações eleitorais de 1989.

Capítulo 4 – O perfil partidário e sociocultural dos candidatos e dos eleitos municipais entre 1974 e 1989 em Évora e Vila Viçosa. Permanências e mudanças.

4.1 – As condicionantes ao nível da recolha dos dados

Foi referido nos anteriores capítulos que, na transição da ditadura para a democracia, as mudanças ao nível da conceção do poder autárquico foram operacionalizadas através da legislação que acompanhou as ditas mudanças. Em resultado disso, ao nível dos procedimentos eleitorais decorreram alterações relativamente às atribuições das autoridades envolvidas (governos civis, câmaras, juntas de freguesia, tribunais) e foram criadas instituições, como a Comissão Nacional de Eleições (CNE) (<https://www.cne.pt/content/estatuto-e-composicao>). No Ministério da Administração Interna e no âmbito da sua Secretaria Geral, foi criada uma secção dedicada à “Administração Eleitoral”, com diversas atribuições relativamente aos processos e atos eleitorais (<https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/Paginas/default.aspx>). No entanto, as diligências efetuadas não corresponderam ao esperado no âmbito da colheita de dados.

Em 2011 os governos civis acabaram mesmo por ser extintos, se bem que o papel que tinham durante a ditadura em termos de coordenação e supervisão das atividades políticas e administrativas que ocorriam à escala local fosse ficando mais esvaziado em favor de outras entidades. Segundo o Decreto-Lei 701-B de 29 de setembro de 1976, artº 17, 1º “As listas de candidatos são apresentadas perante o juiz do tribunal da comarca com jurisdição na sede do município até ao 51.º dia anterior ao dia da eleição”. Nesse mesmo Decreto, artº 18º, 1º, era referido que a lista apresentada ao tribunal deveria conter os nomes e outros elementos de identificação dos candidatos e, no nº 8 do mesmo artigo, especificava-se que esses eram os seguintes “[...] idade, número, arquivo de identificação e data do bilhete de identidade, filiação, profissão, naturalidade e residência”. Esta norma permanece em vigor (Alves, 2021).

Embora os elementos de identificação acima referidos fossem essenciais para o nosso trabalho prosopográfico (Stone, 2011), as diligências efetuadas à escala local para termos acesso a esta informação, como referido na Introdução, não deram os resultados pretendidos.

Por outro lado, o princípio do voto universal conduziu a mudanças profundas relativamente aos critérios de elaboração dos recenseamentos eleitorais, assim como aos elementos informativos relativos a cada pessoa neles inscrita. Muitos atributos como a profissão, ou, de forma indireta, a situação escolar, associados a cada indivíduo que integrava os recenseamentos no Estado Novo desapareceram, se bem que para o nosso trabalho de biografia do grupo fossem importantes. Acresce, além disso, que as próprias reformas do mapa das freguesias (supressão, criação) dificultam a localização e acesso aos cadernos de recenseamentos. No concelho de Évora, por exemplo, as freguesias do centro histórico fundiram-se em apenas uma, quando para a nossa cronologia de estudo eram quatro. Deste modo, embora inicialmente fosse nosso intuito analisar o perfil sociocultural dos candidatos, a análise que se segue incide sobre os eleitos dos executivos camarários e das assembleias municipais.

As orientações e procedimentos nas primeiras eleições autárquicas que analisamos, as de 1976, pelo que se pode depreender da documentação que sobre elas existe no arquivo do Governo Civil de Évora, à guarda do Arquivo Distrital de Évora, representaram como que uma aprendizagem quanto aos procedimentos. Constatam-se a existência de diversos documentos e correspondência com muitas orientações emanadas do poder central, tanto para as autoridades locais como para os representantes dos partidos envolvidos. De qualquer forma, quer para o ato eleitoral desse ano, quer para os seguintes que integram a nossa cronologia de análise, as informações relativas aos processos eleitorais autárquicos (câmara e assembleia municipal) dos concelhos de Évora e de Vila Viçosa apresentam algumas lacunas.

Os arquivos municipais constituem, assim, um recurso central para a recolha de dados relativa a este capítulo da nossa dissertação.

Procurámos completar estes dados sobretudo no caso de Vila Viçosa, com informações orais, através de pequenas entrevistas, como também já referimos na Introdução.

Feito este preâmbulo sobre as circunstâncias e condicionantes relativas à produção e acesso à informação sobre os processos e protagonistas das eleições autárquicas, refira-se que o nosso propósito, no presente capítulo, é o de procurarmos apreender os perfis socioculturais dos eleitos para a câmara e para a assembleia municipal nos concelhos de Évora e Vila Viçosa.

O nosso objetivo é compreender com maior rigor a constituição do poder camarário, examinando variáveis como a sua atividade profissional, formação, idade, partido e envolvimento político. Ao analisarmos estes indicadores, pretendemos observar e reconhecer as tendências e características dos indivíduos que ocuparam os órgãos do poder municipal, bem como ponderar sobre a representatividade social e política destes eleitos.

No entanto, e dada a escassez de fontes escritas com informações importantes para a apreensão do perfil sociocultural dos candidatos e, em muitos casos dos próprios eleitos, e também a falta de memória dos inquiridos, relativa à composição da Assembleia Municipal de Vila Viçosa para o mandato de 1982 a 1985, não foi possível analisar este órgão neste período.

Embora em princípio a consulta das atas das camarás possa disponibilizar dados sobre os eleitos, devemos referir, ainda, que em relação a Vila Viçosa não foi possível reconstruir na totalidade os quadros dos eleitos no que toca à sua idade e profissão devido a vários fatores: (I) a Câmara Municipal de Vila Viçosa não dispõe da grande maioria das atas de apuramento geral e de tomada de posse para o período eleitoral em análise; (II) as atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa elaboradas pelo último executivo do Estado Novo não existem; (III) as atas da Assembleia Municipal de Vila Viçosa também não existem; (IV) existe falta de dados acerca da idade e da profissão dos eleitos nalguns autos de tomada de posse da câmara e da assembleia de Évora.

As fontes usadas para identificar os atributos sociais dos eleitos em Évora foram os autos de tomada de posse da câmara e da assembleia municipal, onde, em diversos casos, além do nome e do partido, também estão presentes a profissão e a idade bem como a sua função autárquica. Para fazermos a caracterização dos elementos do último executivo do Estado Novo, tivemos de nos socorrer do recenseamento eleitoral de Évora de 1973.

A caracterização do poder local em Vila Viçosa revelou-se mais complexa, devido à inexistência das atas do Estado Novo no arquivo municipal, tendo nós de nos socorrer das fontes orais, identificadas nos Anexos de 1 a 8, para conseguirmos caracterizar todos estes indivíduos. Também neste caso, o recenseamento eleitoral de 1973, relativo a Vila Viçosa, foi relevante pelas informações disponibilizadas relativamente a alguns dos indivíduos com cargos autárquicos. Para efetuarmos a caracterização da comissão administrativa que liderou aquela autarquia nos anos de transição, usámos as atas da câmara de 1976 e a base

de dados de Maria Antónia Pires de Almeida, em que esta agrega as designações profissionais de cada indivíduo em grupos profissionais mais abrangentes, para identificar a sua respetiva profissão (Almeida, 2025).

Para identificarmos os nomes e a filiação partidária dos eleitos calipolenses tivemos de nos socorrer dos dois autos de tomada de posse de 1976 e de 1985. Para identificarmos a profissão e a idade destes eleitos em 1976 usámos novamente o recenseamento eleitoral de 1973 daquele concelho e as fontes orais referidas nos Anexos de 1 a 8 do nosso estudo. Para os restantes eleitos, incluindo os de 1985, usámos as atas da câmara para identificarmos o nome dos respetivos e as informações orais para identificarmos a profissão, partido e idade. Para o ano 1989, dada a inexistência das atas da câmara municipal e da assembleia municipal, utilizámos o método de Hondt para identificar os eleitos dos vários partidos com base no edital dos candidatos, presente no Arquivo Distrital de Évora.

Para a identificação dos eleitos para a assembleia municipal, considerámos os editais de candidatos de 1979, o auto de tomada de posse de 1985 e o edital de candidatos de 1989. Para de entre eles identificarmos os eleitos tivemos de nos socorrer do método de Hondt e da Lei n.º 79/77. As fontes orais foram utilizadas apenas para identificar a profissão e a idade de todos estes eleitos.

Do ponto de vista da sequência cronológica da análise neste capítulo, primeiro falamos primeiro dos executivos do Estado Novo, depois das comissões administrativas nomeadas pelos governadores civis e terminamos com a análise dos eleitos: primeiro com os da câmara e só depois os eleitos da assembleia municipal. Do ponto de vista espacial iremos falar primeiro do caso de Évora e depois do caso de Vila Viçosa. Na última parte faremos a comparação do perfil sociocultural dos elementos que constituíram o poder local nestes dois concelhos. Adiante-se que os espaços em branco nas várias tabelas do capítulo se devem ao facto de não ter sido possível apurar essas informações.

Por último, refira-se que ao fazermos a análise, ao longo do capítulo, da expressão quantitativa das informações recolhidas, os dados colocados normalmente entre parênteses indicam primeiro o valor absoluto e depois o percentual.

4.2 – O caso de Évora (1974-1989)

Recorde-se, como anteriormente referimos, que Évora é uma das cidades mais importantes do Alentejo, destacando-se não apenas pela sua centralidade política e administrativa, mas também pelo seu papel significativo na economia distrital e regional. Ao analisarmos os órgãos do poder local, conseguimos ter uma melhor perceção da evolução política no concelho eborense desde o último elenco camarário do Estado Novo e entre 1974 e 1989. No final, iremos procurar no final tirar algumas conclusões sobre este concelho no que diz respeito às suas elites políticas locais.

4.2.1 – O último executivo municipal do Estado Novo

O último executivo da câmara municipal de Évora nomeado pelo governado civil em representação do governo central durante o Estado Novo foi liderado por Carlos Garcia Fialho, um empresário agrícola de 56 anos. O número de vereadores existentes era de 6 (incluindo o vice-presidente), dado que, segundo o *Código Administrativo de 1936*, este concelho era considerado de 1ª ordem.

Este executivo, no que respeita às questões de género, era composto por apenas uma mulher e por seis homens. Note-se, que não era comum a presença de mulheres no desempenho de cargos municipais durante o Estado Novo (Tabela 8).

O vice-presidente do executivo era o industrial António Manuel Caeiro, de 47 anos, juntando-se a este como vereadores o gerente do Montepio Eborense, Luís Nunes, de 61 anos, o comerciante Angelino Figueiredo, de 50 anos, a doméstica Isabel Fernandes, o engenheiro agrónomo Mariano Costa Pinto, de 38 anos e, por fim, o regente agrícola António Melro, de 54 anos. Todos estes indivíduos eram figuras que não se opunham ao regime, pois o critério da confiança política era referencial. A média de idades deste executivo camarário é de 50 anos de idade (Tabela 27, Subcapítulo 4.3). Podemos mencionar a este respeito que este é um executivo algo envelhecido, com a maioria dos nomeados a serem pessoas com mais de 50 anos de idade; ressalve-se o facto do presidente ter a mesma faixa etária da maioria dos vereadores (Tabela 8).

Do ponto de vista profissional, este executivo era diversificado, embora denote preeminência das ocupações ligadas à agricultura. Desde logo no diz respeito ao presidente da câmara, partindo-se do princípio que o termo proprietário poderá remeter, pela importância do setor agrícola na economia regional, para a posse de bens fundiários. Isabel Fernandes era, também ela, representante de famílias ligadas ao setor agrário da região (Carvalho, 2011: p. 2). Do ponto de vista da escolaridade, depreende-se, pelas atividades profissionais mencionadas, que alguns dos vereadores teriam frequentado níveis de ensino para além da escolaridade obrigatória da época, sem dúvida no caso do engenheiro agrónomo e do regente agrícola. A ligação entre os indivíduos ligados ao meio rural, quer na qualidade de proprietário, quer de técnicos, é evidenciada por Maria Antónia Pires de Almeida (2019: pp. 205-206), que afirma que, com a transição para a democracia, houve uma descontinuidade das elites locais onde os meios agrários eram relevantes. Historicamente, durante o Estado Novo, os presidentes das câmaras eram pessoas ligadas às elites socioeconómicas locais e, em muitos casos, detentores de habilitações superiores (Almeida, 2019: pp. 205-206). No entanto, no regime democrático, os proprietários agrícolas tenderam a ser afastados do cargo de presidentes de câmaras, uma vez que os critérios de seleção foram modificados, passando o cargo da indicação nominativa para nomeação para uma base eletiva.

É importante referir que, por vezes, a relação entre a atividade profissional e o título académico linear. Um indivíduo mencionado como engenheiro no ato de posse para um cargo municipal, poderia não exercer funções profissionais diretamente relacionadas com a engenharia, sendo comum que o título académico se sobrepusesse a uma identificação profissional mais específica e rigorosa, em virtude do seu prestígio.

Assim sendo, constatamos, com base na Tabela 45 do Anexo nº 10, e de acordo com os critérios de integração das designações profissionais em grupos profissionais mais abrangentes, propostos por Maria Antónia Pires de Almeida (Almeida, 2025), que o grupo onde os nomeados eborenses, em exercício em 1973 se inserem, na sua maioria, é no dos Empresários/Industriais (2 – 28,6%), sendo isto justificado pela grande proximidade entre o regime político vigente e os grande empresários e agricultores. Além destes, os restantes indivíduos inserem-se no grupo dos Comerciantes (1 – 14,3%), Domésticas (1 – 14,3%), Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (1 – 14,3%), nos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 14,3%) e nos Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 14,3%).

Deste modo, podemos perceber que o nível médio de formação não era muito elevado, pelo que se pode depreender pelas profissões: apenas um indivíduo possuía habilitações ao nível da licenciatura e outro era detentor de um curso técnico, e ambos estavam ligados à agricultura. Ainda assim, e considerando os setores de atividade, não poderá deixar de se referir que três dos sete elementos da câmara estavam ligados ao setor agrícola (Tabela 8).

Tabela 8 – Último executivo nomeado durante o Estado Novo para a Câmara Municipal de Évora.

Nome	Profissão	Idade (1974)	Cargo	Partido ou Coligação
Carlos Garcia Fialho	Empresário agrícola	56	Presidente	ANP
António Manuel Guttierrez Caeiro	Industrial	47	Vice-Presidente	ANP
Luís Félix Nunes	Gerente do Montepio	61	Vereador	ANP
Angelino Pires Fitas Figueiredo	Comerciante	50	Vereador	ANP
Isabel da Visitação Morgado Palhavã de Moura Fernandes	Doméstica	43	Vereador	ANP
Mariano Elias de Moura Costa Pinto (Eng.)	Engenheiro Agrónomo	38	Vereador	ANP
António Francisco Melro	Regente agrícola	54	Vereador	ANP

Fonte – Recenseamento Eleitoral de Évora (1973) (PT/SMAI/GCEVR/L/1285); AMEVR - Livro de Atas de Reuniões da câmara de Évora, 1974: p.245.

4.2.2 Comissões Administrativas após 25 de Abril de 1974

Com o fim do regime ditatorial, no âmbito da transição democrática, os elencos camarários nomeados pelo Estado Novo foram afastados e substituídos por comissões administrativas. No caso de Évora foram nomeadas duas durante este período. A primeira comissão iniciou o seu período de governação a 22 de julho de 1974 (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 22 de julho de 1974: p. 375) e foi afastada a 30 de outubro de 1975 (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 30 de outubro de 1975: p. 432) quando outra comissão nomeada pelo governo civil lhe sucedeu na liderança dos destinos desta autarquia até à tomada de posse dos novos órgãos autárquicos, eleitos em dezembro de 1976.

Naquelas duas comissões, à semelhança do verificado a nível nacional (Almeida, 2016: p. 36), encontramos uma assinalável diversidade profissional. Apesar das diferenças, não será erróneo afirmar que as pessoas nestas comissões genericamente se identificavam com o Programa do Movimento das Forças Armadas (Decreto-Lei 236/74, de 3 de junho) ou, pelo menos, não eram declaradamente reconhecidos pelo seu apoio e proximidade ao regime deposto.

No que respeita à composição da primeira comissão administrativa, as questões de género indicam uma predominância masculina, sendo esta constituída por oito homens e uma mulher. O presidente era Manuel Bagulho, arquiteto de 52 anos, tendo como vice-presidente a funcionária pública Maria Dias, de 44 anos. Além destes, também integraram o executivo, nas posições de vogais, o médico Malaquias Pimentão, de 64 anos, o engenheiro agrónomo António Horta, de 53 anos, o empregado dos CTT, Acácio Alferes, de 36 anos, o comerciante Francisco Caeiro, de 53 anos, o proprietário agrícola Manuel Pereira, de 64 anos, o advogado Alberto Brito de Lima, de 36 anos e por fim, Jerónimo Queiroga, médico veterinário.

A média de idades conhecida deste executivo é, novamente, de 50 anos (Tabela 27, Subcapítulo 4.3). Destaca-se, neste caso, que o presidente nomeado se encontrava na mesma faixa etária da maioria dos nomeados, porém há vogais no executivo com idades mais avançadas, assim como outros com idades mais jovens.

No que concerne aos títulos profissionais, seguindo os critérios já explicados no subcapítulo anterior e tendo em conta os requisitos académicos para o exercício das profissões identificadas na Tabela 9, constata-se que este executivo apresenta diferenças em relação ao último do Estado Novo, sendo que a maioria dos seus nomeados possui habilitações ao nível da licenciatura, inserindo-se profissionalmente no grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (6 – 66,7%) (Tabela 45, Anexo n.º 10).

Os restantes nomeados, com base nas suas profissões, aparentam possuir um nível de habilitação literária mais baixo, integrando-se nos grupos profissionais dos Comerciantes (1 – 11,1%), Funcionários Públicos (1 – 11,1%) e Operários, Artífices e Operadores (1 – 11,1%).

Tabela 9 – Primeira Comissão Administrativa da Câmara de Évora (22 de julho de 1974).

Nome	Profissão	Idade (1975)	Cargo	Partido ou Coligação
Manuel Tierno Bagulho (Arq.)	Arquiteto	52	Presidente	S. I
Maria Ana Queiroga Dias (Dr. ^a)	Funcionária pública	44	Vice-Presidente	S. I
António Manuel Horta	Engenheiro Agrónomo	53	Vogal	S. I
Acácio Monteiro Alferes (Eng.)	Empregado dos CTT	36	Vogal	S. I
Francisco José Guttierrez Caeiro	Comerciante	53	Vogal	S. I
Jerónimo Queiroga (Dr.)	Médico Veterinário	S. I	Vogal	S. I
Manuel Marques Pereira	Proprietário Agrícola	64	Vogal	S. I
Alberto Carlos Martins de Brito Lima (Dr.)	Advogado	36	Vogal	S. I
Malaquias da Costa Lobato Pimentão (Dr.)	Médico	64	Vogal	S. I

Fonte - Livro de atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 1975: p.35; Recenseamento eleitoral de Évora (1973). (PT/SMIAI/GCEVR/L/1285)

Nota: S. I = Sem Informação

A segunda comissão administrativa, nomeada pelo governo civil após o executivo anterior ter sido exonerado (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 23 de outubro de 1975: p.2), liderou os destinos da câmara entre 30 de outubro de 1975 e o dia em que o primeiro executivo eleito pelo povo nas eleições autárquicas de 1976 tomou posse. Sobre as razões que levaram à nomeação da desta segunda comissão administrativa, o que ficou inscrito foi que a primeira comissão administrativa tinha sido destituída pelo Decreto-Lei 45 362 (Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 23 de outubro de 1975: p.2). Contudo, não são dadas explicações mais detalhadas sobre o contexto ou motivações políticas subjacentes.

No seguimento da análise dos anteriores executivos, importa agora observar a composição desta nova comissão administrativa, começando pelas questões de género. Ao contrário dos executivos anteriores, este era composto exclusivamente por homens, num total de nove membros, não havendo qualquer mulher em funções (Tabela 10).

Relativamente à constituição individual do executivo, o presidente foi o empregado de escritório, Humberto Paixão, de 39 anos, tendo como vice-presidente Arlindo Carvalho. Os vogais eram José Godinho, Afonso de Carvalho, professor do ensino secundário, o

profissional de seguros Joaquim Ferreira de 50 anos, o comerciante António José Melgão de 40 anos e o mecânico António Pires de 48 anos, José Almeida Pontes, Bate-Chapas e Rui Araújo Cordeiro, Funcionário da Siemens.

No que respeita à idade dos nomeados, apesar de não dispormos de informação para todos os membros, a média dos indivíduos cuja idade é conhecida situa-se nos 44 anos (Tabela 27, Subcapítulo 4.3). O presidente deste executivo, com base nos dados conhecidos, possuía a idade mais baixa, o que contrasta com o presidente anterior, que se encontrava na mesma faixa etária da maioria dos vogais.

Face ao já exposto, podemos perceber que esta comissão é bastante diferente do anterior, que era mais consistente do ponto de vista dos grupos profissionais. Dito isto, com base na Tabela 45 (Anexo n.º 10) e nos critérios já enunciados em análises semelhantes realizadas anteriormente, os grupos profissionais dominantes são: o Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 33,3%); os Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 33,3%); os Comerciantes (1 – 11,1%); os Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 11,1%); e os Funcionários Públicos (1 – 11,1%).

Perante estes indicadores com base na profissão, não se pode descartar hipótese de que algum ou alguns dos elementos possuam formação superior, embora exerçam uma das profissões mencionadas. No entanto, com base nas informações disponíveis, pode-se supor que a habilitação literária da maioria dos membros do segundo executivo nomeado seja apenas a obrigatória, contrastando com o executivo anterior, no qual a maioria dos indivíduos possuía habilitações académicas superiores (Tabela 45, Anexo n.º 10).

Tabela 10 – Segunda Comissão Administrativa da Câmara de Évora (30 de outubro de 1975).

Nome	Profissão	Idade (1975)	Cargo	Partido
Humberto Carlos Pereira Paixão	Empregado de Escritório	39	Presidente	S. I
José Azeda Godinho	Cabouqueiro	S. I	Vogal	S. I
Joaquim Rosa Ferreira	Profissional de Seguros	50	Vogal	S. I
António José Melgão	Comerciante	40	Vogal	S. I
Afonso Henriques Freire Andrade de Carvalho (Dr.)	Professor	50	Vogal	S. I
António Justo Gomes Pires	Mecânico	48	Vogal	S. I
Arlindo Gonçalves de Carvalho	Técnico da Direção Geral dos Desportos	S. I	Vice-Presidente	S. I
José Almeida Pontes	Bate-Chapas	S. I	Vogal	S. I
Rui Araújo Cordeiro	Funcionário da Siemens	S. I	Vogal	S. I

Fonte – Livro de Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 1976: p. 67; Recenseamento eleitoral de Évora (1973) (PT/SMAI/GCEVR/L/1285)

Nota: S. I = Sem Informação

4.2.3 – Os resultados das eleições autárquicas em Évora (1976)

As eleições autárquicas realizadas em dezembro de 1976 são, na perspetiva nacional, as últimas eleições realizadas para instaurar a vida democrática nacional em Portugal nesse ano. Isto porque tiveram lugar após as eleições constituintes de 1975 e as legislativas e presidenciais de julho de 1976 (RTP Arquivos, 1976).

Em termos nacionais, o vencedor das eleições para as autarquias neste ano foi o Partido Socialista, seguindo, por ordem decrescente de votos e percentagem, pelo PPD/PSD, pela FEPU (coligação vencedora nos dois concelhos em análise) pelo CDS e pelos restantes partidos; destaca-se ainda o PPM, que conseguiu vencer também uma câmara municipal no país (Campos, 2020: p. 83).

No distrito de Évora, por sua vez, foi a FEPU que saiu vitoriosa na maioria dos concelhos, com exceção de Mourão e de Reguengos de Monsaraz, onde o Partido Socialista venceu¹². O PS triunfou nestes dois concelhos com maioria relativa (Marktest, 2025). Além disto,

¹² CNE - Presidentes da Câmara Eleitos em 1976 – < https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/ce_al1976.pdf > (acedido em 27 de outubro de 2024)

é de salientar que, tanto em Évora como em Extremoz, a FEPU também obteve a vitória, embora apenas com maioria relativa (Marktest, 2025).

Quanto à abstenção nestas eleições, segundo a Tabela 11, os valores situaram-se, em termos concelhios, nos 26,6%, um número quase idêntico ao valor distrital que se situou nos 27,3%. A percentagem de votos nulos e brancos foi também bastante idêntica entre os valores registados no concelho de Évora e no panorama distrital, dentro da casa dos 2%, havendo no caso de Évora mais votos brancos e nulos do que votos no GDUP.

Quanto aos resultados, no concelho de Évora a FEPU obteve 41,5% dos votos e elegeu, além do presidente, dois vereadores. O PS foi a segunda força mais votada e obteve 33,1% dos votos, elegendo 3 vereadores. Por fim a o PSD obteve 11% dos votos e elegeu apenas 1 vereador. Além destes partidos, também concorreu o CDS que obteve 6,5% dos votos e os GDUPS que tiveram 3,63% na votação. Nesta eleição para a câmara só foram eleitos homens (Tabela 12).

Tabela 11 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1976).
Mandato 1976-1979.

Partido	Dados distritais	Presid. de Câmara	Maioria absoluta	Maioria Relativa	Concelho de Évora	Mandatos
FEPU	47,2%	12	10	2	41,5%	3
PS	33,7%	2	2		33,1%	3
PPD/PSD	5,9%				11%	1
CDS	7,1%				6,5%	
GDUPS	1,5%				3,6%	
Brancos	2,4%				2,5%	
Nulos	2,2%				1,8%	
Votantes	72,7%				73,4%	
Abstenção	27,3%				26,6%	

Fonte: CNE - Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> .> (Acedido a 31 de julho de 2025)

Antes de entrarmos na análise mais detalhada dos executivos municipais eborenses democraticamente eleitos deve referir-se que, situando-se a população do concelho entre os 10 000 e os 50 000 habitantes, a composição da câmara, para além do presidente, incluía mais seis vereadores (Decreto-Lei nº701-A/76 de 29 de outubro). Ao logo do

período em estudo, embora a legislação eleitoral autárquica tivesse sofrido atualizações, este critério, manteve-se.

Antes de iniciarmos a análise dos eleitos, importa abordar as questões de género, sendo relevante referir que foram eleitos sete homens e nenhuma mulher neste executivo.

Relativamente à composição do primeiro executivo democraticamente eleito para a Câmara Municipal de Évora, este foi liderado por Abílio Dias Fernandes, economista, de 44 anos, eleito pela FEPU, uma coligação de esquerda onde se integrava o PCP. Além deste, também foram eleitos pela mesma lista dois vereadores, o arquiteto Jorge Henrique Cardoso da Silva, e Acácio Monteiro Alferes, engenheiro eletrotécnico, de 37 anos.

Pelo PS foram eleitos, José António Bagulho, o professor João António Freixa Leitão de 46 anos e o engenheiro Vítor Jaime Ribeiro dos Santos. Por fim, o PSD elegeu o engenheiro Celestino David de 62 anos (Tabela 12).

No que respeita à média de idades conhecidas, esta situa-se nos 47 anos, (Tabela 27, Subcapítulo 4.3) porém, em relação a alguns dos vereadores, não foram recolhidos elementos relativos à sua idade, o que limita a precisão da média.

Quanto à análise das categorias profissionais dos eleitos, devemos recordar, mais uma vez, que a forma como os dados constam nas atas da câmara dificultam a separação entre a habilitação literária e a atividade profissional exercida. Ainda assim, entre as profissões conhecidas, foi possível identificar 6 em 7 eleitos (Tabela 45, Anexo n.º 10). Estes seis inserem-se no grupo profissional dos Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas (6 – 85,7%) três eleitos pela FEPU e dois eleitos pelo PS e um eleito pelo PSD. Por outro lado, a profissão de um dos eleitos pelo PS não foi possível determinar.

Em relação aos níveis de escolaridade dos eleitos camarários cuja profissão é conhecida, podemos mencionar que, com base na profissão ou título profissional, verificamos que a maioria dos eleitos possuía formação académica de nível superior (Tabela 45, Anexo n.º10).

Tabela 12 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1976.
Mandato de 1976-1978.¹³

Nomes	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1976)	Profissão
Abílio Dias Fernandes (Dr.)	Presidente	FEPU	44	Economista
Jorge Henrique Cardoso da Silva (Arq.)	Vereador	FEPU	S. I	Arquiteto
Acácio Monteiro Alferes (Eng.)	Vereador	FEPU	37	Engenheiro Eletrotécnico
José António Bagulho	Vereador	PS	S. I	S. I
Vítor Jaime Ribeiro dos santos (Eng.)	Vereador	PS	S. I	Engenheiro
João António Freixa Leitão (Dr.)	Vereador	PS	46	Professor
Celestino António da Veiga Neves David (Eng.)	Vereador	PSD	62	Engenheiro

Fonte – Auto de Tomada de Posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1977. (PT/AMEVR/CME/B/A/001/Lv.48-1977)

Nota – S. I = Sem Informação

Centrando agora a nossa análise no órgão da assembleia municipal, há que referir os critérios legais que determinavam a sua constituição e número de indivíduos que o integravam. Este coletivo era constituído por membros inerentes, que correspondiam ao conjunto dos presidentes de junta das freguesias existentes no concelho; os membros eletivos eram igualavam o número dos presidentes de freguesia mais um. Por outro lado, estes membros eletivos nunca poderiam ser inferiores a dezasseis, nos municípios com mais de 20000 e até 50000 eleitores (Decreto-Lei n.º 701-A/76 de 29 de setembro).

A legislação autárquica de 1979, que no relativo ao órgão em apreço, inclui os mandatos de 1979-1982 e 1982-1985, introduziu alterações nos critérios de composição daquele órgão, dando origem a um aumento significativo do seu número. Referia a nova legislação, no art.º 40, n.º 2, que “O número de membros eleitos diretamente não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao quádruplo do número de membros da respetiva câmara municipal” (Lei n.º 79/77 de 25 de outubro).

¹³ Este executivo camarário devia ter terminado o mandato em 1979, mas uma crise interna - que será explicada neste capítulo -, levou à necessidade de realização de eleições intercalares antecipadas em 1978.

Esta lei foi posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 100/84, que estipulou, no art.º 31 n.º 2, que “O número de membros eleitos diretamente não poderá, em qualquer caso, ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal.” (Decreto-Lei n.º 100/84 de 29 de março). A assembleia, nos mandatos de 1985-1989 e 1989-1993, foi constituída com base neste diploma legal. Além dos deputados municipais e dos presidentes de junta de freguesia, este órgão era constituído por dois secretários que eram eleitos por voto secreto pelos respetivos membros da assembleia municipal (Lei n.º 79/77 de 25 de outubro).

No que respeita à Assembleia Municipal de Évora de 1976, o presidente eleito foi Mário Barradas, identificado como funcionário público, proveniente de uma lista da FEPU. O 1º secretário foi José Alves Madeira, empregado bancário de 43 anos. O 2º secretário, foi Humberto Carlos Paixão, empregado de escritório, de 43 anos, e ex-presidente da segunda Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Évora. Esta assembleia era constituída por 17 deputados municipais (dos quais 2 foram eleitos secretários) e 14 presidentes de junta de freguesia. A coligação partidária FEPU elegeu a maioria, 9 deputados nos lugares diretamente eleitos na Assembleia Municipal de Évora, como se pode comprovar pela Tabela 13. Esta força ocupa 52,9% lugares diretamente eleitos para a assembleia. A segunda força política era o PS, com 6 deputados municipais eleitos ocupando 35,3% dos lugares elegíveis para deputados municipais. Por sua vez, o PSD foi a terceira força política, elegendo apenas 2 deputados municipais, o que representava 11,8% dos lugares elegíveis diretamente.

Se juntarmos os deputados municipais com os presidentes das juntas, constatamos que a FEPU é novamente a força dominante, com 17 elementos – 9 deputados e 8 presidentes de junta – o que corresponde a 51,6% do total de membros da assembleia municipal. Por sua vez, os 12 elementos do PS – 6 deputados e 6 presidentes de junta – representam 38,7% do total. Por fim, os dois únicos representantes do PSD, ambos deputados municipais, correspondem a 9,7% dos lugares da assembleia. Se analisarmos separadamente as presidências das juntas de freguesia, verificamos, que a FEPU assume 57,1% do total, cabendo ao PS os restantes 42,9%. No que diz respeito à idade dos eleitos, não é possível efetuar o cálculo devido ao elevado número de registos com idade desconhecida, algo recorrente neste órgão também nos restantes mandatos até 1989.

Quanto à representação de género, foram eleitos diretamente quinze homens para a assembleia municipal, pertencentes às três forças partidárias que obtiveram representação (PS, FEPU e PSD). Por sua vez, a APU foi a única força política a eleger duas mulheres nas suas listas. Estas representam, na assembleia diretamente eleita, 11,8% enquanto os homens correspondem a 88,2% dos elementos. Por sua vez nas presidências das juntas, constatamos que não houve nenhuma mulher eleita para o cargo, apenas homens. Deste modo, a proporção de mulheres na assembleia municipal é de apenas 6,4% enquanto os homens representam 93,6% dos elementos presentes neste órgão.

Ao avançarmos para a análise dos grupos profissionais que compõe a totalidade da assembleia, com base na Tabela 46 (Anexo n.º 11), devemos mencionar que a assembleia é, no seu todo, mais diversa do que a câmara. Deste modo, os grupos profissionais dividem-se da seguinte forma, por ordem decrescente: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (8 – 25,7%), três eleitos pela FEPU, três pelo PSD e dois pelo PS; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (7 – 22,6%), seis eleitos pela FEPU e um pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (5 – 16,1%) – quatro eleitos pelo PS e um pela FEPU; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (2 – 6,5%), um eleito pela FEPU e um pelo PS; Trabalhadores Rurais (2 – 6,5%), um eleito pelo PS e um pela FEPU; Agricultores (2 – 6,5%), um eleito pelo PS e um pela FEPU; Comerciantes (1 – 3,2%), eleito pela FEPU; Funcionários Públicos (1 – 3,2%), eleito pelo PS; e Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto (1 – 3,2%), eleito pela FEPU. Além disso, devemos mencionar que não foi possível identificar a profissão de 2 elementos eleitos pela FEPU que correspondem a 6,5%.

Após esta visão global, é relevante aprofundar a análise, dividindo os grupos profissionais entre os eleitos diretamente, os eleitos para as juntas de freguesia e, dentro destas últimas, entre as freguesias urbanas e rurais. Desta forma, obtemos uma perceção mais detalhada deste órgão e das diferenças profissionais dos seus membros. Feitas estas considerações, foram eleitos diretamente profissionais ligados aos seguintes grupos profissionais por ordem decrescente: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (8 – 46,9%), três eleitos pela FEPU, três pelo PSD e dois pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 11,8%), um eleito pela FEPU e outro pelo PS; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 11,8%), ambos eleitos pela FEPU; Funcionários Públicos (1 – 5,9%), eleito pelo PS; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 5,9%), eleito pela FEPU; Trabalhadores Rurais (1 – 5,9%), eleito pelo PS; Profissionais

de Criação Artística, do Espetáculo e da Cultura (1 – 5,9%), eleito pela FEPU. Há ainda um eleito da FEPU cuja profissão não foi possível apurar que corresponde a 5,9%.

Passando agora para a análise dos grupos profissionais totais dos presidentes das juntas de freguesia, em termos gerais, as categorias profissionais destes dividiam-se da seguinte forma, de acordo com a Tabela 46 (Anexo n.º11), por ordem decrescente: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (5 – 35,8%), três eleitos pela FEPU e dois pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 21,5%), todos eleitos pelo PS; Agricultores (2 – 14,3%), um eleito pela FEPU e outro pelo PS; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 7,1%), eleito pelo PS; Comerciantes (1 – 7,1%), eleito pela FEPU; Trabalhadores Rurais (1 – 7,1%), eleita pela FEPU. É ainda importante mencionar que não foi possível identificar a profissão de 1 dos presidentes das juntas rurais eleito pela FEPU (Torre de Coelheiros – 7,1%).

Para obtermos uma visão mais pormenorizada das juntas de freguesia, procederemos à subdivisão deste grupo entre freguesias urbanas e rurais, analisando cada uma em separado. Primeiro, falaremos das urbanas e, posteriormente, das rurais. Dito isto, foram eleitos presidentes das juntas urbanas, profissionais das seguintes áreas, por ordem decrescente: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 40%), um eleito pelo PS e outro pela FEPU; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 20%), eleito pelo PS; Trabalhadores Rurais (1 – 20%), eleito pela FEPU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 20%), eleito pelo PS.

Por fim, nas juntas de freguesias rurais, foram eleitos presidentes das juntas de freguesia, dos seguintes grupos profissionais, divididas por ordem decrescente: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 33,4%), todos eleitos pela FEPU; Agricultores (2 – 22,2%), um eleito pela FEPU e outro pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 22,2%), todos eleitos pelo PS; Comerciantes (1 – 11,1%), eleito pela FEPU. Além destes, devemos destacar que não foi possível identificar a profissão de um dos presidentes eleitos pela FEPU que corresponde a 11,1%.

Passando agora para a vertente política, observa-se que, à semelhança do que ocorreu entre os eleitos diretamente para a assembleia, a FEPU foi também a força mais votada, conquistando a maioria das presidências das juntas de freguesia. Contudo, importa notar que o PS conseguiu conquistar a maioria das presidências das juntas de freguesia urbanas (Santo Antão, S. Mamede e S. Pedro) enquanto a FEPU só conquistou duas (Sé e Boa

Fé). Por sua vez, nas freguesias rurais, a FEPU conquistou a maioria (6) das juntas (Torre dos Coelheiros, S. Sebastião da Giesteira, S. Vicente do Pigeiro, Graça do Divor, Nossa Senhora de Machede e Nossa Senhora de Tourega), contra as 3 presidências conquistadas pelo PS (S. Miguel de Machede, S. Manços e Azaruja).

Em relação aos níveis de escolaridade, seguindo a mesma lógica já usada anteriormente em relação a este indicador, constatamos que, para os dados conhecidos, a cerca de metade dos eleitos diretamente para a assembleia é detentora de formação académica superior ou de cursos técnicos, encontrando-se os eleitos com níveis de escolaridade mais baixos nas presidências das juntas de freguesia (Tabela 46, Anexo n. º11).

Tabela 13 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1976.

Mandato de 1976-1979.

Nomes	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1976)	Profissão
Mário de Melo dos Santos Barradas (Dr.)	Presidente	FEPU	45	Funcionário Público
José da Conceição Alves Madeira	1º Secretário	FEPU	43	Empregado Bancário
Humberto Carlos Pereira Paixão	2º Secretário	PS	43	Empregado de Escritório
Jorge Pinheiro Alves (Eng.)	Membro	FEPU	66	Engenheiro
João Torrinha Paulo	Membro	FEPU	S. I	Operário Metalúrgico
Celeste Aurora Aredo Pereira de Carvalho (Dr.ª)	Membro	FEPU	S. I	Médica
Miquelina Jesus Amaral Lopes Condeço	Membro	FEPU	43	Enfermeira Parteira
José Ferreira Nunes Bizarro (Dr.)	Membro	FEPU	S. I	Professor Liceal
Joaquim António Valverde	Membro	FEPU	S. I	S. I
Adalcino Rodrigo Rosário Bragado	Membro	FEPU	S. I	Estofador
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha (Dr.)	Membro	PSD	57	Advogado
Sertório Leal Barahona (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
António Alexandre Botelho (Prof.)	Membro	PS	52	Professor primário
Claudino José Mendes dos Santos	Membro	PS	S. I	Funcionário público

António dos Santos Cartaxo Júnior (Dr.)	Membro	PS	S. I	Advogado
Manuel Joaquim Picado (Eng.)	Membro	PS	42	Engenheiro Civil
Armando Seródio Quintas	Membro	PS	S. I	Trabalhador Agrícola
Fernando Nunes Percheiro	Membro/PJF Santo Antão	PS	60	Profissional de Seguros
Reinaldo José Coelho Pimenta	Membro/ PJF S. Mamede	PS	42	Contabilista
José Rodrigues da Costa	Membro/ PJF S. Pedro	PS	S. I	Pintor de Automóveis
Fernando Lourenço Farinha	Membro/ PJF Sé	FEPUP	S. I	Mecânico
Manuel Gaudêncio Narigueta	Membro/ PJF Boa Fé	FEPUP	28	Trabalhador Agrícola
Joaquim Fava da Luz	Membro/ PJF Torre de Coelheiros	FEPUP	S. I	S. I
José António Oliveira Almodôvar	Membro/ PJF S. Sebastião da Giesteira	FEPUP	32	Padeiro
Estevão de Mira Rosado	Membro/ PJF S. Vicente do Pigeiro	FEPUP	58	Agricultor
António José Varela	Membro/ PJF Graça do Divor	FEPUP	49	Motorista
Joaquim Jacinto Piteira Furtado	Membro/ PJF Nossa Senhora de Machede	FEPUP	S. I	Cobrador
João José Valverde	Membro/ PJF Nossa Senhora de Tourega	FEPUP	S. I	Carpinteiro
José António Caeiro	Membro/ PJF S. Miguel de Machede	PS	S. I	Encarregado de Obras
Jacinto António Godinho	Membro/ PJF S. Manços	PS	51	Agricultor
Norberto Marcelino Zambujo de Matos	Membro/ PJF Azaruja	PS	51	Profissional de Seguros

Fonte: – Auto de tomada de posse da assembleia municipal, janeiro de 1977. (PT/AMEVR/CME/B/A/001/Lv.48-1977)

Nota: – S. I = Sem Informação

4.2.4 – Os resultados das eleições autárquicas intercalares em Évora (1978)

O primeiro executivo da Câmara Municipal de Évora não conseguiu terminar o seu mandato, o que obrigou os munícipes a regressarem às urnas antes do prazo previsto para escolher os seus representantes. A dissolução do primeiro executivo camarário eleito após a Revolução do 25 de abril de 1974, ocorreu devido à demissão dos vereadores da

oposição, do PS e do PSD, o que levou à realização de eleições intercalares em 1978, um ano antes do previsto.

Os primeiros a avançar com a demissão foram os vereadores socialistas, que justificaram a sua decisão com a existência de “graves anomalias” na gestão da câmara, e alegando estas que foram cometidas pelos vereadores da FEPU (*A Defesa*, 26 de julho de 1978: p.1). No mesmo sentido, a Federação Distrital Socialista também emitiu um comunicado a acusar a FEPU (*Notícias de Évora*, 22 de julho de 1978: p. 1).

Perante tais acusações, a APU (sucessora da FEPU)¹⁴ viu-se na necessidade de realizar uma conferência para se defender de tais acusações. Estiveram presentes o vereador Jorge Silva e o presidente Abílio Fernandes, tendo este mencionado que a Câmara “tenta o mais possível trabalhar em democraticidade.” (*Notícias de Évora*, 6 de agosto de 1978: p. 1). Jorge Silva reforçou mesmo que a “a população ficou prejudicada com a demissão dos vereadores socialistas” (*Notícias de Évora*, 6 de agosto de 1978: p. 1), observando ainda que “até aqui ninguém disse quais as graves anomalias na câmara de Évora (...) neste momento temos instrumentos necessários para provar o que se passa na Câmara.” (*Notícias de Évora*, 6 de agosto de 1978: p. 1). Abílio Fernandes reforçou a ideia, questionando: “Como é possível falar-se de anomalias quando durante ano e meio de funcionamento nenhum dos elementos levantou, em tantas reuniões internas e públicas (...) qualquer problema que pudesse ter constituído objeto de fricção ou desentendimento?” (*Notícias de Évora*, 6 de agosto de 1978: p. 1).

Toda esta situação foi posteriormente agravada com a demissão do único vereador social-democrata, o qual considerou que “com a saída dos vereadores socialistas, se tinha verificado uma rutura no funcionamento democrático” (*Notícias de Évora*, 13 de agosto de 1978: p. 1) e que a câmara já não representava adequadamente os munícipes.

Ao analisar o episódio na revista *Poder Local*, Anabela Fino descartou a hipótese de que o órgão autárquico funcionasse de forma presidencialista, destacando que o presidente da câmara, Abílio Fernandes, utilizou o voto de qualidade em apenas três ocasiões, num total de 1514 deliberações tomadas (Fino, 1978: p. 18). A autora salientou ainda a falta de interesse dos vereadores socialistas, que recusaram assumir pelouros e encargos no executivo, além de faltarem constantemente às reuniões da autarquia e nunca terem estado

¹⁴ A APU foi formada de acordo com a Tabela 5 do presente trabalho em 1978.

presentes nas reuniões da assembleia municipal. Na sua conclusão, a autora sustenta que o verdadeiro motivo por trás da demissão dos vereadores do PS foi impedir o reconhecimento dos avanços do executivo comunista, liderado por Abílio Fernandes (Fino, 1978: p. 19).

Em resultado de tudo isto realizaram-se as eleições ocorridas em novembro de 1978, que deram novamente a vitória à coligação comunista, agora com o nome APU, e que acabou por obter maioria absoluta (Tabela 14), ao eleger quatro dos sete vereadores que compreendiam o executivo municipal. Neste executivo foram eleitos apenas homens, num total de sete.

Abílio Fernandes ficou novamente como presidente da câmara e, do elenco camarário anterior, transitou também o arquiteto Jorge Silva, ambos eleitos para um segundo mandato consecutivo. Foram eleitos pela primeira vez, pela coligação APU, António Foito, operário metalúrgico, de 33 anos, e Joaquim Manuel Ramalho Mendes, empregado bancário, de 31 anos.

O segundo partido mais representado foi o PSD, que elegeu dois vereadores, reforçando assim a presença desta força política no executivo municipal eborense. Os eleitos foram Francisco Manuel Branquinho, advogado, de 28 anos, e o comerciante José Manuel Godinho Espanhol, de 41 anos. Nenhum deles tinha anteriormente sido membro de um órgão municipal eborense no período posterior a 1974, fosse ele o executivo ou a assembleia municipal.

O último partido representado, o PS, elegeu agora apenas um vereador, situação que parece representar uma penalização do eleitorado por motivo das acusações que tinham feito à maioria relativa do anterior executivo camarário. O único eleito foi Humberto Paixão, que tinha sido eleito membro da assembleia municipal nas eleições autárquicas de 1976.

Embora só o PS, o PSD e a APU tenham conseguido eleger vereadores, é relevante mencionar (Tabela 6, Capítulo 2) que houve mais partidos a concorrer nestas eleições, sendo eles o CDS, o MRPP, a UDP e o PCP (ML).

No que respeita ao nível de escolaridade, dois eleitos da APU e um do PSD possuíam uma licenciatura, não sendo possível determinar, com base na profissão, se os restantes

tinham apenas habilitações obrigatórias ou secundárias (completas ou incompletas, não sabemos).

Relativamente à faixa etária, este executivo, resultante das eleições intercalares de 1978, apresentou a média de idades mais baixa entre todos os analisados até agora: 36 anos (Tabela 27, Subcapítulo 4.3). O presidente da câmara era o indivíduo com a idade mais alta no ano da eleição, tinha 46 anos e o vereador mais novo, eleito pelo PSD, tinha 28 anos no início do mandato.

Em termos profissionais, à semelhança do executivo anterior, o grupo dominante era o dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 42,9%), dois eleitos pela APU e um eleito pelo PSD. Seguem-se, em menor número, os Comerciantes (1 – 14,3%), eleito pelo PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 14,3%), eleito pela APU; Profissionais de Nível Intermédio (1 – 14,3%), eleito pelo PSD; e o Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 14,3%), eleito pelo PS (Tabela 45, Anexo n.º 10).

Relativamente aos níveis de escolaridade, e com base na profissão ou no título profissional, a maioria dos eleitos não possui formação académica superior, sendo que 4 em 7 poderiam não possuir mais do que a escolaridade obrigatória. Contudo, os licenciados também estão representados neste órgão, correspondendo a 3 em 7. (Tabela 14).

Tabela 14 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora nas eleições intercalares de 1978.

Mandato de 1978-1979.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	idade (1978)	Profissão
Abílio Dias Fernandes (Dr.)	Presidente	APU	46	Economista
Jorge Henrique Cardoso da Silva (Arq.)	Vereador	APU	32	Arquiteto
António Luís Grilo Foito	Vereador	APU	33	Operário Metalúrgico
Joaquim Manuel Ramalho Mendes	Vereador	APU	31	Empregado Bancário
Francisco Manuel Mira Branquinho (Dr.)	Vereador	PSD	28	Advogado
José Manuel Godinho Espanhol	Vereador	PSD	41	Comerciante
Humberto Carlos Paixão	Vereador	PS	42	Empregado de Escritório

Fonte – Auto de Tomada de Posse da Câmara Municipal de Évora, dezembro de 1978. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1978/Cx.1)

4.2.5 – Os resultados das eleições autárquicas de 1979 em Évora. Mandato de 1979-1982

Em 1979, ocorreram novamente eleições para os órgãos autárquicos. Nestas eleições o PS venceu novamente no panorama nacional, ficando em segundo lugar a AD e em terceiro a APU, que no distrito de Évora e nos dois concelhos em análise foi nesse ano a coligação vencedora. A nível do país, destaca-se o facto de o PPM conseguir conquistar uma câmara, a de Ribeira de Pena, distrito de Vila Real (Marktest, 2025).

Porém, a vitória do PS não é real, uma vez que as duas forças políticas à direita, o PSD e o CDS, tanto concorreram coligados (AD), como isoladamente, como foi o caso do distrito de Évora. Num artigo do *Diário do Sul* é referido que “o PSD concorreu isolado nos concelhos de Évora, Alandroal, Viana do Alentejo, Mourão, Redondo, Vila Viçosa e Portel e apresentava-se, nos restantes, à exceção de Borba, na coligação da Aliança Democrática. A AD não concorreu no concelho de Borba.” (11 de dezembro de 1979: p. 3) e o CDS terá mesmo apelado aos seus simpatizantes e militantes residentes nos concelhos de Alandroal, Évora, Mourão, Portel, Redondo Viana do Alentejo e Vila Viçosa para votarem no PSD (*Diário do Sul*, 14 de dezembro de 1979: p. 5).

No distrito de Évora, de acordo com a Tabela 15, a APU, à semelhança daquilo que já havia ocorrido em 1976, venceu as eleições em 12 dos 14 concelhos do distrito. Excetuaram-se os concelhos de Mourão, onde o PSD venceu com maioria relativa destronando o PS, e Reguengos de Monsaraz, onde o Partido Socialista venceu mais uma vez, porém agora com maioria relativa (Marktest, 2025). Quanto à abstenção, é de notar que nestas eleições ela baixou: em nível distrital para os 19,1%, e em termos concelhios para os 19,6%, sendo este o único ano em que isto acontece. A partir de então a tendência foi de crescimento do abstencionismo, tanto a nível concelhio como distrital (Marktest, 2025). Também é relevante notar que os votos nulos e brancos representaram menos de 1% no concelho de Évora.

No mesmo concelho de Évora, a APU obteve 52,1% dos votos, uma média ligeiramente inferior à distrital – e conquistou a maioria absoluta na câmara, elegendo, além do presidente, três vereadores (Tabela 15). O PSD foi a segunda força mais votada, com 30% dos votos, e elegeu dois vereadores. O PS ficou em terceiro lugar e elegeu apenas um vereador. Ainda participaram a UDP, com 1,3% dos votos, e o MRPP, com 0,5%, embora este último tenha concorrido apenas à câmara.

Tabela 15 – Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1979).
Mandato 1979-1982.

Partido	Dados Distritais	Presid. de Câmara	Maioria absoluta	Maioria Relativa	Concelho Évora	Mandatos
APU	54,5%	12	12		52,1%	4
PS	17,1%	1		1	14,5%	1
AD	12,4%					
PPD/PSD	13,3%	1		1	30%	2
UDP	0,6%				1,3%	
PCTP/MRPP	0,2%				0,5%	
Brancos	1,1%				0,8%	
Nulos	1,1%				0,8%	
Votantes	80,9%				80,4%	
Abstenção	19,1%				19,6%	

Fonte: CNE – Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

No que respeita à representação de género, este executivo era composto por seis homens (85,7%) e por apenas uma mulher (14,3%). Os homens foram eleitos pela APU e pelo PSD, enquanto a única mulher eleita neste mandato foi eleita pelo PS (Tabela 16).

Relativamente aos eleitos, Abílio Fernandes, da Aliança Povo Unido (APU), ficou novamente como presidente da Câmara Municipal de Évora, num terceiro mandato consecutivo (incluindo a eleição intercalar).

AAPU elegeu ainda António Foito, operário metalúrgico, de 34 anos, e Joaquim Ramalho Mendes, empregado bancário, de 32 anos, ambos eleitos para um segundo mandato consecutivo. Além destes, foi também eleito o estreante Celino Cardoso Silva, profissional de seguros. Com estes vereadores, a APU assegurava confirmava a maioria absoluta que já tinha conseguido nas anteriores eleições intercalares (Tabela 14).

O PSD, segunda força mais votada, reelegeu o advogado Francisco Branquinho, que já havia sido eleito vereador nas intercalares de 1978, e ainda António Augusto Ramos, empregado bancário, de 47 anos. O PS elegeu somente a vereadora Fernanda Ramos, funcionária do Fundo de Fomento da Habitação, de 28 anos. Era a segunda mulher na Câmara Municipal de Évora, desde que Maria Ana Queiroga Dias integrou a primeira comissão administrativa após o 25 de Abril, e a primeira mulher a chegar ao cargo por via eletiva durante este período. Era também um dos elementos mais jovens que, até este momento, integrava uma vereação. A média de idades deste executivo era de 36 anos (Tabela 27, Subcapítulo 4.3). No conjunto do elenco, o presidente da câmara era um dos mais velhos, porém, não era o único a ter 47 anos, pois o vereador do PSD tinha a mesma idade. A faixa etária deste executivo situava-se entre os vinte e os quarenta anos, sendo a eleita mais jovem do PS, como referimos anteriormente.

Ainda do ponto de vista dos grupos profissionais, os eleitos inserem-se, segundo a Tabela 46, Anexo n.º 10, nos seguintes grupos: Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 42,8%), um eleito pelo PS, outro pelo PSD e outro pelo PS; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 28,6%), um eleito pela APU e outro pelo PSD; Funcionários Públicos (1 – 14,3%), eleita pelo PS; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 14,3%), eleito pela APU.

A respeito dos níveis de escolaridade, podemos notar, com base na profissão ou no título profissional, que neste executivo o grupo dos licenciados corresponde à minoria dois, em

sete, tendo a maioria, provavelmente, frequentado da escolaridade obrigatória ou o liceu ou o ensino comercial ou industrial (Tabela 45, Anexo n. º10).

Tabela 16 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1979.

Mandato de 1979-1982.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1979)	Profissão
Abílio Dias Fernandes (Dr.)	Presidente	APU	47	Economista
Celino Cardoso Silva	Vereador	APU	33	Profissional de Seguros
António Luís Grilo Foito	Vereador	APU	34	Operário Metalúrgico
Joaquim Manuel Ramalho Mendes	Vereador	APU	32	Empregado Bancário
Francisco Mira Branquinho (Dr.)	Vereador	PSD	29	Advogado
António Augusto Ramos	Vereador	PSD	28	Empregado Bancário
Fernanda Ramos	Vereador	PS	28	Funcionária do Fundo de Fomento da Habitação

Fonte – Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1980 (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1979/Cx.1)

Canalizando agora a nossa análise para a assembleia municipal, no mandato de 1979-1982, encontramos uma grande lacuna na identificação dos eleitos no que respeita á sua profissão e idade. O número total de elementos deste órgão passou a ser 49, 35 deputados a que se juntam os 14 presidentes das juntas de freguesia, por efeito da legislação de 1979 relativa a este órgão autárquico, já anteriormente referida neste capítulo.

Em termos eleitorais, segundo a Tabela 17, a força política mais votada foi, tal como ocorrera para a câmara municipal, a APU, que elegeu 20 deputados municipais em 35 possíveis, número que corresponde a 57,2% dos lugares elegíveis diretamente. A segunda força mais votada foi o PSD, que elegeu 11 deputados municipais, correspondentes a 31,4% dos lugares diretamente elegíveis. O PS posicionou-se como a terceira força

política mais votada, elegendo apenas 4 deputados municipais, número que corresponde a 11,4% dos lugares diretamente elegíveis.

No que respeita às presidências de junta nas freguesias do concelho de Évora, a APU conquistou 12 presidências, representando 85,8% do total. O PS e o PSD conquistaram, cada um, uma presidência – o PS em S. Manços e o PSD em São Pedro – correspondendo, em ambos os casos, a 7,1% cada.

Considerando o total da assembleia e das presidências de junta, a APU somou 32 representantes (65,3%), o PSD 12 (24,5%), e o PS 5 (10,2%). Este resultado demonstra a enorme influência da APU neste órgão.

No que se refere à questão de género, a representação feminina manteve-se limitada. Entre os deputados, foram eleitas três mulheres, duas das quais assumiram a presidência de juntas de freguesia, todas eleitas pela APU. Diretamente na assembleia municipal, 32 lugares foram ocupados por homens: 17 pela APU, 11 pelo PSD e 4 pelo PS. Nas juntas de freguesia, foram eleitos 12 homens presidentes: 10 pela APU, um pelo PS e um pelo PSD. Assim, nas presidências das juntas de freguesia, os homens representaram 85,7% e as mulheres 14,3%. Globalmente, as mulheres corresponderam a 10,2% do total de eleitos neste mandato, enquanto os homens representaram 89,8%.

O presidente da assembleia municipal eleito para um segundo mandato consecutivo foi, mais uma vez, Mário Barradas, da APU. Os secretários eleitos entre os deputados municipais foram José Alves Madeira, do PSD, empregado bancário de 46 anos e reeleito para um segundo mandato consecutivo – tendo sido eleito no mandato anterior pelas listas da FEPU –, e Luís Alberto Martins Gomes, advogado, eleito pela APU.

Verificou-se, também, que alguns membros da assembleia foram reeleitos neste mandato. Para maior precisão apresentaremos os dados quantitativamente (Tabela 46, Anexo n.º 11), começando por uma visão geral e depois entrando em detalhes.

Neste mandato, houve 10 reeleições e 39 indivíduos eleitos pela primeira vez para este órgão. No caso da APU, foram eleitos 20 deputados municipais, dos quais a larga maioria (16) iniciou funções pela primeira vez. Entre estes estreantes destaca-se Acácio Alferes, que já havia sido eleito vereador em 1976 (Tabela 12). Os outros 4 deputados municipais da APU que corresponderam a reeleições foram Mário Barradas, Jorge Alves, José Bizarro e Joaquim Valverde.

No PSD, foram eleitos 11 deputados municipais, dos quais 8 assumiram funções pela primeira vez. Apenas 3 foram reeleitos para um segundo mandato: José Madeira, Armando Cunha, Sertório Barahona. Importa referir que José Madeira havia exercido o cargo de deputado municipal no mandato anterior (1976-1979), mas então eleito pela FEPU.

Por fim, o PS elegeu 4 deputados municipais em primeiro mandato – Henrique Troncho, António Horta, que havia integrado a primeira comissão administrativa da Câmara Municipal de Évora, Manuel Costa e José Martins – não se registando quaisquer reeleições entre os seus eleitos.

Assim como ocorreu entre os deputados municipais, também nas juntas de freguesia houve casos de reeleição, bem como a eleição de novos presidentes. Nas freguesias urbanas, a APU elegeu quatro novos presidentes de junta (Boa Fé, Sé, S. Mamede e Santo Antão), enquanto o PSD elegeu um presidente, na freguesia de S. Pedro. Devemos mencionar que o presidente da Junta de Freguesia de Santo Antão já havia integrado a primeira comissão administrativa da Câmara Municipal de Évora.

Nas freguesias rurais, algumas reeleições ocorreram, com três presidentes da APU reconduzidos para um segundo mandato nas freguesias de Nossa Senhora de Machede, S. Vicente do Pigeiro e Nossa Senhora de Tourega. Os restantes presidentes eleitos pela APU nas freguesias rurais, não mencionadas, assumiram o cargo pela primeira vez. Já o PS, que havia conquistado a presidência da Junta de Freguesia de S. Manços no mandato de 1976-1979 (Tabela 13), voltou a vencer esta freguesia, elegendo, porém, um novo presidente.

Deste modo, podemos perceber que existe uma certa estabilidade partidária com a APU a ser novamente a força mais votada, assim como notamos uma continuidade com vários deputados e presidentes a serem reeleitos.

Passando à análise da identificação profissional dos eleitos, verificamos, (Tabela 46, Anexo n.º 11) que, num total de 15 casos em 49, não foi possível identificar a profissão: 11 deputados municipais e 4 presidentes de junta.

O grupo profissional com maior expressão continua a ser o dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (14 – 28,6%), cinco eleitos pela APU, sete eleitos pelo PSD e dois eleitos pelo PS. Os demais grupos representados incluem por ordem

decrecente: Operários Artífices e Operadores de Máquinas (5 – 10,1%), quatro pela APU e um pelo PSD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (4 – 8,2%), dois eleitos pelo PSD e dois eleitos pela APU; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 6,1%), dois eleitos pela APU e um pelo PSD; Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto (2 – 4,1%), ambos eleitos pela APU; Funcionários Públicos (2 – 4,1%), ambos eleitos pela APU; Comerciantes (2 – 4,1%), um eleito pela APU e um eleito pelo PSD; Trabalhadores Rurais (2 – 4,1%), ambos eleitos pela APU; e Agricultores (1 – 2%), eleito pela APU. Os 14 eleitos cuja profissão não foi possível identificar correspondem a 28,6%.

Considerando agora apenas os eleitos diretamente para a assembleia constatamos o seguinte por grupo profissionais, e em ordem decrescente: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (14 – 40%), cinco eleitos pela APU, sete pelo PSD e dois pelo PS; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 8,6%), dois eleitos pelo PSD e um pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 8,6%), dois eleitos pelo PSD e um pela APU; Profissionais da Criação Artística do Espetáculo e do Desporto (2 – 5,7%), ambos eleitos pela APU; Comerciantes (1 – 2,9%), eleito pelo PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 2,9%), eleito pela APU; Funcionários Públicos (1 – 2,9%), eleito pela APU. Os 10 deputados (8 da APU e 2 do PS) cuja profissão não foi possível apurar correspondem a 28,4%.

Para complementar a análise, examinaremos agora os grupos profissionais dos presidentes das juntas de freguesia, analisando, num primeiro momento, estas de modo geral e, posteriormente, diferenciando entre áreas urbanas e rurais. Entre os presidentes das juntas de freguesia, surgem, por ordem decrescente, profissionais ligados aos seguintes grupos: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (4 – 28,6%), três eleitos pela APU e um eleito pelo PSD; Trabalhadores Rurais (2 – 14,3%), ambos eleitos pela APU; Comerciantes (1 – 7,1%), eleito pela APU; Funcionários Públicos (1 – 7,1%), eleito pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 7,1%), eleito pela APU; Agricultores (1 – 7,1%), eleito pela APU. Além destes, merecem menção quatro eleitos, três da APU e um do PS, cuja profissão não foi possível apurar correspondendo a 28,7%.

Ao separarmos as presidências entre freguesias urbanas e rurais, conseguimos ter uma visão mais rigorosa destas do ponto de vista profissional. Nas freguesias urbanas, os

presidentes pertencem, por ordem decrescente, aos seguintes grupos: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 40%), um eleito pela APU e outro pelo PSD; Trabalhadores Rurais (1 – 20%), eleito pela APU. As profissões dos presidentes das juntas da Sé e São Pedro (eleitas pela APU) não foi possível identificar, correspondendo estas a 40%.

Nas freguesias rurais, embora a profissão de dois eleitos – um da APU (S. Miguel de Machede) e outro do PS (S. Manços), correspondendo a 22,2% do total, não tenha sido identificada, os demais presidentes da APU distribuem-se profissionalmente da seguinte forma: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 22,2%), eleito pela APU; Comerciantes (1 – 11,1%), eleito pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 11,1%), eleito pela APU; Agricultores (1 – 11,1%), eleito pela APU; Funcionário Públicos (1 – 11,1%), eleito pela APU; Trabalhadores Rurais (1 – 11,1%), eleito pela APU.

Em relação aos níveis de escolaridade, podemos perceber que os eleitos com formação académica superior ou cursos técnicos foram escolhidos diretamente para a assembleia municipal, enquanto nas presidências das juntas de freguesia é onde se encontravam os eleitos com níveis de escolaridade mais baixos (Tabela 46, Anexo n. °11).

Tabela 17 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1979.

Mandato 1979-1982.

Nomes	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1979)	Profissão
Mário de Melo dos Santos Barradas (Dr.)	Presidente	APU	48	Funcionário Público
José da Conceição Alves Madeira	1º Secretário	PSD	46	Empregado Bancário
Luís Alberto Martins Gomes (Dr.)	2º Secretário	APU	S. I	Advogado
João Alves Pimenta (Dr.)	Membro	APU	S. I	Médico
António Manuel dos Santos Murteira	Membro	APU	S. I	S. I
Maria Alice Lami Tavares Chicó	Membro	APU	S. I	S. I
João António Torrinhas Paulo	Membro	APU	S. I	Operário Metalúrgico
Acácio Monteiro Alferes (Eng.)	Membro	APU	S. I	Engenheiro Eletrotécnico
José Ferreira Nunes Bizarro (Dr.)	Membro	APU	S. I	Professor Liceal
Victor Manuel Borges Ramos	Membro	APU	S. I	S. I
José António Emídio	Membro	APU	S. I	S. I

Catarina Luísa Carreto Correia Ferreira	Membro	APU	S. I	Funcionária Pública
Lino António Marques de Carvalho	Membro	APU	S. I	Contabilista
Armindo Varela Pereira	Membro	APU	S. I	S. I
Jorge Manuel Barata Queirós Soares	Membro	APU	S. I	S. I
Jorge Pinheiro Alves (Eng.)	Membro	APU	69	Engenheiro
José Maria Rodrigues Figueira	Membro	APU	S. I	Empregado de Escritório
Maria Raquel da Cunha Gomes de Oliveira	Membro	APU	S. I	S. I
António Branco Filipe	Membro	APU	S. I	Técnico de Organização
Joaquim António Valverde	Membro	APU	S. I	S. I
Luís Filipe Godinho dos Santos Varela	Membro	APU	S. I	Encenador
José Luís Rodrigues Martins	Membro	PS	S. I	S. I
António Manuel Horta	Membro	PS	S. I	Engenheiro Agrónomo
Manuel Francisco da Costa	Membro	PS	S. I	S. I
Henrique António de Oliveira Troncho (Dr.)	Membro	PS	S. I	Sociólogo
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
Mário de Carvalho Guerreiro da Cunha (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
Francisco Ângelo Palma Pisco	Membro	PSD	35	Contabilista
Sertório Leal Barahona (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
José Manuel da Conceição Noites (Eng.)	Membro	PSD	S. I	Engenheiro
Manuel António Ramalho (Eng.)	Membro	PSD	S. I	Engenheiro Agrónomo
José Alfredo Queiroga de Abreu Alpoim (Eng.)	Membro	PSD	25	Engenheiro Agrónomo
Carlos Alberto Alves Tavares	Membro	PSD	31	Gerente de Transportes
Jaime Carmo (Eng.)	Membro	PSD	45	Engenheiro Agrónomo
Guilherme da Conceição Pimenta Mendes Bolas	Membro	PSD	41	Comerciante
Maria Zita Conceição Esteves Sousa Caldeira	Membro/PJF S. Mamede	APU	S. I	S. I
Maria Teresa Couto Pinto Rios da Fonseca	Membro/PJF da Sé	APU	S. I	S. I
António Joaquim Furtado Constantino	Membro/PJF da Boa Fé	APU	S. I	Operário Agrícola
António Justo Gomes Pires	Membro/ PJF Stº Antão	APU	S. I	Mecânico
Carlos Manuel Carvalho e Silva	Membro/PJF de S. Pedro	PSD	S. I	Marceneiro

Jacinto Augusto Gomes Mocho	Membro/PJF Graça do Divor	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
Joaquim Jacinto Piteira Furtado	Membro/PJF Nª Srª Machede	APU	S. I	Cobrador
João José Valverde	Membro/PJF Nª Srª Tourega	APU	S. I	Carpinteiro
Joaquim José Carola Martins	Membro/PJF S. Bento do Mato	APU	S. I	Funcionário Público
António Francisco Pais Rosa	Membro/PJF S. Miguel de Machede	APU	S. I	S. I
José António Oliveira Almodôvar	Membro/PJF S. Sebastião Giesteira	APU	S. I	Padeiro
Estevão de Mira Rosado	Membro/PJF S. Vicente do Pigeiro	APU	S. I	Pequeno Agricultor
João Manuel da Horta Rodrigues	Membro/PJF Torre de Coelheiros	APU	S. I	Empregado de Escritório
António Manuel Marcão de Carvalho	Membro/PJF S. Manços	PS	S. I	S. I

Fonte –Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1980. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1979/Cx.1)

Nota: S. I = Sem Informação.

4.2.6 - Os resultados das eleições autárquicas de 1982 em Évora. Mandato de 1982-1985

Em 1982 realizaram-se novamente eleições autárquicas, nas quais o PS voltou a vencer a nível nacional. Contudo, tal como em 1979, o Partido Social Democrata, o Centro Democrático Social e o Partido Popular Monárquico apresentaram candidaturas isoladas em alguns concelhos do país. A Aliança Povo Unido posicionou-se em segundo lugar, seguida pela Aliança Democrática (Marktest, 2025)

Na dinâmica eleitoral no distrito de Évora a APU venceu com maioria absoluta em 12 dos 14 concelhos do distrito e no concelho de Mourão conquistou a maioria relativa. Em Reguengos de Monsaraz, o PS conseguiu manter a câmara municipal (CNE – Presidentes da câmara eleitos em 1982).

Relativamente à participação eleitoral, a abstenção aumentou comparativamente às eleições de 1979, atingindo 23,4% no concelho de Évora e 23,1% no distrito. Os votos brancos e nulos mantiveram-se dentro da casa de 1% no concelho (Marktest, 2025).

Tal como nas eleições anteriores, no distrito de Évora a coligação AD não concorreu em vários concelhos (*Diário do Sul*, 10 de dezembro de 1982: p. 2), nomeadamente em Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Borba.

Em termos distritais, de acordo com a Tabela 18, a APU obteve 54,7% dos votos, o PSD ficou em segundo lugar, com 11,4%, seguido pela AD, com 9% e pela UDP com 0,2%.

No concelho de Évora, os resultados refletiram a imagem distrital. A APU elegeu, além do presidente, três vereadores, mantendo a maioria absoluta no executivo camarário. O PSD foi a segunda força mais votada, obtendo 26,3% dos votos e elegendo dois vereadores. O PS posicionou-se em terceiro lugar, com 15,8% dos votos, elegendo apenas um vereador. A UDP também concorreu, embora tenha obtido apenas 0,9% dos votos.

Tabela 18 - Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1982).

Mandatos 1982-1985.

Partido	Dados Distritais	Presid. de Câmara	Maioria Absoluta	Maioria Relativa	Concelho de Évora	Mandatos
APU	54,7%	13	12	1	54,3%	4
PS	20,8%	1	1		15,8%	1
AD	9%					
PPD/PSD	11,4%				26,3%	2
UDP	0,2%				0,9%	
Branco	2,1%				1,5%	
Nulos	1,8%				1,2%	
Votantes	76,9%				76,6%	
Abstenção	23,1%				23,4%	

Fonte: CNE – Marktest - < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

No que se refere à composição por género do executivo camarário de Évora, verificou-se que todos os eleitos foram homens (Tabela 19).

À frente da câmara eborense ficou novamente como presidente Abílio Fernandes. Além deste também foram reeleitos como vereadores Celino Silva, profissional de seguros e

Joaquim Ramalho Mendes, empregado bancário. Outro vereador, neste caso eleito pela primeira vez pela APU, foi o economista, João Santos. Já o PS elegeu o arquiteto Paulo Barral e o PSD elegeu Abel Junqueira e o engenheiro eletrotécnico Luís Capoulas, ambos a chegar pela primeira vez ao elenco camarário.

A média de idades deste executivo, de acordo com a Tabela 27 (Subcapítulo 4.3) situa-se nos 38 anos. Devemos notar que o presidente é o eleito com a idade mais avançada, com uma idade de cerca de 50 anos quando tomou posse.

Em termos profissionais, o executivo divide-se da seguinte forma, por ordem decrescente de representação: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (5 – 71,4%), dois pelo PSD, dois pelo PSD e um pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 28,6%), dois eleitos pela APU (Tabela 45, Anexo n.º 10).

É ainda relevante mencionar o facto de Luís Capoulas ter formação como engenheiro eletrónico, mas ser reconhecido sobretudo como proprietário e empresário agrícola. Como não conseguimos perceber se exerce duas atividades distintas – ou seja, se trabalha simultaneamente como engenheiro e como empresário agrícola –, incluímo-lo no grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, por ser detentor de uma licenciatura.

No que diz respeito aos níveis de escolaridade dos eleitos, devemos mencionar que, diferentemente do executivo anterior, neste executivo os eleitos com formação académica estão em maioria, sendo cinco deles detentores de uma licenciatura (Tabela 9)

Tabela 19 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1982.

Mandato de 1982-1985.

Nomes	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1982)	Profissão
Abílio Dias Fernandes (Dr.)	Presidente	APU	50	Economista
Abel Junqueira (Eng.)	Vereador	PSD	34	Engenheiro civil
Celino Cardoso Silva	Vereador	APU	36	Profissional de Seguros
João Andrade Santos (Dr.)	Vereador	APU	39	Economista
Joaquim Manuel Ramalho Mendes	Vereador	APU	35	Empregado Bancário
Luís António Damásio Capoulas (Eng.)	Vereador	PSD	33	Engenheiro Eletrotécnico -/ Empresário agrícola
Paulo Barral (Arq.)	Vereador	PS	37	Arquiteto

Fonte –Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1983. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1983/Cx.1)

Quanto à assembleia municipal, tal como em 1979, a APU foi a força partidária que elegeu mais deputados municipais. O órgão teve um novo presidente, o médico José Ernesto Leão D'Oliveira, tendo como secretários José da Conceição Alves Madeira, empregado bancário que havia sido eleito em 1979 nas listas do PSD, mas que nestas fora eleito pela APU, e Luís Mendes também eleito pela APU.

O número total de elementos desta assembleia é de 49, entre eles 35 deputados eleitos diretamente e 14 presidentes de junta de freguesia.

No que diz respeito ao género, foram eleitos diretamente 33 homens (94,3%) e apenas duas mulheres (5,7%) para o cargo: uma pelo PS e outra pela APU. Nas presidências das 14 juntas de freguesia, contudo, foram eleitos exclusivamente homens. Considerando o total da assembleia, as mulheres correspondiam a 4,1% e os homens a 95,9%.

Em termos partidários, a APU elegeu 20 deputados municipais, o que equivale a 57,2% dos lugares elegíveis diretamente. A segunda força mais votada foi o PSD, que elegeu 9 deputados municipais, correspondendo a 25,7% dos lugares eleitos diretamente. A terceira força mais votada foi o PS, que elegeu 6 deputados municipais, o que representa 17,1% dos lugares elegíveis diretamente.

Considerando o total da assembleia municipal, a APU conquistou 33 dos 49 lugares, correspondendo a 69,4%. O PSD obteve 10 lugares, equivalentes a 18,4%, e o PS obteve 6 lugares, o que representa 12,2% do total de elementos da assembleia municipal.

No que diz respeito às presidências das juntas de freguesia, a APU destaca-se com 13, sendo 9 rurais e 4 urbanas, ou seja 92,9% do total. Por sua vez, o PSD conquistou apenas uma presidência urbana, correspondendo a 7,1% dos lugares.

À semelhança dos mandatos anteriores, neste mandato também houve reeleições entre os deputados. Foram eleitos em dois mandatos consecutivos: um pelo PSD (Francisco Pisco), um pelo PS (Henrique Troncho), e oito pela APU (Luís Gomes, João Paulo, Acácio Alferes, Catarina Ferreira, Lino Carvalho, José Figueira, António Filipe, Luís Varela).

Por outro lado, destacam-se também dois deputados eleitos para três mandatos consecutivos: um pelo PSD (Armando Cunha) e outro pela APU (José Madeira) (Tabela 46, Anexo n.º 11).

Além dos reeleitos, o mandato contou também com vários deputados municipais eleitos pela primeira vez. A APU elegeu 11 deputados municipais, destacando-se Francisco Caeiro, que havia integrado a primeira comissão administrativa nomeada para a câmara nos anos de transição (Tabela 9). O PSD elegeu 6 deputados, entre os quais se destacam José Manuel Godinho Espanhol, que havia sido eleito vereador da câmara em 1978, e Francisco Branquinho, que havia sido vereador da câmara no mandato de 1979-1982 (Tabela 14 e 16). Por sua vez, o PS elegeu 5 deputados municipais em primeiro mandato, entre os quais incluindo Vítor Santos, que havia sido eleito vereador da câmara em 1976 (Tabela 12).

Nas presidências das juntas de freguesia, também se observou uma combinação de continuidade e renovação. Foram eleitos pela primeira vez, presidentes nas freguesias de S. Mamede, Sé, Santo Antão e S. Manços. Os presidentes das juntas de freguesia de S. Vicente do Pigeiro e de Nossa Senhora de Tourega alcançaram o terceiro mandato consecutivo. Os restantes sete presidentes da APU, cujas freguesias não são mencionadas, foram reeleitos para um segundo mandato consecutivo.

No que diz respeito ao perfil profissional desta assembleia, segundo a observa-se que o grupo mais representado é, mais uma vez, o dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (12 – 24,5%), seis eleitos pela APU, quatro pelo PSD e dois pelo PS; Pessoal

Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (9 – 18,4%), sete eleitos pela APU e o PS e o PSD apenas um cada um; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (6 – 12,2%) – cinco eleitos pela APU e um pelo PSD; Comerciantes (4 – 8,2%), três eleitos pela APU e um pelo PS; Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio (4 – 8,2%), dois eleitos pela APU e dois pelo PSD; Trabalhadores Rurais (4 – 8,2%), quatro eleitos pela APU; Funcionários Públicos (3 – 6,1%), dois eleitos pela APU e um pelo PS; Estudantes (3 – 6,1%), um eleito pela APU, outro pelo PS e PSD; Agricultores (2 – 4,1%), dois eleitos pela APU; Empresários/Industriais (1 – 2%), eleito pela APU; Profissional dos Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto (1 – 2%), eleito pela APU. (Tabela 46, Anexo n.º 11).

Tal como nos mandatos anteriores, vamos agora analisar a distribuição dos grupos profissionais na assembleia atendendo aos eleitos diretamente e aos presidentes de junta (separando estes, por sua vez, entre as áreas urbanas e rurais). Dito isto, diretamente foram eleitos elementos associados aos seguintes grupos profissionais, por ordem decrescente de representação: Especialista as Profissões Intelectuais e Científicas (12 – 34,2%), seis eleitos pela APU, dois pelo PS e quatro pelo PSD; o grupo do Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (6 – 17,1%), quatro pela APU, um pelo PS e um pelo PSD; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (4 – 11,4%), dois eleitos pela APU e dois pelo PSD; Estudantes (3 – 8,6%), PS, APU e PSD elegeram cada um representante; Comerciantes (3 – 8,6%), dois pela APU e um pelo PS; Operários Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 5,7%), ambos eleitos pela APU; Funcionários Públicos (2 – 5,7%), eleito pelo PS e outro pela APU; Agricultores (1 – 2,9%), eleito pelo PSD; Trabalhadores Rurais (1 – 2,9%), eleito pela APU; Profissionais da Criação Artística e do Desporto (1 – 2,9%), eleito pela APU.

Relativamente aos grupos profissionais em que se enquadravam os presidentes de junta de freguesia que integravam este órgão, os resultados são os seguintes, por ordem decrescente de representação: Operários Artífices e Operadores de Máquinas (4 – 28,8%), três eleitos pela APU e um pelo PSD; Trabalhadores Rurais (3 – 21,4%), eleitos pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 21,4%), três eleitos pela APU; Agricultores (1 – 7,1%), eleito pela APU; Empresários/Industriais (1 – 7,1%), eleito pela APU; Funcionários Públicos (1 – 7,1%), eleito pela APU; Comerciantes (1 – 7,1%), eleito pela APU.

Mas se dividirmos os eleitos das juntas entre as freguesias urbanas e rurais, teremos uma perspetiva mais rigorosa. Nas freguesias urbanas foram eleitos profissionais ligados às seguintes áreas: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 40%), um eleito pelo PSD e um eleito pela APU; Trabalhadores Rurais (1 – 20%), eleito pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 40%), eleitos pela APU.

Por fim, nas juntas rurais, a APU conquistou todas (9), sendo que os seus presidentes pertenciam aos seguintes grupos: Trabalhadores Rurais (2 – 22,2%), eleitos pela APU; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 22,2%), eleitos pela APU; Agricultores (1 – 11,1%), eleito pela APU; Empresários/Industriais (1 – 11,1%), eleito pela APU; Funcionários Públicos (1 – 11,1%), eleito pela APU; Comerciantes (1 – 11,1%), eleito pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 11,1%), eleito pela APU.

A respeito dos níveis de escolaridade, devemos mencionar que os elementos com formação académica superior ou cursos técnicos foram todos eleitos diretamente para a assembleia, seguindo a tendência já verificada nos anos anteriores. Por outro lado, os eleitos com níveis de escolaridade mais baixos encontram-se nas presidências das juntas de freguesia (Tabela 20).

Tabela 20 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1982.

Mandato 1982-1985.

Eleitos da Assembleia Municipal	Cargo Político	Força Política	Idade em 1982	Profissão
José Ernesto Ildefonso Leão d'Oliveira (Dr.)	Presidente	APU	S. I	Médico
José da Conceição Alves Madeira	1º Secretário	APU	49	Empregado Bancário
Luís Alberto Martins Gomes (Dr.)	2º Secretário	APU	S. I	Advogado
Catarina Luísa Carreto Correia Ferreira	Membro	APU	S. I	Funcionária Pública
Luís Filipe Godinho dos Santos Varela	Membro	APU	S. I	Encenador
Jerónimo António Coelho Mendes	Membro	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
Pedro de Jesus Tanganho Palma	Membro	APU	S. I	Estudante
Rogério Matias Filipe	Membro	APU	S. I	Comerciante

Manuel Joaquim Calhau Branco (Prof.)	Membro	APU	S. I	Professor Primário
Jorge Quina Ribeiro de Araújo (Dr.)	Membro	APU	S. I	Professor Universitário
Manuel Inácio Martins	Membro	APU	S. I	Chefe de Oficina
José Fernando Araújo Calçada (Dr.)	Membro	APU	S. I	Professor
José Maria Rodrigues Figueira	Membro	APU	S. I	Empregado de Escritório
António José Branco Filipe	Membro	APU	S. I	Técnico de Organização
Joaquim Lobato Augusto Bacia	Membro	APU	S. I	Profissional de Seguros
Lino António Marques de Carvalho	Membro	APU	S. I	Contabilista
Acácio Monteiro Alferes (Eng.)	Membro	APU	43	Engenheiro Eletrotécnico
Francisco José Gutierrez Caeiro	Membro	APU	62	Gerente Comercial
João António Torrinhas Paulo	Membro	APU	S. I	Operário Metalúrgico
Domingos Franco de Oliveira	Membro	APU	S. I	Comerciante
Henrique António de Oliveira Troncho (Dr.)	Membro	PS	S. I	Sociólogo
José Martins Códices Rocha	Membro	PS	S. I	Profissional de Seguros
Luís António de Mira Vieira	Membro	PS	S. I	Comerciante
Victor Jaime Ribeiro dos Santos (Eng.)	Membro	PS	S. I	Engenheiro Eletrotécnico
Margarida da Conceição Martins Projeto	Membro	PS	S. I	Estudante
Carlos Bento Martins Ruivo	Membro	PS	S. I	Funcionário Público
António Manuel Monteiro Semião	Membro	PSD	S. I	Estudante
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
Francisco Manuel de Mira Branquinho (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
Francisco Ângelo Palma Pisco	Membro	PSD	S. I	Contabilista
Nuno Maria Marques da Costa Cambezes (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
José Manuel Godinho Espanhol	Membro	PSD	S. I	Contabilista
Joaquim Inácio Calhau Piteira Campos	Membro	PSD	S. I	Produtor Agrícola
António Augusto Ramos	Membro	PSD	S. I	Empregado Bancário
João Alves Pimenta (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Médico
António Justo Gomes Pires	Membro/PJF Stº Antão	APU	S. I	Mecânico

António José Branco Baptista	Membro/PJF S. Mamede	APU	S. I	Profissional de Seguros
António Joaquim Ramalho Valente	Membro/PJF da Sé	APU	S. I	Profissional de Seguros
Carlos Manuel Carvalho e Silva	Membro/PJF S. Pedro	PSD	S. I	Marceneiro
António Joaquim Furtado Constantino	Membro/PJF Boa Fé	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
Jacinto Augusto Gomes Mocho	Membro/PJF Graça do Divor	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
Joaquim Jacinto Piteira Furtado	Membro/PJF N ^a Sr ^a Machede	APU	S. I	Cobrador
João José Valverde	Membro/PJF N ^a Sr ^a Tourega	APU	S. I	Carpinteiro
Joaquim José Carola Martins	Membro/PJF S. Bento do Mato	APU	S. I	Funcionário Público
Francisco Vicente Louro	Membro/PJF S. Manços	APU	S. I	Construtor Civil
Domingos Manuel Trouxa Fanica	Membro/PJF S. Miguel Machede	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
José António Oliveira Almodôvar	Membro/PJF S. Sebastião Giesteira	APU	S. I	Padeiro
Estevão de Mira Rosado	Membro/PJF S. Vicente do Pigeiro	APU	S. I	Pequeno Agricultor
João Manuel da Horta Rodrigues	Membro/PJF S. Torre Coelheiros	APU	S. I	Empregado de Escritório

Fonte – Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1983. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1983/Cx.1)

Nota: S. I = Sem Informação.

4.2.7 - Os resultados das eleições autárquicas de 1985 em Évora. Mandato de 1985-1989

Nas eleições autárquicas de 1985, o PSD venceu no espaço nacional, com o PS a cair para o segundo lugar, a APU a manter-se em terceiro e o CDS a ficar em quarto. Destaca-se a presença do PRD, que conquistou três câmaras municipais: Belmonte, Almeirim, Lamego (Marktest, 2025).

Passando do panorama nacional para o contexto distrital, de acordo com a Tabela 21, os resultados mantiveram-se relativamente estáveis, com a APU a conquistar a maioria dos municípios, embora com um número de câmaras inferior ao obtido no interior ciclo de eleições autárquicas. Nesta eleição, houve um acordo distrital entre PS e PSD para enfrentar a APU, dado que, a nível nacional, estava em vigor o governo do Bloco Central, que unia os 2 partidos na governação do país (*Diário do Sul*, 26 de novembro de 1985:

p.2). Esta articulação permitiu recuperar a câmara de Mourão à APU, conquistar as câmaras de Estremoz e Borba e manter a de Reguengos de Monsaraz¹⁵ (CNE - Presidentes da câmara eleitos em 1985).

Contudo, esta aliança não foi homogénea em todo o distrito. Em concelhos como Alandroal e Montemor-o-Novo, por exemplo, PS e PSD optaram por apresentar candidaturas separadas, mantendo estratégias autónomas (Marktest, 2025).

No concelho de Évora, a aliança, que reuniu elementos do PS e do PSD sob uma mesma candidatura, dividia-se da seguinte forma: o PSD concorreu para a câmara municipal e o PS concorreu diretamente para a assembleia. Já nas juntas de freguesia, PS e PSD concorreram separadamente, mas sem se confrontarem diretamente: quando um apresentava candidatura, o outro não concorreu (PT/SGMAI/GCEVR/L/915).

No que respeita à participação eleitoral, e à semelhança do que ocorrera na eleição anterior, registou-se um aumento da abstenção face ao ato eleitoral anterior: 29,1% a nível distrital e 31% no concelho de Évora. Embora num quadro de subida da abstenção, os resultados no concelho eborense mostraram novamente a força da APU, que conquistou a maioria absoluta ao eleger o presidente da câmara e 3 vereadores, com 52,3% dos votos. Já o PSD obteve 34,6% e elegeu igualmente 3 vereadores.

Tabela 21 - Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1985).

Mandato 1985-1989.

Partido	Dados Distritais	Presid. de Câmara	Maioria absoluta	Concelho Évora	Mandatos
APU	55%	10	10	52,3%	4
PS	18,9%	3	3		
PRD	3,8%			9,3%	
PPD/PSD	18,6%	1	1	34,6%	3
Branco	2%			1,8%	
Nulos	1,7%			2%	
Votantes	70,9%			69%	
Abstenção	29,1%			31%	

Fonte: CNE - Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

¹⁵ O PS consegue manter a Câmara que já tinha vencido nas eleições autárquicas anteriores.

No que toca às questões de género, e de acordo com a Tabela 22, importa sublinhar que, nesta eleição, foram eleitos apenas homens para a câmara eborense.

Abílio Fernandes, manteve-se como presidente do executivo e ao seu lado esteve, novamente, o operário metalúrgico de 40 anos, António Foito, também vereador no mandato anterior. Pela mesma coligação, foram eleitos pela primeira vez António Joaquim Ramalho Valente, profissional de seguros, de 40 anos, e o engenheiro técnico agrário António Saias.

Por sua vez, o PSD elegeu, pela primeira vez, António Joaquim Rosado da Cruz, professor, de 43 anos; o engenheiro civil Abel Junqueira; e António José Rondão Almeida, funcionário público de 42 anos.

A média de idades deste executivo situava-se nos 44 anos (Tabela 27, Subcapítulo 4.3), sendo o presidente o membro mais velho, com 53 anos.

Em termos profissionais, os elementos deste executivo distribuíam-se pelos seguintes grupos: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (4 – 57,1%), dois eleitos pelo PSD e dois eleitos pela APU; Funcionários Públicos (1 – 14,3%), eleito pelo PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 14,3%), eleito pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 14,3%), eleito pela APU (Tabela 45, Anexo n.º 10).

A respeito do nível de escolaridade, constatamos, que a maioria dos eleitos (4) seria detentora de uma licenciatura, enquanto os restantes deveriam possuir um nível de escolaridade mais baixo (Tabela 45, Anexo n.º 10).

Tabela 22– Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1985.
Mandato 1985-1989.

Eleitos da Câmara	Cargo Político	Força Política	Idade (1985)	Profissão
Abílio Dias Fernandes (Dr.)	Presidente	APU	53	Economista
António Joaquim Ramalho Valente	Vereador	APU	40	Profissional de Seguros
António Luís Grilo Foito	Vereador	APU	40	Operário Metalúrgico
António Joaquim Carreiras Saias (Eng.)	Vereador	APU	47	Engenheiro Agrónomo
António Joaquim Rosado da Cruz (Dr.)	Vereador	PSD	43	Professor
Abel Junqueira (Eng.)	Vereador	PSD	46	Engenheiro Civil
José António Rondão de Almeida	Vereador	PSD	42	Funcionário Público

Fonte –Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1986. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.1)

Antes de nos debruçarmos sobre a análise da Assembleia Municipal de Évora, é importante fazer um reparo. Neste mandato, a assembleia eborense era constituída por 35 elementos, sendo 21 deputados municipais e 14 presidentes de junta. A redução do número de deputados municipais ocorreu em virtude da aprovação do Decreto-Lei número 100/84 de 29 de março, que estipulava que o número de deputados municipais não podia ser inferior ao triplo de membros da câmara municipal. A assembleia municipal eborense eleita em 1989 também foi constituída de acordo com este diploma legal.

Com efeito, este órgão autárquico de 1985 não teve grandes alterações a nível partidário. A APU continuou a ser a força política dominante, ao eleger diretamente 11 (52,4%) deputados municipais, aos quais se juntaram 2 (9,5%), eleitos pelo PRD, e os 8 (38,1%) Eleitos pela aliança PS/PSD. Nas juntas de freguesia, a APU foi novamente a força política mais votada, ao eleger 10 presidentes de junta de freguesia (71,4%), enquanto a Aliança PS/PSD conseguiu reger apenas 4 (28,6%) presidentes. (Tabela 23)

No conjunto de elementos da assembleia - deputados e presidentes de junta –, a APU conquistou 60% dos lugares, a Aliança PS / PSD 34,3% e o PRD 5,7%.

Relativamente à média de idades, à semelhança dos anos anteriores, não é possível apurá-la, devido à falta de dados. No que respeita ao género, foram eleitas apenas duas mulheres como deputadas municipais – uma pela APU e outra pelo PRD. Nas presidências das

juntas de freguesia, apenas homens foram eleitos. Deste modo, os homens representavam 90,5% dos eleitos diretamente e as mulheres 9,5%. Em termos gerais neste órgão, os homens representavam 94,3% da Assembleia municipal e as mulheres 5,7%. Entre as novidades eleitorais, destaca-se a eleição de dois deputados municipais do PRD.

O presidente eleito foi José da Conceição Alves Madeira, um empregado bancário, que havia sido secretário deste órgão no mandato anterior. Os 2 secretários foram João António Torrinhas Paulo, operário metalúrgico, e o professor Jorge Varge, ambos pela APU, sendo este último também presidente da Junta de Freguesia da Sé.

Analisando tópico das reeleições, verificamos que dos 12 deputados houve vários casos de reeleição, tanto de forma consecutiva como intercalada (Tabela 46, Anexo nº. 11).

Na coligação APU, nomeadamente, como estreantes foram eleitos apenas dois deputados, Joaquim Mendes e Celino Silva, ambos vereadores da câmara no mandato de 1982-1985 (Tabela 19). Foram ainda eleitos, pela segunda vez consecutiva, 2 deputados (Jorge Araújo e José Oliveira). Por sua vez, foram eleitos pela terceira vez consecutiva 5 deputados (António Filipe, Lino Carvalho, Catarina Ferreira, Acácio Alferes e João Paulo) e um deputado de forma, intercalada, também pela terceira vez (José Bizarro).

Registou-se, mesmo, um deputado eleito pela quarta vez consecutiva - José Madeira eleito pela APU, que, ao longo de quatro mandatos, foi eleito em três ocasiões pelas coligações comunistas e, na primeira vez, pelo PSD.

Passando ao grupo associado ao PS, 8 elementos eram deputados eleitos, sendo 2 pela primeira vez: António Balão e Paulo Barral. Este, havia sido vereador, no mandato anterior, pelo PS. Além destes três deputados, foram eleitos pela segunda vez consecutiva: António Ramos (anteriormente eleito pelo PSD), José Rocha (eleito pelo PS no mandato anterior) e Vítor Santos (eleita anteriormente pelo PS). Mário Cunha, por sua vez, foi eleito, pela segunda vez, de forma intercalada, também pelo PS (anteriormente tinha sido eleito pelo PSD, tendo já sido eleito neste órgão em 1979-1982).

Henrique Troncho foi eleito pela terceira vez consecutiva, tendo sido eleito anteriormente pelo PS. Por fim, Armando Cunha foi eleito de forma consecutiva pela quarta. Agora pelo Partido Socialista, anteriormente, por três ocasiões, nas listas do PSD.

Estas transições de deputados, anteriormente eleitos pelo PSD e agora integrados no PS, compreendem-se melhor tendo em atenção a aliança firmada entre os dois neste ciclo eleitoral para as eleições autárquicas, tal como referido no início deste Subcapítulo.

O PRD, por sua vez, elegeu apenas dois deputados: José Pinto, eleito pela primeira vez para este órgão, e Celeste Carvalho, eleita pela segunda vez, de forma intercalada, tendo sido a primeira vez eleita pela FEPU, em 1976.

No que respeita às presidentes das juntas de freguesia, foram eleitos cinco presidentes (Sé, Nossa Senhora de Machede, Nossa Senhora da Tourega, São Sebastião da Giesteira e São Vicente do Pigeiro). Foram reeleitos de forma consecutiva os presidentes das freguesias de São Miguel de Machede e São Mamede, e pela terceira vez consecutiva os presidentes de Graça do Divor, São Bento do Mato e Torre de Coelheiros. A aliança PS/PSD elegeu pela primeira vez os presidentes das freguesias de São Pedro e Boa Fé, enquanto as freguesias de São Manços e Santo Antão tiveram presidentes reeleitos de forma intercalada pela segunda vez, na mesma força política que integra a aliança mencionada acima.

Em termos profissionais, foi possível identificar a profissão de 33 elementos, ficando por identificar 2 presidentes de junta das freguesias rurais eleitos pela APU (6,1%). De forma geral, os grupos profissionais dos membros da assembleia eborense dividiam-se da seguinte forma: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (14 – 40%), sete foram eleitos pela aliança PS/PSD, cinco pela APU e dois pelo PRD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (9 – 25,4%), seis foram eleitos pela APU e três pela Aliança PS/PSD; Operários Artífices e Operadores de Máquinas (4 – 11,4%), três eleitos pela APU e um pela Aliança PS/PSD; Trabalhadores Rurais (2 – 5,7%), ambos eleitos pela APU; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (2 – 5,7%), ambos eleitos pela APU; Funcionários Públicos (2 – 5,7%), um eleito pela aliança PS/PSD e o outro pela APU (Tabela 46, Anexo n.º11).

Considerando apenas os eleitos diretamente, e por ordem decrescente de integração em grupos profissionais, a situação era a seguinte: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (12 – 57,2%), seis eleitos pela Aliança PS/PSD, quatro eleitos pela APU e dois pelo PRD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (5 – 23,7%), três eleitos pela APU e dois pela aliança PS/PSD; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio

(2 – 9,5%), um eleito pela aliança PS/PSD e um eleito pela APU; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 4,8%), eleito pela APU; Funcionários Públicos (1 – 4,8%), eleito pela APU.

Por sua vez, os eleitos para as presidências das juntas inseriam-se nos seguintes grupos profissionais: Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (4 – 28,6%), três eleitos pela APU e um pela aliança PS/PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 21,4%), dois pela APU e um pela aliança PS/PSD; Trabalhadores Rurais (2 – 14,3%), eleitos pela APU; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 14,3%), um eleito pela aliança PS/PSD e um pela APU; Funcionários Públicos (1 – 7,1%), eleito pela aliança PS/PSD. Além destes, há 2 eleitos cuja profissão não foram possíveis apurar, correspondendo a 14,3% do total.

Mas se atendermos ao critério de distribuição entre as freguesias urbanas e rurais, temos uma noção mais detalhada dos perfis dos eleitos neste órgão. Começando pelas juntas urbanas, os grupos profissionais dos eleitos são os seguintes: Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 40%), um eleito pela APU e outro pela aliança PS/PSD; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 40%), um eleito pela APU e outro pela aliança PS/PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 20%), eleito pela aliança PS/PSD.

Os grupos profissionais dos presidentes das juntas de freguesias rurais são os seguintes: Trabalhadores Rurais (2 – 22,2%), eleitos pela APU; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 22,2%), eleitos pela APU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 22,2%), eleitos pela APU; Funcionários Públicos (1 – 11,1%), eleito pela aliança PS/PSD. Além destes, existem 2 eleitos pela APU cuja profissão não foi possível apurar, correspondendo igualmente a 22,2%.

Quanto aos níveis de escolaridade, mantém-se a tendência verificada: os eleitos com formação académica superior e cursos técnicos tendem concentrar-se entre os elementos eleitos diretamente para a assembleia, os ditos deputados municipais, enquanto os presidentes de junta, com assento por inerência, tendiam a apresentar os níveis de escolaridade mais baixos. Devemos, porém, fazer um reparo: nestas eleições há dois presidentes de junta com formação superior, algo incomum quando comparado com os mandatos anteriores. (Tabela 46, Anexo n.º 11).

Tabela 23 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1985.

Mandato 1985-1989.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1985)	Profissão
José da Conceição Alves Madeira	Presidente	APU	S. I	Empregado Bancário
João António Torrinhas Paulo	1º Secretário	APU	S. I	Operário Metalúrgico
Jorge Manuel Fernandes Varge (Prof.)	2º Secretário/ PJF da Sé	APU	S. I	Professor Primário
José Ernesto Ildefonso Leão d'Oliveira (Dr.)	Membro	APU	S. I	Médico
Celino José Rodrigues da Silva	Membro	APU	S. I	Profissional de Seguros
Joaquim Manuel Ramalho Mendes	Membro	APU	38	Empregado Bancário
Acácio Monteiro Alferes (Eng.)	Membro	APU	S. I	Engenheiro Eletrotécnico
Lino António Marques de Carvalho	Membro	APU	S. I	Contabilista
António José Branco Filipe	Membro	APU	S. I	Técnico de Organização
Jorge Quina Ribeiro de Araújo (Dr.)	Membro	APU	S. I	Professor Universitário
Catarina Luísa Carreto Correia Ferreira	Membro	APU	S. I	Funcionária Pública
José Ferreira Nunes Bizarro (Dr.)	Membro	APU	S. I	Professor Liceal
José Manuel Eliseu Pinto (Dr.)	Membro	PRD	S. I	Sociólogo
Celeste Aurora Aredo Pereira Carvalho (Dr. ^a)	Membro	PRD	S. I	Médica
Paulo Manuel de Barros Barral (Arq.)	Membro	PSD	S. I	Arquiteto
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
José Martins Códice Rocha	Membro	PSD	S. I	Profissional de Seguros
António Augusto Ramos	Membro	PSD	32	Empregado Bancário
Henrique António de Oliveira Troncho (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Sociólogo
António Manuel Páscoa Borges Balão (Dr.)	Membro	PSD	24	Professor
Victor Jaime Ribeiro dos Santos (Eng.)	Membro	PSD	S. I	Engenheiro Eletrotécnico
Mário de Carvalho Guerreiro da Cunha (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado

Fernando Nunes Percheiro	Membro/PJF Stº Antão	PSD	S. I	Profissional de Seguros
António José Branco Baptista	Membro/PJF S. Mamede	APU	S. I	Profissional de Seguros
Carlos Alberto Vicente de Almeida (Dr.)	Membro/PJF S. Pedro	PSD	S. I	Advogado
Alexandrino Manuel de Oliveira Curto	Membro/PJF Boa Fé	PSD	S. I	Magarefe
Jacinto Augusto Gomes Mocho	Membro/PJF Graça do Divor	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
André Inácio Caeiro	Membro/PJF Nª Srª Machede	APU	S. I	Motorista
Manuel António José	Membro/PJF Nª Srª Tourega	APU	S. I	Tratorista
Joaquim José Carola Martins	Membro/PJF S. Bento do Mato	APU	S. I	S. I
António Manuel Marcão de Carvalho	Membro/PJF S. Manços	PSD	S. I	Funcionário Público
Domingos Manuel Trouxa Fanica	Membro/PJF S. Miguel Machede	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
Flamino Joaquim Rolão	Membro/PJF S. Sebastião Giesteira	APU	S. I	S. I
Miguel Galvão Garcia Chumbo	Membro/PJF S. Vicente do Pigeiro	APU	S. I	Empregado Bancário
João Manuel da Horta Rodrigues	Membro/PJF Torre de Coelheiros	APU	S. I	Empregado de Escritório

Fonte – Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1986. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.1)

Nota: S. I = Sem Informação

4.2.8 - Os resultados das eleições autárquicas de 1989 em Évora. Mandato de 1989-1993.

Nas eleições autárquicas de 1989, o PS voltou a vencer as eleições a nível nacional, depois de as ter perdido em 1985. O PSD ficou em segundo lugar, conservando-se a CDU (ex-APU) no terceiro lugar, e o CDS em quarto. Destaca-se, entre os restantes partidos, a UDP, que conseguiu vencer uma câmara no país (Machico) (Marktest, 2025).

Passando do panorama nacional para o distrital, este ato eleitoral ficou marcado por níveis de abstenção ainda mais elevados, tanto a nível distrital, com 35,5%, como concelhio, com 42,3%, ultrapassando qualquer valor anterior em eleições autárquicas (Marktest,

2025). Verificou-se, ainda, um aumento dos votos brancos e nulos, com destaque para os brancos, que ultrapassam os 2%. (Tabela 24)

No que diz respeito os resultados eleitorais, a CDU conquistou a maioria das câmaras no distrito de Évora, uma repetição, tendo em conta que esta coligação era a herdeira da antiga APU. No entanto, há exceções que devem ser assinaladas: nos concelhos de Estremoz e Reguengos de Monsaraz, o PS manteve a liderança, ainda que apenas com maioria relativa; em Viana do Alentejo e Vila Viçosa, os socialistas venceram pela primeira vez, retirando a câmara à CDU (CNE – Presidentes da câmara eleitos em 1989). Por outro lado, a CDU conseguiu recuperar Mourão, anteriormente conquistada pelo PSD, e Borba, que havia sido ganha pelo PS nas eleições de 1985 (Marktest, 2025). De facto, embora a CDU continuasse a dominar, com maioria absoluta a maioria das câmaras, essa hegemonia foi enfraquecendo ao longo dos sucessivos ciclos eleitorais autárquicos, no distrito de Évora.

Ao aproximarmo-nos da realidade do concelho de Évora, verifica-se que a CDU se afirmou como a força mais votada, alcançando 51,4% dos votos, e assegurando a maioria absoluta, à semelhança dos mandatos anteriores. A distribuição dos lugares no executivo municipal ficou assim definida: a CDU elegeu além do presidente, três vereadores, o PS obteve 27,1% dos votos e elegeu dois vereadores, enquanto o PSD, com 17,6% elegeu apenas um. Estes foram os únicos partidos a concorrer no município. Ainda nas votações, registaram-se 2,4% de votos brancos e 1,4% de votos nulos, valores próximos da média distrital (Tabela 24).

Tabela 24 - Resultados camarários no distrito e no concelho de Évora (1989).

Mandato 1989-1993.

Partido	Dados Distritais	Presid. de Câmara	Maioria Absoluta	Maioria Relativa	Concelho de Évora	Mandatos
CDU	47,7%	10	9	1	51,4%	4
PS	25,6%	4	2	2	27,1%	2
PPD/PSD	22,9%				17,7%	1
Brancos	2,2%				2,4%	
Nulos	1,6%				1,4%	
Votantes	64,5%				57,7%	
Abstenção	35,5%				42,3%	

Fonte: CNE – Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

Do ponto de vista da composição do executivo eborense tendo em conta a questão representatividade de género, destaca-se que todos os eleitos para a câmara municipal eram homens (Tabela 25).

Abílio Fernandes continuou como presidente (sexto mandato), e os restantes vereadores eleitos pela CDU neste executivo foram o profissional de seguros, António Joaquim Ramalho Valente, de 44 anos, que já havia sido vereador no mandato anterior, e António Foito, operário metalúrgico de 40 anos, que também já havia desempenhado estas funções no mandato de 1979-1982 (Tabela 16). O último vereador eleito pela CDU foi o psicólogo Jorge Rebeca, no exercício de um primeiro mandato (Tabela 25).

Entre os eleitos da oposição, o PSD contou com dois vereadores: o engenheiro Luís Capoulas, que já havia integrado o executivo no mandato de 1982-1985 (Tabela 19), e António Cruz, professor, reeleito após ter exercido a função no mandato anterior (Tabela 22). Assim, todos os vereadores da oposição possuíam experiência prévia na câmara municipal. Além destes, o PS elegeu Paulo Barral, que já havia sido vereador da câmara no mandato de 1982-1985 (Tabela 19). Assim, devemos mencionar que a grande maioria dos vereadores e também o presidente, já possuíam experiência na câmara quando foram eleitos, o que deixa transparecer uma tendência de continuidade de determinados indivíduos do poder autárquico em Évora.

Além da experiência política, o perfil etário deste executivo apresenta algumas particularidades. A média de idades do executivo foi de 44 anos (Tabela 27, Subcapítulo 4.3). O presidente era o elemento mais velho, com 57 anos, enquanto os restantes vereadores, situavam-se na faixa etária dos 40 anos (Tabela 25).

No que diz respeito à composição profissional, a maioria dos eleitos pertencia aos seguintes grupos: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (5 – 71,4%), dois eleitos pelo PSD, dois eleitos pela CDU e um eleito pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 14,3%), eleito pela CDU; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 14,3%), eleito pela CDU (Tabela 45, Anexo n.º 10).

Relativamente aos níveis de escolaridade com base na podemos dizer que a maioria (5) dos eleitos seria detentora de uma licenciatura, enquanto os restantes dois, com base na sua profissão, provavelmente possuíam níveis de escolaridade mais baixos (Tabela 25).

Tabela 25 – Eleitos para a Câmara Municipal de Évora em 1989.

Mandato 1989-1993.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1989)	Profissão
Abílio Dias Fernandes (Dr.)	Presidente	CDU	57	Economista
António Joaquim Ramalho Valente	Vereador	CDU	44	Profissional de Seguros
Jorge Rebeca (Dr.)	Vereador	CDU	30	Psicólogo Clínico
António Luís Grilo Foito	Vereador	CDU	44	Operário Metalúrgico
António Joaquim Rosado da Cruz (Dr.)	Vereador	PSD	47	Professor
Luís António Damásio Capoulas (Eng.)	Vereador	PSD	40	Engenheiro Eletrotécnico
Paulo Barral (Arq.)	Vereador	PS	44	Arquiteto

Fonte –Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1990. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1989/Cx.1)

No mandato de 1989-1993, tal como evidencia a Tabela 26, não ocorreram alterações significativas na composição partidária da assembleia municipal. A CDU elegeu 11 deputados municipais, aos quais se juntam 14 presidentes das juntas de freguesia (9 rurais e 5 urbanas). O PSD manteve-se como a segunda força mais votada, conquistando a presidência da Junta de Freguesia de S. Pedro e elegendo 6 deputados municipais. O PS ocupou a terceira posição, elegendo 4 deputados municipais e assegurando a presidência da Junta de Nossa Senhora de Tourega.

O total de membros da assembleia subiu para 37, distribuídos entre 21 deputados e 16 presidentes de junta. Este aumento de freguesias resultou da criação em outubro de 1985, das freguesias de Canaviais e Nossa Senhora de Guadalupe (*Diário do Sul*, 7 de outubro de 1985: p. 2).

Em termos percentuais, a CDU captou 52,4% dos lugares eleitos para a assembleia municipal, o PSD 28,6% e o PS 19,1%. Relativamente às presidências das juntas, a CDU assegurou 87,5% dessas posições, ficando PS e PSD com 6,3% cada.

Passando agora à análise de género, constatamos que apenas uma mulher foi eleita, pela CDU, como deputada municipal. Nas presidências das juntas de freguesia, todos os eleitos foram homens. Assim, no total da assembleia, as mulheres representavam apenas 2,7% dos lugares e os homens 97,3%.

O presidente eleito neste mandato foi José Ernesto Leão D'Oliveira, médico e membro da CDU, que já havia ocupado este cargo no mandato 1982-1985. Os cargos de secretários foram igualmente preenchidos por membros da CDU, Joaquim Abreu Soares (presidente da Junta de Freguesia da Sé) e José António Verdasca (deputado).

Seguindo para o perfil dos eleitos, verificou-se, como em mandatos anteriores, uma combinação de continuidade e renovação. Assim, foram reeleitos como deputados pela CDU seis membros: um eleito pela quarta vez consecutiva (Lino Carvalho), um eleito de forma não consecutiva pela quarta vez (José Bizarro), dois eleitos de forma consecutiva pela terceira vez (José Oliveira e Jorge Araújo) e um eleito de forma não consecutiva pela terceira vez (José Figueira). Além destes, também houve ainda deputado eleito pela segunda vez consecutiva (Celino Silva). Pela primeira vez, foram eleitos cinco deputados municipais: José Verdasca, Hilário Chaves, Anabela Belo, Manuel Costa e Francisco Racha (Tabela 46, Anexo n.º 11).

Por sua vez, pelo PSD, foram eleitos pela primeira vez para a assembleia Abel Junqueira, que havia sido vereador da câmara nos mandatos de 1982-1985 e 1985-1989 e Manuel Patrício. Outros quatro deputados municipais daquele partido estavam em situação de reeleição: um deles, Carlos Almeida, para um segundo mandato consecutivo; outro, José Espanhol, para um segundo mandato não consecutivo; António Ramos foi reeleito para um terceiro mandato não consecutivo. Pelo PS, foram eleitos pela primeira vez os quatro deputados que o partido elegeu: Carlos Zorrinho, José Cardoso, Joaquim Félix e Manuel Pereira.

No que se refere às presidências das juntas de freguesia, a CDU conquistou a grande maioria (14), ficando o PSD com a presidência da Junta de S. Pedro e o PS com a presidência da Junta de Nossa Senhora de Tourega. Tal como se verificou entre os deputados municipais, também nas juntas houve reeleições: o presidente da junta de Torre de Coelheiros foi reeleito pela quarta vez consecutiva; o de Santo Antão, pela terceira vez de forma não consecutiva; o de S. Miguel de Machede, pela terceira vez consecutiva; e os presidentes das juntas de S. Sebastião da Giesteira e S. Vicente do Pigeiro, pela segunda

vez consecutiva. Os restantes presidentes das juntas de freguesia não mencionadas exerceram o cargo pela primeira vez, embora, no caso de S. Pedro, o partido tenha mantido a presidência.

Relativamente à caracterização socioprofissional, a informação disponível é bastante limitada quando comparada com a de anos anteriores para este órgão. Ao consultarmos os autos de tomada de posse de Évora neste mandato, deparamo-nos com o facto de existir apenas a menção ao nome do eleito e ao seu partido, tanto na assembleia municipal quanto nas juntas de freguesia. Para a identificação dos poucos dados conhecidos, socorremo-nos de outros autos de tomada de posse de mandatos anteriores, nos quais era mencionada a profissão dos eleitos neste mandato. Dito isto, conseguimos localizar nas fontes apenas a profissão de 18 elementos: 13 deputados municipais e 5 presidentes de junta, ficando por identificar 19 nomes no total – 8 deputados municipais e 11 presidentes de junta de freguesia.

Apesar dessas limitações, e com base nos dados disponíveis (Tabela 46, Anexo n.º 11), foi possível identificar, os seguintes grupos profissionais: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (7 – 18,9%), o PSD três a CDU elegeu três e o PS um; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (5 – 13,5%), quatro eleitos pela CDU e um eleito pelo PSD; Técnicos Profissionais de nível Intermédio (3 – 8,1%), um eleito pela CDU e dois eleitos pelo PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 5,4%), eleito pela CDU; Trabalhadores Rurais (1 – 2,7%), eleito pela CDU. Os eleitos (19) cuja profissão não conseguimos identificar correspondem a 51,4% (Tabela 26).

Quando se observam separadamente os eleitos diretamente e os presidentes de junta, nota-se que os primeiros seguem a tendência dos mandatos anteriores, com o grupo dos Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas (7 – 33,3%), três pelo PSD, três pela CDU e um pelo PS. Contudo, essa predominância não pode ser confirmada com total certeza, dado que faltam dados sobre a profissão de alguns dos eleitos. Os restantes eleitos diretamente enquadram-se nos seguintes grupos: Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 14,3%), dois eleitos pelo PSD e um eleito pela CDU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 14,3%), dois eleitos pela CDU e um eleito pelo PSD. Os 8 deputados cuja profissão não foi possível identificar correspondem a 38,1%.

Por último, como já foi mencionado anteriormente, não foi possível identificar a profissão da grande maioria dos presidentes de junta. Apenas conseguimos identificar a profissão de 5 em 16. A profissão dos elementos conhecidos inseria-se nos seguintes grupos: Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 12,5%) – eleitos pela CDU; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 12,5%) – eleito pela CDU; Trabalhadores Rurais (1 – 6,3%) – eleito pela CDU. Os 11 presidentes de junta cuja profissão não foi possível determinar correspondem a 68,7% deste grupo.

Quanto aos níveis de escolaridade, inferimos, com base nos poucos indicadores profissionais de que dispomos, que a maioria dos eleitos para a assembleia é detentora de formação académica superior. Com os dados limitados sobre os presidentes, podemos afirmar que, nesta assembleia, eles serão provavelmente, e mais uma vez, aqueles com a habilitação académica inferior. Contudo, não conseguimos apurar a profissão da grande maioria (19) dos elementos deste órgão (Tabela 26).

Tabela 26 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Évora em 1989.

Mandato 1989-1993.

Nome	Nome	Partido ou Coligação	Idade (1989)	Profissão
José Ernesto Ildefonso Leão d'Oliveira (Dr.)	Presidente	CDU	S. I	Médico
Joaquim José Abreu Soares	1º Secretário/PJF da Sé	CDU	S. I	S. I
José António das Neves Verdasca	2º Secretário	CDU	S. I	S. I
Lino António Marques de Carvalho	Membro	CDU	S. I	Contabilista
Celino José Rodrigues da Silva	Membro	CDU	S. I	Profissional de Seguros
Jorge Quina Ribeiro de Araújo (Dr.)	Membro	CDU	S. I	Professor Universitário
José Ferreira Nunes Bizarro	Membro	CDU	S. I	Professor Liceal
José Maria Rodrigues Figueira	Membro	CDU	S. I	Empregado de Escritório
Hilário Balula Chaves	Membro	CDU	S. I	S. I
Anabela Dias Ferreira Belo	Membro	CDU	S. I	S. I
Manuel Fernando Barbosa da Costa	Membro	CDU	S. I	S. I

Francisco Costa Racha	Membro	CDU	S. I	S. I
José Luís da Conceição Cardoso	Membro	PS	S. I	S. I
José Carlos das Dores Zorrinho (Dr.)	Membro	PS	30	Professor Universitário
Joaquim Manuel Ramos Félix	Membro	PS	S. I	S. I
Manuel José Fernandes Pereira	Membro	PS	S. I	S. I
Manuel Ferreira Patrício (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Professor Universitário
José Manuel Godinho Espanhol	Membro	PSD	S. I	Contabilista
António Augusto Ramos	Membro	PSD	S. I	Empregado Bancário
Carlos Alberto Vicente de Almeida (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Advogado
Abel Luís Junqueira	Membro	PSD	S. I	Engenheiro Civil
Francisco Ângelo Palma Pisco (Dr.)	Membro	PSD	S. I	Contabilista
António Justo Gomes Pires	Membro/PJF Stº Antão	CDU	S. I	Mecânico
Adriano José Abreu Ferrão	Membro/PJF S. Mamede	CDU	S. I	S. I
Jerónimo António Coelho Mendes	Membro/PJF Boa Fé	CDU	S. I	S. I
José Joaquim Calado Piteira	Membro/PJF Canaviais	CDU	S. I	S. I
João Estevão Ramalho Cortes	Membro/PJF S. Pedro	PSD	S. I	S. I
Isidro José de Oliveira Lobo	Membro/PJF Graça do Divor	CDU	S. I	S. I
António Martinho Berrucho	Membro/PJF Nª Srª Guadalupe	CDU	S. I	S. I
José Bernardino Piteira Prates	Membro/PJF Nª Srª Machede	CDU	S. I	S. I
Joaquim Gregório Cascabulho da Graça	Membro/PJF S. Bento do Mato	CDU	S. I	S. I
António Manuel Fialho Russo	Membro/PJF S. Manços	CDU	S. I	S. I
Domingos Manuel Trouxa Fanica	Membro/PJF S. Miguel de Machede	CDU	S. I	Trabalhador Agrícola
Flamino Joaquim Rolão	Membro/PJF S. Sebastião da Giesteira	CDU	S. I	S. I

Miguel Galvão Garcia Chumbo	Membro/PJF S. Vicente do Pigeiro	CDU	S. I	Empregado Bancário
João Manuel da Horta Rodrigues	Membro/PJF Torre de Coelheiros	CDU	S. I	Empregado de Escritório
João José Valverde	Membro/PJF N ^a Sr ^a Tourega	PS	S. I	Carpinteiro

Fonte –Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1990. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1989/Cx.1)

Nota: S. I = Sem Informação.

4.3 - Uma visão integrada sobre o perfil sociocultural dos representantes do poder municipal: concelho de Évora

Pese embora as lacunas que assinalámos, a análise das várias tabelas apresentadas ao longo do capítulo permitem-nos retirar algumas conclusões quanto ao perfil sociocultural e político dos eleitos para as vereações camarárias e para as assembleias municipais, em Évora, ao longo do período em estudo.

Para que o texto fique mais claro e sistematizado, vamos organizar as nossas reflexões do modo que a seguir explicamos. Em primeiro lugar vamos apreciar o indicador relativo à idade em que os representantes tomaram posse, procurando perceber se o mesmo manifestou diferenças em relação ao Estado Novo, no sentido de um rejuvenescimento geracional proporcionado pela mudança de regime político. Depois, analisamos a composição dos elencos municipais tentando perceber se a tendência é de repetição de nomes ao longo dos diversos mandatos ou se de renovação regular dos indivíduos que os vão integrando. Ou seja, tentamos perceber se a elite municipal é mais ou menos fechada do ponto de vista das pessoas que a integraram ao longo dos anos em estudo. A comparação entre o Estado Novo e o período democrático não pode conduzir a resultados muito expressivos, dado que apenas analisamos o último elenco camarário da ditadura.

No entanto, podemos já adiantar, e esta será a grande conclusão possível face aos dados que temos, que nenhum dos indivíduos que esteve presentes no último mandato do Estado Novo voltou a exercer cargos municipais no período democrático. Nem na câmara nem na Assembleia Municipal de Évora.

De seguida olhamos para a pertença político-partidária no período democrático, no sentido de percebermos as permanências e as alterações registadas quer ao nível das maiorias quer das oposições. Finalmente tentaremos apreciar, de forma conjunta, os dados relativos às profissões e grupos profissionais em que as mesmas se integram, para também em relação a este indicador destacarmos os grupos mais representados, assim como as eventuais mudanças ou permanências. Como as informações objetivas sobre as habilitações literárias são escassas, procuraremos tirar conclusões sobre este indicador com base em inferências a partir das profissões. Devemos ainda acrescentar que os números apresentados correspondem ao total de elementos eleitos que passaram pela câmara e pela assembleia entre 1976 e 1989, estando excluídos os indivíduos reeleitos.

A questão do género não é por nós desatendida, mas ela é relativamente simples de equacionar, dado o facto de a esmagadora maioria dos indivíduos ligados aos cargos municipais serem, ao longo do período em estudo, homens.

Como a nossa análise incide sobre os elencos camarários e sobre as assembleias municipais, foca-se primeiro a atenção nas vereações e depois nas assembleias.

Desde logo, e muito genericamente, podemos concluir que entre o último executivo do Estado Novo até aos últimos eleitos em 1989, ocorreram alterações no perfil sociocultural das elites municipais eborenses.

A análise da Tabela 27, relativa à média das idades dos elencos camarários, entre o último executivo camarário anterior a 1974 e o primeiro eleito nas primeiras eleições autárquicas realizadas após a entrada de Portugal na CEE, mostra que a média de idades desce consideravelmente, passando de 50 anos, em 1974, antes da revolução, para 44 anos, em 1989.

Nos restantes anos, a média situou-se nos 50 anos na primeira comissão administrativa eborense após a revolução, baixando para 44 anos na segunda comissão administrativa. Já nos executivos eleitos, verifica-se que a média cai, em 1978, para 36 anos, subindo para 38 anos em 1982, e 44 anos 1985 e 1989.

Tabela 27 - Média de idades dos nomeados ou eleitos para os executivos municipais.
Concelho de Évora (1974-1989)

Datas	1974	1975	1975	1976	1978	1979	1982	1985	1989
Idade dos nomeados ou eleitos	56	52	39	44	46	47	50	53	57
	47	64	S. I	S. I	32	33	34	40	44
	61	53	50	37	33	34	36	40	44
	50	36	40	S. I	31	32	39	47	44
	43	53	S. I	62	28	29	35	43	47
	38	64	48	46	41	28	33	46	30
	54	36	S. I	S. I	42	47	37	42	40
	-	S. I	S. I	-	-	-	-	-	-
	-	44	S. I	-	-	-	-	-	-
Média das idades	50	50	44	47	36	36	38	44	44

Fontes – Recenseamento Eleitoral de Évora (1973) (PT/SMAI/GCEVR/L/1285); AMEVR - Livro de Atas de Reuniões da câmara de Évora, 1974: p.245. Livro de atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 1975: p.35; Recenseamento eleitoral de Évora (1973). (PT/SMAI/GCEVR/L/1285) AMEVR, Livro de Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 1976: p. 67; Recenseamento eleitoral de Évora (1973) (PT/SMAI/GCEVR/L/1285) Auto de Tomada de Posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1977. (PT/AMEVR/CME/B/A/001/Lv.48-1977) Auto de Tomada de Posse da Câmara Municipal de Évora, dezembro de 1978. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1978/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1980 (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1979/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1983. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1983/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1986. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1990. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1989/Cx.1)

Nota: S. I = Sem Informação

No último executivo do Estado Novo destacam-se, no exercício do poder municipal, como já referimos, os indivíduos vinculados à economia agrícola, sendo também em ligação a esse setor que se destacavam os dois indivíduos com formação superior e especializada.

Com a tomada de posse das duas comissões administrativas, observou-se uma mudança nos perfis profissionais, nos quais a maioria dos indivíduos na primeira comissão pertencia ao grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e tinha formação académica superior. Já na segunda comissão administrativa o cenário foi diferente, com os Administrativos e os Operários a serem os grupos dominantes. Além destes, integraram ainda as duas comissões administrativas profissionais ligados aos

seguintes grupos profissionais: Comerciantes, Empresários/Industriais, Funcionários Públicos.

Embora o elemento de comparação para o período do Estado Novo apenas inclua a última vereação, parece notar-se, com a instauração do regime democrático, uma assinalável diversificação relativamente à identificação profissional dos eleitos, sendo definitivamente afastados da esfera do poder local os empresários ligados ao setor agrícola.

No período democrático, podemos perceber ao analisar os vários executivos que a nível partidária houve uma forte consistência com as forças comunistas a serem quase sempre maioritárias, e com maioria absoluta, excetuando o caso da primeira vereação eleita. O PS e o PSD, embora em minoria, sempre estiveram presentes na vida política eborense ao nível dos executivos camarários do período democráticos, nos anos analisados.

No total, os elencos camarários de Évora, no período democrático, incluíram 40 elementos. Destes, 38 foram homens e 2 mulheres. Nas comissões administrativas houve 18 nomeados, 9 elementos em cada comissão, sendo 17 homens e 1 mulher. É importante mencionar que 2 elementos que foram nomeados nas comissões administrativas também foram posteriormente eleitos na câmara (Humberto Paixão, Acácio Alferes; Francisco Caeiro, António Gomes Pires e António Manuel Horta, estes três últimos foram eleitos apenas na assembleia municipal). Entre os eleitos, sobressai Abílio Fernandes, presidente da câmara em consequência dos atos eleitorais entre 1976 e 1989. Neste período foram eleitos 24 vereadores. Além disso, ao nível do executivo camarário, nenhum indivíduo foi eleito na sequência de ter integrado listas por partidos diferentes (Tabela 45, Anexo n.º 10).

Nos elencos camarários apurados após as eleições, os vereadores mais vezes eleitos foram António Foito, eleito por quatro vezes, e Joaquim Manuel Ramalho Mendes, eleito por três vezes. O primeiro não de forma consecutiva, em 1979, 1982, 1985 e 1989; o segundo de forma consecutiva, em 1978, 1979 e 1982, ambos sempre nas coligações do PCP. Já os restantes eleitos exerceram o cargo de vereador por duas vezes ou apenas uma única vez.

Entre os restantes partidos, também houve vereadores eleitos por mais de uma vez. Destaca-se Paulo Barral, do PS, eleito em dois mandatos intercalados, em 1982 e em

1989. Pelo PSD, António Joaquim Rosado da Cruz foi eleito, para dois mandatos consecutivos. No total houve 9 indivíduos que foram eleitos vereadores por duas vezes, a maioria deles nas coligações do PCP, e houve 12 eleitos uma única vez.

Entre os demais vereadores – e tendo em conta que este estudo incide sobre o poder local –, merece ainda destaque José António Rondão Almeida, eleito vereador pelo PSD, embora o mais provável seja que tenha pertencido ao PS, uma vez que, em 1985, os socialistas fizeram uma aliança com os sociais-democratas, conforme explicado no subcapítulo referente a este ano. Trata-se de uma figura com um longo percurso no poder local, tendo liderado a Câmara Municipal de Elvas entre 1993 e 2013, sempre eleito pelo PS. À data da realização do presente trabalho, encontra-se novamente no cargo de presidente da Câmara Municipal de Elvas, eleito como independente em 2021 (Almeida, 2021).

Além de Rondão Almeida, outros vereadores também se distinguiram ao exercerem cargos na câmara e na assembleia. Entre eles, Acácio Alferes, Celino Silva e Joaquim Ramalho Mendes foram eleitos nas listas das coligações do PCP, tanto para a câmara quanto para a assembleia municipal, em momentos distintos. Do lado do PS, Vítor Santos também desempenhou funções em ambos os órgãos. Além destes, o PSD contou com representantes como Abel Junqueira e Francisco Branquinho que igualmente foram eleitos tanto para a câmara quanto para a assembleia municipal.

Em termos profissionais constatamos que o grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas constitui a maioria dos eleitos ao longo de todos estes anos, com 14 elementos (58,3%), sendo sempre este o grupo profissional mais representando, à exceção de 1979. A estes seguem-se o grupo do Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços, com 5 elementos (20,8%), sendo o mais representando em 1979. Os Funcionários Públicos com 2 elementos (8,3%), o grupo dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas contou com 1 elemento (4,2%), e os Comerciantes também com 1 elemento (4,2%). Existe, porém, um indivíduo (4,2%) cuja profissão não foi possível apurar (Tabela 45, Anexo n.º 10). Excluímos os nomeados do Estado Novo, e os nomeados nas duas comissões administrativas logo após o 25 de Abril.

Dando seguimento a esta análise, é relevante não apenas considerarmos os grupos profissionais, mas também observar como estes se distribuem entre as forças partidárias

que concorreram à câmara, oferecendo assim uma perspetiva mais detalhada sobre a base social do recrutamento político relativamente aos diversos partidos ou coligações.

Ao analisarmos separadamente cada força política, verifica-se que as forças comunistas elegeram, ao longo deste período, apenas 10 elementos, que se repartiam profissionalmente pelos seguintes grupos profissionais: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (6 – 60%), Pessoal Administrativo e Similares / Pessoal dos Serviços (3 – 30%) e Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 10%).

Seguindo a mesma análise, observa-se que pelo PSD, foram eleitos 8 elementos no decurso do período em análise, que se dividiam em termos profissionais pelos seguintes grupos: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (5 – 62,5%), Funcionários Públicos (1 – 12,5%), Comerciantes (1 – 12,5%) e Pessoal Administrativo e Similares / Pessoal dos Serviços (1 – 12,5%).

De forma análoga, pelo PS foram apenas 6 elementos eleitos neste intervalo cronológico que apresentavam a seguinte distribuição: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 49,9%), Funcionários Públicos (1 – 16,7%), Pessoal Administrativo (1 – 16,7%) e um indivíduo cuja profissão não foi possível apurar (1 – 16,7%).

Deste modo, ao considerarmos os três partidos que elegeram elementos para a câmara, observam-se claramente que o grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas se mantém dominante, evidenciando a sua relevância no recrutamento político e na composição do poder local.

No que diz respeito à Assembleia Municipal de Évora, entre 1976 e 1989 foram eleitos 126 indivíduos, dos quais 117 eram homens, correspondendo a 92,9% e 9 mulheres, representando 7,1% dos eleitos. Devido ao reduzido número de registos sobre as idades, não foi possível calcular a média etária deste órgão ao longo dos mandatos. Importa ainda referir que este número inclui também as presidências das juntas de freguesia (Tabela 46, Anexo n.º 11).

Diferentemente do que ocorreu na câmara municipal, aqui, além do PS, do PSD e das coligações do PCP, também o PRD elegeu deputados municipais, apenas em 1985, no primeiro e único ano que concorreu para esta autarquia.

Em termos partidários, neste órgão as coligações comunistas venceram todas as eleições com maioria absoluta. Vários elementos ocuparam este órgão, 82 apenas numa ocasião,

23 em duas ocasiões, 16 em três ocasiões e 5 apenas em quatro ocasiões. Importa referir que essa continuidade não foi exclusiva das coligações comunistas: tanto o Partido Socialista quanto o Partido Social Democrata tiveram membros neste órgão ao longo de vários mandatos, uns de forma consecutiva e outros de forma alternada.

Entre os indivíduos mais vezes eleitos, destaca-se João Horta Rodrigues, das coligações do PCP, único presidente de junta eleito em quatro ocasiões, Lino Carvalho, também das coligações do PCP, José bizarro, igualmente as coligações comunistas. Entre os membros de outros partidos, destacam-se Armando Cunha, do PSD, e José Madeira, único eleito em quatro ocasiões por duas forças políticas distintas – APU e PSD. Este último não é um caso isolado, pois Celeste Carvalho foi eleita em duas ocasiões por forças partidárias diferentes: a primeira pela FEPU, em 1976, e a segunda pelo PRD, em 1985.

Face a estes dados, podemos perceber que a mudança de partido era muito rara. Não se verificou na câmara municipal e na assembleia apenas em 2 casos, como já referimos acima.

Constatamos, ainda, que dentro da assembleia houve alguns casos de elementos eleitos em mandatos diferentes, tanto como presidentes de junta quanto como deputados municipais. No entanto, tal situação não foi muito comum, ocorrendo apenas com três elementos: António Joaquim Ramalho Mendes, Carlos Alberto de Almeida e Jerónimo Mendes, sendo os dois primeiros eleitos pelas coligações comunistas e o terceiro pelo PSD.

Relativamente às transições entre a câmara e a assembleia municipal, verificamos que, no período entre a primeira comissão administrativa após o 25 de Abril de 1974 e o último ciclo eleitoral analisado, 14 elementos circularam entre os dois órgãos, ocupando as funções de vereadores, deputados municipais e presidentes de junta de freguesia.

Embora ainda o não tenhamos referido, entre os indivíduos que estiveram na assembleia municipal eborense destaca-se José Carlos das Dores Zorrinho, eleito pelo PS em 1989. Este caso ilustra como o poder local pode funcionar como uma escola de formação política, servindo de trampolim para a política nacional e, posteriormente, para a política internacional, nomeadamente no Parlamento Europeu. (Parlamento Europeu, 2025). Refiram-se, ainda, José Ernesto Leão D'Oliveira, que transitou da Assembleia da República – eleito pela APU em 1979 e 1980 (Assembleia da República, 2025) para o

poder local, sendo eleito pela primeira vez no concelho de Évora em 1982 pela mesma força política (Tabela 46, Anexo n.º 11). Situado na mesma área política, mas com percurso inverso, refira-se Lino Carvalho que, após ter desempenhado cargos na autarquia, foi eleito como deputado em 1987, pela CDU (Assembleia da República, 2025). No mesmo âmbito, merece referência Luís Capoulas. Eleito para a câmara municipal em 1982 como vereador, viria a ser eleito pelo PSD, nas legislativas de 1985 (Assembleia da República, 2025).

Estes exemplos, corroboram com as ideias defendidas por André Freire, abordadas no Capítulo 2 do presente estudo, sobre a questão da circulação entre o poder local e os cargos nacionais na democracia portuguesa. A experiência política a nível local era, em alguns casos, um primeiro estágio para cargos nacionais. A trajetória contrária também se verificava, mas era mais rara (Freire, 2001: 141). Estas transições entre o poder local e o poder central não são, contudo, exclusivas de Évora, verificando-se também noutros concelhos, como é salientado por Maria Antónia Pires de Almeida (2024: 40).

Para complementar a análise política, é igualmente relevante examinar a composição profissional da Assembleia Municipal de Évora. Com base na Tabela 46 do Anexo n.º 11, constata-se uma maior diversidade de profissões em comparação com a câmara municipal, o que, pelo menos em parte, se explica pelo facto de este órgão exigir, para a sua composição, um número bastante mais elevado de indivíduos. Ainda assim, observa-se que o grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas era proporcionalmente o mais representado neste órgão, tendo sido eleitos, no total ao longo deste período, 33 elementos (26,2%). Este grupo manteve-se, de forma consistente, como o mais expressivo em todos os mandatos analisados.

Seguindo a ordem decrescente de representação, os demais grupos profissionais distribuíram-se da seguinte forma: Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (17 – 13,5%); Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (14 – 11,1%); Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (7 – 5,6%); Trabalhadores Rurais (5 – 4%); Comerciantes (4 – 3,1%); Funcionários Públicos (4 – 3,1%); Estudantes (3 – 2,4%); Agricultores (3 – 2,4%); Profissionais de Criação Artística do Espetáculo e do Desporto (2 – 1,6%) e os Empresários/Industriais (1 – 0,8%). Além destes, houve 33 elementos cuja categoria profissional não foi possível apurar, correspondendo a 26,2% do total.

No que respeita às forças políticas, as coligações comunistas elegeram, no total, 76 representantes. Importa, contudo, salientar que dois deles foram simultaneamente eleitos pelo PSD e pelo PRD, sendo, para efeitos desta análise, contabilizados em cada uma das duas forças políticas. Assim, a distribuição profissional dos eleitos das coligações comunistas é a seguinte: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (11 – 14,5%), Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (10 – 13,2%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (10 – 13,2%); Trabalhadores Rurais (5 – 6,6%); Comerciantes (4 – 5,3%); Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 3,9%); Funcionários Públicos (2 – 2,6%); Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto (2 – 2,6%); Agricultores (1 – 1,3%); Empresários/Industriais (1 – 1,3%) e Estudantes (1 – 1,3%). Para além destes, verifica-se ainda que houve 26 eleitos (34,2%) cuja profissão não foi possível apurar.

Já o PS elegeu 31 deputados, sendo necessário esclarecer 3 elementos que haviam integrado a assembleia anteriormente pelo PSD. A sua distribuição em termos de grupos profissionais era a seguinte: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (11 – 35,5%), Pessoal Administrativos e Similares, Pessoal dos Serviços (6 – 19,4%), Funcionários Públicos (2 – 6,5%), Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 3,2%), Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 3,2%), Comerciantes (1 – 3,2%), Agricultores (1 – 3,2%), Estudantes (1 – 3,2%), Trabalhadores Rurais (1 – 3,2%). Acresce a existência de 6 eleitos cuja profissão não foi possível apurar, representando 19,4%.

O PSD elegeu 21 elementos, que se repartiam da seguinte forma pelos grupos profissionais: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (12 – 57,1%), Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 9,5%), Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (2 – 9,5%), Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 9,5%), Estudantes (1 – 4,8%), Agricultores (1 – 4,8%). Para além destes, há 1 eleito cuja profissão não foi identificada, representando 4,8% do total.

Por sua vez, o PRD elegeu apenas 2 elementos, ambos integrados no grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas. Neste grupo está representado um elemento que havia sido eleito pelas coligações comunistas.

Considerando em conjunto estas distribuições, verificamos que, entre os partidos mais representados na assembleia, as diferenças na composição profissional não são particularmente expressivas. Em todos os casos, o grupo profissional mais

frequentemente eleito corresponde ao dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.

Contudo, importa, sublinhar que a assembleia é constituída não apenas por deputados municipais diretamente eleitos, mas também pelos presidentes de junta de freguesia. Assim, para uma análise mais rigorosa da sua composição, torna-se necessário distinguir estes dois grupos. Entre os deputados municipais diretamente eleitos, 81 no total, a distribuição profissional foi a seguinte: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (30 – 37%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (11 – 13,6%); Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (5 – 6,2%); Comerciantes (4 – 4,9%); Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 3,7%); Funcionários Públicos (3 – 3,7%); Estudantes (3 – 3,7%); Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto (2 – 2,5%); Trabalhadores Rurais (2 – 2,5%); Agricultores (1 – 1,2%). Além destes, existem 17 eleitos diretamente para a assembleia municipal cuja profissão não foi possível apurar que correspondem a 21%. Nestes números estão incluídos 3 deputados municipais que também exerceram funções como presidentes de junta de freguesia. Resulta, assim, que foi entre os eleitos diretamente para a assembleia que o grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas tinha mais representação. O facto de os presidentes de junta presentes no órgão serem provenientes das diversas freguesias rurais do concelho poderá ser um elemento que ajuda a perceber esta situação. Isto se acolhermos a hipótese de que, no período abarcado pelo nosso estudo, entre os residentes nesses territórios o acesso, por motivos geográficos e sociais, a uma formação escolar longa, era mais raro.

Apesar desta informação, persistem lacunas significativas relativamente às profissões de alguns eleitos. Ainda assim, os dados disponíveis permitem observar uma outra tendência: à medida que avançamos nos mandatos, o nível de qualificação profissional e escolar tende a aumentar.

No que respeita às freguesias, no total houve 48 presidentes de junta de freguesia eleitos, divididos entre o PS, o PSD e as coligações do PCP (FEPU, APU e CDU), sendo estas últimas responsáveis pela eleição da maioria dos presidentes, à semelhança do que ocorrera na câmara municipal, onde elegera a maior parte dos vereadores, e na assembleia municipal, onde elegeu a maioria dos deputados. Nas juntas de freguesia urbanas, devido ao seu número mais reduzido em comparação com as rurais, houve no total, 20

presidentes eleitos. Já nas juntas de freguesia rurais, ao longo dos anos analisados, foram eleitos 28 presidentes de junta. Tendo em conta que, efetivamente, o número de freguesias rurais do concelho é bastante mais elevado do que o das urbanas, a pouca diferença entre o número de presidentes rurais e urbanos resulta de uma da reeleição mais frequente entre os primeiros.

Os grupos de profissionais onde os presidentes de junta se inseriam eram os seguintes, por ordem decrescente de representação: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (10 – 20,8%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (7 – 14,6%); Trabalhadores Rurais (5 – 10,4%); Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 6,3%); Agricultores (2 – 4,2%); Empresários/Industriais (1 – 2,1%); Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 2,1%); Comerciantes (1 – 2,1%); Funcionários Públicos (1 – 2,1%). Para além destes, houve 17 presidentes de junta (35,3%) cuja profissão não foi possível identificar. Nestes valores indicados nos grupos profissionais incluem-se três elementos que exerceram funções tanto como deputados quanto como presidentes de junta de freguesia.

Ao dividirmos estes dados entre freguesias urbanas e rurais, observamos a seguinte distribuição nas urbanas: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (5 – 25%); Trabalhadores Rurais (3 – 15%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 15%); Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 10%); Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 5%). Entre os eleitos para as presidências de junta, existem 6 elementos cuja profissão não foi possível apurar que correspondem a 30%.

Por sua vez nas juntas de freguesia rurais, a situação era a seguinte: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (5 – 17,9%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (4 – 14,2%); Agricultores (2 – 7,1%); Trabalhadores Rurais (2 – 7,1%); Comerciantes (1 – 3,6%); Funcionários Públicos (1 – 3,6%); Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 3,6%); Empresários/Industriais (1 – 3,6%). É ainda importante acrescentar que não foi possível identificar a profissão de 11 presidentes eleitos que correspondem a 39,3%.

Com base nestes dados, percebemos que os presidentes das juntas de freguesia apresentam, em termos gerais, com base no seu título profissional habilitações mais

baixas em comparação com os demais membros da assembleia e da câmara. Entre os presidentes de juntas urbanas e os rurais diferenças não são relevantes.

A nível partidário, as coligações do PCP, mantêm-se dominantes, à semelhança do que ocorre na câmara e entre os eleitos diretamente para a assembleia, conquistando a maioria das presidências das freguesias urbanas e rurais do concelho. Ainda assim, o PS e o PSD também conquistaram algumas tanto no meio rural quanto no meio urbano.

No que concerne à participação eleitoral, observam-se um aumento progressivo nos níveis de abstenção nas diversas eleições autárquicas, atingindo o valor mais elevado nas últimas eleições analisadas, em 1989 (Marktest, 2025).

4. 4 – O caso de Vila Viçosa (1974-1989)

Vila Viçosa, apesar de também ser um concelho com uma rica história é, ao compararmos com Évora, um concelho com uma relevância político-administrativa menor. Não alberga a cidade sede do distrito e, por ter menor dimensão populacional, os elencos municipais compreendem menos indivíduos.

De qualquer forma, e dando sequencia a propósito da nossa investigação, de efetuarmos uma comparação entre os dois concelhos, vamos analisar a evolução do poder local incidindo na câmara e na assembleia municipal.

No plano cronológico, a reflexão compreende também o período entre o último executivo nomeado pelo Estado Novo e os elencos resultantes de nomeações ou atos eleitorais até 1989.

O estudo da vida autárquica de Vila Viçosa contribuiu para regatarmos a memória coletiva deste concelho, pois pelas conversas que fomos efetuando sobre o assunto, ficámos com a perceção que poucas pessoas recordam das figuras dos vereadores e também dos membros da assembleia. Em virtude de ambos os concelhos se encontrarem no mesmo distrito, não serão incorporados os resultados eleitorais nacionais nem distritais, uma vez que esses dados já se encontram presentes na parte que analisa os eleitos do concelho de Évora.

4.4.1 - O último executivo municipal do Estado Novo

Durante o Estado Novo o concelho de Vila Viçosa inseria-se nos concelhos rurais de segunda ordem, na medida em que contribuía para o estado com um valor acima dos 1 000 contos e tinha uma população abaixo dos 20 000 habitantes, tendo além do seu presidente, 4 vereadores (*Código Administrativo*, 1936: p.34)

O último executivo da Câmara Municipal de Vila Viçosa durante o Estado Novo foi presidido por Filipe Néry Cunhal de Almeida, empregado de escritório, de 58 anos. Já havia sido vice-presidente da câmara nomeado em 1970 e tinha passado a presidente em 1972, sendo exonerado, a seu pedido, em junho de 1974 (Almeida, 2021). Segundo fontes orais, o indivíduo em causa era, do ponto de vista político, independente (Anexo n.º 2). Quanto aos restantes eleitos, não foi possível identificar com certeza se estes estavam ligados ao regime. A única certeza que temos é que estes indivíduos integraram o executivo (Tabela 28).

Pelo que se conseguiu apurar, a média de idades deste executivo rondava os 52 anos; porém, o presidente não era o elemento com a idade mais avançada (Tabela 44, Subcapítulo 4.5) e o executivo era composto exclusivamente por homens.

No que respeita à identificação da atividade profissional, seguimos o mesmo critério de sistematização das informações usado no estudo de caso de Évora, e agregamos as designações que recolhemos em grupos profissionais mais abrangentes. Com base nisto, verificou-se que a maioria dos membros se repartiam entre o grupo dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 40%) e o grupo do Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 40%). Um outro eleito pertencia ao grupo dos Comerciantes (1 – 20%) (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Queremos fazer notar que este executivo contava com elementos ligados à indústria dos mármore – principal atividade económica do concelho – e à Casa de Bragança.

Ao compararmos o executivo calipolense com o eborense, constatamos que ambos apresentavam médias de idades dentro da faixa etária dos 50 anos. Contudo, em Vila Viçosa, o elenco camarário não apresentava, de forma evidente, ligações ao setor agrícola (Tabela 28).

Por fim, no que toca às prováveis habilitações literárias, que inferimos pelas designações ocupacionais, à semelhança do efetuado para análise relativa ao concelho de Évora, o executivo calipolense aparenta compor-se por indivíduos que não ultrapassariam a escolaridade obrigatória. Algo que difere quando olhamos para Évora onde existem elementos com detentores de licenciaturas e cursos técnicos.

Tabela 28 – Lista do último executivo nomeado pelo Estado Novo para a Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Nome	cargo	Profissão	Idade (1974)	Partido
Filipe Néry Cunhal de Almeida	Presidente	Empregado de Escritório	58	ANP – Independente
Guilherme dos Anjos Ferreira	vereador	Comerciante	69	ANP
Hélder Joaquim Evaristo	vereador	Técnico de Explosivos	48	ANP
Joaquim António de Jesus Pinto	Vereador	Empregado da Casa de Bragança	48	ANP
Manuel António Paixão Pereira	Vereador	Empregado do Grémio Lavoura	36	ANP

Fonte – Recenseamento eleitoral de Vila Viçosa. (1973) (PT/ADEV/AC/GCEVR/L N/001/0141 - Recenseamento Eleitoral de 1973). Anexo 2 – Eduardo Almeida.

4.4.2 - Comissão Administrativa após 25 de Abril de 1974

O fim do Estado Novo, tal como no concelho de Évora, levou à nomeação, em setembro de 1974, de uma comissão administrativa constituída por 9 pessoas: um presidente e oito vogais. Alguns destes indivíduos voltaram a integrar o poder local calipolense pela via de posteriores eleições. Estes indivíduos que integraram a comissão administrativa podiam ser independentes, pertencer a formações partidárias ou apenas identificar-se com o programa do Movimento das Forças Armadas (Decreto-Lei 236/74, de 3 de junho).

O presidente da comissão administrativa que liderou a câmara de Vila Viçosa nos anos de 1974-1976 foi Joaquim Inácio Dias Duarte, engenheiro, de 50 anos. Os vogais eram o mestre da construção civil António João Rosado, o empresário das pedreiras Joaquim Rosado Palma, o encarregado das pedreiras de 42 anos Joaquim Manuel Andrade, o empregado de escritório José Francisco Bilro, o profissional de seguros António Jacinto

Carrasco, o agricultor António Domingos Galo, o comerciante Joaquim José da Silva e o operário agrícola Amador José Patação (Tabela 29).

A média de idades deste executivo, tendo em conta os dados conhecidos, situa-se nos 50 anos, embora seja de referir que não foi possível identificar as idades de todos os seus elementos (Tabela 44, Subcapítulo 4.5).

Fazendo a análise da composição do elenco em função dos grupos profissionais, os resultados, por ordem decrescente de representação, são os seguintes: Trabalhadores Rurais (2 – 22,2%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 22,2%); Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 11,1%); Agricultores (1 – 11,1%) Comerciantes (1 – 11,1%); Empresário/Industriais (1 – 11,1%); Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 11,1%); (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Destaque-se que o presidente da comissão era um indivíduo com formação académica de nível superior. Quanto aos restantes, aparentam, pela designação profissional que os identifica, possuir habilitação não superior.

Ainda que entre o executivo anterior e este tenha ocorrido a mudança de regime, no poder municipal continuaram como mais representados os grupos profissionais ligados aos Administrativos e aos trabalhadores rurais; se também os operários também continuam presentes, embora em número mais reduzido (Tabela 47, Anexo n.º 12). No caso eborense, as comissões administrativas proporcionaram o domínio do grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, na primeira comissão, e do grupo dos Administrativos, na segunda.

Tabela 29 – Lista dos nomeados para a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1974.

Nome	Cargo	Profissão	Idade (1975)	Partido ou Coligação
Joaquim Inácio Dias Duarte (Eng.)	Presidente	Engenheiro de Minas	50	S. I
António João Rosado	Vogal	Mestre de Construção Civil	41	S. I
Joaquim Maria Rosado Palma	Vogal	Empresário de Pedreiras	S. I	S. I
Joaquim Manuel Andrade	Vogal	Trabalhador Agrícola	42	S. I
José Francisco Bilro	Vogal	Empregado de Escritório	47	S. I

António Jacinto Oliveira Carrasco	Vogal	Profissional de Seguros	50	S. I
António Domingos Galo	Vogal	Agricultor	74	S. I
Joaquim José da Silva	Vogal	Comerciante	48	S. I
Amador José Patação	Vogal	Trabalhador Agrícola	S. I	S. I

Fonte – Recenseamento eleitoral de Vila Viçosa. (1973) (PT/ADEV/AC/GCEVR/L N/001/0141 - Recenseamento Eleitoral de 1973). Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021 – Link: <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024)

Nota: S. I = Sem informação

4.4.3 - Os resultados das eleições autárquicas de 1976 em Vila Viçosa. Mandato de 1976-1979

Antes de iniciarmos a análise dos primeiros eleitos camarários de Vila Viçosa do período democrático, importa esclarecer que o número de vereadores corresponde, em todos os mandatos analisados, a quatro, acrescido do presidente – primeiro candidato da lista mais votada –, perfazendo um total de cinco elementos no executivo. Tal número encontra fundamento legal no facto de, neste concelho, existirem menos de 10 000 eleitores (Decreto-Lei n.º 701-A/76, de 29 de setembro).

Nas eleições de autárquicas 1976, a câmara de Vila Viçosa foi conquistada, á semelhança do concelho de Évora, pela FEPU. A coligação obteve maioria, com 48,5% dos votos, e elegeu, além do presidente, dois vereadores. A segunda força mais votada foi o PS, que reuniu 26,7% dos votos, elegendo um vereador. Em terceiro lugar ficou o CDS, com 19,1% dos votos, igualmente com um mandato (Tabela 30 e 31).

Um aspeto a notar refere-se à diversidade de forças políticas em presença: neste concelho registou-se um menor número de partidos concorrentes por comparação com Évora, pois neste concelho apresentou-se também o GDUPS. Acresce que, em Vila Viçosa, o PSD limitou-se a apresentar candidaturas para a assembleia municipal e juntas de freguesia, ao passo que o CDS apenas concorreu à câmara, onde conseguiu eleger um vereador (PT/SGMAI/GCEVR/L/1286).

Relativamente aos níveis de abstenção, são ligeiramente mais altos em Vila Viçosa (28,4%) do que em Évora (26,6%). Importa ainda destacar que, em ambos os casos, os

votos brancos superaram os votos nulos sendo o seu valor ligeiramente mais alto no concelho de Évora (Tabela 30).

Tabela 30 - Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1976).

Mandato 1976-1979

Partido	Concelho Évora	Mandatos	Concelho Vila Viçosa	Mandatos
FEPU	41,5%	3	48,5%	3
PS	33,1%	3	28,7%	1
PPD/PSD	11%	1		
CDS	6,5%		19,1%	1
GDUPS	3,6%			
Branco	2,5%		2,3%	
Nulos	1, 8%		1,4%	
Votantes	73, 4%		71,6%	
Abstenção	26, 6%		28,4%	

Fonte: CNE e Marktest - < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

O primeiro presidente de câmara eleito após 1974 foi o eletricista Francisco Carlos Lourinhã, de 58 anos. Além dele, e também eleitos pela FEPU, estiveram o motorista das pedreiras Fernando Clemente Ferreira Galego e o comerciante José Pereira Nunes, de 49 anos. O CDS elegeu um vereador, o engenheiro Joaquim Inácio Dias Duarte, de 51 anos, que já tinha sido presidente da comissão administrativa nomeada após 25 de abril de 1974. O PS elegeu também um vereador, José Francisco Filipe Bilro, empregado de escritório, de 45 anos, que havia exercido a função de vogal na mesma comissão administrativa (Tabelas 29 e 31). A média de idade deste executivo situou-se nos 51 anos, porém há um eleito cuja idade não foi possível apurar (Tabela 44, Subcapítulo 4.5). No que respeita à composição de género, assinala-se a ausência de mulheres (Tabela 31).

Olhando para os dados profissionais agrupados, verifica-se que os eleitos se distribuem da seguinte forma: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 40%), ambos eleitos pela FEPU; Comerciantes (1 – 20%), eleito pela FEPU; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 20%), eleito pelo CDS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 20%), eleito pelo PS. Entre estes grupos, é relevante mencionar novamente a presença de pessoas ligadas à indústria dos mármore,

setor distinto da economia local de Vila Viçosa, embora sem expressão no caso do concelho de Évora (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Constatamos ainda que o presidente (FEPU) era o indivíduo com a idade mais elevada, enquanto o CDS elegeu o vereador com a formação mais elevada e o único detentor de uma licenciatura. Já os restantes aparentam, inferindo-se a partir da profissão, possuir uma escolaridade que não tinha a ver com habilitações académicas de índole superior ou cursos técnicos (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Tabela 31 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa (1976).

Mandato 1976-1979.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1976)	Profissão
Francisco Carlos Lourinhã	Presidente	FEPU	58	Eletricista
Fernando Clemente Ferreira Galego	Vereador	FEPU	S. I	Motorista das Pedreiras
José Pereira Nunes	Vereador	FEPU	49	Comerciante
Joaquim Inácio Dias Duarte (Eng.)	Vereador	CDS	51	Engenheiro de Minas
José Francisco Filipe Bilro	Vereador	PS	45	Empregado de Escritório

Fonte 1 – Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Vila Viçosa, janeiro de 1977. (PT/SGMAI/GCEV/L/1285). Recenseamento Eleitoral de Vila Viçosa (1973). (PT/ADEV/AC/GCEV/L-N/001/0141) Anexo 3 - António Cabrela.

Nota: S. I = Sem Informação.

No mandato de 1976-1979, a Assembleia Municipal de Vila Viçosa foi constituída por 13 elementos: 8 deputados municipais, eleitos diretamente e os 5 presidentes das juntas de freguesia do concelho, membros por inerência. O número de deputados municipais deveu-se ao número de eleitores, pois, segundo o Decreto-Lei n.º 701-A/76, de 29 de setembro, os municípios com 10000 eleitores ou menos só podiam ter 8 deputados municipais. Acresce ainda que os presidentes de junta de freguesia estavam igualmente representados neste órgão, devendo o número de membros eleitos diretamente ser igual ao dos presidentes da junta, acrescido de um.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 79/77, de 25 de outubro, a composição da assembleia sofreu alterações já em 1979, mantendo-se a situação em 1982, pois o número de

membros eleitos diretamente para a assembleia não podia ser inferior ao quádruplo dos membros da câmara municipal, que, neste caso, eram cinco. Em Vila Viçosa, a assembleia passou a ser constituída por 25 deputados municipais e 5 presidentes de junta de freguesia, num total de 30 membros. Já em 1985, o número de integrantes eleitos diretamente para a assembleia reduziu-se para 15, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, que estipulava que o número de deputados não poderia ultrapassar o triplo dos membros da câmara municipal.

Deve sublinhar-se que, devido à escassez de fontes, não foi possível identificar quais os membros da assembleia a exerceram funções de secretários, que eleitos pelo órgão.

Na reflexão sobre o órgão assembleia municipal do concelho de Vila Viços, analisaremos em primeiro lugar a composição partidária e depois a respetiva distribuição entre eleitos diretamente e presidentes de junta de freguesia, indicando a percentagem respetiva.

Posteriormente analisamos a composição do órgão do ponto de vista da sua distribuição por grupos profissionais. Num primeiro momento, da totalidade da assembleia municipal, indicando a percentagem que cada grupo; em seguida, dos eleitos diretamente; depois, a totalidade das juntas de freguesia, dividindo estas posteriormente entre freguesias rurais e urbanas. Além disto, ainda abordaremos os níveis de escolaridade; dado que estamos a falar de ordens de grandeza mínimas, não usaremos, para este dado, os valores percentuais.

As sequências de análise que apresentamos aplicam-se ao logo dos vários anos eleitorais, até 1989. Excetua-se a eleição de 1982, uma vez que não foi possível identificar os eleitos decorrentes desse ato eleitoral para a Assembleia Municipal de vila Viçosa.

Apresentadas as explicações prévias, retoma-se a análise da composição assembleia calipolense de 1976. Ainda assim, no que respeita à composição política, em 1976 verifica-se que, à semelhança do sucedido na câmara municipal, a FEPU obteve a maioria dos mandatos, tendo elegido 9 representantes, correspondentes a 69,2% dos lugares. O PS conquistou 3 mandatos (23,1%) e o PSD apenas 1 (7,7%) (Tabela 32).

Entre os deputados municipais eleitos diretamente, a FEPU obteve 5 lugares (62,5%), o PS (25%) e o PSD 1 (12,5%).

Relativamente às presidências das juntas de freguesia, a FEPU conquistou quatro (duas urbanas e duas rurais), representando 80%, enquanto o PS assegurou a presidência de uma junta rural (20%).

O presidente da assembleia era Bernardo José Simões, de 57 anos, que entre os membros cuja idade foi possível apurar, se revela como o mais velho. Importa ainda referir que, nesta eleição, à semelhança do que ocorreu na câmara municipal, apenas foram eleitos homens, tanto para os lugares de deputados municipais eleitos diretamente como para as presidências das juntas de freguesia.

Na perspetiva dos grupos profissionais, esta assembleia compunha-se do modo seguinte, por ordem decrescente de representação: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (5 – 38,5%), quatro eleitos pela FEPU e um eleito pelo PS; Comerciantes (3 – 23,1%), um eleito pelo PS outro pelo PSD; Empresários/ Industriais (2 – 15,4%), um eleito pela FEPU e outro pelo PSD; Especialista das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 15,4%), ambos dois eleitos pela FEPU; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 7,6%), eleito pelo PS (Tabela 48, Anexo n.º13).

Considerando agora apenas os deputados municipais eleitos diretamente, a distribuição foi a seguinte: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 25%), ambos eleitos pela FEPU; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 25%) ambos eleitos pela FEPU; Empresários/Industriais (2 – 25%), um eleito pela FEPU e o outro pelo PSD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 12,5%), eleito pelo PS; Comerciantes (1 – 12,5%), eleito pelo PS.

No que respeita aos presidentes de junta de freguesia, a composição profissional foi dominada por Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 60%), dois eleitos pela FEPU e um pelo PS; Comerciantes (2 – 40%), um eleito pelo PSD e o outro pela FEPU.

Distinguindo entre as freguesias rurais e urbanas constatamos que nas urbanas foram eleitos profissionais ligados às seguintes áreas: Comerciantes (1 – 50%), eleito pelo PSD; Operários Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 50%), eleito pela FEPU

Por fim, nas presidências das juntas rurais, o cenário foi semelhante: dois presidentes de junta pertenciam ao grupo dos operários, um eleito pelo PS e outro pela FEPU, correspondendo estes a 66,7% do total das presidências, enquanto o terceiro, eleito pela FEPU, era comerciante (33,3%).

Em relação aos níveis de escolaridade, inferindo das atividades profissionais, podemos perceber que apenas 2 em 13 são detentores de uma licenciatura. Os presidentes das juntas apresentam níveis de escolaridade semelhantes aos dos demais membros da assembleia eleitos diretamente (Tabela 48, Anexo n.º 13).

Podemos perceber, ao observarmos tanto na câmara quanto na assembleia, que os eleitos da direita (CDS e PSD), por norma, estão associados a grupos socioprofissionais superiores, enquanto a esquerda tendia a eleger pessoas de uma condição mais modesta. E, no entanto, os dois únicos elementos da Assembleia Municipal de Vila Viçosa que tinha habilitações académicas de nível superior provinham da lista da FEPU. Entre os presidentes de junta de freguesia a condição socioprofissional era menos díspar.

Tabela 32 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1976.

Mandato 1976-1979.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1976)	Profissão
Bernardo José Simões	Presidente	FEPU	57	Trabalhador dos Mármore
José António Lima Martins (Dr.)	Membro	FEPU	S. I	Professor
António João Rosado	Membro	FEPU	42	Cabouqueiro
António Cristino Baleiro Salgueiro (Eng.)	Membro	FEPU	S. I	Engenheiro
António Salvador Garcia Teixeira	Membro	FEPU	S. I	Empresário
António José Gonçalves Canhoto	Membro	PS	S. I	Comerciante
Mário Alberto Pereira Vaz	Membro	PS	49	Bancário
António Martins Barradas	Membro	PSD	S. I	Industrial dos Mármore
António Marcelino Cabral	Membro/PJF S. Bartolomeu	FEPU	43	Comerciante
Domingos da Silva Frade	Membro/PJF Conceição	FEPU	43	Mecânico
António Joaquim Pestana Chamorra	Membro/PJF Ciladas	FEPU	30	Barbeiro
António José Calado Peixoto	Membro/ PJF Pardais	PS	49	Motorista dos Mármore
Joaquim António Galego Cardoso	Membro/ PJF Bencatel	FEPU	34	Cabouqueiro

Fonte 1 – Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, janeiro de 1977. (PT/SGMAI/GCEV/L/1285). Recenseamento Eleitoral de Vila Viçosa (1973). (PT/ADEV/AC/GCEVR/L-N/001/0141) Anexo 1: Manuel Poeiras.

Nota: S. I = Sem informação.

4.4.4 - Os resultados das eleições autárquicas de 1979 em Vila Viçosa. Mandato de 1979-1982

Em 1979, à semelhança do verificado nas eleições anteriores, a APU venceu em Vila Viçosa, obtendo 52,1% dos votos e garantindo a maioria. Elegeu, além do presidente, dois vereadores. A segunda força mais votada foi o PSD, com 30,5% dos votos, e um vereador. O PS, embora com 14,8% de votos, não conseguiu obter representação (Tabela 33). No que respeita à composição de género do executivo, constata-se que todos os eleitos foram do sexo masculino (Tabela 34).

No domínio do comportamento eleitoral, verifica-se uma diminuição da percentagem de votos nulos e brancos (Tabela 33) em comparação com as eleições anteriores, tendência observada nos dois concelhos em análise. Relativamente à abstenção, importa sublinhar que o valor registado em Vila Viçosa (19,6%) foi inferior ao verificado em Évora (25,5%). A nível de mandatos, observa-se que os partidos vencedores, em ambos os concelhos, alcançaram maiorias absolutas, traduzidas em vitórias expressivas acima dos 50%, da APU.

Sobre estas eleições, importa fazer um reparo relativamente à questão partidária. Embora a AD — coligação que, para além do PSD, integrava também o PPM e o CDS — tenha concorrido às eleições legislativas entre 1979 e 1983, abrangendo nesse período duas eleições autárquicas, nunca se apresentou a votos em Évora nem em Vila Viçosa. Nesses concelhos, o CDS apelou aos seus militantes e simpatizantes para que votassem no PSD (*Diário do Sul*, 11 de dezembro de 1979, p. 3).

A comparação entre os dois concelhos evidenciou, algumas diferenças. Em Évora, o PCTP/MRPP e a UDP concorreram ao ato eleitoral, embora sem conseguirem fazer eleger; em Évora o PS conseguiu eleger um vereador, enquanto em Vila Viçosa isso não ocorreu.

Tabela 33 – Resultados camarários no concelho de Évora e Vila Viçosa (1979).

Mandato 1979-1982.

Partido	Concelho de Évora	Mandatos	Concelho de Vila Viçosa	Mandatos
APU	52,1%	4	51,9%	3
PS	14,5%	1	14,8%	
PPD/PSD	30%	2	30, 5%	2
UDP	1,3%			
PCTP/MRPP	0,5%			
Branços	0,8%		1,4%	
Nulos	0,8%		1,4%	
Votantes	80,4%		74,5%	
Abstenção	19,6%		25,5%	

Fonte: CNE – Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

No concelho calipolense foi eleito pela APU, como presidente, pela primeira vez, Miguel Patação, técnico tributário de 33 anos. Já os vereadores eleitos pelo mesmo partido foram Fernando Clemente Cardoso, que já havia sido vereador no mandato anterior, e pela primeira vez, o engenheiro António Salgueiro (Tabela 31 e 34).

O PSD, por sua vez, elegeu o engenheiro Joaquim Dias Duarte que, à semelhança de Fernando Cardoso, desempenhou a função de vereador, tendo sido eleito pelo CDS no mandato anterior. Além deste, o PSD também elegeu pela primeira vez o empregado de escritório, António Gonçalves Carolino.

A média de idades dos eleitos conhecidos situa-se nos 44 anos, ainda que o indicador seja pouco relevante dado que não foi possível apurar a idade da maioria, três, dos eleitos (Tabela 44, Subcapítulo 4.5).

Em termos profissionais, os eleitos neste executivo dividiam-se pelos seguintes grupos: Especialidades das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 40%), um eleito pela APU e um eleito pelo PSD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 20%), eleito pelo PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 20%), da APU; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 20%), o presidente, eleito pela APU (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Do exposto resulta que neste executivo o grupo profissional mais representado era o dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, em contraste com o executivo calipolense anterior, onde predominava o grupo dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas. Se é um aspeto circunstancial ou se poderá ser uma tendência, os posteriores ciclos de eleições permitirão esclarecer.

Tabela 34 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1979.

Mandato 1979-1982.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1979)	Profissão
Miguel António Patação Rodrigues	Presidente	APU	33	Técnico Tributário de 1ª
Fernando Clemente Ferreira Galego	Vereador	APU	S. I	Motorista
António Cristino Baleiro Salgueiro (Eng.)	Vereador	APU	S. I	Engenheiro
Joaquim Inácio Dias Duarte (Eng.)	Vereador	PSD	55	Engenheiro de Minas
António Gonçalves Carolino	Vereador	PSD	S. I	Empregado de Escritório

Fonte - Edital dos candidatos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa (1979) (PT/SGMAI/GCEVR/L/1287) AMVV, Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 16 de abril de 1980:1. Anexo 1 – Manuel Poeiras. Anexo 3 – António Cabrela.

Nota: S. I = Sem Informação.

Centrando agora a nossa atenção na assembleia municipal, importa mencionar que a composição deste órgão aumentou em 1979 devido ao acréscimo do número de eleitos diretamente, que passou para 25, por efeito da Lei n.º 79/77, de 25 de outubro. O número total de elementos deste órgão passou a ser 30, 25 deputados municipais e 5 presidentes de junta de freguesia.

Feita a nota sobre o novo quadro legal, passemos à análise da composição do órgão. As diferenças relativamente a 1976 não são profundas, tanto ao nível partidário quanto ao nível dos grupos profissionais de inserção dos eleitos. A APU surge novamente como a força dominante mais representada, com 17 membros (56,7%). O PSD ocupa a segunda posição, com 8 membros (26,7%), enquanto o PS obteve apenas 5 representantes (16,6%) (Tabela 35).

Contudo, ao distinguirmos entre os membros eleitos diretamente e os presidentes de junta de freguesia, emerge uma outra perspetiva. Foram eleitos diretamente para a assembleia 14 deputados municipais pela APU, correspondendo a 56% dos lugares. O PSD, segunda força mais votada, elegeu 7 deputados (28%), enquanto o PS alcançou apenas 4 lugares (16%). Já no que respeita às presidências de junta, a APU manteve-se como força dominante, conquistando 3 presidências (80%), seguindo-se o PSD e o PS, cada um com uma presidência (20%).

No plano das questões de género, nota-se uma mudança face a 1976, quando apenas homens haviam sido eleitos. Em 1979, duas mulheres conquistaram lugar na assembleia – uma pelo PSD e outra pela APU. Importa, no entanto, sublinhar que, entre os eleitos para as presidências das juntas de freguesia, todos os lugares foram ocupados por homens. Assim, no conjunto da assembleia, 93,3% dos membros eram homens e apenas 6,7% mulheres.

No que respeita à continuidade política, também se verifica a presença de membros reeleitos. O presidente da assembleia foi o professor José António Lima Martins, anteriormente deputado municipal eleito pela FEPU. Para além dele, mais três deputados municipais foram reeleitos: dois pela APU – Bernardo José Simões, que presidira ao órgão no mandato anterior, e António Cristino Baleiro Salgueiro – e um pelo PSD, António Marcelino Cabral que havia sido presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu (Tabela 32 e 35). Os restantes deputados não mencionados, referidos foram eleitos pela primeira vez (Tabela 35). Destaca-se, porém, o nome de José Francisco Bilro, que já havia desempenhado funções de vereador da câmara no mandato anterior, eleito a partir das listas do Partido Socialista (Tabela 31).

Relativamente às juntas de freguesia, também se registaram situações de reeleição. António Peixoto foi reconduzido na presidência da Junta de Freguesia de Pardais, pelo PS, e Joaquim Cardoso na presidência da Junta de Freguesia de Bencatel, pela APU. Por outro lado, em Ciladas – S. Romão, S. Bartolomeu e Conceição, ainda que se tenha mantido a mesma correlação de forças partidárias, houve renovação de titulares: Joaquim Manuel Andrade (APU) foi eleito em Ciladas, Francisco Ramalho (PSD) em São Bartolomeu e António Canhoto (APU) na Conceição (Tabelas 32 e 35).

Deste modo, constatamos a presença na assembleia municipal de alguns indivíduos que já tinham exercidos cargos nos órgãos político Administrativos locais: uns na própria assembleia, outros nas freguesias ou na câmara, mas associados à mesma força política.

Passando agora ao perfil socioprofissional dos eleitos, constata-se que o grupo mais representado na assembleia, à semelhança do que sucedera em 1976, foi o dos Operários Artífices e Operadores de Máquinas (9 – 30%), sete eleitos pela APU e dois pelo PS. Seguem-se o Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (8 – 26,7%), quatro eleitos pela APU, dois pelo PS e dois pelo PSD; os Comerciantes (4 – 13,3%), três eleitos pelo PSD e um pelo PS; os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 10%), todos pela APU; os Empresários/Industriais (2 – 6,7%), pelo PSD; os Funcionários Públicos (2 – 6,7%), pela APU; os Trabalhadores Rurais (1 – 3,3%), pela APU; e, por fim, as Domésticas (1 – 3,3%), eleita pelo PSD (Tabela 48, Anexo n.º13).

Se analisarmos em separado os eleitos diretamente e os presidentes de junta, verificam-se algumas diferenças. Entre os deputados municipais eleitos diretamente, destacam-se: Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (8 – 32%), quatro pela APU, dois pelo PS e dois pelo PSD; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (7 – 28%), seis pela APU e um pelo PS; Comerciantes (4 – 16%), três pelo PSD e um pelo PS; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 8%), todos pela APU; Empresário/Industriais (2 – 8%), pelo PSD; Funcionários Públicos (1 – 4%), pela APU; e Domésticas (1 – 4%), pelo PSD.

Já entre os presidentes de junta, registaram-se alterações no perfil socioprofissional, com a eleição de indivíduos incluídos em novos grupos. Assim, os Operários, Artífices e Operadores de Máquinas representaram 40% (um eleito pelo PS e outro pela APU), os Funcionários Públicos 20% (eleito pela APU), os Trabalhadores Rurais 20% (eleito pela APU) e os Empresários/Industriais 20% (eleito pelo PSD). Distinguindo a análise entre as freguesias urbanas e rurais, verificamos que no primeiro caso os presidentes se distribuíram equitativamente entre Funcionários Públicos (50% - APU) e Empresários/Industriais (50% - PSD). Nas juntas de freguesias rurais foram eleitos profissionais das seguintes áreas: Trabalhadores Rurais (1 – 33,3%), Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (2 – 66,7%).

Deste modo, constatamos que embora os grupos profissionais dos presidentes das juntas de freguesia urbanas se tenham alterado entre 1976 e 1979, nas freguesias rurais não, com o grupo dos operários a ser o mais representado (Tabela 48, Anexo n.º 13).

Tendo em conta as profissões, e inferindo a partir delas diferenças quanto aos níveis de escolaridade, dos 30 membros da assembleia apenas dois pareciam deter escolaridade acima do nível obrigatório. Tal como em 1976, os níveis de instrução parecem similares entre os deputados municipais eleitos diretamente e os presidentes de junta de freguesia (Tabela 48, Anexo n.º 13)

Tabela 35 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1979.

Mandato 1979-1982.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1979)	Profissão
José António Lima Martins (Dr.)	Presidente	APU	S. I	Professor
João Manuel Trindade Cordeiro	Membro	APU	S. I	Empregado de Escritório
Guilherme Acácio Jorge Vicente	Membro	APU	S. I	Empregado Bancário
Francisco de Jesus Patacão Carvalho	Membro	APU	S. I	Trabalhador dos Mármore
Bernardo José Simões	Membro	APU	60	Encarregado dos Mármore
Joaquim José Barradas Barroso	Membro	APU	S. I	Empregado Bancário
José Augusto Melrinho Rosado	Membro	APU	34	Trabalhador dos Mármore
Guilherme António Nepomuceno Caeiro	Membro	APU	31	Trabalhador dos Mármore
Manuel João Fontainhas Condenado	Membro	APU	25	Professor Primário
Edmundo José da Rosa Casaca	Membro	APU	53	Funcionário dos CTT
Maria Virgínia da Cruz Serra Gonçalves	Membro	APU	33	Empregada de Escritório
José Duarte Patacão Rodrigues	Membro	APU	S. I	Funcionário Público
Joaquim José Barradas Barroso	Membro	APU	S. I	Empregado Bancário
Manuel José Barão Lopes	Membro	APU	S. I	Trabalhador dos Mármore

Maria Rosa Sampaio Pastorinho Cravo	Membro	PSD	S. I	Doméstica
José Joaquim Caleço Rosa	Membro	PSD	S. I	Empregado de Escritório
João José Canhoto Saúde	Membro	PSD	S. I	Industrial dos Mármore
António Marcelino Cabral	Membro	PSD	46	Comerciante
Luís Filipe Freire Figueiredo	Membro	PSD	32	Padeiro
José Mendes Sande	Membro	PSD	48	Comerciante
Domingos António Ruxa Rocha	Membro	PSD	33	Industrial dos Mármore
José Francisco Filipe Bilro	Membro	PS	48	Empregado de Escritório
Júlio António Almeida Bacalhau	Membro	PS	S. I	Eletricista
José Carlos Sengo Cardoso	Membro	PS	S. I	Empregado de Escritório
Hélder Joaquim Ramos Cravo	Membro	PS	S. I	Comerciante
António João Serrador Canhoto	Membro/ PJF Conceição	APU	S. I	Funcionário Público
Francisco Rodrigues Ramalho	Membro/PJF S. Bartolomeu	PSD	S. I	Diretor de Escola de Condução
Joaquim Manuel Andrade	Membro/PJF Ciladas	APU	43	Trabalhador Agrícola
António José Calado Peixoto	Membro/PJF Pardais	PS	52	Motorista dos Mármore
Joaquim António Galego Cardoso	Membro/PJF Bencatel	APU	S. I	Cabouqueiro

Fonte - Edital dos candidatos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa. (1979) (PT/SGMAI/GCEVR/L/1287) Anexo 1 – Manuel Poeiras. Anexo 2 – Eduardo Almeida. Anexo 3 – António Cabrela. Anexo 4 – Francisco Ameixa. Anexo 5 – Inácio Esperança Anexo 7 – José Rosado.

Nota: S. I = Sem Informação

4.4.5 - Os resultados das eleições autárquicas de 1982 em Vila Viçosa. Mandato de 1982-1985

Nas eleições autárquicas relativas ao mandato de 1982-1985, a APU voltou a vencer em Vila Viçosa. A coligação alcançou 56,1% dos votos, assegurando maioria absoluta e elegendo, além do presidente, dois vereadores. O PS surgiu como segunda força mais votada, reunindo 24,5% da votação e elegendo apenas um vereador. Já o PSD alcançou 15,9% e também elegeu um vereador (Tabela 36). No que respeita à composição de género, constata-se que todos os eleitos foram homens (Tabela 37).

Para além desta evolução, merece igualmente referência o facto de, em Vila Viçosa, ter havido um número inferior de partidos a concorrer, em comparação com Évora, neste ciclo eleitoral (Tabela 36). A configuração partidária manteve, contudo, semelhanças com a verificada no sufrágio anterior: a APU assegurou a vitória com maioria absoluta nos dois concelhos. Já o PSD apresentou-se em Vila Viçosa como representante da AD, e o CDS, à semelhança de 1979, apelou aos seus militantes e simpatizantes para votarem nos sociais-democratas (*Diário do Sul*, 10 de dezembro: p. 2).

No que respeita ao comportamento eleitoral, observa-se uma relativa homogeneidade entre os dois concelhos analisados, dado que a abstenção registou valores próximos – 23,4% em Évora e 24,5% em Vila Viçosa. Importa igualmente salientar que, neste último concelho, a percentagem de votos brancos registou um acréscimo em relação à eleição anterior (Tabelas 33 e 36).

Tabela 36 – Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1982).

Mandato 1982-1985.

Partido	Concelho de Évora	Mandatos	Concelho de Vila Viçosa	Mandatos
APU	54,3%	4	56,1%	3
PS	15,8%	1	24,5%	1
PSD	26,3%	2	15,9%	1
UDP	0,9%			
Branco	1,5%		2,3%	
Nulos	1,2%		1,2%	
Votantes	76,6%		75,5%	
Abstenção	23,4%		24,5%	

Fonte: CNE – Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

O presidente eleito nestas eleições foi, novamente, Miguel Patação, da APU. Juntamente com ele, foram eleitos pela APU, como vereadores, Manuel Condenado, professor primário de 28 anos, que já havia sido deputado da assembleia municipal no mandato anterior (Tabela 35), e Fernando Galego, que também exercera funções de vereador no mandato anterior (Tabela 34). Os dois restantes vereadores foram eleitos um pelo PS e outro pelo PSD (Tabela 37): António José Gonçalves Canhoto, comerciante, pelo PS, que

já havia sido eleito deputado municipal em 1976 (Tabela 32), e António Inácio Pécurto Batista, industrial dos mármore, pelo PSD.

A média de idades dos eleitos situa-se nos 32 anos, contudo, este valor pode não corresponder com exatidão à realidade, uma vez que não foi possível apurar a idade da maioria dos eleitos. (Tabela 44, Subcapítulo 4.5).

Relativamente ao género, constata-se que o executivo municipal era constituído apenas por homens (Tabela 37).

Do ponto de vista da agregação em grupos profissionais, os elementos que constituíram o executivo distribuem-se da seguinte forma: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 20%), eleito pela APU; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 20%), eleito pela APU; Comerciantes (1 – 20%), eleito pelo PS; Empresários/Industriais (1 – 20%), eleito pelo PSD; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 20%), eleito pela APU (Tabela n.º 47, Anexo n.º 12).

Perante estes dados, conseguimos perceber que, novamente, é no PSD onde supostamente se encontram com base na sua atividade profissional os eleitos de uma classe mais abastada, enquanto a APU, recrutava entre o operariado, mas também ia buscar profissionais com habilitações escolares de nível médio e elevado: quase se pode dizer, recrutava entre operários e intelectuais. (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Tabela 37 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1982.

Mandato 1982-1985.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1982)	Profissão
Miguel António Patação Rodrigues	Presidente	APU	36	Técnico tributário de 1ª
Fernando Clemente Ferreira Galego	Vereador	APU	S. I	Motorista dos Mármore
Manuel João Fontainhas Condenado (Prof.)	Vereador	APU	28	Professor Primário
António Inácio Pécurto Batista	Vereador	PSD	S. I	Industrial dos Mármore
António José Gonçalves Canhoto	Vereador	PS	S. I	Comerciante

Fonte - Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 12 de fevereiro 1984:1. Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021 – Link: <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024) Anexo 1 – Manuel Poeriras. Anexo 3 - António Cabrela.

4.4.6 - Os resultados das eleições autárquicas de 1985 em Vila Viçosa. Mandato de 1985-1989

Nas eleições de 1985 para a câmara de Vila Viçosa, a APU voltou a vencer, renovando a confiança da comunidade em Miguel Patação para liderar os destinos do município no mandato de 1985-1989. A coligação obteve 50,5% dos votos, conquistando a maioria absoluta e elegendo, além do presidente, dois vereadores. O PSD afirmou-se como a segunda força política, com 40,9% dos votos e elegendo dois 2 vereadores, enquanto o PRD, apesar de ter alcançado 5,1%, não conseguiu obter representação (Tabela 38). No que respeita à composição do executivo, verifica-se que todos os eleitos eram homens (Tabela 39).

A nível partidário, é relevante destacar que o PSD integrava, a época, o chamado governo do bloco central, em conjunto com o PS, fazendo estes dois uma aliança autárquica cujo objetivo era derrotar as forças comunistas no distrito de Évora (*Diário do Sul*, 26 de novembro de 1985: p. 2). Apesar destes esforços, a APU manteve, como já se viu ao analisarmos o concelho de Évora, a força mais votada no distrito. Em Évora e em Vila Viçosa, o PSD representou o PS na câmara municipal, enquanto o PS representa o PSD na assembleia municipal, nomeadamente entre o setor dos candidatos diretos.

No que diz respeito às juntas de freguesia, à semelhança do verificado em Évora, o PSD e o PS representaram-se mutuamente, nunca se enfrentando diretamente entre si. Na freguesia de Ciladas – S. Romão concorreram PSD e APU; em Pardais, PS e APU; em Bencatel, PRD, APU e PS; em S. Bartolomeu, PSD e APU; e na freguesia de Conceição, APU e PS (PT/SGMAI/GCEVR/L/922).

Relativamente ao comportamento eleitoral, regista-se um aumento da abstenção face ao ato eleitoral anterior, com valores aproximados entre os concelhos: 29,1% em Évora e 27,8% em Vila Viçosa. Os votos nulos e brancos, por sua vez, não registaram variações significativas em nenhum dos dois municípios.

Tabela 38 - Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1985).

Mandato 1985-1989.

Partido	Concelho de Évora	Mandatos	Concelho de Vila Viçosa	Mandatos
APU	52,3%	4	50,5%	3
PRD	9,3%		5,1%	
PS				
PSD	34,6%	3	40,9%	2
Branços	1,8%		2%	
Nulos	2%		1,5%	
Votantes	70,9%		72,2%	
Abstenção	29,1%		27,8%	

Fonte: CNE – Marktest < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

Voltando à análise específica da Câmara Municipal de Vila Viçosa, os vereadores eleitos pela APU foram Joaquim Cardoso, que havia sido presidente da Junta de Freguesia de Bencatel nos mandatos de 1976-1979 e 1979-1982 (Tabelas 32 e 35), e o engenheiro António Cristino Baleiro Salgueiro, que já havia sido vereador no mandato anterior, de 1979-1982 (Tabela 34). Pelo PSD, foram eleitos os engenheiros Joaquim Inácio Dias Duarte, que também já havia sido vereador nesta câmara nos mandatos de 1976-1979 e 1979-1982 (Tabelas 31 e 34), e, pela primeira vez, Joaquim António Bértolo Garcia. A média de idades, com base na deste executivo, situa-se nos 48 anos, tal como nos casos anteriores, também não foi possível apurar os dados referentes à idade da maioria dos eleitos (Tabela 44, Subcapítulo 4.5).

Relativamente às profissões dos eleitos, estas inserem-se nos seguintes grupos profissionais, por ordem decrescente de representação: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 60%), dois eleitos pelo PSD e um pela APU; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 20%), eleito pela APU; e Operários Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 20%), eleito pela APU (Tabela 47, Anexo n. °12).

Ao olharmos para os grupos profissionais dos eleitos detetam-se algumas mudanças em comparação com o executivo anterior. Agora, os indivíduos com atividades profissionais que requeriam habilitações académicas de nível superior estão em maioria e só um vereador, cabouqueiro de profissão, integra o grupo dos Operários, Artífices e Operadores, que assim perde representação, por comparação com o elenco camarário do mandato anterior. Registe-se, também, que a APU era a força partidária que acolhia o

indivíduo deste grupo socioprofissional. Note-se, finalmente, a relevante presença dos engenheiros. Embora só em relação a um deles se conheça a especialidade (engenharia de minas), tem algum sentido considerar a hipótese de que importância da indústria dos mármore no concelho poderá estar na base desta presença continuada dos engenheiros nos elencos camarários calipolenses.

Em termos de habilitações, também parecem registar-se mudanças. Agora, três dos vereadores são licenciados (em engenharia) e um outro possui uma especialização profissional. Dois dos três engenheiros foram eleitos pela lista do PPD/PSD; o outro foi eleito pela APU. O indivíduo que era técnico tributário de 1ª também provinha desta força política. (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Tabela 39 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1985.

Mandato 1985-1989.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1985)	Profissão
Miguel António Patacão Rodrigues	Presidente	APU	39	Técnico Tributário de 1ª
Joaquim António Galego Cardoso	Vereador	APU	43	Cabouqueiro
António Cristino Baleiro Salgueiro (Eng.)	Vereador	APU	S. I	Engenheiro
Joaquim Inácio Dias Duarte (Eng.)	Vereador	PSD	61	Engenheiro de Minas
Joaquim António Bértolo Garcia (Eng.)	Vereador	PSD	S. I	Engenheiro

Fonte - Ata das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 9 de abril de 1987:1. Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021 – Link: <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024) Anexo 2 – Eduardo Almeida. Anexo 3 – António Cabrela.

Nota: S. I = Sem Informação.

Antes de iniciarmos a análise da composição da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, devemos mencionar que esta sofreu alterações na sua composição entre 1979-1985, por efeito do Decreto-Lei n.º 100/84. Com base nesta legislação, número de eleitos diretamente para a assembleia não podia ser superior ao triplo do número de membros da Câmara municipal, que era de 5. Face a isto, o número de deputados eleitos para este

órgão passou a 15, aos quais se juntavam os 5 presidentes de junta de freguesia, perfazendo um total de 20 elementos. Esta composição irá manter-se, posteriormente, no mandato 1989-1993.

Orientando agora a nossa atenção para a composição da assembleia municipal, constatamos, ao observarmos a Tabela 40, que a APU é novamente a força mais representada neste órgão, ao contar com 10 elementos, correspondendo a 50% do total da assembleia. Por sua vez, o PS elegeu 8 elementos, a que se juntou um presidente de junta eleito pelo PSD, totalizando a aliança PS/PSD um total de 9 elementos, o que corresponde a 45% dos lugares. Já o PRD elegeu um deputado municipal vincula representando proporcionalmente 5%.

Deste modo, ao compararmos com os resultados para a assembleia de 1979, último ano em que analisámos este órgão no concelho de Vila Viçosa, percebemos uma diferença importante: a APU perdeu a maioria das presidências das juntas de freguesia, sendo agora a aliança PS/PSD que mais presidentes de junta elegeu (Tabela 40), algo que nunca ocorreu em Évora entre 1976 e 1985.

No que se refere às questões de género, nesta assembleia foi eleita apenas uma mulher como deputada municipal, pelo PSD, correspondendo esta a 6,7%, enquanto os homens representaram 93,3% dos eleitos diretamente. Globalmente, a única mulher eleita representava apenas 5% do total dos elementos deste órgão, enquanto os homens correspondiam a 95%. Deve-se ainda acrescentar que, nas presidências das juntas de freguesia, só foram eleitos homens (Tabela 40).

Focando agora no perfil dos eleitos nesta assembleia, o presidente foi Francisco Lourinhã, que já havia desempenhado o cargo de presidente da câmara municipal no mandato de 1976-1979 (Tabela 31).

Uma vez que não conseguimos identificar os nomes dos eleitos para a assembleia de 1982, a comparação será feita entre os eleitos de 1985 e os de 1979. Percebemos, assim, três elementos foram reeleitos: Maria Rosa Cravo, pelo PS (que em 1979 havia sido eleita pelo PSD); Joaquim Manuel Andrade, pela APU, que em 1979 fora presidente da Junta de Freguesia de Ciladas – S. Romão; e José Carlos Sengo Cardoso, pelo PS. Os restantes deputados municipais não mencionados eleitos diretamente foram eleitos pela primeira vez (Tabela 48, Anexo n. °13).

Entre os presidentes das juntas de freguesia rurais destacam-se Guilherme Caeiro, José Augusto Melrinho Rosado e António Peixoto. Os dois primeiros foram eleitos pela primeira vez como presidentes de junta, mas pela segunda vez como membros da assembleia, dado que já haviam sido deputados municipais em 1979. Já António Peixoto foi eleito pela terceira vez como presidente da Junta de Freguesia de Pardais. (Tabela 35 e 40)

A nível partidário, cumpre ainda destacar a continuidade da circulação de eleitos entre câmara, assembleia municipal e presidências das juntas de freguesia. Além dos já mencionados, merece relevo António Gonçalves Carolino, eleito pelo PS, que anteriormente havia sido eleito pelo PSD como vereador da câmara, no mandato de 1979-1982 (Tabela 34).

No que respeita aos grupos profissionais, o total dos eleitos distribuiu-se da seguinte forma: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (7 – 35%), seis eleitos pela APU e dois pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (3 – 15%), todos eleitos pelo PS; Comerciantes (3 – 15%), dois pela APU e outro pelo PSD; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 10%), um pelo PS e outro pelo PRD; Empresários/Industriais (2 – 10%), ambos eleitos pela APU; Domésticas (1 – 5%), eleita pelo PS; Trabalhadores Rurais (1 – 5%), eleito pela APU; Agricultores (1 – 5%), eleito pelo PS (Tabela 48, Anexo n.º 13).

O grupo dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas, como se verificara no ciclo eleitoral anterior, era também agora o grupo profissional mais representado na assembleia calipolense.

Se dividirmos estes grupos entre eleitos diretamente e presidentes de junta, observamos uma perspetiva mais rigorosa. Entre os eleitos diretamente, os grupos profissionais ficaram distribuídos da seguinte forma: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (4 – 26,7%), quatro pela APU e um pelo PS; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 13,3%), um pelo PS e outro pelo PRD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 13,3%), ambos pelo PS; Empresários/Industriais (2 – 13,3%), ambos pela APU; Comerciantes (2 – 13,3%), pela APU; Trabalhadores Rurais (1 – 6,7%), pela APU; Domésticas (1 – 6,7%), pelo PS; Agricultores (1 – 6,7%), pelo PS.

No que respeita às presidências das juntas de freguesia, foram eleitos profissionais das seguintes áreas: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 60%), dois pela APU e um pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 20%), pelo PS, e aos Comerciantes (1 – 20%), pelo PSD.

Nas juntas de freguesias urbanas, foram eleitos profissionais ligados aos seguintes grupos: Comerciantes (1 – 50%), eleito pelo PSD; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 50%), eleito pelo PS. Por sua vez, nas juntas de freguesia rurais foram eleitos exclusivamente Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 100%), dois eleitos pela APU e um pelo PS.

Relativamente às habilitações literárias, embora se constate que, pelo menos dois indivíduos, teriam formação superior, sobre os restantes, as respetivas profissões são compatíveis uma escolaridade elementar ou, eventualmente, frequência completa, ou não, de níveis de escolaridades para além da obrigatória. (Tabela 48, Anexo n.º 13).

Tabela 40– Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1985.

Mandato 1985-1989.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1985)	Profissão
Francisco Carlos Lourinhã	Presidente	APU	67	Eletricista
José Joaquim Bértolo Garcia	Membro	APU	S. I	Empresário
António Inácio Borracha Jardim	Membro	APU	36	Empresário
César João Barradas Ramos	Membro	APU	S. I	Comerciante
João José Borges	Membro	APU	S. I	Sapateiro/Comerciante
Joaquim Manuel Andrade	Membro	APU	S. I	Trabalhador Agrícola
João José Jardim	Membro	APU	S. I	Mineiro
Quirino Évora Lapa	Membro	APU	S. I	Canteiro
José Carlos Sengo Cardoso	Membro	PS	S. I	Empregado de Escritório
José António Rela Batanete (Dr.)	Membro	PS	S. I	Professor
António Gonçalves Carolino	Membro	PS	S. I	Empregado de Escritório
Manuel António Paixão Pereira	Membro	PS	S. I	Apicultor
Joaquim Manuel Toscano Rocha	Membro	PS	S. I	Cobrador
Maria Rosa Sampaio Pastorinho Cravo	Membro	PS	S. I	Doméstica

Herminio dos Santos Garcia (Dr.)	Membro	PRD	S. I	Professor
Joaquim António Batanete Frade	Membro/PJF Conceição	PS	S. I	Empregado de Escritório
Romão Correia Carapinha	Membro/PJF S. Bartolomeu	PSD	S. I	Comerciante
António José Calado Peixoto	Membro/PJF Pardais	PS	S. I	Motorista dos Mármores
Guilherme António Nepomuceno Caeiro	Membro/PJF Ciladas	APU	41	Trabalhador dos Mármores
José Augusto Melrinho Rosado	Membro/PJF Bencatel	APU	41	Trabalhador dos Mármores

Fonte - Ata da Assembleia de Apuramento Geral do concelho de Vila Viçosa de 1985:2 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1307) Anexo 1 – Manuel Poeiras. Anexo 2 – Eduardo Almeida. Anexo 3 – António Cabrela. Anexo 4 – Francisco Ameixa. Anexo 7 – José Rosado. Anexo 8 – Nuno Pinheiro.

Nota: S. I = Sem Informação

4.4.7 – Os resultados das eleições autárquicas de 1989 em Vila Viçosa. Mandato de 1989-1993

Em 1989, Vila Viçosa assistiu a uma viragem histórica no poder autárquico democrático, com o PS a vencer, pela primeira vez, as eleições no concelho. Este partido obteve 46,2% dos votos e elegeu, além do presidente dois vereadores (Tabela 41). Com isto, o PS pôs fim ao ininterrupto domínio do PCP e seus aliados na câmara, o mesmo vindo a acontecer também na assembleia. No concelho de Évora, recorde-se, as coligações política da área do PCP mantiveram a maioria ao longo da esmagadora maioria dos ciclos eleitorais que analisámos.

A segunda força mais votada em Vila Viçosa foi a CDU, com 28,2% dos votos, elegendo apenas um vereador, enquanto o PSD obteve 21% dos votos e elegeu, à semelhança da CDU, também um vereador.

Registe, também, que a abstenção era substancialmente menor em Vila Viçosa (34,7%) quando comparada com a ocorrida no concelho de Évora (42,3%). Porém, foi a mais elevada de todos os atos eleitorais analisados para o caso de Vila Viçosa. Também em Évora, as últimas eleições compreendidas no nosso estudo foram as que registaram maior abstenção.

Quanto aos votos brancos e nulos, os valores mantiveram-se próximos dos registados nas eleições anteriores, com os votos brancos a superar os nulos.

Tabela 41 - Resultados camarários nos concelhos de Évora e Vila Viçosa (1989).

Mandato 1989-1993

Partido	Concelho de Évora	Mandatos	Concelho de Vila Viçosa	Mandatos
CDU	51,3%	4	28,2%	1
PS	27,1%	2	46,2%	3
PPD/PSD	17,8%	1	21%	1
Brancos	2,4%		2,7%	
Nulos	1,4%		1,9%	
Votantes	57,7%		65,3%	
Abstenção	42,3%		34,7%	

Fonte: CNE - Marktest - < <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> > (acedido a 1 de agosto de 2025)

Mas, voltando à Câmara Municipal de Vila Viçosa, nesta eleição só foram eleitos homens (Tabela 42), á semelhança daquilo que ocorrera ao longo de todos os mandatos anteriores neste órgão.

Relativamente à idade, aponta-se como provável que o novo presidente da câmara tinha 36 anos quando tomou posse, sendo, portanto, ainda relativamente jovem, embora não o mais novo a assumir a presidência da Câmara Municipal de Vila Viçosa. A média de idade dos eleitos, entre aqueles cuja idade foi possível determinar, situou-se nos 37 anos (Tabela 44, Subcapítulo 4.5).

O presidente da câmara eleito pelo PS era o advogado Josué Bacalhau. Por sua vez, os vereadores eleitos pelo PS foram Fernando Paixão, professor, e o comerciante Manuel Ferrão.

Além daqueles, foram eleitos o professor José Batanete, pelo PSD, e o empresário António Jardim, pela CDU. Importa ainda salientar que, no caso dos vereadores da oposição, ambos já tinham desempenhado funções como deputados municipais na assembleia municipal, ao contrário dos eleitos pelo PS, que não integraram nem a assembleia nem a câmara nos mandatos anteriores analisados.

Do ponto de vista dos grupos profissionais representados, após efetuarmos a agregação de profissões ligadas ao mesmo setor da atividade laboral, apurou-se que, por ordem decrescente de representação, os resultados foram os seguintes: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 60%), dois eleitos pelo PS e um pelo PSD; Comerciantes (1 – 20%), eleito pelo PS; Empresários/Industriais (1 – 20%), eleito pela CDU (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Podemos perceber que o grupo dominante neste executivo é o dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, pouco representativo na maioria dos executivos municipais de Vila Viçosa até agora analisados. Em consequência, também os eleitos com formação superior ficaram em maioria na câmara calipolense (Tabela 47, Anexo n.º 12).

Tabela 42 – Eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1989.

Mandato 1989-1993.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1989)	Profissão
Josué António Almeida Bacalhau (Dr.)	Presidente	PS	36	Advogado
Fernando José Paixão (Dr.)	Vereador	PS	S. I	Professor
Manuel Inácio Ferrão Anão	Vereador	PS	S. I	Comerciante
António Inácio Borracha Jardim	Vereador	CDU	37	Empresário
José António Relá Batanete (Dr.)	Vereador	PSD	S. I	Professor

Fonte – Edital dos Candidatos à Câmara Municipal de Vila Viçosa (1989). (PT/SGMAI/GCEVR/L/1319) Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021 – Link: <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024) Resultados oficiais da votação. Fonte < https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/resultados_al_1989.pdf > (acedido a 24 de março de 2025) Anexo 1 – Entrevista a Manuel Poeiras Anexo 2 - Entrevista a Eduardo Almeida Anexo 3 - Entrevista a António Cabrela.

Nota: S. I = Sem Informação.

Na eleição de 1989 para a assembleia municipal, à semelhança do que ocorreu na câmara municipal, as cores partidárias também mudaram, com o PS a ser o partido mais votado, com 10 representantes, correspondendo a 50% do total. A segunda força mais votada foi a CDU, com 6 elementos, 30% dos lugares totais. O PSD foi a terceira força, ao eleger 4 deputados municipais, correspondendo a 20% (Tabela 43).

Se, porém, dividirmos entre eleitos diretamente e presidentes das juntas de freguesia, constatamos que o PS elegeu 7 deputados municipais, ou seja, 46,6% dos lugares diretamente eleitos, a CDU elegeu 4 (26,7%), e o PSD também elegeu 4 (26,7%). Já nas presidências das juntas de freguesia, o PS foi novamente a força partidária mais votada, ao conquistar 3 presidências (60%), duas em freguesias urbanas e uma rural. A CDU, por sua vez, obteve 2 presidências (40%), ambas em freguesias rurais.

No que se refere à representatividade de género, constatou-se que apenas uma mulher foi eleita, pelo PSD, para o cargo de deputada municipal, correspondendo a 6,7%, enquanto os homens representavam 93,3%. Globalmente, as mulheres representavam 5% e os homens 95% dos elementos deste órgão. Além disso, deve-se acrescentar que, nas presidências das juntas de freguesia, não houve qualquer mulher eleita (Tabela 43).

Passando à questão da continuidade política, importa referir que o presidente da assembleia foi o economista Francisco Chagas, eleito pelo Partido Socialista. À semelhança de anos anteriores, também houve deputados municipais reeleitos. Entre eles, apenas dois renovaram mandato consecutivo: Joaquim Rocha, pelo PS, e José Garcia, pela CDU. Os restantes deputados, não mencionados, assumiram funções pela primeira vez. Devemos, contudo, destacar o caso de Miguel Patação, que transitou do cargo de presidente da câmara para deputado municipal, uma situação semelhante à de Francisco Lourinhã, embora este último não o tenha feito de forma consecutiva.

Nas presidências das juntas de freguesia também se verificou continuidade, a par de novos eleitos. Foram reeleitos os presidentes das freguesias de Ciladas – S. Romão e de Bencatel, ambos pela CDU. Pelo PS, António Peixoto manteve-se na presidência da Junta de Freguesia de Pardais, sendo, de facto, o único que, em todos os mandatos analisados, foi sempre reeleito. Por outro lado, em algumas freguesias rurais registaram-se mudanças: em Conceição, apesar de a cor política ter permanecido inalterada entre 1985 e 1989, foi eleito pela primeira vez Joaquim Gomes, já em S. Bartolomeu, também pela primeira vez, assumiu a presidência Geraldo Gazimba (Tabela 48, Anexo n. °13).

Concluída a análise quanto à questão da renovação de mandatos, importa agora olhar para o perfil socioprofissional do total dos eleitos. Os dados apurados revelam a seguinte distribuição por grupos profissionais, por ordem decrescente de representação: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (6 – 30%), três eleitos pelo PS e três eleitos pela CDU; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (5 – 25%), quatro pelo PS e

um pelo PSD; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 15%), dois eleitos pelo PS e um pela CDU; Empresários/Industriais (2 – 10%), um pelo PSD e outro pela CDU; Agricultores (1 – 5%), eleito pelo PSD; Outros Militares (1 – 5%), eleito pelo PSD; Trabalhadores Rurais (1 – 5%), eleito pela CDU; e, por fim, Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 5%), eleito pelo PS (Tabela 48, Anexo n.º13).

Se, contudo, aprofundarmos a análise dividindo os grupos já apresentados, obtemos uma visão mais rigorosa da assembleia. Entre os membros eleitos diretamente a distribuição era a seguinte: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (4 – 26,7%), três eleitos pelo PS e um pelo PSD; Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 20%), dois pelo PS e um pela CDU; Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 20%), dois pelo PS e um pela CDU; Empresários/Industriais (2 – 13,2%), um pela CDU e outro pelo PSD; Outros Militares (1 – 6,7%), eleito pelo PSD; Agricultores (1 – 6,7%), eleito pelo PSD; e Trabalhadores Rurais (1 – 6,7%), eleito pela CDU.

No que respeita aos presidentes das juntas de freguesia que integravam a assembleia, verificamos que estes se inseriam nos seguintes grupos profissionais: Operários Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 60%), dois pela CDU e um pelo PS; Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 20%), eleito pelo PS; Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 20%), eleito pelo PS.

Deste modo, é relevante constatar que o grupo profissional com mais eleitos na assembleia municipal é novamente o dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas, à semelhança de mandatos anteriores. Contudo, se dividirmos os eleitos entre deputados municipais e presidentes de junta, verificamos uma mudança: entre os eleitos diretamente para a assembleia, os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas foram o grupo mais representado, contrastando com a tendência dos mandatos anteriores. Já entre os presidentes das juntas de freguesia, os operários mantiveram a predominância, embora um presidente possuísse formação superior.

Assim, podemos deduzir que, relativamente ao nível de escolaridade, os eleitos deste mandato apresentam, no conjunto, a formação académica mais elevada de todos os períodos analisados. Entre os oito elementos com escolaridade superior à obrigatória, cinco eram licenciados e três possuíam cursos técnicos. Por contraste, os presidentes das juntas de freguesia evidenciam, em geral, níveis de escolaridade mais baixos do que os eleitos diretamente para a assembleia (Tabela 48, Anexo n.º 13).

Tabela 43 – Eleitos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa em 1989.

Mandato 1989-1993.

Nome	Cargo	Partido ou Coligação	Idade (1989)	Profissão
Francisco António Rato Chagas (Dr.)	Presidente	PS	S. I	Economista
Fernando Manuel Gonçalves Brandão (Dr.)	Membro	PS	S. I	Professor
Abel Maria Ribeiro Mourato	Membro	PS	S. I	Técnico Tributário de 1ª
Joaquim Manuel Toscano Rocha	Membro	PS	S. I	Cobrador
Joaquim António Bértolo Garcia (Eng.)	Membro	PS	S. I	Engenheiro
Júlio António Almeida Bacalhau	Membro	PS	S. I	Eletricista
José Joaquim Carvalhal Marques	Membro	PS	42	Técnico Tributário de 1ª
Joaquim Bento Faias Malato	Membro	PSD	S. I	Industrial dos Mármore
Maria de Lurdes P. Silva F. Morgado Véstia (Dr.ª)	Membro	PSD	S. I	Professora
José António Bajanca Valério	Membro	PSD	S. I	Sargento do Exército
Joaquim António Cordeiro Maurício	Membro	PSD	S. I	Agricultor
Miguel António Patação Rodrigues	Membro	CDU	43	Técnico Tributário de 1ª
João Manuel Carvalho Caldeirinha	Membro	CDU	54	Trabalhador Agrícola
Francisco João Cardoso Marques	Membro	CDU	S. I	Eletricista
José Joaquim Bértolo Garcia	Membro	CDU	S. I	Empresário
Joaquim Manuel Gonçalves Gomes	Membro/PJF Conceição	PS	S. I	Bancário
Geraldo de Jesus Gazimba (Dr.)	Membro/PJF S.Bartolomeu	PS	S. I	Advogado
António José Calado Peixoto	Membro/PJF Pardais	PS	62	Motorista dos Mármore
Guilherme António Nepomuceno Caeiro	Membro/PJF Ciladas	CDU	41	Trabalhador dos Mármore
José Augusto Melrinho Rosado	Membro/PJF Bencatel	CDU	44	Trabalhador dos Mármore

Fonte 1 – Edital dos Candidatos á Assembleia Municipal de Vila Viçosa (1989). (PT/SGMAI/GCEVR/L/1319) Resultados oficiais da votação. Fonte < https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/resultados_al_1989.pdf > (acedido a 24 de março de 2025) Anexo 1 – Entrevista a Manuel Poairas. Anexo 2 – Entrevista a Eduardo Almeida. Anexo 3 – Entrevista a António Cabrela. Anexo 5 – Entrevista a Francisco Ameixa. Anexo 6 – Entrevista a Fátima Andrade. Anexo 7 – Entrevista a José Rosado.

Nota: S. I = Sem Informação.

4.5 - Uma visão integrada sobre o perfil sociocultural dos representantes do poder municipal: concelho de Vila Viçosa

Apesar de existirem algumas lacunas na análise do perfil dos vários elementos que integraram o poder local em Vila Viçosa, motivadas pela escassez de fontes escritas e pela falta de memória das pessoas com quem falámos, é possível retirar algumas conclusões sobre o perfil sociocultural dos eleitos para as vereações camarárias e na assembleia municipal.

Para que o texto fique claro e sistematizado, vamos organizar as nossas reflexões do modo que a seguir explicamos.

Em primeiro lugar vamos apreciar o indicador relativo à idade em que os representantes tomaram posse, procurando perceber se o dito indicador manifestou diferenças, entre o último elenco do Estado Novo e os restantes do período democrático, no sentido de um rejuvenescimento geracional proporcionado pela mudança de regime político.

Depois, analisamos a composição dos elencos camarários tentando perceber se predominam as reeleições ou os mandatos únicos. Ou seja, tentamos perceber se a elite municipal calipolense é mais ou menos fechada, do ponto de vista dos indivíduos que integraram, ao longo dos anos em estudo. A comparação entre o Estado Novo e o período democrático não pode conduzir a resultados muito expressivos dado que apenas temos dados para o último coletivo camarário da ditadura. No entanto, podemos já adiantar, e esta será a grande conclusão possível face aos dados que temos, que apenas Manuel António Paixão Pereira, que esteve presente no último executivo nomeado pelo Estado Novo, foi eleito para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, pelo PS, em 1989.

De seguida olhamos para a pertença político-partidária no período democrático, no sentido de percebermos as permanências e as alterações registadas quer ao nível das maiorias quer das oposições.

Finalmente, iremos apreciar de forma conjunta os dados relativos às profissões e grupos profissionais em que as mesmas se integram, para também em relação a este indicador destacamos os grupos mais representados. Como as informações objetivas sobre as habilitações literárias são escassas, procuraremos tirar conclusões sobre este indicador com base em inferências a partir do título profissional. Devemos, contudo, salientar que os números apresentados relativos a estes indicadores correspondem ao total de elementos

que passaram pela câmara e pela assembleia municipal, estando excluídos os indivíduos reeleitos.

A questão do género não é por nós desatendida, mas ela é relativamente simples de equacionar, dado o facto de a esmagadora maioria dos indivíduos ligados aos cargos municipais serem, ao longo do período de estudo, homens.

Como a nossa análise incide sobre os elencos camarários e sobre as assembleias municipais, tratamos de fazer a análise focando primeiro a atenção nas vereações e depois nas assembleias.

Desde logo, e muito genericamente, podemos concluir que entre a última câmara do Estado Novo e o executivo eleito em 1989, houve algumas alterações no perfil social das elites municipais calipolenses. A análise da Tabela 44, mostra que a média de idades baixou consideravelmente, passando de 52 anos, em 1974, para 37 anos, em 1989. Embora seja tentador considerar que a descida se afirmou a partir da eleição de 1979, as diversas lacunas sobre a idade dos eleitos ao longo dos vários atos eleitorais não tornam a nossa conclusão muito sólida.

Tabela 44 - Média de idades dos nomeados ou eleitos para os executivos municipais.
Concelho de Vila Viçosa (1974-1989)

Datas	1974	1975	1976	1979	1982	1985	1989
Idade dos nomeados ou eleitos	58	50	58	33	36	39	36
	69	41	SI	SI	SI	43	SI
	48	SI	49	SI	28	SI	SI
	48	42	51	55	SI	61	37
	36	47	45	SI	SI	SI	SI
	-	50	-	-	-	-	-
	-	74	-	-	-	-	-
	-	48	-	-	-	-	-
	-	SI	-	-	-	-	-
Média das idades	52	50	51	44	32	48	37

Fonte: Recenseamento eleitoral de Vila Viçosa. (1973) (PT/ADEVVR/AC/GCEVR/L N/001/0141 - Recenseamento Eleitoral de 1973); Anexo 1 – Manuel Poeiras; Anexo 2 – Eduardo Almeida; Recenseamento Eleitoral de Vila Viçosa (1973). (PT/ADEVVR/AC/GCEVR/L-N/001/0141); Anexo 3 - António Cabrela.;

Nota: S. I = Sem Informação.

No último executivo nomeado durante o Estado Novo, observamos a que o poder local era exercido sobretudo por indivíduos ligados ao grupo profissional dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas e ao Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços. Com grande probabilidade nenhum dos elementos que constituíram então o poder local possuía habilitações escolares acima da escolaridade obrigatória (Tabela 47, Anexo n. °12).

Este quadro não sofreu grandes alterações após a tomada de posse das comissões administrativas, pois a maioria dos nomeados das mesmas fazia parte do grupo profissional dos operários (3) e do grupo dos Administrativos (3). O presidente era o elemento com o nível de escolaridade mais alto, detentor de uma licenciatura, inserindo-se no grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas. Além destes, também havia representantes dos grupos dos Agricultores, Empresários/Industriais e Comerciantes.

Apesar de o elemento de comparação para o período do Estado Novo incluir apenas a sua última vereação, parece notar-se, com a instauração do regime democrático, uma alteração gradual na identificação profissional dos eleitos. Em 1976, apenas um elemento possuía licenciatura, algo que mudou em 1979, quando os elementos com formação superior à escolaridade obrigatória passaram a ser a maioria. Estes voltaram a ser minoria em 1982, afirmando-se, nos dois últimos mandatos analisados (1985-1989 e 1989-1993), o grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas como o mais representado no executivo camarário.

Podemos, assim, compreender que, à medida que avançamos nos mandatos, observa-se uma tendência de aumento no nível de qualificação profissional e escolar dos membros do executivo camarário. Apesar da hipótese desta gradual transformação social e cultural, o panorama político manteve-se, na maior parte do tempo, estável: as coligações da área do PCP (FEPU, APU e CDU) venceram quase todas as eleições, com a exceção da última, no concelho de Vila Viçosa, em que o PS conseguiu ganhar. Para além destas duas forças políticas centrais na vida política local, merecem destaque o PSD e, em menor grau, o CDS e o PRD, sendo que o primeiro participou apenas na câmara e o último apenas na assembleia municipal (Tabela 47, Anexo n. °12).

Em termos de filiação partidária, a única mudança digna de nota é a do engenheiro Joaquim Inácio Dias Duarte, eleito vereador pelo CDS nas primeiras eleições autárquicas

de 1976 e, posteriormente, pelo PSD, em mandatos seguintes, sendo o indivíduo que mais vezes participou na câmara no período analisado. Ainda entre os eleitos para a câmara, sobressai Miguel Patação, eleito presidente da câmara em três mandatos consecutivos entre 1979 e 1985, sempre pela APU. Merece ainda referência o vereador Fernando Clemente Ferreira Cardoso, eleito de forma consecutiva pelas coligações comunistas entre 1976 e 1982.

Entre 1976 e 1989 foram eleitos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa 18 elementos no total: 3 presidentes da câmara e 15 vereadores. Destes, 3 foram eleitos em três ocasiões, um elemento foi eleito duas vezes e 14 foram eleitos apenas uma vez. Contudo, devemos acrescentar que dois dos eleitos (José Bilro e Joaquim Dias Duarte) já haviam integrado o executivo camarário durante a comissão administrativa, entre 1974 e 1976, que era constituído por 9 elementos.

No que diz respeito à questão de género, é importante salientar que a presença de mulheres no executivo camarário foi inexistente, tendo todos os eleitos para a câmara sido homens.

De forma geral, considerando todos os indivíduos que participaram no poder local entre 1974 e 1989 – do último executivo nomeado pelo Estado Novo ao primeiro eleito após a entrada de Portugal na CEE, incluindo a comissão administrativa entre 1974 e 1976 – a Câmara Municipal de Vila Viçosa foi composta por 30 homens e nenhuma mulher.

Em termos de grupos profissionais, considerando-se agora o conjunto dos que tomaram posse para a câmara, excluindo o último executivo do Estado Novo e a comissões administrativas, regista-se a existência de um número elevado de indivíduos inseridos no grupo profissional dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (7 – 38,8%). Seguem-se os Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 16,7%), Comerciantes (3 – 16,7%), Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 11,1%), Empresários/Industriais (2 – 11,1%) e Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 5,6%). Embora esta conclusão parece algo dissonante com os dados anteriores relativos a cada vereação, deve notar-se que ao fazermos esta análise também não estamos a incluir as reeleições (Tabela n.º 47, Anexo n.º 12).

Se dividirmos os grupos anteriormente citados pelas forças políticas eleitas, conseguimos ter uma melhor visão dos grupos profissionais onde os partidos mais recrutavam. Deste

modo, as coligações comunistas elegeram, ao longo deste período, 7 representantes oriundos dos seguintes grupos profissionais: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 42,8%), Comerciantes (1 – 14,3%), Empresários (1 – 14,3%), Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 14,3%) e Técnicos Profissionais de Nível Intermediário (1 – 14,3%).

O PSD elegeu, no total, 6 elementos durante este período, que estavam vinculados termos laborais aos seguintes grupos: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (4 – 66,6%), Empresários/Industriais (1 – 16,7%) e Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 16,7%). Importa, contudo, frisar que um elemento do grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas havia sido eleito primeiramente pelo CDS.

Por sua vez, o PS elegeu, no mesmo período, 5 elementos, que se repartiam profissionalmente da seguinte forma: Comerciantes (2 – 40%), Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas (2 – 40%) e Pessoal Administrativo e Similares/Pessoal dos Serviços (1 – 20%).

Já o CDS, concorreu apenas uma vez, elegendo um elemento do grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, em 1976.

Deste modo, percebe-se que as coligações comunistas recrutam principalmente entre os Operários, enquanto a maioria dos elementos eleitos pelo PS pertence ao grupo dos Comerciantes e dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas. Por sua vez, o PSD recruta predominantemente no grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas. Deve-se ainda notar que o CDS também elegeu um profissional em 1976 do grupo profissional citado anteriormente, o qual, posteriormente, transitou para o PSD nas eleições seguintes.

No que diz respeito à assembleia municipal, em conformidade com aquilo que ocorria na câmara verificamos que as coligações comunistas venceram quase todas as eleições, com exceção das últimas, quando o PS saiu vitorioso nos dois órgãos. De forma semelhante, vários elementos integraram este órgão por mais de um mandato, sendo importante salientar que alguns transitaram entre os cargos de deputado municipal e de presidente de junta em mandatos distintos. Importa referir que esta permanência no poder local não foi exclusiva de nenhum partido, sendo observada em todas as forças políticas representadas.

Passando agora à composição partidária, neste órgão estiveram representadas as coligações do PCP (FEPU, APU, CDU), o PS, o PSD e o PRD, embora este último tenha estado apenas presente numa ocasião. Entre 1976 e 1989, 65 pessoas integraram a Assembleia municipal: 62 homens e 3 mulheres. Como não foi possível identificar a idade da vasta maioria dos eleitos, não é possível calcular a média etária ao longo dos vários mandatos.

Entre os 65 eleitos neste período, 51 exerceram mandato apenas uma vez, 11 foram eleitos em duas ocasiões, 2 em três ocasiões e 1 em quatro ocasiões. Diretamente foram eleitos 55 deputados municipais, dos quais 4 foram além de deputados municipais também presidentes de junta de freguesia em dois mandatos distintos. (Tabela 48, Anexo n.º 13).

No que respeita às presidências de junta de freguesia, foram eleitos 14 titulares, dos quais 6 em freguesias rurais e 8 em freguesias urbanas. Apenas 3 dos presidentes de junta de freguesia foram eleitos em mais do que um mandato, enquanto os restantes 11 assumiram o cargo apenas numa única ocasião. Entre os casos particulares destacam-se António José Calado Peixoto, eleito em quatro mandatos sempre pelo PS, como presidente da Junta de Freguesia de Pardais, bem como José Augusto Melrinho Rosado e Guilherme António Nepomuceno Caeiro, que exerceram três mandatos, alternando entre funções de deputados municipais e presidentes de junta. Além destes, Joaquim Manuel Andrade, pela APU, e António Marcelino Cabral, pelo PSD, também foram, além de deputados municipais, presidentes de junta em Ciladas – São Romão e em S. Bartolomeu.

Outro aspeto relevante para análise é a mobilidade entre os dois órgãos autárquicos, câmara e assembleia. Destacam-se Miguel Patação e Francisco Lourinhã, ambos eleitos pelas coligações do PCP, que passaram da presidência da câmara para a assembleia – o primeiro de forma consecutiva e o segundo de forma não consecutiva. Este fenómeno não se restringiu às coligações da área do PCP, registando-se igualmente nos principais partidos: no PSD, com Joaquim Bértolo Garcia, que transitou consecutivamente da câmara para a assembleia nos mandatos de 1985-1989 e 1989-1993, e no PS, com José Bilro, que seguiu idêntico percurso nos mandatos de 1976-1979 e 1979-1982. Além destes, devemos notar que Maria Cravo é a única eleita em dois partidos diferentes pelo PSD e pelo PS, porém devemos notar que quando transitou para o PS estava em vigor a aliança entre os dois partidos atrás citados. Além deste, verificamos que não houve mais

nenhum caso de troca de partidos por parte dos eleitos neste período, nem na câmara, nem na assembleia.

Considerando o conjunto dos eleitos, no período entre o último executivo nomeado pelo Estado Novo e as primeiras eleições autárquicas ocorridas após a entrada de Portugal na CEE, 14 indivíduos ocuparam mais do que um cargo autárquico, repartindo-se entre as funções de vereadores, deputados municipais e presidentes de junta que, por inerência, estavam na assembleia. Se forem retirados os nomeados durante as comissões administrativas, assim como o elemento que integrou o último executivo nomeado durante o Estado Novo e que posteriormente foi eleito em democracia, verifica-se que apenas 10 indivíduos transitaram entre a câmara e a assembleia entre 1976 e 1989.

Outro aspeto relevante é a composição socioprofissional da assembleia municipal no período cronológico analisado, que apresenta uma diversidade significativamente maior do que a câmara. Os grupos profissionais com maior expressão são: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (17 – 26,2%), Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (11 – 16,9%), Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (10 – 15,4%), Empresários/Industriais (8 – 12,3%), Comerciantes (8 – 12,3%), Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 4,6%), Funcionários Públicos (2 – 3,1%), Trabalhadores Rurais (2 – 3,1%), Agricultores (2 – 3,1%), Domésticas (1 – 1,5%), Outros Militares (1 – 1,5%) (Tabela 48, Anexo n.º 13). Assim, confirma-se que a assembleia apresenta maior diversidade socioprofissional em comparação com a câmara, o que poderá explicar-se, nomeadamente, pelo facto que o número de indivíduos necessários para a composição do órgão ser bastante mais numeroso comparando com a câmara, e com residência local.

Com a composição socioprofissional identificada para o conjunto do órgão, e para termos uma visão mais rigorosa da assembleia, vamos analisar a distribuição dos grupos profissionais pelas respetivas forças políticas.

No caso das coligações comunistas (FEPU/APU/CDU) foram eleitos 31 representantes entre 1976 e 1989, com destaque para a predominância dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (14 – 45,1%), Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (4 – 12,9%), Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (3 – 9,7%), Empresários/Industriais (3 – 9,7%), Funcionários Públicos (2 – 6,5%), Trabalhadores

Rurais (2 – 6,5%), Comerciantes (2 – 6,5%) e Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (1 – 3,1%).

No caso do PS, que elegeu 20 representantes ao todo no período cronológico analisado, sobressaindo, o grupo do Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (6 – 30%), Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (5 – 25%), e dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (3 – 15%). Destacam-se ainda os Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (2 – 10%), Comerciantes (2 – 10%), Agricultores (1 – 5%), Domésticas (1 – 5%). Importa notar que esta última foi inicialmente eleita pelo PSD em 1982, transitando em 1985 para o PS graças à aliança então estabelecida entre os dois partidos.

No caso do PSD, que elegeu 14 representantes, a composição é dominada pelos Empresários/Industriais (5 – 35,8%), Comerciantes (4 – 28,7%). Seguem-se os Agricultores (1 – 7,1%), Domésticas (1 – 7,1%), Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 7,1%), Outros Militares (1 – 7,1%), Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (1 – 7,1%).

Por fim, o PRD elegeu um representante, pertencente ao grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.

Com base nesta análise, é possível identificar tendências claras de associação entre partidos e grupos socioprofissionais: os setores mais abastados, em particular os Empresários/Industriais, surgem mais representados no PSD; entre as coligações comunistas destaca-se a forte presença dos Operários, Artífices e Operadores de Máquinas, enquanto o PS revela maior expressão no Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços.

Para compreendermos melhor estas tendências políticas e sociais, é útil analisarmos em detalhe a composição profissional dos eleitos diretamente. Em termos profissionais, estes inseriam-se nos seguintes grupos: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (13 – 23,7%); Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (9 – 16,4%); Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (9 – 16,4%); Empresários/Industriais (7 – 12,7%); Comerciantes (7 – 12,7%); Técnicos Profissionais de Nível Intermédio (3 – 5,5%); Agricultores (2 – 3,6%); Trabalhadores Rurais (2 – 3,6%); Domésticas (1 – 1,8%); Funcionários Públicos (1 – 1,8%); Outros Militares (1 – 1,8%).

Dado que já apresentámos anteriormente a distribuição por grupos ocupacionais relativa ao conjunto da assembleia calipolense, e tendo em conta que os eleitos diretamente, pelo seu maior número, são os que mais contribuem para o perfil de distribuição dos grupos profissionais, vamos agora debruçar-nos sobre o grupo dos presidentes de junta de freguesia, diferenciando estas entre as rurais e as urbanas.

Assim, e no que respeita especificamente às presidências das juntas de freguesia, a distribuição socioprofissional apresenta a seguinte configuração: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (6 – 43%), Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 14,3%), Comerciantes (2 – 14,3%), Funcionários Públicos (1 – 7,1%), Empresários/Industriais (1 – 7,1%), Trabalhadores Rurais (1 – 7,1%) Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 7,1%).

Nas freguesias urbanas, os presidentes de junta pertencem sobretudo aos grupos do Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços (2 – 25%) e Comerciantes (2 – 25%), seguindo-se Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (1 – 12,5%), Funcionários Públicos (1 – 12,5%), Empresários/Industriais (1 – 12,5%) e Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (1 – 12,5%).

Nas freguesias rurais, prevalecem os Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (5 – 83,3%), seguindo-se os Trabalhadores Rurais (1 – 16,7%).

Constata-se, assim, a centralidade do grupo dos operários na assembleia municipal, com forte presença também nas juntas rurais. Nas freguesias urbanas, pelo contrário, destacam-se os comerciantes e os administrativos.

Por outro lado, considerando as habilitações escolares, o perfil dos presidentes de junta varia conforme a natureza urbana ou rural da freguesia. No caso das freguesias rurais, verificamos que, ao longo dos anos analisados, o perfil dos presidentes, em função das respetivas profissões, parece associado a frequências escolares pouco prolongadas. Já nas freguesias urbanas, os presidentes eleitos nas últimas eleições analisadas apresentam níveis de formação mais elevados, sendo que um deles possui mesmo habilitação superior.

4.6 - Comparação dos perfis sociais das elites locais entre os concelhos de Évora e Vila Viçosa

Ao compararmos ambos os concelhos em análise, podemos dizer que existem semelhanças, mas também diferenças, quanto ao perfil social das elites que constituíram os respetivos órgãos autárquicos.

Tendo como referência o último executivo camarário do Estado Novo em cada um dos concelhos, constatamos que existem diferenças entre Évora e Vila Viçosa. No caso de Évora, existe marcada presença de elementos ligados à agricultura, incluindo dois indivíduos com formação escolar mais elevada – um com curso técnico e outro com licenciatura –, além de uma mulher, proveniente de uma família com fortes ligações ao setor agrícola (Carvalho, 2011: p. 2). Esta relação entre o poder local e o setor agrícola era, como já tivemos oportunidade de explicar no Subcapítulo 4.2.1, algo frequente durante o Estado Novo (Almeida, 2019: pp. 205-206). Por outro lado, em Vila Viçosa, não encontramos qualquer indivíduo com ligações ao setor agrícola, predominando antes os Administrativos e Operários, ainda que, curiosamente, nenhum estivesse associado à indústria dos mármore, indústria particularmente relevante no concelho. Assim, enquanto em Évora a agricultura constituía o eixo de recrutamento político, em terras calipolenses incidia em perfis Administrativos e Operários.

Além disso, verifica-se que um dos elementos que integraram o Estado Novo em Vila Viçosa foi eleito para a assembleia municipal, enquanto em Évora nenhum dos elementos do último executivo nomeado pelo Estado Novo voltou a exercer cargos autárquicos.

Além desta diferença na continuidade política, observa-se um número desigual de vereadores: Évora possui um número de eleitos mais elevado (sete) enquanto em Vila Viçosa estes valores são mais reduzidos (cinco). A diferença manteve-se ao longo do período analisado, refletindo a posição em termos populacionais e fiscais de cada um dos concelhos.

Analisando as comissões administrativas, também se notam disparidades entre os concelhos. Em Évora houve duas comissões com características distintas. Na primeira, predominavam o grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, sendo o presidente também detentor de uma licenciatura à semelhança da maioria dos nomeados. Na segunda comissão, os grupos dominantes eram o dos Administrativos e o

dos operários. Curiosamente, nesta segunda comissão, o presidente não possuía o nível de escolaridade mais elevado, mas integrava um dos grupos profissionais mais representados – o dos Administrativos. Em Vila Viçosa existiu apenas uma comissão, liderada pelo único detentor de um curso universitário existente no executivo.

No período posterior a 1976, verificaram-se algumas mudanças no perfil social dos eleitos em ambos os concelhos, embora em graus distintos. Em Évora, os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas representaram 58,3% do total de elementos que integraram o executivo ao longo de todo o período analisado, constituindo o grupo maioritário na maior parte dos mandatos, com exceção de 1979-1982. Já em Vila Viçosa, o cenário apresenta-se ligeiramente diferente: embora o grupo referido anteriormente correspondesse a 38,8% do total dos eleitos camarários, apenas foi o mais representado nos dois últimos mandatos dos executivos camarários analisados.

Sob a perspetiva partidária, as diferenças tornam-se ainda mais evidentes. Em Évora, de acordo com o Subcapítulo 4.3, os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas dominaram transversalmente todas as forças políticas: 60% nas coligações comunistas, 49,9% no PS e 62,5% no PSD. Em Vila Viçosa, verificou-se maior heterogeneidade de acordo com o Subcapítulo 4.5. Nas coligações comunistas, elegeram-se sobretudo Operários, Artífices e Operadores de Máquinas (42,8%); no PS, os eleitos dividiram-se entre os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e os Comerciantes (40% cada). Já o PSD, tal como em Évora, elegeu principalmente indivíduos ligados ao grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (66,6%). Assim, enquanto Évora evidencia uma hegemonia clara dos grupos dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas em todos os partidos, em Vila Viçosa prevalece maior dispersão socioprofissional entre os partidos.

Além das diferenças socioprofissionais, a análise da média de idade revela que ambos os concelhos registaram descida após a democratização, indicando um rejuvenescimento da classe política local. Apesar disso, em Vila Viçosa a análise é menos conclusiva devido à ausência de dados completos para vários indivíduos. Estes resultados estão em linha com o panorama nacional, em que também se verificou um rejuvenescimento das elites locais em relação às elites do Estado Novo (Almeida, 2024: p.39).

Outro aspeto relevante na comparação entre os dois concelhos prende-se com a assembleia municipal que, diferentemente da câmara, sofreu, por motivos legais, várias

alterações na sua composição, estando nela presentes os deputados municipais diretamente eleitos pela população, em número superior ao dos presidentes das juntas de freguesia.

Em Évora, a assembleia teve em 1976 apenas 31 elementos (17 deputados municipais e 14 presidentes de junta), valor que alcançou em 1979 e 1982 o valor máximo de 49 elementos (35 deputados municipais e 14 presidentes de junta), número bastante superior ao registado em Vila Viçosa, onde o máximo foi de 30 elementos (25 deputados e 5 presidentes de junta) no mesmo período. Posteriormente, em Évora, o número estabilizou entre 35 e 37 membros, enquanto em Vila Viçosa baixou para 20 (15 deputados e 5 presidentes de junta). Assim, enquanto Évora contou sempre com órgãos deliberativos de maior dimensão, compatíveis com a sua importância populacional e fiscal, Vila Viçosa apresentou estruturas autárquicas de dimensão mais reduzida.

Tendo analisado a dimensão da assembleia municipal, é importante também considerar o perfil profissional dos seus integrantes. Em Évora, este perfil manteve-se relativamente estável entre 1976 e 1989, com o grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas como o mais representado, correspondendo a 26,2% do total. Contudo, importa sublinhar que não foi possível identificar a profissão de 33 elementos o que equivale a 26,2% do universo analisado.

Comparado com Vila Viçosa, a principal diferença profissional observa-se na assembleia municipal. Ao contrário de Évora, em Vila Viçosa o grupo mais representado é o dos Operários Artífices e Operadores de Máquinas, que correspondiam a 26,2% dos eleitos, reflexo do forte impacto da indústria dos mármore na economia local, setor que empregava grande parte da população. Ainda assim, em ambos os concelhos, a assembleia municipal apresenta maior diversidade profissional do que a câmara, resultado do mais elevado número de membros eleitos diretamente e da presença dos presidentes de junta de freguesia.

Ao considerarmos apenas os eleitos diretamente, constatamos que os padrões seguem em grande parte, os do órgão como um todo, devido ao elevado número de mandatos preenchidos por via direta. Assim, em Évora, os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas representavam 37% dos eleitos, enquanto em Vila Viçosa o grupo mais expressivo continua a ser o dos operários com 23,7%.

Passando agora para os presidentes de junta, observa-se maior heterogeneidade no perfil profissional, embora no caso de Évora não tenha sido possível identificar a profissão de 35,3% destes eleitos. Entre os casos conhecidos, o grupo mais representado é o dos Operários, Artíficos e Operadores de Máquinas (20,8%). Diferenciando freguesias urbanas e rurais, não se observam diferenças significativas: os Operários representam 25% dos presidentes nas freguesias urbanas e 17,9% nas rurais. Contudo, permanece a limitação de dados: não foi possível identificar a profissão de 39,3% dos presidentes nas freguesias rurais e 30% nas urbanas. Em oposição a isto, em Vila Viçosa, o perfil dos presidentes de junta apresenta globalmente características distintas. Os operários são o grupo mais representado, correspondendo a 43%. No entanto, diferenciando de freguesias urbanas e rurais, a tendência altera-se: nas freguesias urbanas predominam os Comerciantes e o Pessoal Administrativo e Similares, cada um com 25%, enquanto nas rurais volta a predominar o grupo dos operários, com 83,3%. Assim, enquanto em Évora os operários dominam tanto nas freguesias urbanas quanto nas rurais, em Vila Viçosa observa-se uma divisão clara: nas freguesias urbanas destacam-se os Comerciantes e Administrativos, enquanto nas rurais predominou os Operários.

Além das diferenças socioprofissionais, o plano político também revela tendências interessantes nos dois concelhos. As coligações lideradas pelo PCP exerceram uma hegemonia prolongada, em linha com a tendência distrital. Em Évora, essa predominância foi particularmente evidente, com a eleição consecutiva de Abílio Fernandes para a presidência da câmara em todos os mandatos analisados. Já em Vila Viçosa, registou-se maior rotatividade, com 3 presidentes diferentes no mesmo período. Contudo, em 1989, a hegemonia comunista foi interrompida, quando Josué Bacalhau, eleito pelo PS, assumiu a presidência da câmara.

Uma semelhança entre os dois concelhos encontra-se na continuidade de alguns nomes ao longo dos anos. Vários elementos das comissões administrativas que assumiram funções entre 1974 e 1976 voltaram a ser eleitos em democracia, desempenhando cargos como vereadores, deputados municipais ou presidentes de junta de freguesia. Este traço é visível tanto em Évora como em Vila Viçosa.

Para compreendermos melhor essa continuidade política, podemos analisar os mandatos exercidos pelos eleitos em cada concelho. No caso de Évora, 58,3% dos elementos camarários foram eleitos apenas uma única vez, enquanto 41,7% exerceram funções em

mais do que um mandato. Já em Vila Viçosa, a percentagem de eleitos apenas uma vez é maior, correspondendo a 72,2%, e apenas 27,8% foram reeleitos em mais do que uma ocasião. Assim, verificamos uma maior continuidade política e partidária na câmara em Évora do que em Vila Viçosa, onde a renovação dos eleitos é mais frequente.

Após a análise da continuidade na câmara municipal, passamos agora a observar a dinâmica na assembleia municipal. Em Vila Viçosa, à semelhança do que ocorreu em Évora, verificou-se que alguns elementos desempenharam, em momentos distintos, tanto o cargo de presidentes de junta de freguesia como o de deputados municipais. Por essa razão, optámos por não separar os dados entre presidentes de junta e deputados municipais eleitos diretamente, apresentando apenas indicadores globais.

Em Évora, 66,1% dos elementos da assembleia exerceram apenas um mandato, enquanto 33,9% foram reeleitos. Em Vila Viçosa, os valores são diferentes: 80% foram eleitos apenas uma vez e 20% mais do que uma vez. A diferença, contudo, pode ser parcialmente explicada pela ausência de dados relativos ao ano de 1982. Podemos, contudo, mencionar que em Vila Viçosa, à semelhança daquilo que ocorrera na câmara, a renovação das elites na assembleia municipal era mais frequente do que em Évora.

Além da continuidade dentro de cada órgão, é igualmente relevante analisar a mobilidade dos eleitos entre a câmara e a assembleia municipal. Em Vila Viçosa, 46,7% dos elementos que integraram a câmara entre o último executivo nomeado pelo Estado Novo e o eleito em 1989 transitaram para a assembleia, enquanto os restantes 53,3% integraram apenas a câmara municipal nesse período. No caso de Évora, verificamos que, no mesmo intervalo temporal, 29,8% dos elementos que integraram a câmara passaram para a assembleia, enquanto 70,2% permaneceram apenas na câmara.

Analisando as transições numa outra perspetiva, constatamos que, em Vila Viçosa, 21,5% dos membros da assembleia também integraram a câmara, enquanto 78,5% permaneceram apenas naquele órgão. Em Évora, apenas 11,1% transitaram para a câmara, ao passo que 88,9% se mantiveram exclusivamente na assembleia.

Para além das transições dentro do poder local, observam-se diferenças na projeção política externa dos elementos de cada concelho. Em Évora, alguns elementos do poder local integraram a Assembleia da República e o Parlamento Europeu, algo que não

aconteceu em Vila Viçosa, onde os representantes do poder local calipolense apenas transitaram entre diferentes funções dentro do próprio poder local.

No que respeita aos níveis de escolaridade dos eleitos da câmara e da assembleia, não dispomos de informações completas, o que limita a possibilidade de conclusões rigorosas. O levantamento foi mais difícil no caso da Assembleia Municipal de Évora, onde não foi possível apurar a profissão de todos os membros – razão pela qual as percentagens foram calculadas apenas com base nos dados conhecidos. Já em Vila Viçosa, foi possível identificar a profissão de todos os eleitos para a câmara e para a assembleia, embora não tenhamos conseguido recolher os nomes dos elementos da assembleia no mandato de 1982-1985.

Apesar destas limitações, é possível inferir o nível académico com base no grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (licenciados ou então, no caso dos professores primários que tinham formação no magistério primário; neste caso, apenas se registou um exemplo em Vila Viçosa). Entre 1976 e 1989, Évora apresentou níveis académicos geralmente mais elevados do que Vila Viçosa, destacando-se sobretudo nos anos de 1976, 1982 e 1989, quando estes valores ultrapassam os 70% dos elementos que integraram o executivo camarário, enquanto nos restantes anos os níveis académicos do executivo eborense foram mais baixos, sendo 1979 (26,7%) o ano em que se registaram os valores mais reduzidos. Vila Viçosa, por sua vez, manteve valores abaixo dos 50% na maioria dos anos, exceto em 1985 e 1989, quando os licenciados passaram a representar mais de metade do executivo eleito (60%).

No que diz respeito à assembleia municipal, o cenário difere do verificado na câmara. De acordo com os dados disponíveis, a maioria dos eleitos eborenses não possui o nível de escolaridade superior. Apesar de tudo, notamos que, em 1985, havia 36,4% de licenciados, enquanto 63,6% não possuíam licenciatura. Porém, se olharmos para o único ano em que conseguimos obter as profissões de todos os elementos, constatamos que os valores, continuam baixos, com os licenciados, a representarem apenas 20,4% e os não licenciados correspondendo a 79,6%. Por sua vez, em Vila Viçosa, os valores ao longo dos anos são ainda mais baixos, sendo que a percentagem mais alta de licenciados a integrar este órgão foi eleita em 1989.

De forma geral, observamos, ao consultarmos as Tabelas 46, do Anexo n.º 11 e a Tabela 48 do Anexo n.º 13, que os licenciados estiveram sempre em minoria na assembleia

municipal em ambos os concelhos. Esta tendência pode ser explicada por vários fatores analisados ao longo do trabalho. Não se deve apenas ao facto de, nesse período, os níveis de formação académica ainda não serem comuns na população em geral, já que, se fosse esse o caso, esperar-se-ia uma percentagem mais elevada em Évora, dado o concelho beneficiar de maior centralidade política e económica.

Existem, contudo, dois indicadores que ajudam a justificar esta situação. Em primeiro lugar, a assembleia é um órgão significativamente mais extenso do que a câmara, sendo composta por um número mais elevado de eleitos, incluindo os presidentes de junta de freguesia, que, na maioria dos casos, pertenciam a grupos profissionais com níveis de escolaridade mais baixos. Em segundo lugar, a assembleia tinha, comparativamente à câmara, uma importância política reduzida no quadro do poder local (como referido no Subcapítulo 2.2). Isso levou provavelmente os partidos a privilegiar a inclusão de indivíduos mais qualificados nas listas para a câmara, reservando para a assembleia candidatos com níveis de escolaridade mais baixos.

Quanto à representatividade de género, ambos os concelhos apresentam um número muito reduzido de mulheres nos órgãos do poder local, sendo esta presença ainda mais escassa em Vila Viçosa. Neste concelho as mulheres estiveram representadas apenas na assembleia municipal, correspondendo a 4,6% dos eleitos, enquanto os homens equivaliam a 95,4%. Ao longo dos anos em análise, elas nunca integraram a câmara. Em Évora, a presença feminina no poder local é igualmente diminuta, embora tenham existido mulheres eleitas na câmara, representando 4,2% dos membros, enquanto os homens ocupavam 95,8%. Na assembleia, as mulheres corresponderam a 7,1% dos eleitos, contra 92,9% dos homens. Esta foi, de resto, uma tendência nacional, na qual as mulheres mantiveram uma fraca representatividade nos órgãos do poder local ao longo de todo o período cronológico analisado (Almeida, 2015: p. 168).

Relativamente à participação eleitoral, observa-se que a taxa de abstenção aumentou progressivamente em ambos os concelhos, embora sem grandes disparidades entre eles. Durante a maior parte da cronologia analisada, os valores mantiveram-se na casa dos 20%, seguindo a tendência nacional e distrital (Marktest, 2025). Contudo, na última eleição analisada, este valor ultrapassou os 30%, tanto nos concelhos em estudo como a nível distrital e nacional, evidenciando um afastamento crescente dos eleitores relativamente ao exercício do voto.

Como ideias finais desta comparação, podemos afirmar que o principal fator diferenciador das elites que constituíram a câmara e a assembleia municipal nos dois concelhos prende-se sobretudo com os níveis de escolaridade.

Podemos atribuir o facto de haver mais eleitos com formação superior em Évora aos maiores acessos à educação, pois, beneficiando da existência de todos os níveis de ensino, é mais frequente encontrarmos eleitos, tanto na câmara quanto na assembleia municipal, com formação académica superior. O mesmo não se verifica em Vila Viçosa, onde grande parte dos eleitos apresenta níveis de escolaridade mais baixos. Embora a Universidade de Évora não estivesse muito distante, as limitações económicas das famílias dificultavam, ainda assim, o acesso generalizado ao ensino superior.

No entanto, talvez a questão deva ser analisada de outra forma. A nossa análise recai sobre indivíduos que, no final da década de 1980, tinham cerca de trinta anos ou mais. Ou seja, teriam frequentado o ensino superior, no máximo, no início da década de 70, ou mesmo antes, quando a oferta de ensino superior em Évora ainda era muito incipiente ou inexistente. Portanto, é mais provável que a maioria dos indivíduos que ocupavam cargos municipais em Évora e Vila Viçosa e possuíam formação superior tivesse adquirido fora da região do Alentejo, em Lisboa, Coimbra ou Porto.

Se esses indivíduos eram naturais de Évora, de Vila Viçosa ou de áreas próximas, muito provavelmente provinham de famílias abastadas. Contudo, também pode ter acontecido que alguns não tivessem nascido ou crescido na região, tendo-se fixado nela por razões profissionais. Neste cenário, o facto de Évora acolher a cidade sede de distrito, ser um centro populacional de maior dimensão e concentrar serviços de várias ordens, que requeriam competências académicas de nível superior, favorecia Évora relativamente a Vila Viçosa quanto à possibilidade de as forças políticas que concorriam às eleições recrutarem esses quadros superiores para as suas listas eleitorais.

Considerações finais e ideias para futuro

Ao longo da dissertação procurámos compreender de que forma a passagem para a democracia se refletiu nas alterações socioculturais das elites locais nas autarquias de Évora e Vila Viçosa entre 1974 e 1989, anos que delimitam o nosso período de análise.

Ao longo dos capítulos através dos quais desenvolvemos a nossa linha de raciocínio e analisámos as informações que recolhemos através das fontes consultadas, fomos também apresentando as ilações que considerávamos mais importantes.

Assim, no primeiro capítulo da dissertação foi nosso objetivo caracterizar, do ponto de vista demográfico, socioeconómico e cultural os dois concelhos. Constatámos que, embora situados ambos na região do Alentejo, os dois concelhos em estudo apresentam algumas diferenças entre si. O concelho de Évora, além de albergar a cidade sede de distrito, de ser mais populoso do que o de Vila Viçosa, também se diferencia do ponto de vista dos valores apurados quanto aos níveis de escolaridade, embora tivéssemos alguma dificuldade em chegar de forma mais direta a este dado. Vila Viçosa, embora se incluía numa zona rica em termos económicos, não consegue ter a mesma importância político-administrativa que o concelho onde se situava a capital do distrito.

No segundo capítulo, o nosso objetivo foi caracterizar os quadros institucionais e jurídicos que determinaram a configuração do poder municipal no Estado Novo e durante o período democrático que analisamos, procurando destacar as suas principais diferenças. Apresentámos, ainda, tendo em atenção a sua importância num contexto de liberdade política e de importância da legitimidade eletiva, as forças partidárias que emergiram após 1974, que se tornaram as protagonistas da disputa eleitoral à escala local e de onde emergiram as novas elites políticas locais.

No terceiro capítulo procurou-se caracterizar, de forma abreviada, a forma como foram preparadas as primeiras eleições autárquicas democráticas, as várias entidades envolvidas, o papel da imprensa e dos próprios partidos. Procurámos, também, demonstrar como se foi fazendo a aprendizagem do exercício da disputa política democrática a nível local e alguns dos seus incidentes, ilustrando-os com casos ocorridos tanto no concelho de Évora como em Vila Viçosa.

A análise da correspondência entre o STAPE e as autoridades e forças políticas à escala local, que consultámos no Arquivo Distrital de Évora, merece-nos particular destaque. Verificamos, assim, como a comunicação entre um recém-criado organismo especializado para condução dos procedimentos eleitorais, e as instâncias locais, contribuiu para criar um modelo eleitoral que foi um êxito pois, ao longo de todas as eleições analisadas, não houve alterações profundas no modelo eleitoral autárquico. Além disto, os órgãos da imprensa local foram instrumentos essenciais da vida política autárquica, pois, nas várias campanhas eleitorais, permitiram fazer chegar a um grande número de habitantes do concelho de Évora várias mensagens e informações com vista a esclarecer todos os eleitores devidamente. Neste quadro, é de lamentar, para o caso de Vila Viçosa, a falta de um órgão de comunicação social que acompanhasse devidamente as campanhas eleitorais dos vários partidos ao longo de grande parte destes anos.

O quarto capítulo da dissertação corresponde o principal foco da nossa investigação, a análise das elites camarárias e das assembleias municipais em Évora e em Vila Viçosa: as principais diferenças entre o Estado Novo e o período democrático; as eventuais mudanças quanto ao perfil socioeconómico e cultural referidas elites ao longo do período em estudo e, na mesma perspetiva, as eventuais diferenças entre os dois concelhos identificados.

Um aspeto inequívoco que diferencia o Estado Novo do período democrático diz respeito ao afastamento das elites ligadas à ditadura e a sua substituição por novas elites legitimadas pelos munícipes de cada um dos concelhos através dos atos eleitorais quando após 1974 foi instaurada a democracia em Portugal.

Além disto, é importante referir que ambos os concelhos partilharam um conjunto de problemas que afetaram a maioria dos concelhos do Alentejo durante o Estado Novo: um regime de partido único que limitava a autonomia do poder local. Com a transição democrática assiste-se ao surgimento de vários partidos, fundamentais para enraizar a democracia no poder local em todo o país. Estes contribuíram para movimentar as populações e estimularam-nas a participar nos órgãos do poder local. Tais órgãos foram fundamentais no início da carreira política de muitos dos elementos dos principais partidos de que é exemplo José Carlos das Dores Zorrinho, que posteriormente, transitou para a Assembleia da República e posteriormente para o Parlamento Europeu. Referimos este caso, porque ele se reporta ao tema da mobilidade multinível dos representantes do

poder local e é certamente um relevante tema de investigação no campo da história política contemporânea. Porém, o nosso trabalho não se orientou nesse sentido e apenas enunciamos o exemplo referido acima, dadas as dificuldades de recolha de informações para efeito da reconstituição de percursos (Almeida, 2024). A questão fica, no entanto, assinalada.

Ainda dentro da lógica da continuidade e da mudança no poder local, é relevante notar o surgimento dos chamados “dinossauros autárquicos” (Araújo, 2003: p. 138), indivíduos que permaneceram por vários mandatos ligados ao poder local, algo que também existe nos concelhos de Évora e Vila Viçosa. Com o caso mais proeminente a ser o de Abílio Fernandes que se perpetuou na presidência da câmara de Évora ao longo de todos os mandatos analisados, embora este não seja o único com alguns vereadores e deputados da assembleia municipal também a permanecer ligados ao poder local eborense em vários mandatos. Em Vila Viçosa também se registam casos idênticos alguns indivíduos a permanecer por longos períodos no poder local, transitando entre os vários órgãos do poder local, câmara, assembleia e juntas de freguesia. Uma dinâmica que, de resto, também se registou em Évora.

A análise do perfil de habilitações literárias dos eleitos para a câmara e para a assembleia municipal em cada um dos concelhos parece indiciar a existência de uma relação entre o contexto demográfico, económico e cultural de cada concelho e o perfil sociocultural das suas elites locais.

No caso de Évora verificou-se, para além de uma clara rutura em termos das pessoas, uma mudança no perfil do elenco que assumiu o poder local logo nas primeiras eleições democráticas: uma forte presença de indivíduos com formação académica superior. Esta mudança foi, em Vila Viçosa, mais lenta e tardia. Foi sobretudo nas últimas eleições analisadas, em 1985 e 1989, quando os indivíduos com habilitação académica superior ganharam expressão no executivo camarário.

Os resultados da análise da agregação das profissões dos indivíduos com cargos locais em grupos profissionais, constatamos que um traço marcante no caso de Évora, e com particular evidência no caso dos executivos camarários, é dado pela relevância dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas, ligados a atividades laborais que não tinham a ver com o setor agrário, em contraste com o que se passava no último executivo do Estado Novo. Este cenário também é identificado quando falamos dos

eleitos diretamente para a assembleia, onde o grupo atrás citado também era o mais representado.

Em Vila Viçosa, o caso é algo diferente: o grupo dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas tiveram um papel tímido entre 1976 e 1982. Apesar de, em 1979, constituírem o grupo mais representado, não detinham a maioria dos lugares no executivo, situação que apenas se verificou nas duas últimas eleições, em 1985 e 1989. Por sua vez, os Operários, Artífices e Operadores de Máquinas desempenharam um papel relevante na vida política local através da assembleia municipal, sendo o grupo dominante entre os eleitos diretamente ao longo de todo o período democrático.

No que diz respeito ao grupo dos presidentes de juntas de freguesia, que por inerência, integravam as assembleias municipais, verifica-se, sob o prisma dos seus atributos em termos de habilitações, que tendiam a apresentar um nível de formação mais baixo e tendiam a integrar grupos profissionais associados ao trabalho braçal, quando eram oriundos das freguesias rurais: Operários, Artífices e Operadores de Máquinas, no caso de Vila Viçosa, Trabalhadores Rurais, no caso de Évora. Por sua vez, entre os presidentes das juntas urbanas, em Évora, predominavam os Operários, Artífices e Operadores de Máquinas, enquanto em Vila Viçosa estes oscilavam entre os Administrativos e os Comerciantes.

Quanto à força política dominante, à semelhança daquilo que ocorreu nos vários concelhos do Alentejo, também em Vila Viçosa e em Évora as coligações da área do PCP tiveram papel preponderante ao liderarem estas duas autarquias e a maioria das suas freguesias. Porém, no caso de Vila Viçosa, o cenário altera-se nas duas últimas eleições, com o PS a conseguir, em 1985, conquistar a maioria das juntas de freguesia e posteriormente, em 1989, a conseguir conquistar a câmara, a assembleia e a maioria das juntas de freguesia. Em Évora, o cenário foi diferente. As forças comunistas conseguem conquistar sempre a câmara, a assembleia e a maioria das juntas de freguesia.

Do ponto de vista da presença das mulheres no exercício do poder político local (Almeida, 2019), os dois concelhos estão em posições muito similares, dado que elas estão representadas de forma completamente reduzidas entre 1976 e 1989. No entanto, enquanto no concelho de Évora, ao longo de todo o período analisado, três mulheres integraram a elite camarária, e também pontuaram na assembleia municipal, em Vila Viçosa apenas registámos três mulher na assembleia municipal.

Por fim, quanto às ideias de futuro, importa sublinhar a relevância de se alargar este estudo aos dois órgãos políticos das freguesias, de modo a relacionarmos estas com o estudo que efetuámos, nomeadamente para efeitos de estudo de trajetórias locais multinível. A expansão desta análise a outros concelhos do distrito de Évora, poderia contribuir definitivamente para o conhecimento das dinâmicas locais a nível distrital no distrito de Évora o que nos permitiria perceber se aquilo que aconteceu nestes dois concelhos também acontecia nos restantes. Além disso, o alargamento deste estudo até aos nossos dias permitiria compreender de forma mais completa a evolução do poder local, possibilitando o resgate, a partir dos arquivos, dos nomes dos vários elementos que integraram os órgãos do poder local. Isso, no entanto, corresponderia a um esforço de recolhe de informações e analítico que está para além do nosso propósito no âmbito do mestrado.

Bibliografia

Fontes

Arquivos

Fundo: Governo Civil de Évora/SGMAI – Atas eleitorais de apuramentos gerais (1976 a 1989)

Fundo: Governo Civil de Évora/SGMAI – Processo de Eleições (1976 a 1989)

Fundo: Governo Civil de Évora/SGMAI – Recenseamento Eleitoral de 1973 de Évora

Fundo: Governo Civil de Évora/SGMAI - Recenseamento Eleitoral de 1973 de Vila Viçosa

AMEVR, Atas das Reuniões da Câmara de Évora, 1974

AMEVR, Atas das Reuniões da Câmara de Évora, 1975

AMEVR - Autos de Tomada de Posse do Município de Évora de 1976 a 1989

AMEVR – Processo das eleições (1976 a 1989)

AHMOVV, Atas das Reuniões da Câmara de Vila Viçosa, 1976, 1977 e 1978

AHMOVV, Atas das Reuniões da Câmara de Vila Viçosa, 1979, 1980, 1981

AHMOVV, Atas das Reuniões da Câmara de Vila Viçosa, 1984

AHMOVV, Atas das Reuniões da Câmara de Vila Viçosa, 1987

Periódicos

A Defesa

Diário do Sul

Notícias de Évora

Legislação

Código Administrativo, 1936. < <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/2194.pdf> > (Acedido a 16 de março de 2025)

Constituição da República Portuguesa, 1976, revisão de 2005. < <https://parlamento.pt/legislacao/documents/constpt2005.pdf> > (acedido a 10 de fevereiro de 2025)

Decreto-Lei 621-A/74, de 15/11/1974. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/621-a-1974-309893> > (acedido em 15 de janeiro de 2025) .

Decreto-Lei n.º 77/84, de 08/03/1984. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/77-1984-661094> > (acedido a 16 de março de 2025)

Decreto-Lei n.º 236/74, de 03/06/1974. < <https://diariodarepublica.pt/dr/decreto-lei/236-1974-622586> > (acedido a 15 de janeiro de 2025)

Decreto-Lei n.º 31095, de 31/12/1940. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/31095-1940-158453> > (acedido a 13 de maio de 2025)

Decreto-Lei n.º 35/90, de 25/01/1990 < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/35-1990-335264> > (acedido a 16 de julho de 2025)

Decreto-lei n.º 788/76 de 03/11/76, I série, n.º 257, < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/788-1976-409306> > (acedido a 13 de março de 2025)

Decreto-Lei, n.º 701-A/76, de 29/09/1976. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/701-a-1976-223432> > (acedido a 11 de março de 2025)

Decreto-Lei, n.º 701-B/76, de 29/09/1976. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/701-b-1976-223433> > (acedido a 11 de março de 2025)

Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, 1984 < <https://anmp.pt/file-viewer/?pstad=6366> (acedido a 16 de março de 2025)

Lei n.º 1/79, de 02/01/1979. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/1-1979-476532> > (acedido a 16 de março de 2025)

Lei n.º 1885/35, de 23/03/1935. < https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/rc_1885.pdf > (acedido a 14 de março de 2025)

Lei n.º 79/77, de 25/10/77. < <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/79-1977-277277> > (acedido a 16 de março de 2025)

Ofício circular n.º 1047 de 27/09/1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1286)

Ofício circular n.º 1059 de 30/09/1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1286)

Ofício circular n.º 1302, proc.º K.3.3 DCE de 24 de novembro de 1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1285)

Ofício circular n.º 938 de 20/08/1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1286)

Ofício circular n.º 994 de 08/09/1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1286)

Ofício circular n.º 1109, proc.º K.3.3. de 14 de outubro de 1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1285)

Ofício circular nº1198, Proc. G.4./DCE de 1976 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1285)

Fontes Estatísticas:

Instituto Nacional de Estatística (1991). *Recenseamentos gerais da população, 1970*,

Instituto Nacional de Estatística (1974). *Estatísticas da Educação* < https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICAÇOES_pagenumber=2&PUBLICAÇOEScolecao=107705&PUBLICACOESTipo=ea&selTab=tab0&PUBLICACOESTema=55445&xlag=pt > (acedido a 7 de outubro de 2024)

Páginas eletrónicas:

Maria Antónia Pires de Almeida. *Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021* - <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024)

Assembleia da República. Deputados: Biografia – Carlos Zorrinho - <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=438> (acedido a 13 de julho de 2025)

Assembleia da República. Deputados: Biografia – Lino Carvalho - <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=215> (acedido a 13 de julho de 2025)

Assembleia da República. Deputados: Biografia – Luís Capoulas <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=288> (acedido a 13 de julho de 2025)

Assembleia da República. Deputados: Biografia – José Ernesto d'Oliveira - <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=1353> (acedido a 13 de julho de 2025)

Comissão Nacional de Eleições (CNE). Partidos Políticos - <https://www.cne.pt/content/partidos-politicos-1> > (acedido a 17 de setembro de 2024).

Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - <https://anmp.pt/file-viewer/?pstid=6366> (acedido a 8 de outubro de 2024)

Marktest - <https://www.marktest.com/wap/a/p/id~d0.aspx> (acedido a 21 de março de 2025)

Parlamento Europeu. Deputados: Carlos Zorrinho - https://www.europarl.europa.eu/meps/pt/124739/CARLOS_ZORRINHO/history/9 (acedido a 13 de julho de 2025)

Estudos

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. (2013). *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012*, E-Book.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. (2014). *Dicionário biográfico do poder local em Portugal: 1936-2013*, E-Book, Lisboa.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2015). “Mulheres na política portuguesa” In Eduarda Ferreira, Isabel Ventura, Luísa Rego, Manuela Tavares, M. A. P. de Almeida (Ed.), *Percursos feministas: desafiar os tempos*. (pp. 164-174). Lisboa: Universidade Feminista/UMAR.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2016). *Grupos de cidadãos nas autarquias portuguesas: contributo para a prática da cidadania e para a qualidade da democracia*, E-Book, Lisboa.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2019). “As mulheres no poder local em Portugal”. In PIRES, Ana Paula, MARIANO, Fátima, VEIGA, Ivo (coords.), *Mulheres e eleições* (195-235). Coimbra, Edições Almedina.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2024). *Para uma história do poder local em Portugal nos primeiros 50 anos em Democracia: Projetos e resultados da investigação*. Ideias & Territórios, 5, pp. 37-41.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2025). *Comissões Administrativas CM 1974-1976*. Link: https://www.researchgate.net/publication/389851236_Comissoes_Administrativas_CM_1974-1976 (acedido a 10 de julho de 2025)

AMARAL, Diogo Freitas do (2001). *Curso de Direito Administrativo*. (1ª ed., Vol. I.). Coimbra, Almedina.

AMARAL, Diogo Freitas do (2014). *Uma Introdução à Política*. Lisboa, Bertrand Editora.

ARAÚJO, António de (2008). “Intenção Falhada” in PAÇO, António, *Coleção os Anos de Salazar* (vol. 2), Grupo Cofina, Lisboa.

ARAÚJO, António de (2003). “Mandarins, senhores da terra e políticos”, António Costa Pinto, André Freire (orgs.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora.

ALVES, Feliciano (Compilação atualização e notas). (2021). *Eleições Autárquicas de 2021 – legislação eleitoral e complementar*. Lisboa: Ministério da Administração Interna-Secretaria Geral.

CAETANO, Marcello (1991). *Manual do Direito Administrativo* (Tomo I), Coimbra, Livraria Almedina.

CAMPOS, Sérgio (2018). *Análisis del proceso electoral municipal en el distrito de Portalegre tras el advenimiento de la democracia en Portugal (1974–1976)* (Tesis Doctoral). Universidad de Extremadura. Publicação Eletrónica: <http://hdl.handle.net/10662/7921> (acedido a 13 de maio de 2025)

CAMPOS, Sérgio (2020). *Em memória dos cidadãos eleitos no Alto Alentejo*, Lisboa, Edições Colibri.

CARVALHO, Melo de. (1977). “Évora: os campos alentejanos e a cidade” in *Poder Local* vol. 3, Lisboa, Editorial Caminho.

CARVALHO, António Aleixo Pais Vacas de (2011). *Lavradores de Montemor-o-Novo e de Alcácer do Sal*, Edições Colibri.

CANOTILHO, J. J. Gomes, e MOREIRA, Vital, (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.^a ed. revista, Coimbra, Coimbra Editora.

CUNHAL, Álvaro (1976). *A Revolução portuguesa: o passado e o futuro*, Lisboa, Edições Avante.

FERREIRA, José António Costa (2005). *O Poder Local e Regional na Assembleia Constituinte de 1975/76: As Regiões Administrativas* (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Publicação Eletrónica: <http://hdl.handle.net/10216/19439> (acedido a 17 de março de 2025)

FERREIRA, José Medeiros (2001). *Portugal em Transe*, Lisboa, Editorial Estampa.

FERREIRA de ALMEIDA, J. C. (1978) “Évora: bairro clandestino dos Canaviais quanto custa a recuperação? In *Poder Local* vol. 5, Lisboa, Editorial Caminho.

FERNANDES, António Teixeira (1992), “Poder Local e Democracia”, *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1^a série, 2^o vol., pp. 29-59.

FINO, Anabela (1978). “Novas Eleições para a Câmara de Évora: Porquê?” in *Revista Poder Local* vol.10, Lisboa, Editorial Caminho.

FREIRE, André (coord.). (2001). *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lisboa, STAPE, MAI.

GASPAR, Jorge (1981), *A área de influência de Évora – Sistema de funções e lugares centrais*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

GASPAR, Jorge (1982) “Regionalização: Uma perspetiva sociogeográfica” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1-6, 7-12.

GUERRA, Isabel Pimentel (1986), “Poder local: reprodução ou inovação?”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 1, pp. 55 65. Publicação eletrónica: <http://hdl.handle.net/10071/949> . (acedido a 15 de março de 2025)

- LUCENA, Manuel de. (1976) *O Salazarismo. (vol. I)*. Lisboa: Perspetivas e Realidades.
- MAIO, Manuel Maio Gonçalves da. (2017). *O poder local e a organização política e administrativa do Estado português: evolução no regime político democrático vigente*, (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto. Publicação eletrónica: <http://hdl.handle.net/10284/5952> (acedido a 15 de janeiro de 2025)
- MACHADO, J. Baptista. (1982). *Participação e descentralização; Democratização e neutralidade na Constituição de 76*. Coimbra, Almedina.
- MENDES, Maria Manuela (1993). “As Elites Políticas num Concelho da Área Metropolitana do Porto”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 14, pp. 177-198.
- MONTE, Gil do (1978). *O jornalismo eborense*, Évora, Évora 1978.
- MOREIRA, Vital. (2002a) “Institucionalização do sistema Democrático” in MEDINA, João (dir.) *História de Portugal: Portugal Democrático (I)*, Lisboa, Ediclube.
- MOREIRA, Vital. (2002b). “O Sistema Jurídico-Constitucional do «Estado Novo»” in MEDINA, João (Dir.) *História de Portugal: A República (IV); O Estado Novo (I)*, Lisboa, Ediclube.
- OLIVEIRA, César (dir.). (1996). *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PORTAS, Nuno (1979), “O Poder Local – Que Futuro?” *Cadernos Municipais*, n.º2, Lisboa, Fundação Res Publica.
- QUINTAS, Armando José Graça. (2021). *Os Mármoreos do Alentejo. História, Património e Valorização Cultural (1850 - 2020)* (Tese de Doutoramento), Universidade de Évora, Évora. Publicação eletrónica: <http://hdl.handle.net/10174/29318> (acedido a 20 de outubro de 2024)
- RAMOS, Rui (Coord.), SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (2010). *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- REIS, António. (1994). “O Poder Central” in REIS, António (coord.) *Portugal: 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando (1998), *O Estado Novo (1926-1974)*, História de Portugal (Dir. José Mattoso), vol. VII, Lisboa, editorial Estampa.

- RUAS, Henrique Barrilaro (1994) “O poder local” in REIS, António (coord.) *Portugal: 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RUIVO, Francisco Felgueiras Bairrão. (2013). *Spinolismo: Viragem Política e movimentos sociais*, (Tese de Doutoramento) FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Publicação Eletrónica: <http://hdl.handle.net/10362/10790> (acedido a 15 de outubro de 2024)
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992). *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana - livro I*, Edições Afrontamento, Lisboa.
- SEABRA, Zita. (2007). *Foi Assim*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- SIMPLÍCIO, Maria Domingas. (1997) *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora*. (Tese de Doutoramento) Universidade de Évora, Évora.
- SOUSA, L. de., GRILO, F. (2018) *A qualidade da Democracia Local vista pelos Presidentes das Assembleias Municipais: Resultados de um Inquérito*. Policy Brief 2018. Observatório da Qualidade da Democracia. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Publicação Eletrónica: <http://hdl.handle.net/10451/35335> (acedido a 15 de março de 2025)
- STONE, Lawrence. (2011). “Prosopografia”, in *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, 115-137. Publicação Eletrónica: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/khxZXHsx498bxmNtg63Hzgy/?lang=pt> (acedido a 21 de abril de 2025)
- VENEZA, Ana. (1986). “O Poder Local, 1976-1984: da indefinição à descentralização Estatal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, António. (2002). “«Estado Novo» – as eleições do regime” in MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal: O Estado Novo (II)*, Lisboa, Ediclube.

ANEXOS

Anexo 1 – Entrevista com Manuel Poeiras

Entrevista realizada a 13/10/2024, a Manuel Poeiras, 78 anos, natural de Vila Viçosa.

Manuel Poeiras é ex-técnico tributário dos serviços de finanças de Vila Viçosa.

Perguntas

1 – Sabe quem era o senhor António Gonçalves Carolino, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

2 - Sabe quem era o senhor António Gonçalves Canhoto, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez e qual era o seu partido?

3 - Sabe quem era o senhor Manuel Inácio Ferrão, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

4 - Sabe quem era o senhor António Salvador Garcia Teixeira, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

5 - Sabe quem era o senhor António Martins Barradas, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

6 - Sabe quem era o senhor João Manuel Trindade Cordeiro, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

7 - Sabe quem era a senhora Maria Rosa Sampaio pastor Cravo, o que ela fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

8 - Sabe quem era o senhor José Joaquim Caleço Rosa, o que ele fazia profissionalmente e qual era idade quando foi eleito pela primeira vez?

9 - Sabe quem era o senhor João José Canhoto Saúde, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

10 - Sabe quem era o senhor José Francisco Bilro, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

11 - Sabe quem era o senhor Hélder Joaquim Ramos Cravo, o que ele fazia e profissionalmente e qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

12 - Sabe quem era o senhor Joaquim Manuel de Toscano Rocha, o que ele fazia profissionalmente e qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

13 - Sabe quem era o senhor Romão Correia Carapinha, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

14 - Sabe quem era o senhor Francisco António Rato Chagas, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

15 - Sabe quem era o senhor Abel Maria Ribeiro Mourato, o que eu fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

16 - Sabe quem era o senhor José Joaquim Carvalhal Marques, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

17 - Sabe quem era o senhor Joaquim Bento Faias Malato, o que ele fazia profissionalmente qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

18 - Sabe quem era a senhora Maria de Lourdes P. Silva F. Morgado Vêstia, o que ela fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

19 - Sabe quem era o senhor Francisco João Cardoso Marques, o que eu fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

20 - Sabe quem era o senhor Geraldo de Jesus Gazimba, o que o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

21 – Sabe quem era a senhora Maria Virgínia da Cruz Serra Gonçalves, o que fazia e qual era a sua idade quando foi eleita pela primeira vez?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Respostas

1 – O senhor António Gonçalves Carolino era empregado de escritório. A idade não consigo identificar.

2 – O senhor António Gonçalves Canhoto era comerciante. A idade não consigo identificar.

3 – O senhor Manuel Ferrão era comerciante. A idade não consigo identificar.

4 – O senhor António Garcia Teixeira era empresário. A idade não consigo identificar.

5 – O senhor António Barradas era industrial dos mármore. A idade não consigo identificar.

6 – O senhor João Trindade Cordeiro era empregado de escritório. A idade não consigo identificar.

7 – A senhora Maria Rosa Cravo era doméstica. A idade não consigo identificar.

8 – O senhor José Caleço Rosa era empregado de escritório. A idade não consigo identificar.

9 – O senhor João Saúde era empresário dos mármore. A idade não consigo identificar.

10 – O senhor José Bilro era empregado de escritório e tinha 47 anos quando entrou na Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa em 1974.

11 – O senhor Hélder Cravo era comerciante. A idade não consigo identificar.

12 – O senhor Joaquim Toscano Rocha era cobrador. A idade não consigo identificar.

13 – O senhor Romão Carapinha era comerciante. A idade não consigo identificar.

14 – O senhor Francisco chagas era economista. A idade não consigo identificar.

15 – O senhor Abel Mourato era técnico tributário. A idade não consigo identificar.

16 – O senhor José Marques era técnico tributário e tinha 42 anos quando foi eleito para a assembleia municipal em 1989.

17 – O senhor Joaquim Malato era industrial dos mármore. A idade não consigo identificar.

18 – A senhora Maria de Lourdes Vêstia era professora. A idade não consigo identificar.

19 – O senhor Francisco Marques era eletricista. A idade não consigo identificar.

20 – O senhor Geraldo Gazimba era advogado. A idade não consigo identificar.

21 – A senhora Maria Virgínia da Cruz Serra Gonçalves era Empregada de Escritório e tinha 33 anos quando foi eleita.

Anexo 2 – Entrevista com Eduardo Almeida

Entrevista realizada a 14/10/2024, a Eduardo Almeida, natural de Vila Viçosa. Eduardo Almeida é filho do ex-presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Filipe Néry Cunhal de Almeida além disto foi vereador no mandato de 1997-2001.

Perguntas

1 – Qual era a profissão e a idade do seu pai quando foi nomeado presidente da câmara municipal de Vila Viçosa? Qual era a idade e profissão dos vereadores que integraram o executivo camarário no tempo do seu pai?

2 – Sabe quem era o senhor Fernando José Paixão, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

3 – Sabe quem era o senhor José António Lima Martins, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

4- Sabe quem era o senhor António Marcelino Cabral, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

5 – Sabe quem era o senhor Júlio Almeida Bacalhau, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

6 – Sabe quem era o senhor José António Rela Batanente, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

7 – Sabe quem era o senhor Fernando Manuel Gonçalves Brandão, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

8 – Sabe quem era o senhor Joaquim António Bértolo Garcia, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade e filiação partidária quando foi eleito pela primeira vez?

9 – Sabe quem era o senhor Bernardo José Simões, o que fazia em termos profissionais e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

10 – Sabe quem era o senhor Luís Filipe Freire Figueiredo, o que fazia em termos profissionais e qual era sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

11 – Sabe quem era o senhor Domingos António Ruxa Rocha, o que fazia em termos profissionais e qual era sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa. As profissões, idades e, sobretudo, o nome do último executivo da Câmara Municipal de Vila Viçosa foram obtidos com base nas memórias de Eduardo Almeida.

Respostas

1 – O meu pai chamava-se Filipe Néry Cunhal de Almeida era empregado de escritório e quando foi nomeado em 1972, presidente da câmara municipal de Vila Viçosa, tinha 58 anos. Ele era independente, os restantes não me consigo recordar. O primeiro vereador foi o senhor Guilherme dos Anjos Ferreira, que era sapateiro de profissão e tinha a idade mais elevada com 69 anos. O segundo vereador que integrou a Câmara no tempo do meu pai foram o senhor Hélder Evaristo, que trabalhava aqui nas pedreiras de Vila Viçosa como técnico de explosivos e tinha 48 anos. O terceiro vereador era o senhor Joaquim António de Jesus Pinto, que trabalhava como empregado na Fundação da Casa de Bragança e tinha 48 anos. O último vereador, era o senhor Manuel António Paixão Pereira que tinha 36 anos e era empregado aqui em Vila Viçosa, no Grémio de Lavoura.

2 – O senhor Fernando Paixão era professor aqui em Vila Viçosa, mas não consigo identificar a sua idade.

3 – O senhor José Lima Martins era professor aqui em Vila Viçosa. A idade não consigo identificar.

4 – O senhor António Marcelino Cabral, era comerciante e tinha uma sapataria aqui em Vila Viçosa, ele tinha 46 anos na altura quando foi eleito para a Assembleia Municipal em 1979.

5 – O senhor Júlio Bacalhau era eletricista, mas a idade não consigo identificar.

6 – O senhor José Rela Batanete era professor aqui em Vila Viçosa, a idade também não consigo identificar.

7 – O senhor Fernando Brandão era e penso que ainda é professor aqui em Vila Viçosa, e tinha na altura 37 quando foi eleito pelo PS para a assembleia municipal em 1989.

8 - O senhor Joaquim Bértolo Garcia era engenheiro e era do PSD, a idade não consigo identificar.

9 – O senhor Bernardo José Simões trabalhava no setor dos mármore e tinha 57 anos quando foi eleito em 1976, para a Assembleia Municipal.

10 – O senhor Luís Felipe Freire Figueiredo era padeiro em Pardais, e tinha 32 anos quando foi eleito.

11 – O senhor Domingos António Ruxa Rocha era industrial dos mármore tinha 33 anos quando foi eleito.

Anexo 3 – Entrevista com António José Cuco Cabrela

Entrevista realizada a 15/10/2024, a António José Cuco Cabrela, de 80 anos, natural de Ciladas – São Romão. António Cabrela desempenhou, ao longo de vários mandatos, a função de presidente da Junta de Freguesia de Ciladas – São Romão. Na mesma junta de freguesia, exerceu ainda os cargos de secretário, tesoureiro e membro da assembleia de freguesia, tendo sido sempre eleito pelas coligações do PCP.

Perguntas

- 1 – Sabe quem era o senhor Fernando Clemente Ferreira Galego, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez e qual era o seu partido?
- 2 – Sabe quem era o senhor António Cristino Baleiro Salgueiro, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 3 – Sabe quem era o senhor António Inácio Pécurto Batista, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito e qual é o seu partido?
- 4 – Sabe quem era o senhor Joaquim António Galego Cardoso, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 5 – Sabe quem era o senhor António Borracha Jardim, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 6 – Sabe quem era o senhor Guilherme Acácio Vicente, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 7 – Sabe quem era o senhor Francisco Patação Carvalho, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 8 – Sabe quem era o senhor José Augusto Melrinho Rosado, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 9 – Sabe quem era o senhor Guilherme António Nepomuceno Caeiro, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 10 – Sabe quem era o senhor Joaquim Manuel Andrade, o que fazia profissionalmente e qual era sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 11 – Sabe quem era o senhor José Joaquim Bértolo Garcia, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 12 - Sabe quem era o senhor João José Borges, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 13 - Sabe quem era o senhor José António Bajanca Valério, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?
- 14 - Sabe quem era o senhor Joaquim António Cordeiro Maurício, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?

15 – Sabe quem era o senhor João Manuel Carvalho Caldeirinha, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?

16 – Sabe quem era o senhor José Mendes Sande, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?

17 – Sabe quem era o senhor Edmundo José da Rosa Casaca, o que fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Respostas

1 – O senhor Fernando Clemente Ferreira Galego foi eleito primeiro pela FEPU e depois pela APU. Ele trabalhava como motorista de pesados na indústria dos mármore. A idade não consigo identificar.

2 – O senhor António Cristino Baleiro Salgueiro era engenheiro e foi eleito pela APU em 1979 para a câmara municipal. A idade também não consigo identificar.

3 – O senhor António Pécurto Batista, era industrial dos mármore foi eleito em 1982 pelo PSD como vereador, a idade não consigo identificar.

4 - O senhor Joaquim António Galego Cardoso foi presidente da junta de freguesia de Bencatel e posteriormente foi vereador da câmara sempre eleito nas coligações do PCP em todos os momentos. Era cabouqueiro de profissão e tinha 34 anos quando foi eleito pela primeira vez presidente da junta de freguesia de Bencatel.

5 – O senhor António Jardim tinha e têm uma empresa em Vila Viçosa e tinha 37 anos quando foi eleito pela CDU, vereador em 1989.

6 – O senhor Guilherme Acácio Vicente era bancário e foi eleito pela APU em 1979 para a assembleia municipal. A idade não consigo identificar.

7 – O senhor Francisco Patação Carvalho era trabalhador dos mármore, mas a idade não consigo identificar.

8 – O senhor José Augusto Melrinho Rosado trabalhava no setor dos mármore. Ele tinha 34 anos quando foi eleito pela primeira vez para a assembleia municipal. Foi ainda presidente da junta de freguesia de Bencatel.

9 – O senhor Guilherme Caeiro tinha 31 anos quando foi eleito pela primeira vez para a assembleia municipal. Foi ainda presidente da junta de freguesia de São Romão - Ciladas. Era trabalhador rural ou jornaleiro.

10 – O senhor Joaquim Manuel Andrade, tinha 42 anos quando entrou na comissão administrativa da câmara municipal de Vila Viçosa em 1974. Além disto foi ainda membro da Assembleia Municipal como deputado e como presidente da junta de freguesia de Ciladas. Era trabalhador rural.

11 - O senhor José Joaquim Bértolo Garcia era do PSD e era engenheiro. A Idade não consigo identificar.

12 – O senhor João José Borges, era Sapateiro. A idade não consigo identificar.

13 – O senhor José Bajanca Valério era Sargento do Exército que estava na reserva. A idade não consigo identificar.

14 – O senhor Joaquim Cordeiro Maurício era Agricultor. A sua idade não consigo identificar.

15 – O senhor João Manuel Caldeirinha era natural de São Romão – Ciladas e tinha 54 anos quando foi eleito para a Assembleia Municipal em 1989 na lista da CDU. A sua profissão era jornalista.

16 – O senhor José Mendes Sande era Comerciante. Ele tinha 48 anos quando foi eleito.

17 – O senhor Edmundo José da Rosa Casaca era Guarda-Fios dos CTT e tinha 53 anos quando foi eleito.

Anexo 4 – Entrevista com Francisco Ameixa

Entrevista a 16/10/2025, a Francisco Ameixa, natural de Vila Viçosa.

Francisco Ameixa é ex-presidente da junta de S. Bartolomeu e também é ex-presidente da união das juntas de freguesia de S. Bartolomeu e Conceição tendo sido sempre eleito pelas coligações do PCP.

Perguntas

1 - Sabe quem era o senhor António João Serrador Canhoto, o que ele fazia profissionalmente e qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

2 - Sabe quem era o senhor César Barradas Ramos, o que eu fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

3 - Sabe quem era o senhor Manuel António Paixão Pereira, o que ele fazia profissionalmente e qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

4 - Sabe quem era o senhor Hermínio dos Santos Garcia, o que ele fazia profissionalmente e qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

5 - Sabe quem era o senhor João José Jardim, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

6 - Sabe quem era o senhor Quirino Évora Lapa, o que eu fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

7 - Sabe quem era o senhor Joaquim António Batanete Frade, o que ele fazia profissionalmente e qual é a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

8 - Sabe quem era o senhor Joaquim Manuel Gonçalves Gomes, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

9 – Sabe quem era o senhor José Duarte Patação Rodrigues, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

10 – Sabe quem era o senhor Joaquim José Barradas Barroso, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

11 – Sabe quem era o senhor Manuel José Barão Lopes, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Respostas

1 – O senhor António Canhoto era funcionário público. A idade não consigo identificar.

2 – O senhor César Ramos era comerciante. A idade não consigo identificar.

3 – O senhor Manuel Pereira era apicultor. A idade não consigo identificar.

4 – O senhor Herminio Garcia era professor. A idade não consigo identificar.

5 – O senhor João Jardim era mineiro. A idade não consigo identificar.

6 – O senhor Quirino Lapa era canteiro. A idade não consigo identificar.

7 – O senhor Joaquim Frade era empregado de escritório. A idade não consigo identificar.

8 – O senhor Joaquim Manuel Gonçalves Gomes era empregado bancário. A idade não consigo identificar.

9 – O senhor José Duarte Patação Rodrigues era funcionário público. A idade não consigo identificar.

10 – O senhor Joaquim José Barradas Barroso era empregado bancário. A idade não consigo identificar.

11 – O senhor Manuel José Barão Lopes era trabalhador dos mármore. A idade não consigo identificar.

Anexo 5 - Entrevista com Inácio Esperança

Entrevista realizada a 17/10/2024, a Inácio Esperança, de 57 anos, natural de Vila Viçosa. É o atual presidente da câmara municipal de Vila Viçosa, tendo sido eleito em 2021 para o primeiro mandato pela coligação “Movimento por Vila Viçosa” apoiada pelo PPD-PSD, CDS, PPM e MPT. Em mandatos anteriores já desempenhou o cargo de presidente da junta de Pardais e foi ainda vereador da câmara municipal e também deputado na assembleia municipal.

Pergunta

1 - Sabe quem era o senhor Francisco Rodrigues Ramalho, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade na primeira vez que foi eleito?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Resposta

1 – O senhor Francisco Ramalho era dono de uma Escola de Condução aqui em Vila Viçosa. Ele foi eleito presidente da junta de freguesia de S. Bartolomeu em 1979 nas listas do PSD, porém ele era do CDS. A idade não consigo identificar.

Anexo 6 – Entrevista com Fátima Andrade

Entrevista realizada a 17/10/2024, a Fátima Andrade, natural de Ciladas – São Romão. Fátima Andrade é ex-funcionária da junta de freguesia de Ciladas.

Pergunta

1 – Sabe quem era o presidente da junta de freguesia de Ciladas entre 1989 e 1993, qual a sua idade e profissão?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Resposta

1 – O Presidente da Junta de Freguesia de São Romão – Ciladas entre 1989 e 1993 foi o senhor Guilherme Caeiro, que era trabalhador dos mármore, ele tinha 41 anos quando foi eleito na lista da CDU.

Anexo 7 – Entrevista com José Rosado

Entrevista realizada a 18/10/2024, a José Rosado, natural de Pardais.

José Rosado é ex-funcionário das pedreiras de Mármore.

Pergunta

1 - Sabe quem era o senhor António Peixoto, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade quando foi eleito pela primeira vez?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes

e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Resposta

1 – O senhor António Peixoto era motorista na indústria dos mármore e tinha 49 anos quando foi eleito pela primeira vez em 1976.

Anexo 8 – Entrevista com Nuno Pinheiro

Entrevista realizada a 18/10/2024, a Nuno Pinheiro, de 51 anos, natural de Vila Viçosa.

Nuno Pinheiro é o atual Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa.

Pergunta

1 - Sabe quem era o senhor José Carlos Sengo Cardoso, o que ele fazia profissionalmente e qual era a sua idade?

O áudio foi gravado com o gravador de voz do telemóvel e transcrito para Word, sendo posteriormente ajustado de forma a responder às perguntas relativas à idade e profissão dos indivíduos eleitos que constituíramos órgãos do poder local em Vila Viçosa. Os nomes e os partidos foram identificados com base nos editais de candidatura presentes no Arquivo Distrital de Évora e nas atas da Câmara Municipal de Vila Viçosa, disponíveis no Arquivo Histórico de Vila Viçosa.

Resposta

1 – O senhor José Carlos Cardoso era empregado de escritório. A idade não consigo identificar.

Anexo 9 – Correspondência com o INE sobre o PIB para Vila Viçosa e Évora para 1990.

Pergunta



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Pedido de Informação


Número de entrada: PED-690531579

E-mail: m53801@alunos.uevora.pt

Exmos. Senhores do INE, Espero que este email os encontre bem. O meu nome é José Miguel Lopes e venho por este meio solicitar informações estatísticas relativas ao Produto Interno Bruto (PIB) por concelho no distrito de Évora para o ano de 1990. Após consultar os recursos disponíveis no vosso website, não consegui localizar os dados específicos para os concelhos dessa região e ano. Assim, gostaria de saber se o INE dispõe desses dados ou de qualquer outra informação relevante sobre o desenvolvimento económico local para esse período. Agradeço desde já a vossa atenção e disponibilidade. Com os melhores cumprimentos, José Miguel Lopes

ConsultarLink: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_ped_informacao_list

Resposta



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Envio de Respost

Data: 09-10-2024
N/ Ref*: PED-690531579

Caro/a Utilizador/a,
José Miguel Leitão Lopes

Agradecemos o seu pedido n.º PED-690531579.

O IB não é apurado por concelho, sendo a sua desagregação máxima a Nuts III.

Pode consultar os dados por região na área das [Contas Nacionais](#), no [D. Contas Regionais > D.1.1 Principais indicadores](#).

Colocamo-nos ao V. dispor para eventuais esclarecimentos.

Com os nossos cumprimentos,

Apoio ao Utilizador
INE - Instituto Nacional de Estatística, IP
Nº 218 440 695 - Chamada para rede fixa nacional
9:00 às 17:00 - dias úteis
Pedidos de Informação
Visite o INE em www.ine.pt

Anexo 10 – Tabela 45 – Total de eleitos e nomeados na Câmara Municipal de Évora (1974 - 1989)

N. °	Nome	Classificação Profissional/Título	Grupo Profissional	Habilitações	Género	1974	1975	1976	1978	1979	1982	1985	1989	Total de mandatos	Partido ou Coligação	Desempenhou funções na AM
1	Carlos Garcia Fialho	Empresário Agrícola	Empresário/Industriais	S. I	M	X								1	ANP	Não
2	António Manuel Gutierrez Caeiro	Industrial	Empresário/Industriais	S. I	M	X								1	ANP	Não
3	Luís Félix Nunes	Gerente do Montepio	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X								1	ANP	Não
4	Angelino Pires Fitas Figueiredo	Comerciante	Comerciantes	S. I	M	X								1	ANP	Não
5	Isabel da Visitação Morgado Palha	Doméstica	Domésticas	S. I	F	X								1	ANP	Não
6	Mariano Elias de Moura Costa Pires	Engenheiro Agrónomo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X								1	ANP	Não
7	António Francisco Melro	Regente Agrícola	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M	X								1	ANP	Não

8	Manuel Tierno Bagulho	Arquiteto	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X							1	S. I	Não
9	Malaquias da Costa Lobato Pimentão	Médico	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X							1	S. I	Não
10	António Manuel Horta	Engenheiro Agrónomo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X							1	S. I	Sim
11	Francisco José Gutierrez Caeiro	Comerciante	Comerciantes	S. I	M		X							1	S. I	Sim
12	Manuel Marques Pereira	Proprietário Agrícola	Empresário/Industriais	S. I	M		X							1	S. I	Não
13	Alberto Carlos Martins de Brito Lima	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X							1	S. I	Não
14	Maria Ana Queiroga Dias	Professora	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	F		X							1	S. I	Não
15	Jerónimo Queiroga	Médico Veterinário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	S. I	M		X							1	S. I	Não

16	José Azeda Godinho	Cabouqueiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X							1	S. I	Não
17	Joaquim Rosa Ferreira	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X							1	S. I	Não
18	António José Melgão	Comerciante	Comerciantes	S. I	M		X							1	S. I	Não
19	Afonso Henriques Freire Andrade de Carvalho	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X							1	S. I	Não
20	António Justo Gomes Pires	Mecânico	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X							1	S. I	Sim
21	Arlindo Gonçalves de Carvalho	Técnico da Direção Geral dos Desportos	Funcionário Público	S. I	M		X							1	S. I	Não
22	José Almeida Pontes	Bate-Chapas	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X							1	S. I	Não
23	Rui Araújo Cordeiro	Funcionário da Siemens	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X							1	S. I	Não
24	Abílio Dias Fernandes	Economista	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X	X	X	X	X	X	6	FEPU/APU/CDU	Não

25	Jorge Henrique Cardoso da Silva	Arquiteto	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X	X					2	FEPU/APU/CDU	Não
26	Acácio Monteiro Alferes	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X	X						2	(1975- S. I) FEPU/APU/CDU	Sim
27	José António Bagulho	S. I	S. I	S. I	M			X						1	PS	Não
28	Celestino António da Veiga Neves David	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X						1	PSD	Não
29	João António Freixa Leitão	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X						1	PS	Não
30	Vítor Jaime Ribeiro dos Santos	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X						1	PS	Sim
31	Celino Silva Cardoso Silva	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços Pessoal dos Serviços	S. I	M					X	X			2	FEPU/APU/CDU	Sim
32	António Luís Grilo Foito	operário Metalúrgico	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X	X		X	X	4	FEPU/APU/CDU	Não

33	Joaquim Manuel Ramalho Mendes	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X	X	X			3	FEPU/APU/CDU	Sim
34	Francisco Manuel de Mira Branquinho	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X					1	PSD	Sim
35	Fernanda Ramos	Funcionária do Fundo de Fomento da Habitação	Funcionária Pública	S. I	F					X				1	PS	Não
36	António Augusto Ramos	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoa dos Serviços	S. I	M					X				1	PSD	Sim
37	Abel Luís Junqueira	Engenheiro Civil	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	S. I	M						X	X		2	PSD	Sim
38	João Santos	Economista	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M						X			1	FEPU/APU/CDU	Não
39	Luís Capoulas	Engenheiro Eletrotécnico	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M						X		X	2	PSD	Não

40	Paulo Manuel de Barros Barral	Arquiteto	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M						X		X	2	PS	Sim
41	José António Rondão de Almeida	Funcionário Público	Funcionário Público	Funcionários Públicos	M							X		1	PS	Não
42	António Joaquim Ramalho Valente	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M							X	X	2	FEPU/APU/CDU	Sim
43	António Joaquim Carreiras Saías	Engenheiro Técnico Agrário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Curso Técnico	M							X		1	FEPU/APU/CDU	Não
44	António Joaquim Rosado da Cruz	Professor do Secundário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M							X	X	2	PSD	Não
45	Jorge Rebeca	Psicólogo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M								X	1	FEPU/APU/CDU	Não
46	José Manuel Godinho Espanhol	Contabilista	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	S. I	M				X					1	PSD	Sim
47	Humberto Carlos Paixão	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X		X					2	(1975 - S. I) PS	Sim

Fonte – Recenseamento Eleitoral de Évora (1973) (PT/SMAI/GCEVR/L/1285); Atas de Reuniões da câmara de Évora, 1974: p.245; Livro de atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 1975: p.35; Recenseamento eleitoral de Évora (1973). (PT/SMAI/GCEVR/L/1285); Livro de Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Évora, 1976: p. 67; Recenseamento eleitoral de Évora (1973) (PT/SMAI/GCEVR/L/1285) Auto de Tomada de Posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1977. (PT/AMEVR/CME/B/A/001/Lv.48-1977) Auto de Tomada de Posse da Câmara Municipal de Évora, dezembro de 1978. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1978/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1980 (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1979/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1983. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1983/Cx.1) Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1986. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.1)

Nota: S. I = Sem Informação

Anexo 11 – Tabela 46 – Total de Eleitos à Assembleia Municipal de Évora (1976 - 1989)

Nº	Nomes	Título Profissional	Grupo Profissional	Habilitações	Género	1976	1979	1982	1985	1989	Nº de Mandatos	Partido ou Coligação	Deputado na AM	PJF	Deputado e PJF em mandatos diferentes	Desempenhou Funções na CM
1	Mário de Melo dos Santos Barradas	Funcionário Público	Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto	Licenciatura	M	X	X				2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
2	José da Conceição Alves Madeira	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X	X	X	X		4	FEPU/APU /CDU - (1976,1982, 1985); PSD - (1979)	Sim	Não	Não	Não
3	Humberto Carlos Pereira Paixão	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Sim
4	Jorge Pinheiro Alves	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X	X				2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

5	António Alexandre Botelho	Professor Primário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Magistério Primário	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Não
6	Celeste Aurora Arede Pereira de Carvalho	Médica	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	F	X			X		2	FEPU/APU /CDU - (1976) PRD - (1985)	Sim	Não	Não	Não
7	Claudino José Mendes dos Santos	Funcionário Público	Funcionários Públicos	S. I	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Não
8	Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X	X	X	X		4	PSD - (1976,1979, 1982); PS - (1985)	Sim	Não	Não	Não
9	Miquelina Jesus Amaral Lopes Condeço	Enfermeira Parteira	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	F	X					1	FEPU/APU/CDU	Sim	Não	Não	Não
10	António dos Santos Cartaxo Júnior	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Não

11	José Ferreira Nunes Bizarro	Professor Liceal	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X	X		X	X	4	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
12	Reinaldo José Coelho Pimenta	Contabilista	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M	X					1	PS	Não	Sim	Não	Não
13	José Rodrigues da Costa	Pintor de Automóveis	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	PS	Não	Sim	Não	Não
14	António José Varela	Motorista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
15	Joaquim Jacinto Piteira Furtado	Cobrador	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X	X	X			2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
16	Joaquim António Valverde	S. I	S. I	S. I	M	X	X				1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
17	Norberto Marcelino Zambujo de Matos	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X					1	PS	Não	Sim	Não	Não
18	Estevão de Mira Rosado	Agricultor	Agricultores	S. I	M	X	X	X			3	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não

19	Joaquim Fava da Luz	S. I	S. I	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
20	Sertório Leal Barahona	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X	X				2	PSD	Sim	Não	Não	Não
21	Manuel Joaquim Picado	Engenheiro Civil	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X					1	PS	Não	Sim	Não	Não
22	Fernando Lourenço Farinha	Mecânico	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
23	Fernando Nunes Percheiro	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X			X		2	PS	Não	Sim	Não	Não
24	José António Caeiro	Encarregado de Obras	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X					1	PS	Não	Sim	Não	Não
25	Adalcino Rodrigo Rosário Bragado	Estofador	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

26	Armando Serôdio Quintas	Trabalhador Agrícola	Trabalhadores Rurais	S. I	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Não
27	Manuel Gaudêncio Narigueta	Trabalhador Agrícola	Trabalhadores Rurais	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
28	Jacinto António Godinho	Agricultor	Agricultores	S. I	M	X					1	PS	Não	Sim	Não	Não
29	Luís Alberto Martins Gomes	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X	X			2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
30	João Alves Pimenta	Médico	Especialistas das Profissões intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X	X			2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
31	António Manuel dos Santos Murteira	S. I	S. I	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
32	José Luís Rodrigues Martins	S. I	S. I	S. I	M		X				1	PS	Sim	Não	Não	Não
33	Maria Alice Lami Tavares Chicó	S. I	S. I	S. I	F		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

34	João António Torrinhas Paulo	Operário Metalúrgico	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X	X	X		3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
35	Mário de Carvalho Guerreiro da Cunha	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X		X		2	PSD - (1979); PS - (1985)	Sim	Não	Não	Não
36	Acácio Monteiro Alferes	Engenheiro Eletrotécnico	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X	X	X		3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
37	António Manuel Horta	Engenheiro Agrónomo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X				1	PS	Sim	Não	Não	Sim
38	Francisco Ângelo Palma Pisco	Contabilista	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M		X	X		X	3	PSD	Sim	Não	Não	Não
39	Victor Manuel Borges Ramos	S. I	S. I	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
40	José António Emídio	S. I	S. I	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
41	Catarina Luís Carreto	Funcionária Pública	Funcionário Públicos	S. I	F		X	X	X		3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

	Correia Ferreira															
42	Manuel Francisco da Costa	S. I	S. I	S. I	M		X				1	PS	Sim	Não	Não	Não
43	José Manuel da Conceição Noites	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
44	Lino António Marques de Carvalho	Contabilista	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M		X	X	X	X	4	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
45	Armindo Varela Pereira	S. I	S. I	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
46	Manuel António Ramalho	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
47	Jorge Manuel Barata Queirós Soares	S. I	S. I	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

48	José Alfredo Queiroga de Abreu Alpoim	Engenheiro Agrónomo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
49	José Maria Rodrigues Figueira	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X	X		X	3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
50	Carlos Alberto Alves Tavares	Gerente de Transportes	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
51	Maria Raquel da Cunha Gomes de Oliveira	S. I	S. I	S. I	F		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
52	António José Branco Filipe	Técnico de Organização	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M		X	X	X		3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
53	João José valverde	Carpinteiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X	X	X		X	3	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não

54	Jaime Carmo	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
55	Luís Filipe Godinho dos Santos Varela	Encenador	Profissionais da Criação Artística, do Espetáculo e do Desporto	S. I	M		X	X			2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
56	Guilherme da Conceição Pimenta Mendes Bolas	Comerciante	Comerciantes	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
57	António Justo Gomes Pires	Mecânico	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X	X		X	3	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Sim
58	Maria Zita Conceição Esteves Sousa Caldeira	S. I	S. I	S. I	F		X				1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
59	Maria Teresa Couto Pinto Rios da Fonseca	S. I	S. I	S. I	F		X				1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não

60	Carlos Manuel Carvalho e Silva	Marceneiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X	X			2	PSD	Não	Sim	Não	Não
61	António Joaquim Furtado Constantino	Trabalhador Agrícola	Trabalhadores Rurais	S. I	M		X	X			2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
62	Jacinto Augusto Gomes Mocho	Trabalhador Agrícola	Trabalhadores Rurais	S. I	M		X	X	X		3	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
63	Joaquim José Carola Martins	Funcionário Público	Funcionário Públicos	S. I	M		X	X	X		3	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
64	António Manuel Marcão de Carvalho	S. I	S. I	S. I	M		X		X		2	PS	Não	Sim	Não	Não
65	António Francisco Pais Rosa	S. I	S. I	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
66	José António Oliveira Almodôvar	Padeiro	Comerciantes	S. I	M	X	X	X			2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
67	João Manuel da Horta Rodrigues	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X	X	X	X	4	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não

68	José Ernesto Ildefonso Leão d'Oliveira	Médico	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X	X	X	3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
69	José Martins Códices Rocha	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M			X	X		2	PS	Sim	Não	Não	Não
70	Francisco José Gutierrez Caeiro	Gerente Comercial	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
71	Domingos Franco de Oliveira	Comerciante	Comerciantes	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
72	Nuno Maria Marques da Costa Cambezes	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X			1	PSD	Sim	Não	Não	Não
73	Joaquim Inácio Calhau Piteira Campos	Produtor Agrícola	Agricultores	S. I	M			X			1	PSD	Sim	Não	Não	Não
74	José Fernando Araújo Calçada	Professor do Secundário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

75	José Manuel Godinho Espanhol	Contabilista	Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	Curso Técnico	M			X		X	2	PSD	Sim	Não	Não	Sim
76	Manuel Inácio Martins	Chefe de oficina	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
77	Margarida da Conceição Martins Projecto	Estudante	Estudantes	S. I	F			X			1	PS	Sim	Não	Não	Não
78	Jorge Quina Ribeiro de Araújo	Professor Universitário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Doutoramento	M			X	X	X	3	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
79	Francisco Manuel de Mira Branquinho	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X			1	PSD	Sim	Não	Não	Sim
80	Manuel Joaquim Calhau Branco	Professor Primário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Magistério Primário	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
81	Rogério Matias Filipe	Comerciante	Comerciantes	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

82	António Augusto Ramos	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M			X	X	X	3	PSD - (1982,1989) ; PS - (1985)	Sim	Não	Não	Sim
83	Carlos Bento Martins Ruivo	Funcionário Público	Funcionários Públicos	S. I	M			X			1	PS	Sim	Não	Não	Não
84	Pedro de Jesus Tanganho Palma	Estudante	Estudantes	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
85	Jerónimo António Coelho Mendes	Trabalhador Agrícola	Trabalhadores Rurais	S. I	M			X		X	2	FEPU/APU /CDU	Não	Não	Sim	Não
86	António Manuel Monteiro Semião	Estudante	Estudantes	S. I	M			X			1	PSD	Sim	Não	Não	Não
87	Luís António de Mira Vieira	Comerciante	Comerciantes	S. I	M			X			1	PS	Sim	Não	Não	Não
88	Joaquim Lobato Augusto Bacia	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

89	António José Branco Baptista	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M			X	X		2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
90	António Joaquim Ramalho Valente	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Não	Não	Sim	Sim
91	Francisco Vicente Louro	Construtor Civil	Empresários/Industriais	S. I	M			X			1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
92	Domingos Manuel Trouxa Fanica	Trabalhador Agrícola	Trabalhadores Rurais	S. I	M			X	X	X	3	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
93	Jorge Manuel Fernandes Varge	Professor Primário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Magistério Primário	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
94	Paulo Manuel de Barros Barral	Arquiteto	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X		1	PS	Sim	Não	Não	Sim
95	Celino José Rodrigues da Silva	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X	X	2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim

96	Joaquim Manuel Ramalho Mendes	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
97	José Manuel Eliseu Pinto	Sociólogo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X		1	PRD	Sim	Não	Não	Não
98	Henrique António de Oliveira Troncho	Sociólogo	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	S. I	M		X	X	X		3	PS	Sim	Não	Não	Não
99	António Manuel Páscoa Borges Balão	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X		1	PS	Sim	Não	Não	Não
100	Victor Jaime Ribeiro dos Santos	Engenheiro Eletrotécnico	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M			X	X		2	PS	Sim	Não	Não	Sim
101	Carlos Alberto Vicente de Almeida	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X	X	2	PSD	Não	Não	Sim	Não

102	Alexandrin o Manuel de Oliveira Curto	Magarefe	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X		1	PSD	Não	Sim	Não	Não
103	André Inácio Caeiro	Motorista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
104	Manuel António José	Tratorista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
105	Flamino Joaquim Rolão	S. I	S. I	S. I	M				X	X	2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
106	Miguel Galvão Garcia Chumbo	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X	X	2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
107	Joaquim Abreu Soares	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
108	José António das Neves Verdasca	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
109	Manuel Ferreira Patrício	Professor Universitário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Doutoramento	M					X	1	PSD	Sim	Não	Não	Não

110	José Luís da Conceição Cardoso	S. I	S. I	S. I	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
111	José Carlos das Dores Zorrinho	Professor Universitário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Doutoramento	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
112	Hilário Balula Chaves	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
113	Joaquim Manuel Ramos Félix	S. I	S. I	S. I	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
114	Anabela Dias Ferreira Belo	S. I	S. I	S. I	F					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
115	Abel Luís Junqueira	Engenheiro Civil	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M					X	1	PSD	Sim	Não	Não	Sim
116	Manuel Fernando Barbosa da Costa	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
117	Manuel José Fernandes Pereira	S. I	S. I	S. I	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não

118	Francisco Costa Racha	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
119	Adriano José Abreu Ferrão	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
120	João Estevão Ramalho Cortes	S. I	S. I	S. I	M					X	1	PSD	Não	Sim	Não	Não
121	José Joaquim Calado Piteira	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
122	Isidro José de Oliveira Lobo	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
123	António Martinho Berrucho	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
124	José Bernardino Piteira Prates	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
125	Joaquim Gregório Cascabulho da Graça	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
126	António Manuel Fialho Russo	S. I	S. I	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não

Fonte: Auto de tomada de posse da assembleia municipal, janeiro de 1977. (PT/AMEVR/CME/B/A/001/Lv.48-1977); Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1980. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1979/Cx.1); Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1983. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1983/Cx.1); Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1986. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1985/Cx.1); Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Évora, janeiro de 1990. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1989/Cx.1); Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Évora, janeiro de 1990. (PT/AMEVR/CME/E/ERE/D/1989/Cx.1)

Nota: S. I = Sem informação

Anexo 12 – Tabela 47 – Eleitos e Nomeados para a Câmara Municipal de Vila Viçosa (1974-1989)

N.º	Nome	Título Profissional	Grupo Profissional	Habilitações	Género	1974	1975	1976	1979	1982	1985	1989	Nº de Mandatos
1	Filipe Néry Cunhal de Almeida	Administrativo	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X							1
2	Guilherme dos Anjos Ferreira	Sapateiro/Comerciante	Comerciantes	S. I	M	X							1
3	Hélder Joaquim Evaristo	Técnico de Explosivos	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X							1
4	Joaquim António de Jesus Pinto	Empregado da Casa de Bragança	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X							1
5	Manuel António Paixão Pereira	Empregado do Grémio de Lavoura	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X							1
6	António João Rosado	Mestre da Construção Civil	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X						1
7	Joaquim Maria Rosado Palma	Empresário de Pedreiras	Empresários/Industriais	S. I	M		X						1
8	Joaquim Manuel Andrade	Encarregado de Pedreiras	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X						1
9	António Jacinto Oliveira Carrasco	Profissional de Seguros	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X						1
10	António Domingos Galo	Agricultor	Agricultores	S. I	M		X						1
11	Joaquim José da Silva	Comerciante	Comerciantes	S. I	M		X						1

12	Amador José Patação	Trabalhador Rural	Trabalhadores Rurais	S. I	M		X						1
13	Francisco Carlos Lourinhã	Eletricista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M			X					1
14	Fernando Clemente Ferreira Galego	Motorista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M			X	X	X			3
15	José Pereira Nunes	Comerciante	Comerciantes	S. I	M			X					1
16	Joaquim Inácio Dias Duarte	Engenheiro de Minas	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M		X	X	X		X		4
17	José Francisco Filipe Bilro	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X	X					2
18	Miguel António Patação Rodrigues	Técnico Tributário	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M				X	X	X		3
19	António Cristino Baleiro Salgueiro	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X		X		2
20	António Gonçalves Carolino	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X				1
21	Manuel João Fontainhas Condenado	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M					X			1
22	António Inácio Pécurto Batista	Industrial dos Mármore	Empresários / Industriais	S. I	M					X			1
23	António José Gonçalves Canhoto	Comerciante	Comerciantes	S. I	M					X			1

24	Joaquim António Galego Cardoso	Cabouqueiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M						X		1
25	Joaquim António Bértolo Garcia	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M						X		1
26	Josué António Almeida Bacalhau	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M							X	1
27	Fernando José Paixão	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M							X	1
28	Manuel Inácio Ferrão Anão	Comerciante	Comerciantes	S. I	M							X	1
29	António Inácio Borracha Jardim	Empresário	Empresários / Industriais	S. I	M							X	1
30	José António Rela Batanete	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M							X	1

Fonte: (Recenseamento eleitoral de Vila Viçosa. (1973) (PT/ADEV/AC/GCEVR/L N/001/0141) - Recenseamento Eleitoral de 1973). Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021 – Link: <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024); Auto de tomada de posse da Câmara Municipal de Vila Viçosa, janeiro de 1977. (PT/SGMAI/GCEV/L/1285). Recenseamento Eleitoral de Vila Viçosa (1973). (PT/ADEV/AC/GCEVR/L-N/001/0141) Edital dos candidatos para a Câmara Municipal de Vila Viçosa (1979) (PT/SGMAI/ GCEVR/L/1287) AMVV, Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 16 de abril de 1980:1; Atas das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 12 de fevereiro 1984:1. Ata das Reuniões da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 9 de abril de 1987:1. Edital dos Candidatos á Câmara Municipal de Vila Viçosa (1989). (PT/SGMAI/GCEVR/L/1319) Base de dados dos Presidentes da Câmara 1936-2021 – Link: <https://cicp.eeg.uminho.pt/maria-antonia-almeida> (acedido a 26 de setembro de 2024) Resultados oficiais da votação. Fonte < https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/resultados_al_1989.pdf > (acedido a 24 de março de 2025); Anexo 1 – Manuel Poeiras. Anexo 2 – Eduardo Almeida Anexo 3 – António Cabrela.

Nota: S. I = Sem Informação

Anexo 13 – Tabela 48 – Eleitos à Assembleia Municipal de Vila Viçosa (1976-1989)

Nº	Nomes	Título Profissional	Grupo Profissional	Habilitações	Género	1976	1979	1982	1985	1989	Nº de Mandatos	Partido ou Coligação	Deputado na AM	P.JF	Deputado e P.JF em mandatos diferentes	Desempenhou Funções na CM
1	Bernardo José Simões	Trabalhador dos Mármore	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X	X				2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
2	José António Lima Martins	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X	X				2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
3	António João Rosado	Cabouqueiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
4	António Cristino Baleiro Salgueiro	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M	X	X				2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
5	António Salvador Garcia Teixeira	Empresário	Empresários / Industriais	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

6	António José Gonçalves Canhoto	Comerciante	Comerciantes	S. I	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Sim
7	Mário Alberto Pereira Vaz	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M	X					1	PS	Sim	Não	Não	Não
8	António Martins Barradas	Industrial dos Mármore	Empresários / Industriais	S. I	M	X					1	PSD	Sim	Não	Não	Não
9	António Joaquim Pestana Chamorra	Barbeiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
10	Domingos da Silva Frade	Mecânico	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X					1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
11	António Marcelino Cabral	Comerciante	Comerciantes	S. I	M	X	X				2	PSD	Não	Não	Sim	Não
12	António José Calado Peixoto	Motorista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X	X		X	X	4	PS	Não	Sim	Não	Não
13	Joaquim António Galego Cardoso	Cabouqueiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M	X	X				2	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Sim

14	João Manuel Trindade Cordeiro	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X				1	APU	Sim	Não	Não	Não
15	Guilherme Acácio Jorge Vicente	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
16	Francisco de Jesus Patação Carvalho	Trabalhador dos Mármore	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
17	José Augusto Melrinho Rosado	Trabalhador dos Mármore	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X		X	X	3	FEPU/APU /CDU	Não	Não	Sim	Não
18	Guilherme António Nepomuceno Caeiro	Trabalhador dos Mármore	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X		X	X	3	FEPU/APU /CDU	Não	Não	Sim	Não
19	Maria Rosa Sampaio Pastorinho Cravo	Doméstica	Domésticas	S. I	F		X		X		2	PSD (1979); PS (1985)	Sim	Não	Não	Não
20	José Joaquim Caleço Rosa	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não

21	João José Canhoto Saúde	Empresário dos Mármore	Empresários / Industriais	S. I	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
22	José Francisco Filipe Bilro	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X				1	PS	Sim	Não	Não	Sim
23	Júlio António Almeida Bacalhau	Eletricista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X			X	2	PS	Sim	Não	Não	Não
24	Hélder Joaquim Ramos Cravo	Comerciante	Comerciantes	S. I	M		X				1	PS	Sim	Não	Não	Não
25	Joaquim Manuel Andrade	Trabalhador Rural	Trabalhadores Rurais	S. I	M		X			X	2	FEPU/APU /CDU	Não	Não	Sim	Sim
26	António João Serrador Canhoto	Funcionário Público	Funcionários Públicos	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Não	Sim	Não	Não
27	Francisco Rodrigues Ramalho	Diretor de Escola de Condução	Empresários / Industriais	S. I	M		X				1	PSD	Não	Sim	Não	Não
28	Luís Filipe Freire Figueiredo	Padeiro	Comerciantes	S. I	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
29	José Mendes Sande	Comerciante	Comerciantes	S. I	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não

30	Domingos António Ruxa Rocha	Industrial dos Mármore	Empresários / Industriais	S. I	M		X				1	PSD	Sim	Não	Não	Não
31	Manuel João Fontainhas Condenado	Professor Primário	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Magistério Primário	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
32	Edmundo José da Rosa Casaca	Guarda-Fios dos CTT	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
33	Maria Virgínia da Cruz Serra Gonçalves	Empregada de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	F		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
34	José Duarte Patação Rodrigues	Funcionário Público	Funcionários Públicos	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
35	Joaquim José Barradas Barroso	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
36	Manuel José Barão Lopes	Trabalhador dos Mármore	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M		X				1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
37	Francisco Carlos Lourinhã	Eletricista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim

38	José António Relá Batanete	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X		1	PS	Sim	Não	Não	Sim
39	José Joaquim Bértolo Garcia	Empresário	Empresários / Industriais	S. I	M				X	X	2	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
40	António Gonçalves Carolino	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X		1	PS	Sim	Não	Não	Sim
41	António Inácio Borracha Jardim	Empresário	Empresários / Industriais	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
42	José Carlos Sengo Cardoso	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M		X		X		2	PS	Sim	Não	Não	Não
43	César João Barradas Ramos	Comerciante	Comerciantes	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
44	Manuel António Paixão Pereira	Apicultor	Agricultores	S. I	M				X		1	PS	Sim	Não	Não	Sim
45	João José Borges	Sapateiro	Comerciantes	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

46	Herminio dos Santos Garcia	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M				X		1	PRD	Sim	Não	Não	Não
47	Joaquim Manuel Toscano Rocha	Cobrador	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X	X	2	PS	Sim	Não	Não	Não
48	João José Jardim	Mineiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
49	Quirino Évora Lapa	Canteiro	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M				X		1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
50	Joaquim António Batanete Frade	Empregado de Escritório	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M				X		1	PS	Não	Sim	Não	Não
51	Romão Correia Carapinha	Comerciante	Comerciantes	S. I	M				X		1	PSD	Não	Sim	Não	Não
52	Francisco António Rato Chagas	Economista	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não

53	Fernando Manuel Gonçalves Brandão	Professor	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
54	Abel Maria Ribeiro Mourato	Técnico Tributário de 1ª	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
55	Joaquim António Bértolo Garcia	Engenheiro	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
56	José Joaquim Carvalho Marques	Técnico Tributário de 1ª	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Curso Técnico	M					X	1	PS	Sim	Não	Não	Não
57	Joaquim Bento Faias Malato	Industrial dos Mármore	Empresários / Industriais	S. I	M					X	1	PSD	Sim	Não	Não	Não
58	Maria de Lurdes P. Silva F. Morgado Vêstia	Professora	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	F					X	1	PSD	Sim	Não	Não	Não
59	José António Bajanca Valério	Sargento do Exército	Outros Militares	S. I	M					X	1	PSD	Sim	Não	Não	Não

60	Joaquim António Cordeiro Maurício	Agricultor	Agricultores	S. I	M					X	1	PSD	Sim	Não	Não	Não
61	Miguel António Patação Rodrigues	Técnico Tributário de 1ª	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Sim
62	Geraldo de Jesus Gazimba	Advogado	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Licenciatura	M					X	1	PS	Não	Sim	Não	Não
63	Joaquim Manuel Gonçalves Gomes	Empregado Bancário	Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços	S. I	M					X	1	PS	Não	Sim	Não	Não
64	João Manuel Carvalho Caldeirinha	Trabalhador Rural	Trabalhadores Rurais	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não
65	Francisco João Cardoso Marques	Eletricista	Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	S. I	M					X	1	FEPU/APU /CDU	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Auto de tomada de posse da Assembleia Municipal de Vila Viçosa, janeiro de 1977. (PT/SGMAI/GCEV/L/1285). Recenseamento Eleitoral de Vila Viçosa (1973). (PT/ADEVR/AC/GCEVR/L-N/001/0141) Edital dos candidatos para a Assembleia Municipal de Vila Viçosa. (1979) (PT/SGMAI/ GCEVR/L/1287) Ata da Assembleia de Apuramento Geral do concelho de Vila Viçosa de 1985:2 (PT/SGMAI/GCEVR/L/1307) Edital dos Candidatos á Assembleia Municipal de Vila Viçosa (1989). (PT/SGMAI/GCEVR/L/1319) Resultados oficiais da votação. Fonte < https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/resultados_al_1989.pdf > (acedido a 24 de março de 2025)

Anexo 1 – Manuel Poeiras; Anexo 2 – Eduardo Almeida; Anexo 3 – António Cabrela; Anexo 4 – Francisco Ameixa; Anexo 5 – Inácio Esperança; Anexo 6 – Fátima Andrade; Anexo 7 – José Rosado; Anexo 8 – Nuno Pinheiro

Nota: S. I = Sem Informação